# Manual dos Concursos e Vestibulares

Robson Timoteo Damasceno

## Volume 1 - Dicas gerais

### Escolhas, estratégias e decisões para a aprovação

Manual dos Concursos e Vestibulares - Volume 1 - Dicas Gerais
Robson Timoteo Damasceno

Capa e editoração: Robson Timoteo Damasceno
Créditos das imagens atribuídos quando de sua utilização ou de autoria própria

Todos os direitos reservados ao autor.
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor. A violação dos direitos autorais caracteriza ilícito civil, com direito à devida responsabilização.

## Dicas para leitura mais rápida

O **Manual dos Concursos e Vestibulares** foi escrito para que seja lido integralmente. Contudo, infelizmente nem todos possuem tempo para isso. Dessa maneira, aos que têm tempo limitado, aponto quais as seções principais, para cada tipo de leitor:

**1 - Para quem ainda irá prestar vestibular**: o principal capítulo é o 9 (Dicas específicas para vestibular). Além desse, sugiro a leitura do capítulo 8, que lista concursos para cada tipo de graduação, o que pode ser importante na escolha da carreira. Também sugiro a leitura do capítulo 6, especialmente o item 6.1.

**2 - Para os que estão ainda na graduação**: leia especialmente o capítulo 6 (dicas para ganhar tempo para a aprovação). Caso esteja em dúvida sobre seguir o caminho dos concursos, leia o capítulo 3 e depois o 5. Se já se decidiu pelos concursos, leia o capítulo 4. Se não sabe qual área de concurso pretende seguir, leia o capítulo 7.

**3 - Para os formados, ainda sem escolher um concurso**: leia o capítulo 4 e o capítulo 7, especialmente. O capítulo 5 também é interessante.

**4 - Para os formados, que já escolheram uma área de concurso**: leia o capítulo 4 e o capítulo 10 especialmente. Os itens 6.2 e 6.3 também podem trazer dicas importantes. A leitura do capítulo 5 também pode tirar dúvidas.

**5 - Para quem procura dicas práticas para a realização das provas**: leia as dicas sobre a questão dos investimentos na preparação, na seção 4.4 e o capítulo 10.

Para agilizar a leitura, foque nessas seções e use as caixas **Direto ao assunto**, que trazem resumo do que foi tratado em cada parte.

Se ainda assim achar o conteúdo muito extenso, seguem algumas dicas para leitura mais rápida:

1 - Passe os olhos rapidamente pelo texto, para visualizar o que está sendo tratado. Depois leia o resumo do trecho. Se percebeu que é relevante, volte e leia o conteúdo completo.

2 - Use o sumário como mapa de leitura. Veja o que é mais relevante e leia primeiro. O livro não é um romance, que precisa ser lido na ordem direta.

3 - Volte ao livro posteriormente, conforme surgirem dúvidas. A ideia do Manual é acompanhar cada fase do processo, especialmente considerando os três volumes. Não há necessidade de esgotar a leitura de uma vez, se não tiver tempo.

Dito isso, esperamos que a leitura seja agradável e útil, facilitando ideias e diminuindo o esforço e tempo para a aprovação. A ideia é ser completo, mas acessível, razão pela qual incluímos essa página inicial.

Boa leitura!

# Sumário


**1 - Apresentação 1**

**2 – Organização do Manual 5**

**3 – Concursos públicos – Vale a pena? 7**

**4 – Concursos públicos – Escolhas prévias aos estudos 11**

4.1 – Focar no cargo final desejado ou passar por cargos intermediários 11

4.1.1 – Vantagens da passagem por cargos intermediários 13

4.1.2 – Desvantagens da passagem por cargos intermediários 15

4.1.3 – Encontrando a melhor decisão 17

4.1.4 – Encontrando o cargo intermediário ideal 18

4.2 – Escolha do cargo 20

4.2.1 – Aptidões pessoais 20

4.2.2 – Remuneração e outras vantagens do cargo 31

4.2.3 – Atribuições do cargo 34

4.2.4 – Qualidade de vida 37

4.2.5 – Facilidade de aprovação 40

4.2.5.1 – Número de candidatos / vaga 40

4.2.5.2 – Escolha da vaga 48

4.2.5.3 – Facilidade pessoal para o concurso 50

4.3 – Fazer apenas provas do cargo ou diversificar as tentativas 52

4.3.1 – Vantagens de realizar apenas provas do cargo principal que se busca 52

4.3.2 – Vantagens de realizar diversas provas 53

4.3.3 – Conclusão 54

4.4 – Como investir recursos na preparação 57

4.4.1 – Cursos de preparação para concursos / “Cursinhos” de concurso 58

4.4.2 – Sites de questões / simulação / prática 60

4.4.3 – Coaching / Mentoria 61

4.4.4 – Livros e apostilas 64

4.4.5 – Recursos de informática 66

4.4.6 – Ergonomia 67

4.4.7 – Saúde e bem estar 68

4.4.8 – Conclusão 69

**5 – Desmistificando os concursos públicos 71**

5.1 – Concursos públicos são fraudados 71

5.2 – Somente “gênios” ou “ricos” são aprovados em concursos 72

5.3 – Não é possível passar em concurso sem curso de preparação 74

5.4 – É possível ser aprovado em concurso apenas com sorte 75

5.5 – Não há como ser aprovado quando se trabalha 76

5.6 – É preciso abrir mão de lazer e atividades físicas para ter tempo 77

5.7 – Candidatos acima de alguma idade não são aprovados 77

5.8 – Candidatos inscritos no SPC/Serasa são eliminados na investigação social 78

5.9 – Concursos públicos acabarão pela crise financeira ou reforma administrativa 79

5.10 – Não pode ter concurso em ano de eleição 79

5.11 – Não pode ter tatuagens ou ***piercing*** para ser nomeado 80

5.12 – Não se podem ter antecedentes criminais 81

5.13 – Depois de aprovado não terá mais que se esforçar 81

5.14 – Concurso público é uma fila 82

5.15 – Concurso público se faz até passar 84

**6 – Dicas para ganhar tempo para a aprovação 86**

6.1 – Escolha adequadamente sua faculdade 86

6.2 – Ganhe tempo durante a faculdade 87

6.3 – Não seja muito específico na escolha do cargo 88

6.4 – Planejamento adequado 89

**7 – Áreas temáticas de concursos 90**

7.1 – Concursos jurídicos 90

7.1.1 – Concursos da Magistratura 90

7.1.2 – Concursos do Ministério Público 94

7.1.3 – Concursos da Defensoria Pública 97

7.1.4 – Concursos da Advocacia Pública 100

7.1.5 – Concursos de Delegado de Polícia 102

7.1.6 – Concursos de Analista 104

7.1.7 – Concursos de Cartórios 106
7.2 – Concursos para qualquer formação 108
7.2.1 – Área fiscal 108
7.2.2 – Área policial e de Segurança Pública 110
7.2.3 – Área dos Tribunais e Ministério Público 119
7.2.4 – Área de Controle 122
7.2.5 – Área Bancária e Financeira 125
7.2.6 – Área militar 128
7.2.7 – Área legislativa 133
7.2.8 – Área da diplomacia e consulados 136
7.2.9 – Outras áreas federais 138
7.2.10 – Outras áreas estaduais 142
7.2.11– Outras áreas municipais 144
7.3 – Concursos para graduações específicas 147
7.3.1 – Concursos de Professor Universitário 147
7.3.2 – Outros concursos de Professor 150
7.3.3 – Concursos de Perito Criminal 152

**8 – Concursos por graduações específicas 155**

8.1 - Administração 155
8.2 - Antropologia 155
8.3 - Arqueologia 156
8.4 - Arquitetura 156
8.5 - Arquivologia 156
8.6 – Artes e correlatas (Dança, Fotografia, Teatro...) 157
8.7 - Biblioteconomia 157
8.8 - Biologia 158
8.9 - Biomedicina 158
8.10 – Ciências Sociais 158
8.11 – Contabilidade 159
8.12 – Comunicação Social ( Jornalismo / Publicidade e Propaganda / Relações Públicas e outras especializações) 159
8.13 – Desenho Industrial 160
8.14 – Direito 161
8.15 – Economia 161
8.16 – Educação Física 162
8.17 – Enfermagem 162

8.18 – Engenharias 163
8.19 – Estatística 166
8.20 – Farmácia 167
8.21 – Filosofia 167
8.22 – Física 167
8.23 – Fisioterapia 168
8.24 – Fonoaudiologia 168
8.25 – Geografia 169
8.26 – História 169
8.27 – Informática e cursos relacionados 169
8.28 – Letras 170
8.29 – Matemática 171
8.30 – Medicina 171
8.31 – Medicina Veterinária 172
8.32 – Nutrição 172
8.33 – Odontologia 172
8.34 – Pedagogia 173
8.35 – Psicologia 173
8.36 – Química 174
8.37 – Secretariado Executivo 174
8.38 – Serviço Social 175
8.39 – Teologia 175
8.40 – Turismo 176
8.41 – Zootecnia 176

**9 – Dicas específicas para vestibular 179**

**10 – Da importância da leitura e estudo dos editais 186**

**11 – Conclusão do primeiro volume 195**

# 1 - Apresentação

Saudações a todos!

Meu nome é Robson Timoteo Damasceno, mais conhecido como Robson Concurseiro ou Concurseiro Robson. Sou autor do Manual do Psicotécnico, Manual do Exame Médico e Manual das Lotações, amplamente conhecidos dos candidatos dos concursos da área policial.

Sou Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Amapá desde 2023. Anteriormente, trabalhei na iniciativa privada como Técnico em Química durante dois anos – tempo suficiente para decidir que meu caminho era o serviço público. Meu primeiro concurso público foi o da Polícia Rodoviária Federal em 2002, que então exigia apenas nível médio. Em um concurso com mais de 500.000 candidatos consegui obter aprovação, mesmo possuindo apenas nível médio e concorrendo contra diversos bacharéis em Direito. Infelizmente, porém, fui reprovado posteriormente no exame médico, pois até então era exigida visão sem correção (sem óculos) quase perfeita – exigência retirada no concurso seguinte (que passou a ser de nível superior). Esse concurso, entretanto, foi o que precisava para criar confiança e continuar estudando para outros certames, até a aprovação final no TJAP como Juiz.

Sou formado como Técnico em Química pelo ETECAP, Engenheiro Químico pela UNICAMP e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP – Campus Oiapoque). Além disso, fiz três semestres de Mestrado em Química pela Unicamp, que não terminei por ter mudado de Estado.

Realizei diversos outros concursos, tendo conseguido diversas aprovações (Engenheiro de Processamento da Petrobras, Especialista em Regulação da Agência Nacional do Petróleo, Polícia Federal, Unicamp nível médio e nível superior, Delegado da Polícia Civil do Amapá, Oficial de Justiça da Justiça Federal, Juiz de Direito do TJAP, dentre outros), tendo também outras tantas reprovações.

Em 45 seleções, fui aprovado 27 vezes (aproveitamento de 60%) e reprovado em praticamente todas as etapas possíveis nos demais (objetiva, dissertativa, sentença, exame médico, avaliação psicológica/psicotécnico, teste de aptidão física -TAF). Considerando apenas provas objetivas, minha taxa de aprovação é de 73%, tendo sido aprovado 33 vezes em 45 provas – das 12 reprovações na objetiva, 7 delas foram em concursos de Ministério Público e de Magistratura.

Considerando vestibulares, além de ter sido aprovado em Engenharia Química pela Unicamp em primeira chamada em 2003 e em sétimo lugar na prova de Mestrado em Química em 2012, fui o primeiro colocado do vestibular da Unifap em 2014. Além disso, obtive nota 793,44 no ENEM de 2014, com nota 900 de redação e 905 em Matemática e suas tecnologias, nota essa que me permitiu aprovação em Direito na UnB em 7º lugar no SISU 2015-1 e 5º lugar em Direito na UFRJ no SISU 2015-2, além de ser suficiente para aprovação em Medicina em diversas outras universidades públicas. Ainda em 2015 realizei o processo seletivo e fui aprovado em 5º lugar no vestibular de Medicina da Unifap. Por fim, fui aprovado na OAB na

primeira tentativa, com 62 pontos de 80 possíveis na primeira fase.

Todos esses resultados foram obtidos sem a realização de nenhum cursinho preparatório, seja para vestibular, seja para concursos públicos. Nunca contei com serviço de *coaching*, o que, aliás, sequer existia até pouco tempo. Estudei toda a vida em escola pública e em universidades públicas. Além disso, sempre trabalhei durante todo o dia, nunca tendo tempo apenas para dedicação aos estudos, salvo alguns meses de exceção ao longo dos 21 anos em que me dediquei ao estudo para concursos.

Digo isso tudo não para receber nenhuma glória, mas pelo fato de que muitas pessoas só valorizam alguma informação pelo currículo de quem a apresenta – algo com o que definitivamente não concordo. O valor da informação deveria valer por si, mas é compreensível pensar dessa maneira, considerando a imensidão de pessoas que se dedicam a falar sobre o tema de concursos públicos. Logo, quem está falando é uma informação importante para separar o joio do trigo. Considerando isso, creio que tenho legitimidade para falar do assunto – não a maior legitimidade de todas, pois há quem tenha obtido mais aprovações de impacto e em menor tempo. Mas não quero ser julgado pela minha legitimidade e sim pela qualidade das informações – que espero que seja a melhor, dentro de minhas possibilidades.

Este material é voltado a todos que se dedicam a concursos públicos e à preparação para provas de vestibulares, tanto ENEM quanto os processos mais tradicionais. Nem todo o material será útil a todos e em todos os momentos, mas é possível direcionar a leitura pelo sumário. O material, tendo em vista seu objetivo, será extenso. Entretanto, há mecanismos para facilitar a leitura, como os quadros de resumo, Direto ao ponto e os *hiperlinks*. **Sugiro a leitura da orientação para leitura mais rápida, antes do sumário, para maiores dicas, em caso de tempo escasso para a leitura de todo o conteúdo**.

Como nunca paguei para estudar para concursos, exceto quanto à aquisição de livros, e por uma questão de princípio, sou a favor da livre divulgação de ideias. Por tal razão, optei desde o início da escrita deste material em fazê-lo com cobrança de um valor razoável, principalmente quando comparado ao que é cobrado por editoras e cursinhos pelas mesmas informações.

Dedico este material a Deus, ajuda sempre presente, à minha família (especialmente à minha esposa Alexsandra e ao meu filho Axel, além de aos meus pais, fonte constante de apoio nesses longos anos), e a todos aqueles que se esforçam para conseguir uma vida melhor. Embora não tenha nenhum dever, senti que a redação deste Manual era uma forma adequada de encerrar, enfim, minha longa jornada em certames, tentando contribuir aos milhares que se dedicam também a essa empreitada.

Agradeço a todos que contribuíram com depoimentos para o terceiro volume (a quem é dado crédito, desde já, conforme os nomes citados no terceiro volume, pelas importantes contribuições), bem como na revisão de alguns trechos (Rachel, Elton e Gilmar).

Este Manual diferencia-se por unir teoria sólida e prática aplicada, cobrindo desde aspectos motivacionais (necessidades, desejos, expectativas e autorregulação emocional) até técnicas concretas de estudo, como mapas mentais, resumos, simulados, cronogramas e planejamento. Ao contrário de obras que tratam o estudo de forma fragmentada, aqui o leitor encontra uma visão completa, desde as escolhas iniciais de carreira até estratégias de organização do tempo, uso de ferramentas digitais e inteligência artificial, técnicas cognitivas,

além de reflexões críticas sobre a jornada do concurseiro/vestibulando. A proposta é oferecer não apenas dicas isoladas, mas um método coerente, validado por experiência prática e adaptável às diferentes fases de preparação, seja para vestibulares, seja para concursos públicos, até mesmo para os de alta complexidade.

Dito isso, passemos sem maiores delongas para o que importa, que são as informações sobre certames e formas de estudo. No próximo tópico falarei mais a respeito da organização do presente material. Quanto à minha experiência pessoal, falarei mais aos poucos durante os momentos adequados em cada capítulo.

**Direto ao ponto:**

- Este Manual foi escrito por Robson, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Amapá.
- O autor já fez diversos concursos e vestibulares ao longo de mais de vinte anos.
- Já foi aprovado em diversos concursos (Juiz, Polícia Federal, Petrobras etc.) e vestibulares (Medicina, Direito e Engenharia em universidade pública etc.).
- O material envolve a cobrança de um valor justo, para que haja valorização do conteúdo e ampla divulgação de ideias.
- O diferencial do Manual é a aplicação prática e a abordagem completa, desde o começo dos estudos até o final do planejamento, mesmo de longo prazo.

# 2 – Organização do Manual

O presente Manual é dividido em três volumes. O presente volume, primeiro do Manual, trata de **concursos públicos e vestibulares, com dicas gerais sobre o assunto**. Serão tratadas questões como se vale a pena estudar para concursos, quais as principais escolhas a se fazer quando se inicia o estudo e durante o planejamento, quais os principais mitos dos certames, dicas para ganhar tempo até a aprovação, informações sobre as diversas áreas de concursos e carreiras e dicas gerais para as provas, como a importância de planejamento e da leitura dos editais de forma adequada, dentre outras.

O segundo volume trata da **teoria geral de estudo para concursos e vestibulares**. Ao invés de focar em uma etapa específica de estudo, como provas objetivas, dissertativas, de peças ou orais, estabelecerei uma teoria geral aplicável a todas as etapas, com enfoque em formas de aprendizado e memorização, técnicas existentes e outras dicas. Haverá ainda capítulos sobre o uso de ferramentas tecnológicas no estudo, inclusive as recentes. Depois se falará sobre a organização dos estudos, desde a escolha dos métodos até a criação e aplicação de cronogramas.

A terceira parte tratará de **motivação e depoimentos de aprovados**. Com base nesses depoimentos farei uma análise geral, usando a teoria desenvolvida na segunda parte e as dicas da primeira parte, para apresentar mais informações e sugestões de como melhorar a qualidade dos estudos e conseguir mais rapidamente a aprovação. Terminarei com um conjunto de **dicas práticas para as diversas etapas**, começando antes do edital e passando por provas objetivas, redação, provas de peças (sentenças e outras), avaliações médicas, físicas, psicológicas, provas de títulos, investigação social e outros, até o curso de formação.

O foco maior da primeira e da terceira parte da obra é nos concursos públicos. Entretanto as dicas fornecidas servem para vestibulares, com as devidas adaptações. A segunda parte é focada tanto nos vestibulares quanto em concursos. E também trarei capítulos específicos sobre o tema ao longo dos volumes.

Este **Volume I** do Manual foi elaborado para servir como porta de entrada no universo dos concursos públicos, guiando o candidato desde a decisão inicial de prestar concursos até a compreensão dos diferentes caminhos e escolhas estratégicas possíveis. O leitor encontrará aqui tanto fundamentos teóricos quanto orientações práticas, com base em experiências reais e análises críticas.

Logo no início, o leitor é convidado a refletir sobre uma questão essencial: **vale a pena prestar concursos públicos?** Esse capítulo não apenas discute vantagens e desvantagens da carreira pública, mas também ajuda a alinhar expectativas e motivações.

Na sequência, o volume se aprofunda nas **escolhas prévias** aos estudos, mostrando como decisões estratégicas iniciais impactam todo o percurso. Entre os pontos abordados estão: optar por seguir diretamente para o cargo final ou utilizar cargos intermediários como etapa de transição, avaliar critérios como remuneração, atribuições, qualidade de vida e facilidade de aprovação, decidir entre focar apenas no cargo principal ou diversificar provas, e, ainda, compreender onde investir tempo e dinheiro — em cursinhos, livros, sites de questões, coaching, ergonomia, saúde e outros recursos indispensáveis.

O terceiro grande bloco do livro tem caráter desmistificador, dedicado a **combater crenças limitantes e ideias equivocadas sobre concursos**. São enfrentados mitos comuns — como a ideia de que apenas gênios ou pessoas ricas conseguem aprovação, de que concursos são fraudados ou de que candidatos mais velhos não têm chances. Essa parte funciona como um verdadeiro "antídoto psicológico", libertando o candidato de barreiras mentais que frequentemente sabotam a preparação.

Em seguida, o leitor encontra **estratégias para ganhar tempo rumo à aprovação**. São dicas práticas sobre escolhas durante a faculdade, aproveitamento de oportunidades acadêmicas, planejamento e flexibilidade na definição de metas profissionais, sempre com o objetivo de encurtar o caminho até o cargo desejado.

O volume também dedica uma extensa seção às áreas temáticas de concursos, permitindo que o candidato compreenda a diversidade de carreiras existentes. Os capítulos trazem explicações detalhadas sobre concursos jurídicos (Magistratura, Ministério Público, Defensoria, Advocacia Pública, Delegado, Cartórios), além de áreas amplas abertas a diversas formações, como fiscal, policial, tribunais, controle, bancária, militar, legislativa e diplomática. O leitor ainda encontrará **informações sobre concursos voltados a graduações específicas** — como docência, perito criminal e diferentes carreiras técnicas. Esse mapeamento completo ajuda a alinhar vocação, interesse e viabilidade de aprovação.

Por fim, encerra esse primeiro volume uma seção essencial: a **importância do estudo atento dos editais**. O candidato é orientado a utilizar editais anteriores como guia de estudo, a compreender o momento da publicação como marco central da preparação e até mesmo a explorar a possibilidade de impugnação quando necessário. São dadas, ainda, dicas práticas de leitura e esquematização de editais, para que o candidato aprenda a transformá-los em verdadeiros roteiros de estudo.

**Direto ao ponto:**

- A obra é dividida em três volumes.
- O presente volume trata de dicas gerais para concursos e vestibulares.
- O segundo volume trata de dicas de estudo e planejamento.
- O terceiro volume trata de motivação e análise de trajetória de aprovados, nos mais diversos concursos e vestibulares.
- Este volume apresenta as decisões estratégicas iniciais para concursos públicos, desmistifica crenças limitantes e oferece um panorama completo das áreas de atuação, guiando o candidato a começar sua preparação da forma correta.

# 3 – Concursos públicos – Vale a pena?

Antes de começar a tratar especificamente do tema dos concursos públicos, é importante se perguntar se realmente é isso que queremos de nossa vida. Parece descartável tal pergunta, principalmente se já está lendo este material. Porém, muitos possuem uma visão fantasiosa ou distorcida do emprego ou cargo público. Assim, é importante refletir se realmente é isso que queremos. Isso é essencial para quem está começando e ainda pode desistir sem grandes perdas. Mas também para quem já investiu – tempo e mesmo dinheiro – pois sempre é tempo para mudar o caminho e o rumo da vida.

Para ajudar a responder essa pergunta, serei bem direto em alguns pontos, sem "dourar a pílula", algo que nunca farei neste material, pois não é de minha personalidade. Se não irei romantizar, também não farei terrorismo. Logo, falarei o que entendo ser verdade, sabendo que sempre é possível outra opinião. Enfim, considero que os fatores mais importantes a se considerar antes de escolher trilhar o caminho dos concursos são os seguintes:

- **Dinheiro**: Esse não deve ser o fator mais importante na escolha, mas é, certamente, o que mais pode trazer decepção ao longo do tempo, principalmente quando se tem falsas expectativas. "Cargo público não deixará ninguém rico" é uma frase muito conhecida. Porém, para a maioria da população será o suficiente para uma grande mudança na sua condição de vida. E em alguns lugares do Brasil é praticamente um dos poucos caminhos para conseguir manter um padrão de vida adequado, infelizmente. Existem cargos públicos em que é possível obter remuneração líquida acima de R$ 40.000 mensais, assim como alguns pagam salário mínimo. Logo, a questão financeira é mais importante na escolha do cargo do que na escolha de se prestar concursos – razão pela qual falarei novamente do tema no próximo capítulo. Nesse momento só é importante se saber que é fantasiosa a ideia de que há cargos em que há possibilidade de enriquecimento apenas com a remuneração. Só é possível obter um alto padrão de vida investindo a remuneração em algum empreendimento ou renda variável, para quem tenha o conhecimento. Os concursos que permitem uma maior remuneração são os de cartório (mas apenas em algumas localidades, não se engane – há cartórios em que o rendimento é de menos de um salário mínimo) e de prático de navio. Nesses dois concursos a remuneração é variável, podendo chegar a valores na casa dos seis dígitos. Em alguns é até possível obter remunerações nessa casa, mas apenas ocasionalmente, em casos de indenizações. Outra questão a se considerar é que a remuneração do serviço público depende muito da política, de forma que é possível que se fique anos estagnado, com uma mesma remuneração, com consequente perda de poder aquisitivo. Logo, o que hoje pode ser maravilhoso pode ser não tanto futuramente. Em resumo, é possível melhorar de vida com a aprovação em concursos públicos – e sou prova viva disso – mas não espere que vá se tornar milionário.
- **Estabilidade:** Esse é um ponto bastante importante a favor dos cargos públicos. Ao contrário da maioria das posições na iniciativa privada, os cargos públicos ainda possuem garantias de estabilidade (ou melhor ainda, vitaliciedade, em alguns cargos) que os tornam atrativos. Os empregos públicos possuem uma menor garantia de permanência, mas que ainda superam a iniciativa privada. Não pretendo esgotar a questão jurídica da possibilidade de exoneração dos servidores estáveis e dos empregados públicos, mas as regras gerais são as acima. Quando considerando essa questão, deve-se abandonar a ideia de que estabilidade é sinônimo de ficar encostado. Existem sim posições no serviço público com pouco trabalho, mas essa não é a regra. Principalmente no serviço público federal e nos cargos mais importantes há muito serviço. Além disso, há mecanismos de cobrança e metas, que tendem apenas a se tornar mais rígidos no futuro. Logo, há sim uma tranquilidade quanto a não ser "demitido", mas isso não

significa um escudo contra tudo e todos. Não pense que não haverá chefias, cobranças e pressão – até mesmo assédio moral em casos extremos. Há órgãos em que o sistema disciplinar é usado com frequência – e até injustamente. Logo, se quer ter maiores garantias, como não correr o risco de demissão quando houver mudanças econômicas no país ou aquisição por outra empresa, o serviço público é um excelente caminho. Se quer ficar em casa ou sair do trabalho quando quiser sem cobranças, pense melhor se está indo no caminho correto. Dentro da ideia de estabilidade, podemos incluir também a aposentadoria, que é bem melhor, pelo menos ainda, no serviço público – mas não há garantias de que será sempre assim, visto que sempre há mudanças (e para a pior geralmente).

- **Realização profissional**: A ideia de realização é bastante pessoal, de forma que é difícil generalizar a questão. Entretanto, abandone ideias românticas quanto ao serviço público. Se for juiz não terá tempo para analisar todo processo como se fosse uma causa própria e sequer ficará apenas sentenciando, mas também resolvendo questões administrativas, fazendo trabalho de gestor de equipe, realizando audiências, acumulando eleitoral, diretoria de fórum etc. Se for policial federal, não ficará fazendo trabalho operacional apenas, mas também escrevendo muitos documentos, fazendo análise documental e muitos serviços administrativos em sua essência, como fiscalizar contratos, carimbar passaportes e controlar suprimento de fundos – e muito tempo em gabinete ouvindo pessoas, se for delegado. A mesma ideia se aplica a todos os cargos e empregos públicos – o que aparece para o público externo, principalmente pela imprensa, é apenas uma pequena parte do trabalho que envolve um ente público. Há muito serviço apenas para manter a organização, longe da atividade-fim. E mesmo quem está em cargos da atividade-fim acabará fazendo parte desse serviço meio. Além disso, em regra não há recursos suficientes para a realização do trabalho, o que acaba gerando estresse e desperdício de tempo. Logo, quanto maior o grau de romantização, maior a decepção posterior. É muito comum subaproveitamento de talentos e a realização de atividades repetitivas e mesmo entediantes. Assim, saiba qual a realidade do serviço público – converse com pessoas que já estão dentro se tiver acesso, pesquise o suficiente para não ser surpreendido depois. Dito isso, tenho mais de vinte anos no serviço público e nunca pensei em ir para a iniciativa privada – contudo, há sempre alguns colegas reclamando e enxergando a grama do vizinho mais verde. Logo, pode-se alcançar grande realização no serviço público, desde que se tenha conhecimento da realidade e objetivos realizáveis.
- **Tempo e esforço**: para se conseguir aprovação em concursos provavelmente será necessário muito tempo e esforço. Quanto maiores sua carga de conhecimento anterior, inteligência, memória, sorte (sim, às vezes será preciso) e planejamento, menor tempo e esforço. Dessas variáveis, somente o planejamento é algo que o candidato tem como alterar substancialmente no começo de sua caminhada – e para isso é este material, de forma a se conseguir resultados com menor tempo e esforço possível. Mas o planejamento é apenas uma das variáveis, de forma que para a maior parte das pessoas mesmo com excelente planejamento será necessário bastante tempo e muito esforço para conseguir a sonhada aprovação. Quanto melhor o cargo, em regra, maior o tempo e esforço. Portanto, se não está disposto a abrir mão de tempo que poderia ser usado em outras atividades e se não se quer fazer o esforço necessário, o melhor é não tentar concursos. Dito isso, é sim possível conseguir rapidamente o objetivo, mas para isso é necessário que se tenha excelente planejamento, características pessoais que favoreçam o estudo para concursos e um bocado de sorte. Muitos dos melhores concursos exigem pré-requisitos, que fazem com que haja necessidade de maior tempo e dedicação, como a necessidade de três anos de atividade jurídica para alguns concursos jurídicos, além da aprovação no Exame Nacional da Magistratura, para os cargos de juiz. Nesses casos pode-se ganhar boa parte desse tempo com planejamento prévio, o que falaremos em momento adequado.
- **Características pessoais ou vocação**: assim como na escolha de uma graduação, o ideal seria um teste vocacional antes de escolher uma área profissional para prestar concursos públicos. Mas essa questão já é relacionada à área de concursos que se escolherá, não a seguir para os concursos ou não. Quando se fala do serviço público como um todo, há perfis dos

mais variados dos cargos, de maneira que há lugar para quase todo perfil. Entretanto, há certas pessoas que deveriam pensar em outras opções – por exemplo, pessoas com grande senso empreendedor, que serão possivelmente frustradas e seriam mais bem aproveitadas na iniciativa privada. Geralmente empregos e cargos públicos possuem como característica a existência de hierarquia, uma margem menor de possibilidade de ascensão na carreira, regras mais definidas do que na iniciativa privada, dentre outras características que podem ser ruins para pessoas que gostam de atividades dinâmicas e de mudanças frequentes. Assim, pense bem se seu perfil é adequado para o serviço que almeja através dos concursos. Algumas pessoas podem, por outro lado, ter características pessoais e aspirações que serão mais bem aproveitadas no serviço público do que na iniciativa privada – como o senso de Justiça, o interesse em trabalhar pela comunidade e o desejo de impactar de forma positiva na vida de outras pessoas. Em resumo, há características pessoais que podem ou não indicar uma carreira no serviço público – tradicionalmente são características que indicam propensão para o serviço público altruísmo, comportamento voltado ao social, lealdade e prazer com o trabalho, comprometimento com objetivos institucionais, senso de dever para com a sociedade e o interesse público. Além disso, existem características que são importantes para a atividade no serviço público após a aprovação – inteligência emocional, motivação diante de adversidades, capacidade de organização etc. Por fim, existem também características pessoais que podem facilitar a aprovação nos concursos públicos, o que inclui inteligência, memória, concentração, força de vontade, motivação, organização etc. – mas um bom planejamento voltado ao seu perfil pessoal pode ajudar muito a todos. Em resumo, conhecer a si próprio (fatores intrínsecos) é importante tanto quanto conhecer o que se almeja (fatores extrínsecos).

- **Status social**: algumas carreiras públicas estão entre as profissões de maior reconhecimento social, mesmo não tendo tanto dinheiro no final do mês. Por conta do status e do valor social, dentre outros fatores, as carreiras públicas costumam ter menor evasão e rotatividade do que carreiras privadas, sendo que os órgãos públicos costumam ter maior facilidade para motivar os servidores do que as empresas (mas há locais com clima institucional ruim, excesso de burocracia, ingerência política e falta de meritocracia). Esse é um fator importante para escolher o serviço público, mas não se deve pensar que será um efeito permanente. É preciso se pensar também nas mudanças que haverá na vida pessoal, às vezes com mudanças de grandes centros para localidades remotas e pobres do país, às vezes com diminuição da flexibilidade na vida pessoal, às vezes com imposição de regras ilógicas e chefias que foram indicadas por mera conveniência política, dentre outras questões. Assim, como dito acima, não se deve romantizar o serviço público, que é essencial para o país, mas não é livre de dificuldades e frustrações.
- **Qualidade de vida**: Uma das grandes vantagens do serviço público é a possibilidade de uma melhor qualidade de vida, principalmente para quem tem uma vida mais humilde ou trabalha em posições mais baixas na iniciativa privada. Isso se deve a uma série de fatores, como horários de trabalho mais regulares, benefícios como plano de saúde corporativo e aposentadoria e a estabilidade que mencionamos anteriormente. No entanto, é importante lembrar que a qualidade de vida também depende muito do cargo e do órgão em que se trabalhará. Alguns cargos exigem muitas horas extras, viagens frequentes ou estão sujeitos a grande pressão e estresse. Portanto, é essencial pesquisar bem sobre o cargo e o órgão antes de decidir seguir essa carreira, mas, em regra, a qualidade de vida no serviço público é ainda melhor que na maior parte da iniciativa privada. Claro que há posições no mercado de trabalho privado que superam qualquer cargo público e cargos públicos em que a carga de trabalho, o estresse e a pressão política podem ser piores que no setor privado, mas o normal é o relatado acima.
- **Desenvolvimento profissional**: O serviço público costuma oferecer oportunidades para o desenvolvimento profissional. Há, pelo menos nos órgãos mais importantes e com maior orçamento, uma variedade de cursos de treinamento e desenvolvimento disponíveis, e em muitos casos, o órgão público irá cobrir os custos desses cursos. Além disso, em muitos cargos, há a possibilidade de progressão na carreira através de promoções e aumentos salariais. No entanto, é importante notar que a progressão na carreira no serviço público pode ser mais lenta

do que na iniciativa privada, e muitas vezes dependerá de fatores como antiguidade e mesmo política. Deve-se destacar que órgãos menores e com orçamento mais baixo podem ser estagnados e sem acesso a recursos básicos, como internet, contudo.

- **Impacto social**: Para muitas pessoas, uma das maiores atrações do serviço público é a oportunidade de fazer a diferença na sociedade. Seja trabalhando na educação, na saúde, na segurança ou em qualquer outra área, os servidores públicos desempenham um papel crucial na prestação de serviços essenciais à população. No entanto, é importante ter em mente que o impacto social de um cargo público pode variar muito dependendo do cargo e do órgão (em alguns cargos a visibilidade do que se está fazendo é muito baixa). Além disso, o trabalho no serviço público pode ser frustrante às vezes, devido à burocracia, falta de recursos e outras dificuldades, bem como o pouco impacto concreto na sociedade, a depender do órgão e do cargo.

Em resumo, a decisão de seguir uma carreira no serviço público deve ser baseada em uma avaliação cuidadosa de todos esses fatores. É importante ter uma compreensão clara das realidades do serviço público e das demandas específicas do cargo que você está considerando. Com a preparação e o planejamento adequados, no entanto, uma carreira no serviço público pode ser uma escolha gratificante e satisfatória para a vida profissional e pessoal.

## Direto ao ponto:

Antes de escolher se pretende prestar um concurso público ou não, pense nas diversas variáveis, tanto pessoais quanto externas, procurando saber o máximo possível sobre o serviço público e sobre o órgão que se almeja. Fatores como qualidade de vida, dinheiro, status, realização pessoal, impacto social devem ser considerados, mas não romantizados antes de se decidir, além do que se devem considerar fatores negativos.

- **Dinheiro**: Concurso público pode melhorar a qualidade de vida, mas não enriquece. Há altos salários em poucos cargos (cartórios, prático de navio), mas são exceções. A maioria dos cargos oferece estabilidade financeira, mas sem grandes ganhos.
- **Estabilidade**: Uma das maiores vantagens, com menor risco de demissão e aposentadoria geralmente mais segura. Porém, não significa ausência de cobrança, metas ou pressão.
- **Realização profissional**: O trabalho real é muito mais burocrático e administrativo do que parece. Romantizar o cargo leva a frustração. É possível encontrar realização, mas dentro da realidade concreta.
- **Tempo e esforço**: Aprovação exige estudo intenso, planejamento consistente, dedicação e até sorte. Cargos mais disputados pedem mais preparo e, em alguns casos, experiência prévia.
- **Características pessoais**: Perfis empreendedores podem se frustrar no serviço público, mais rígido e hierarquizado. Já perfis com vocação social, disciplina e foco em estabilidade podem se adaptar melhor.
- **Status social**: Algumas carreiras públicas trazem prestígio e reconhecimento, mas isso não elimina dificuldades do dia a dia.
- **Qualidade de vida**: Em regra, é melhor que na iniciativa privada (horários, estabilidade, benefícios), mas varia muito conforme o cargo e o órgão.
- **Desenvolvimento profissional**: Há cursos, capacitações e progressões, mas a carreira costuma evoluir mais lentamente do que na iniciativa privada.
- **Impacto social**: Para muitos, a grande motivação é contribuir com a sociedade. Contudo, a burocracia e a falta de recursos podem limitar esse impacto.

O serviço público oferece estabilidade, status e possibilidade de qualidade de vida, mas exige grande esforço para aprovação e pode gerar frustrações se encarado de forma idealizada. A decisão deve considerar perfil pessoal, objetivos de vida e realidades da carreira escolhida.

# 4 – Concursos públicos – Escolhas prévias aos estudos

Já comentamos alguns aspectos no capítulo anterior a respeito da escolha de se fazer concursos públicos ou não. Se a resposta tiver sido positiva, surgem novas perguntas a serem respondidas, antes mesmo de se começar a estudar. Qual ente estatal (federal, estadual, municipal), qual Poder (Executivo, Legislativo, Judiciário), qual cargo escolher? Fazer concursos em áreas variadas ou focar em carreiras mais específicas? Essas são perguntas básicas, mas a depender de quando se começar a planejar surgirão outras, inclusive qual graduação ou curso fazer para permitir futuramente fazer o concurso. Aliás, quanto mais se pensa e planeja com antecedência, mais fácil é o planejamento dos estudos e a aprovação.

Comentarei nos próximos tópicos algumas dessas questões, para trazer possibilidades de reflexão sobre esses e outros pontos àqueles que estão começando.

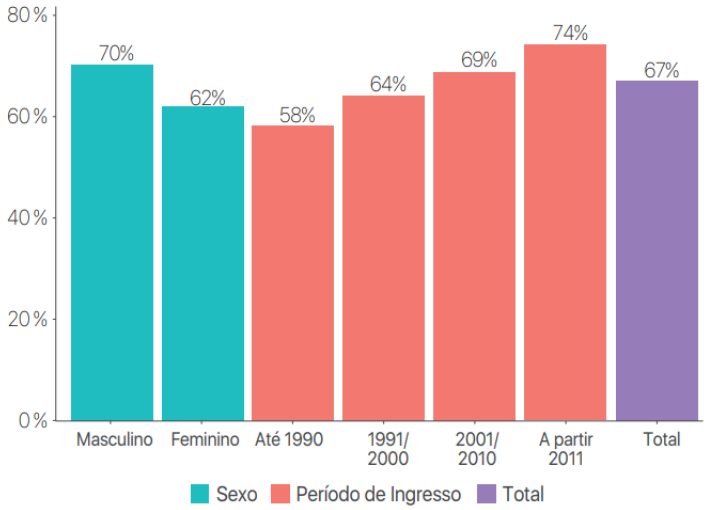
## 4.1 – Focar no cargo final desejado ou passar por cargos intermediários

A depender da etapa da vida que se começa a preparação para os concursos, essa é uma questão importante, principalmente para quem não possui apoio ou recursos financeiros para se manter apenas estudando. Eu, por exemplo, trabalhei em diversos cargos que não eram meu objetivo profissional final. Por exemplo, fui técnico em química de universidade por anos, enquanto esperava me formar em Engenharia Química, para depois poder fazer concursos de Perito da Polícia Federal, Petrobras ou outro cargo da área. Depois fui Oficial de Justiça enquanto esperava completar os três anos de atividade jurídica para fazer concursos de Magistratura.

Não há nada de errado em se buscar como objetivo final um cargo de apoio e com menor remuneração, o que para muitos já é o suficiente como objetivo, permitindo qualidade de vida suficiente. Entretanto, é comum encontrar servidores que trabalham nesses cargos e continuam estudando para outros cargos melhores, assim como é comum os aprovados em cargos melhores já serem servidores.

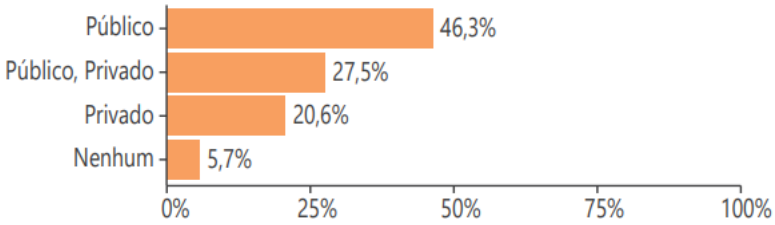
Nesse sentido, na área jurídica, por exemplo, pesquisa do CNJ de 2018 traz as seguintes informações, referente ao perfil nacional dos magistrados, de todas as áreas da Justiça: "**A maior parte dos magistrados (67%) declarou ter ocupado algum cargo público antes do ingresso na magistratura**. Quanto mais recente o ingresso na carreira, maior a proporção dos que foram servidores públicos: 58% dos que entraram na carreira até 1990 tinham ocupado algum cargo público antes, comparados a **74% daqueles que ingressaram na magistratura a partir de 2011**. Quase metade dos magistrados que eram servidores públicos ocuparam outro cargo no Poder Judiciário antes da magistratura (48%); 25% ocuparam postos no Poder Executivo; 13% no Ministério Público e 6% na Defensoria Pública."

Figura 29: Percentual de magistrados que declarou ter ocupado cargo público antes do ingresso na magistratura, de acordo com sexo e período de ingresso




Vejam que a partir de 2011, praticamente três de cada quatro magistrados ocuparam outro cargo público antes do ingresso, o que demonstra o que estou dizendo. Em 2023 as respostas parciais do censo do Judiciário mostram quadro semelhante:

**Figura 18:** Cargos e/ou empregos ocupados anteriormente pelos(as) magistrados(as)




Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2023.

Os dados mais recentes são ainda mais incisivos – somente 5,7% dos magistrados nunca trabalharam antes do ingresso no cargo. A mesma pesquisa mostra quais os cargos mais comuns ocupados anteriormente (vide gráfico na página seguinte).

De forma semelhante, cerca de 85% dos servidores da Justiça possuem nível superior, sendo que 60% dos cargos ocupados exigem apenas ensino médio.

Portanto, a maior parte das pessoas toma a decisão de ocupar outro cargo antes de conseguir o ingresso no cargo final almejado. Dessa forma, é uma decisão importante a ser pensada.

### 4.1.1 – Vantagens da passagem por cargos intermediários

A passagem por cargos intermediários possui algumas **vantagens**:

**Figura 19:** Percentual de magistrados(as) que ocuparam outro cargo e/ou emprego anteriormente

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2023.

- **Estabilidade financeira**: a vantagem mais óbvia e até principal é conseguir dinheiro. Esse dinheiro será usado para se manter, é claro, mas também auxiliará nos estudos, permitindo compra de materiais (livros, vídeo-aulas, cursos etc.) e mesmo pode ser necessário para se graduar, caso ainda não se tenha nível superior. Além disso, é certo que os concursos trazem vários gastos nas diversas etapas (inscrição, viagens até locais das provas, estadia em hotéis, pagamento de exames médicos etc.). Sem dinheiro acabará ficando inviável fazer muitos concursos, principalmente em locais distantes, diminuindo as chances de aprovação. Com dinheiro também se terá menos pressão para aprovação, o que provavelmente ocorrerá caso alguém esteja bancando seus estudos (pais geralmente) – essa pressão pode até ser positiva para alguns, servindo como motivação, mas acaba sendo algo negativa nas etapas decisivas, gerando ansiedade e nervosismo. Assim, com renda e estabilidade há uma tendência a se ter mais tranquilidade para os estudos.
- **Conhecimento do** órgão / do **serviço público**: ao se entrar nos quadros dos órgãos públicos se terá uma ideia bem melhor de como é o funcionamento, a cultura do órgão, o que é mais valorizado e o que não é importante, como são as relações de poder dentro do órgão, enfim, se terá uma ideia geral de como é a instituição. Esse conhecimento é muito importante para se estudar para o cargo final, principalmente quando é um cargo do mesmo órgão. Por exemplo, caso trabalhe como técnico do MPU terá muitas informações importantes para se estudar para Procurador da República (MPF), idem para Técnico e Auditor da Receita Federal, Técnico Judiciário e Juiz etc. Conhecendo de perto o cargo final almejado é possível ter maior foco nos estudos, além de deduzir respostas nas provas com base em conhecimento prático. Nem sempre a prática ajuda com questões de concursos, muitas vezes afastadas da realidade, é verdade, mas mesmo assim é mais fácil se estudar quando se tem uma ideia melhor da prática do que se está estudando. Aliás, a razão porque

muitos estudantes do Ensino Médio não gostam de Física ou Matemática é por não visualizar aplicações práticas do que estão estudando – de modo semelhante, matérias que caem em concursos são menos palatáveis quando não se consegue ver a aplicação, o que acontece com menos frequência com quem já possui experiência. Quanto mais próximo do cargo final o cargo intermediário, melhor é esse efeito. Mas mesmo o trabalho em órgão de Poder distinto pode ter sua utilidade, pois a Administração segue as mesmas regras do Direito Administrativo e possui burocracias e funcionamento semelhante. Em resumo, ao se ter contato com a Administração Pública se adquirem conhecimentos importantes, tanto para as provas quanto para o direcionamento dos estudos.

- **Rede de contatos**: ao se trabalhar no serviço público se terá contato com pessoas que ocupam os cargos desejados pelo candidato (quando se trabalha no mesmo órgão, pelo menos). Mesmo se não for o caso, se terá contato com outras pessoas com experiência em concursos e com colegas que também estão estudando. Esses contatos podem fornecer dicas e conselhos importantes para os estudos, além de motivação pelo exemplo. Mais do que isso, entretanto, ao atuar dentro da Administração se terá contato com informações que talvez não estejam disponíveis a todos, como as perspectivas de novos concursos que serão abertos, informativos e notícias do órgão (como os boletins de jurisprudência que são lançados com frequência pelos Tribunais, por exemplo). Essa vantagem não é tão grande assim, pois hoje em dia existem outros meios de ter tais conhecimentos, como servidores que postam informações em redes sociais e trabalham em cursinhos preparatórios, mas qualquer vantagem, mesmo pequena, pode fazer diferença. Por fim, em última análise, pode-se até mesmo ter vantagem de fases mais avançadas de concursos, como provas orais, entrevistas etc. – não se está dizendo que haverá injustiças nas notas e favorecimentos a quem já é servidor, mas sim que geralmente é reconhecido quem já possui experiência, razão inclusive que levou a exigência de três anos de atividade jurídica anteriores para os concursos de Magistratura e Ministério Público.
- **Melhor decisão sobre o objetivo final**: ao entrar no serviço público se terá melhor conhecimento de como é o cargo final procurado, o que pode servir para fortalecer a ideia, gerando maior motivação, ou para se desistir da ideia, ganhando tempo ao se mudar logo de rumo na vida. A visão de fora às vezes é romantizada quanto aos cargos mais importantes, e trabalhando no cotidiano dos órgãos se terá uma ideia real de como é o trabalho e quais são as vantagens e desvantagens, bem como se é de fato o seu perfil. Por exemplo, bem no começo de minha carreira cheguei a cogitar estudar para a Receita Federal e estudei anos para concursos da Petrobras na área de Engenharia. Hoje, com mais conhecimento de como é o trabalho nos cargos em tais órgãos/empresa, saberia que não é o que queria profissionalmente e, se pudesse voltar, dedicaria aquele tempo de estudo para outras áreas que seriam mais interessantes. Estudei praticamente seis anos para Perito da Polícia Federal, sendo que após trabalhar na Polícia Federal por alguns anos hoje sei que não é totalmente o que eu esperava – essa foi uma das razões que desisti de tentar concursos nessa área e fiz Direito depois de entrar na Polícia Federal. Essas mudanças de rumo nos estudos tomam anos de sua vida – quando tomei posse como Magistrado, cargo final de minha carreira de concurseiro, já tinha 40 anos. Assim, quanto mais rápido se decide o que se quer, melhor. E trabalhando dentro do serviço público se pode tomar mais rápido e melhor tais decisões.
- **Desenvolvimento de capacidades**: por fim, o trabalho em cargos intermediários

acaba por desenvolver habilidades importantes para os concursos, como a capacidade de escrita, a organização de tarefas, a desenvoltura no tratamento ao público externo (que pode ser útil para uma prova oral, por exemplo), dentre outras habilidades. Tais habilidades podem, por óbvio, ser treinadas (e inclusive com treino mais direcionado para os concursos), mas é uma vantagem conseguir se aprimorar enquanto ganha renda. Além disso, a experiência e as habilidades desenvolvidas serão úteis depois da aprovação, pelo menos na maior parte das vezes.

### 4.1.2 – Desvantagens da passagem por cargos intermediários

Por outro lado, existem algumas desvantagens também em fazer concursos para outros cargos intermediários, ao invés de manter o foco na carreira final. Listo a seguir os principais:

- **Perda de tempo**: a desvantagem mais evidente e até crucial é perder tempo de estudo para o cargo final desejado. Trabalhar em um cargo intermediário significa ter menos horas disponíveis para se dedicar aos livros, cursos, simulados e outras formas de preparação. Além disso, significa ter que dividir a atenção entre as atividades do trabalho e as matérias do concurso, o que pode gerar cansaço, estresse e desmotivação. Muitas vezes o trabalho pode ser desgastante ou desinteressante, o que afeta negativamente o rendimento e o ânimo dos estudos. Em resumo, ao se trabalhar em um cargo intermediário, se corre o risco de atrasar ou até mesmo comprometer a aprovação no cargo final almejado.
- **Perda de foco**: outro problema que pode ocorrer é a perda de foco e motivação, após a conquista do cargo intermediário. Quanto melhor o cargo intermediário e mais próximo em termos de salários e benefícios do cargo final, maior é essa tendência. Por exemplo, o cargo de Policial Legislativo do Senado, com remuneração líquida inicial acima de R$ 20.000 dificilmente é um cargo que ajuda na motivação para continuidade nos estudos. Além disso, em muitos cargos existem ainda as funções comissionadas, que ajudam a obter aumentos significativos de remuneração, mas que trazem mais responsabilidades, diminuindo o foco no objetivo final. Com melhor remuneração e mais qualidade de vida, a tendência é perder um pouco da motivação. Quando fui aprovado na Polícia Federal, cheguei a cogitar parar o estudo para concursos, pois já tinha conseguido algo muito próximo ao que queria anteriormente e já estava em uma posição bastante confortável comparado ao que vivia antes. Em casos mais emblemáticos, dificilmente as pessoas conseguem manter a motivação apenas para trocar de Estado ou de carreira – quem é aprovado para juiz estadual costuma parar de estudar depois de um tempo, mesmo se o objetivo final fosse ser aprovado em seu Estado de origem ou para juiz federal. Claro que há pessoas com mais foco e que não se influenciam, mas em regra podemos estabelecer que cargos intermediários com proximidade do cargo final em termos de benefícios acabam atrapalhando a busca pelo objetivo final.
- **Desmotivação com o serviço público**: muitas vezes se tem uma visão idealizada do serviço público (especialmente de alguns órgãos), que será confrontada com a realidade quando se entra nos quadros. Assim, é possível que a prática em cargos intermediários possa gerar desmotivação para tentar outros cargos, até mesmo le-

vando a procurar carreiras na iniciativa privada. Não há nada de errado nisso, sendo uma escolha válida e razoável. Somente é um problema quando se desiste de uma carreira final por conta de problemas próprios de carreiras intermediárias ou que não afligem o órgão que se buscava. Por exemplo, a falta de autonomia nas atividades, a falta de recursos financeiros para a execução do trabalho ou a excessiva repetição de tarefas podem ser problemas em alguns cargos, mas não são em todos. Assim, não se deve deixar que problemas que são do órgão ou do cargo intermediário levem a desistência do objetivo final, sabendo discernir bem as diferenças entre o cargo que se ocupa e o que se pretende ocupar. Quanto mais próximo o cargo intermediário estiver dentro do serviço público, mais fácil se fazer essa análise.

- **Vieses na realização das provas**: contrapondo a vantagem de conhecimento do serviço público, às vezes pode ocorrer de o conhecimento da prática ser desfavorável para uma prova, que pode pedir conhecimentos teóricos e doutrinários descolados do que de fato ocorrem. A situação é semelhante a uma prova de direção para obtenção de CNH – haverá mais facilidade pela prática anterior, mas pode haver vícios que prejudicam a realização conforme as regras próprias da prova. Um assessor jurídico, por exemplo, pode se acostumar a fazer minutas de sentença com o estilo do juiz com quem trabalha, o que não necessariamente será semelhante ao que é pedido na prova de sentença do concurso de Magistratura. Além disso, há questões teóricas que são baseadas apenas em idealizações, mas que na prática possuem outra configuração – nem sempre as pessoas que fazem as provas atuam no serviço público nos cargos de atividade-fim. Assim, pode-se chegar a uma resposta errada caso se desenvolva o raciocínio utilizando a prática. Em resumo, embora o conhecimento prático seja em geral favorável, em situações pontuais pode não ser.
- **Desmotivação com os estudos em casos de não aprovação**: as desvantagens acima partem do pressuposto que haverá aprovação no cargo intermediário. Entretanto, nem sempre isso é verdade. Existem cargos intermediários com concorrência e nível de dificuldade muitas vezes até maior do que cargos finais. É importante se ter consciência disso, para não se deixar abalar com reprovação em um concurso para um cargo intermediário e desistir dos estudos. Um exemplo – para quem é formado apenas em Direito pode ocorrer de as provas para Agente da Polícia Federal serem mais difíceis do que para Delegado, por exigirem conhecimentos poucos afeitos à formação, como Contabilidade e Estatística, além de haver concorrência com pessoas com qualquer graduação. Dessa forma, pode ocorrer de uma reprovação no cargo intermediário possa gerar a sensação de que a aprovação no cargo que se considera final seja algo impossível, levando à desistência dos estudos. Como dito, é preciso não se deixar ser levado por essa sensação, pois cada prova tem sua história e cada dia com foco nos estudos é um dia de avanço, que se pode usar para superar as derrotas anteriores.

### 4.1.3 – Encontrando a melhor decisão

Frente às vantagens e desvantagens trazidas, não há uma resposta pronta para todas as pessoas. Cada um deve se conhecer, tanto em termos de personalidade quanto em termos de

situação atual de vida, ponderar os prós e contras, e decidir se vale a pena fazer o concurso intermediário ou é melhor manter o foco na carreira final. De qualquer maneira, alguns conselhos são os seguintes:

- **Autoconhecimento**: Conheça a si mesmo, suas habilidades, interesses e limitações. Isso ajudará a entender se é capaz de equilibrar um cargo intermediário com os estudos para um cargo final, ou é melhor focar apenas no cargo final. Pode-se buscar ajuda de profissionais que entendem de orientação vocacional para isso, pois ao se traçar um perfil psicológico se terá uma melhor ideia. Claro que a questão financeira pesa muito, o que pode ser essencial na decisão – é possível focar no cargo final com ajuda financeira de outra pessoa, mas é importante que se converse bem a respeito, até para não aumentar muito a cobrança e prejudicar a tranquilidade nos estudos.
- **Pesquisa**: Pesquise sobre os cargos intermediários e finais que você está considerando. Entenda as responsabilidades, o ambiente de trabalho, a cultura do órgão e as perspectivas de carreira. Isso pode ajudar a esclarecer se o cargo intermediário é uma boa etapa para o cargo final. Nem sempre há acesso a tais informações diretamente, mas atualmente é razoavelmente fácil encontrar na internet pessoas trazendo seus relatos pessoais (que devem ser analisados com o devido cuidado, pois muitas vezes são enviesados para atrair visualizações). O ideal seria conhecer pessoalmente alguém de dentro do serviço público – até mesmo pode se ir diretamente a uma repartição e pedir para conversar com alguém. Muitas pessoas são abertas a falar, principalmente por já ter passado pelo outro lado, quando buscavam informações, e por valorizarem aqueles que se esforçam, como eles mesmo fizeram antes - mas é claro que nem todas as pessoas são assim. Dividir informações com outras pessoas que estudam para os mesmos cargos também é outra fonte importante.
- **Planejamento**: Faça um plano de estudos realista que leve em conta suas responsabilidades no cargo intermediário (se decidir aceitá-lo) e o tempo que você precisa para se preparar para o concurso do cargo final. Lembre-se de que a preparação para concursos pode ser um processo longo e exigente. Pense se vale a pena rejeitar novas atribuições no cargo intermediário quando elas forem opcionais, por exemplo, o exercício de funções comissionadas que demandam muitas responsabilidades (que a vantagem financeira atual poderá ser compensada com a aprovação no futuro em cargo com mais vantagens). Otimize suas tarefas no cargo intermediário, através de boa organização e rotinas de trabalho que retiram etapas desnecessárias. Não perca tempo com distrações no ambiente de trabalho, de forma a terminar mais rapidamente suas tarefas.
- **Flexibilidade**: Esteja aberto para adaptar seus planos conforme necessário. Se você perceber que um cargo intermediário está consumindo muito do seu tempo e energia, pode ser necessário reconsiderar sua decisão. Não necessariamente isso envolverá pedir exoneração, mas pode envolver decisões menos drásticas, como pedir remanejamento para outro setor ou função, remoção ou permuta para outra localidade, usufruto de férias ou licenças perto de datas importantes de provas ou mesmo pedido de licença sem remuneração por motivos particulares, se for o caso e for possível. É possível até mesmo se fazer outro concurso intermediário antes da decisão final.
- **Resiliência**: Não desanime se não passar em um concurso para um cargo intermediário. Cada tentativa é uma oportunidade de aprendizado. Mantenha o foco no seu

objetivo final e continue se esforçando. Antes de ser aprovado como Policial Federal, eu reprovei em várias provas por uma questão, fui reprovado no TAF da PF do concurso anterior e por duas vezes fui eliminado após a convocação para a posse por não ter diploma ainda (nos concursos da área de Engenharia). Mesmo assim continuei os estudos e consegui essa aprovação. Depois fui reprovado para o cargo de Perito da Polícia Federal, que era meu objetivo durante minha primeira graduação, por detalhes na prova de redação. Usei a motivação desse fracasso para fazer a graduação em Direito e os concursos de Magistratura. Foram muitos contratempos e dificuldades além desses, mas no final valeu muito ter insistido.

- **Apoio**: Busque apoio de familiares, amigos e colegas. Eles podem oferecer conselhos valiosos, motivação e até mesmo informações úteis sobre concursos e cargos. Uma rede de apoio e idealmente um grupo de estudos com pessoas com os mesmos objetivos podem auxiliar muito nas decisões a serem tomadas e executadas.

**Direto ao ponto:**

Ao considerar a preparação para concursos públicos, é crucial ponderar sobre a escolha entre focar no cargo final desejado ou passar por cargos intermediários. Ambas as opções têm suas vantagens e desvantagens. Cargos intermediários podem oferecer estabilidade financeira, conhecimento do órgão, uma rede de contatos e uma visão realista do cargo final. No entanto, eles também podem levar à perda de tempo e foco, desmotivação e uma visão distorcida do serviço público. Se a decisão for por um cargo intermediário, o ideal é escolher um que seja relevante para a carreira final, tenha flexibilidade de horário, ofereça oportunidades de aprendizado e crescimento, torne mais rápida a aprovação no cargo final e proporcione satisfação pessoal. Cada indivíduo deve fazer uma autoavaliação e tomar uma decisão informada com base em suas circunstâncias pessoais e aspirações de carreira.

### 4.1.4 – Encontrando o cargo intermediário ideal

Caso a decisão seja por um cargo intermediário, a próxima questão é saber qual cargo idealmente seria esse. Obviamente, o melhor cargo intermediário é aquele que potencializa as vantagens e diminui ao máximo as desvantagens, pensando na carreira final como um objetivo. Pensando nisso, o perfil procurado para esse cargo intermediário é aquele que possua as seguintes características:

- **Relevância para a carreira final**: O cargo intermediário ideal deve ter relevância para a carreira final que você deseja. Isso significa que as habilidades e experiências adquiridas no cargo intermediário devem ser transferíveis e úteis para o cargo final. Além disso, trará um maior conhecimento do cargo final, para permitir uma melhor decisão sobre se esse é mesmo o objetivo. Trará também uma melhor rede de contatos e conhecimentos úteis para as provas. Assim, por exemplo, o cargo de técnico de Procuradoria é bem melhor para quem pretende estudar para Procurador do que o cargo de Policial Rodoviário. Outro exemplo menos óbvio – a função de assessor jurídico é bem melhor para quem quer estudar para os cargos de membros das carreiras do que outros cargos, mesmo que do mesmo órgão, assim para o cargo de Juiz pode ser melhor ser assessor jurídico do Ministério Público ou da Defensoria

do que Oficial de Justiça, mesmo esse sendo um cargo do Judiciário também.

- **Flexibilidade de horário**: Um cargo intermediário com flexibilidade de horário pode ser uma boa escolha, pois permite equilibrar melhor o trabalho e os estudos para o concurso do cargo final. Alguns cargos possuem metas ao invés de horários fixos, como, por exemplo, o cargo de Oficial de Justiça, o que permite escolher os horários e dias em que essas metas serão batidas, a depender da carga de trabalho do local. Em alguns cargos há escalas de trabalho que permitem plantões e obter diversos dias de folgas posteriormente.
- **Menor carga de trabalho**: há cargos com menor carga de trabalho do que outros. Não deveria haver essa má distribuição de trabalho no serviço público, mas na prática é o que ocorre. Há repartições públicas em que as atividades podem ser resolvidas rapidamente e em pouco tempo, com a devida organização e criação de rotinas eficientes. Há locais em que a demanda pelo órgão público é mais baixa, o que ocorre, usualmente, em cidades menores. Com menor carga de trabalho, haverá mais tempo para se estudar.
- **Remuneração e vantagens no ponto ideal**: o melhor cargo intermediário é aquele que traz uma maior motivação para continuar estudando, não trazendo acomodação e permitindo uma boa qualidade de vida, com possibilidade de investir dinheiro nos estudos e na realização das provas. Trata-se de uma questão pessoal, ressaltando que dificilmente um cargo intermediário com iguais vantagens e remunerações motivará para outro – a tendência nesse caso é continuar no cargo que se considerava intermediário. Por exemplo, posso não ter afinidade com a carreira de Magistrado e preferiria ser Promotor de Justiça ou Procurador da República. Caso faça concursos de juiz e seja aprovado, será bastante difícil continuar muito tempo estudando para esses cargos, somente por uma questão de vocação. Outro exemplo, aquele que sempre quis ser Policial Federal e é aprovado na Polícia Civil do Distrito Federal em cargo semelhante terá muitas dificuldades em continuar. Mesmo cargos que hierarquicamente deveriam ter menores remunerações podem ter vantagens escondidas que os deixam muito próximos em termos de remuneração dos cargos finais, levando à tendência de acomodação.
- **Melhores condições para rápida aprovação**: se a ideia é que o cargo seja apenas uma etapa para a aprovação no cargo final, esse gargalo deve ser o mais rapidamente possível superado. Assim, o cargo intermediário ideal é aquele que traz maiores condições para nova aprovação. Isso significa, por exemplo, poder usar os seus conhecimentos anteriores para sair à frente nos estudos para ele, ter uma menor concorrência e ser um cargo que há provas com frequência.
- **Possibilidade de utilização dos estudos para o cargo final**: Idealmente não se quer perder tempo estudando matérias inúteis para o cargo final. Assim quanto mais matérias diferentes do cargo final forem exigidas, pior será para o planejamento. Há um balanço aqui – às vezes vale a pena estudar um pouco matérias que não serão úteis para o cargo final, para passar logo no cargo intermediário e seguir com o planejamento final. Há concursos que são muito específicos, de maneira que para esses o estudo para outros cargos não ajudará tanto, de forma que cada caso deve ser analisado, considerando também suas características pessoais e conhecimentos anteriores.

Esses são alguns dos pontos a serem considerados, sendo que outras dicas quanto à escolha do cargo intermediário podem ser obtidas do tópico a seguir, que tratará da escolha do

cargo final, já que muitas ideias de lá se aplicam também para o cargo intermediário.

## 4.2 – Escolha do cargo

Já discutimos a questão da escolha de se fazer um concurso intermediário ou não, bem qual cargo intermediário escolher. A próxima questão é mais importante – saber qual o cargo final escolher. Essa pergunta pode ter uma resposta simples para aqueles que já têm apenas um cargo em vista e já decidiram desde sempre por ele – tenho uma colega que resolveu que seria Juíza com oito anos de idade, por exemplo. Nem todo mundo tem essa certeza – e talvez nem devesse, pois ter uma mente aberta pode permitir encontrar o caminho para a realização profissional.

Não há respostas prontas aqui, por óbvio. Dizer qual cargo cada pessoa deveria escolher é o mesmo que dizer qual graduação se deveria fazer ou qual a roupa ou comida se deveria comprar – tudo depende de questões pessoais. Somente se podem trazer diretrizes para uma melhor escolha. Esse é o objetivo do presente tópico, com considerações sobre as diversas variáveis a serem consideradas.

### 4.2.1 – Aptidões pessoais

O primeiro ponto nas escolhas pessoais não pode ser outro do que o autoconhecimento. Não adianta estar num cargo com excelente remuneração e vantagens e se odiar o trabalho. E somente se pode ter uma ideia do que é agradável ou não quando se tem autoconhecimento. Claro que a personalidade não é algo estático, de forma que com o tempo se pode mudar os gostos e aptidões, mas existe uma boa parcela que é razoavelmente constante, possibilitando ter uma ideia de faixas de interesses.

Para o autoconhecimento, principalmente quando voltado ao campo profissional, existem métodos de apoio, como os testes vocacionais. A ajuda de profissionais, principalmente do campo da Psicologia, é importante para a realização desses testes. Contudo, mesmo por conta própria, é possível se realizar boas análises com testes disponíveis online. Por exemplo:

- **Teste Myer-Briggs**: existe uma versão grátis em https://www.16personalities.com/br/teste-de-personalidade. O teste é baseado nas teorias das autoras que lhe dão o nome, as psicólogas americanas Katherine Briggs e Isabel Myers. Esse teste divide as personalidades em 16 grandes tipos, baseado nos tipos psicológicos descritos pelo psiquiatra suíço Carl Jung. As personalidades são separadas com base nos fatores introversão/extroversão, intuição/observação, pensamento/sentimento e julgamento/percepção, formando tipos como INTJ, ESFP, ENFP etc. (há melhores explicações de cada tipo no site acima listado). Com base no perfil criado após as respostas, é possível se ter uma ideia do tipo de personalidade e isso pode auxiliar na análise de quais carreiras são mais indicadas (depois de saber o tipo, pode-se procurar no Google por termos como "INTJ" carreiras indicadas ou "ESFP" vocação, por exemplo). Claro que o teste acima isolado não permitirá traçar o perfil

de todas as pessoas (sendo que não há um perfil que seja 100% dentro de um tipo, mas sim perfis predominantes, além de que a ideia de dividir todas as pessoas em 16 grupos apenas não é razoável), mas é uma ferramenta para a autoanálise, permitindo identificar áreas de interesse, para aprofundar a pesquisa.

- **Teste IPIP NEO**: trata-se de um teste baseado na teoria dos traços de personalidade, características que se manteriam razoavelmente constantes ao longo do tempo. A teoria do teste é conhecida como a teoria dos Big Five, ou Modelo dos Cinco Grandes Fatores, por agrupar cinco traços principais de personalidade: abertura a experiências, conscienciosidade ou escrupulosidade, extroversão, agradabilidade ou simpatia, neuroticismo. Há uma versão online que permite a realização do teste no endereço https://drj.virtualave.net/IPIP/index.html, sendo que uma versão é completa, com 300 perguntas, enquanto outra é reduzida, com 120 questões. Esse teste é bastante semelhante ao NEO PI-R, que é aplicado por psicólogos em testes vocacionais (e em concursos na avaliação psicológica), trazendo o mesmo tipo de respostas. Com base na resposta às perguntas se pode ter uma análise da personalidade que permitirá melhor orientação vocacional. O teste é em inglês, devendo ser respondido clicando no quanto se concorda com as afirmações, variando entre muito inadequado (very inaccurate) e muito adequado (very accurate). A tradução dos 300 itens se encontra abaixo. Após responder as perguntas, haverá uma análise de sua personalidade, com base nos cinco grandes fatores e nos seus sub-fatores, novamente com explicação em inglês (que pode ser traduzida para o português facilmente usando uma inteligência artificial, como Bing, Bard ou Chat GPT).

1. Worry about things. Sou uma pessoa preocupada

2. Make friends easily. Faço amigos facilmente

3. Have a vivid imagination. Tenho uma imaginação vívida

4. Trust others. Acredito nos outros

5. Complete tasks successfully. Termino minhas tarefas com sucesso

6. Get angry easily. Fico nervoso facilmente

7. Love large parties. Amo festas com muitas pessoas

8. Believe in the importance of art. Acredito na importância das artes

9. Would never cheat on my taxes. Nunca trapacearia na declaração de impostos

10. Like order. Gosto de ordem

11. Often feel blue. Geralmente me sinto para baixo

12. Take charge. Eu tenho o controle das situações

13. Experience my emotions intensely. Experimento minhas emoções intensamente

14. Make people feel welcome. Faço as pessoas se sentirem à vontade

15. Try to follow the rules. Tento seguir as regras

16. Am easily intimidated. Sou facilmente intimidado

17. Am always busy. Estou sempre ocupado

18. Prefer variety to routine. Prefiro a variedade à rotina
19. Am easy to satisfy. Sou fácil de satisfazer
20. Go straight for the goal. Vou direto para os meus objetivos
21. Often eat too much. Muitas vezes como exageradamente
22. Love excitement. Adoro momentos de grande entusiasmo
23. Like to solve complex problems. Gosto de resolver problemas complexos
24. Dislike being the center of attention. Não gosto de ser o centro das atenções
25. Get chores done right away. Realizo as tarefas diárias rapidamente
26. Panic easily. Entro em pânico facilmente
27. Radiate joy. Fico radiante de alegria
28. Tend to vote for liberal political candidates. Tendo a votar em políticos mais liberais
29. Sympathize with the homeless. Simpatizo com os mendigos
30. Avoid mistakes. Evito os erros o máximo que posso
31. Fear for the worst. Temo pelo pior
32. Warm up quickly to others. Me aproximo facilmente das pessoas
33. Enjoy wild flights of fantasy. Gosto de voar em minha imaginação
34. Believe that others have good intentions. Acredito que as outras pessoas têm boas intenções
35. Excel in what I do. Faço todas as coisas com excelência
36. Get irritated easily. Fico irritado facilmente
37. Talk to a lot of different people at parties. Converso com muitas pessoas diferentes numa festa
38. Like music. Gosto de música
39. Stick to the rules. Ajo da maneira que as pessoas esperam de mim
40. Like to tidy up. Gosto de fazer faxina em casa
41. Dislike myself. Eu não gosto de mim mesmo
42. Try to lead others. Tento ser um líder
43. Feel others' emotions. Sou sensível às emoções alheias
44. Anticipate the needs of others. Antecipo as necessidades alheias
45. Keep my promises. Mantenho minhas promessas
46. Am afraid that I will do the wrong thing. Tenho medo de fazer a coisa errada
47. Am always on the go. Estou sempre atarefado
48. Like to visit new places. Gosto de visitar novos lugares
49. Can't stand confrontations. Não consigo suportar confrontação
50. Work hard. Trabalho duro

51. Don't know why I do some of the things I do. Não entendo porque faço certas coisas

52. Seek adventure. Procuro aventuras

53. Love to read challenging material. Gosto de ler textos desafiadores

54. Dislike talking about myself. Não gosto de falar sobre mim mesmo

55. Am always prepared. Estou sempre preparado

56. Become overwhelmed by events. Fico estafado com alguns acontecimentos

57. Have a lot of fun. Me divirto bastante

58. Believe that there is no absolute right or wrong. Acredito que não há nada que seja certo ou errado de maneira absoluta

59. Feel sympathy for those who are worse off than myself. Sinto simpatia por aqueles que são piores do que eu

60. Choose my words with care. Escolho minhas palavras com cuidado

61. Am afraid of many things. Tenho medo de muitas coisas

62. Feel comfortable around people. Me sinto bem quando rodeado por pessoas

63. Love to daydream. Gosto de sonhar acordado

64. Trust what people say. Acredito no que as pessoas dizem

65. Handle tasks smoothly. Cumpro minhas tarefas vagarosamente

66. Get upset easily. Me indisponho facilmente

67. Enjoy being part of a group. Gosto de me sentir parte de um grupo

68. See beauty in things that others might not notice. Vejo a beleza em coisas que a maioria das pessoas não é capaz de ver

69. Use flattery to get ahead. Bajulo as pessoas para conseguir meus objetivos

70. Want everything to be "just right." Quero que todas as coisas sejam "simplesmente perfeitas"

71. Am often down in the dumps. Geralmente fico deprimido

72. Can talk others into doing things. Consigo convencer os outros a fazerem coisas

73. Am passionate about causes. Sou apaixonado por algumas causas

74. Love to help others. Amo ajudar os outros

75. Pay my bills on time. Pago minhas contas em dia

76. Find it difficult to approach others. Sinto dificuldades em me aproximar dos outros

77. Do a lot in my spare time. Faço muitas coisas em meu tempo livre

78. Interested in many things. Tenho interesse em muitas coisas distintas

79. Hate to seem pushy. Eu odeio ter que ser insistente

80. Turn plans into actions. Transformo planos em ações

81. Do things I later regret. Faço coisas das quais me arrependo depois

82. Love action. Adoro ação

83.Have a rich vocabulary. Tenho um rico vocabulário

84.Consider myself an average person. Considero-me uma pessoa mediana

85.Start tasks right away. Começo tarefas sem atraso

86.Feel that I'm unable to deal with things. Me sinto incapaz de lidar com muitas coisas

87.Express childlike joy. Expresso alegria como de uma criança

88.Believe that criminals should receive help rather than punishment. Acredito que ao invés de punição os criminosos precisam receber auxílio

89.Value cooperation over competition. Valorizo cooperação acima de competições

90.Stick to my chosen path. Sou persistente nos caminhos que escolho

91.Get stressed out easily. Me estresso facilmente

92.Act comfortably with others. Tenho facilidade para me relacionar com os outros

93.Like to get lost in thought. Gosto de me perder em meus pensamentos

94.Believe that people are basically moral. Acredito que as pessoas são moralistas

95.Am sure of my ground. Sou uma pessoa confiante

96.Am often in a bad mood. Geralmente estou de mau humor

97.Involve others in what I am doing. Costumo envolver as pessoas nas coisas que estou fazendo

98.Love flowers. Adoro flores

99.Use others for my own ends. Uso as pessoas para conseguir meus objetivos

100.Love order and regularity. Adoro ordem e regularidade

101. Have a low opinion of myself. Tenho um baixo conceito sobre mim mesmo

102. Seek to influence others. Procuro influenciar os outros

103. Enjoy examining myself and my life. Gosto de pensar sobre minha vida e sobre mim mesmo

104.Am concerned about others. Sou uma pessoa que se preocupa com os outros

105.Tell the truth. Costumo dizer sempre a verdade

106.Am afraid to draw attention to myself. Tenho receio de atrair atenções para mim mesmo

107.Can manage many things at the same time. Consigo cuidar de muitas coisas ao mesmo tempo

108.Like to begin new things. Gosto de começar novas coisas

109.Have a sharp tongue. Tenho uma língua afiada

110.Plunge into tasks with all my heart. Mergulho nas minhas tarefas de coração

111.Go on binges. Eu fico de porre

112.Enjoy being part of a loud crowd. Gosto de fazer parte de grandes multidões

113.Can handle a lot of information. Posso lidar com muitas informações

114.Seldom toot my own horn. Sou meu melhor publicitário

115. Get to work at once. Atuo assim que é preciso
116. Can't make up my mind. Não sou bom em tomar decisões
117. Laugh my way through life. Vivo despreocupadamente
118. Believe in one true religion. Acredito que exista uma religião verdadeira
119. Suffer from others' sorrows. Sofro com os sofrimentos dos outros
120. Jump into things without thinking. Sou muito impulsivo
121. Get caught up in my problems. Fico muito envolvido com meus problemas
122. Cheer people up. Gosto de alegrar as pessoas
123. Indulge in my fantasies. Me permito ficar absorto em minhas fantasias
124. Believe in human goodness. Acredito na bondade humana
125. Come up with good solutions. Sou bom em descobrir boas soluções
126. Lose my temper. Perco a calma
127. Love surprise parties. Adoro festas surpresa
128. Enjoy the beauty of nature. Curto a beleza da natureza
129. Know how to get around the rules. Eu sei como quebrar regras
130. Do things according to a plan. Faço as coisas de acordo de maneira planejada
131. Have frequent mood swings. Tenho variações de humor frequentemente
132. Take control of things. Tenho controle das coisas
133. Try to understand myself. Tento entender a mim mesmo
134. Have a good word for everyone. Tenho uma boa palavra para dizer a todos
135. Listen to my conscience. Escuto minha consciência
136. Only feel comfortable with friends. Só me sinto à vontade com amigos
137. React quickly. Reajo rapidamente
138. Prefer to stick with things that I know. Prefiro continuar fazendo coisas que conheço bem
139. Contradict others. Contradigo os outros
140. Do more than what's expected of me. Faço mais do que as pessoas esperam de mim
141. Love to eat. Adoro comer
142. Enjoy being reckless. Adoro ser uma pessoa despreocupada
143. Enjoy thinking about things. Gosto de pensar sobre as coisas
144. Believe that I am better than others. Acredito que sou melhor do que os outros
145. Carry out my plans. Executo os planos que faço
146. Get overwhelmed by emotions. Fico sobrecarregado pelas emoções
147. Love life. Amo a vida

148. Tend to vote for conservative political candidates. Tendo a votar em políticos mais conservadores

149. Am not interested in other people's problems. Não me interesso pelos problemas dos outros

150. Make rash decisions. Tomo decisões precipitadas

151. Am not easily bothered by things. Não me chateio facilmente com as coisas

152. Am hard to get to know. Não me abro com as pessoas

153. Spend time reflecting on things. Gasto tempo refletindo sobre as coisas

154. Think that all will be well. Penso que as coisas darão certo

155. Know how to get things done. Sei como fazer as coisas funcionarem

156. Rarely get irritated. Dificilmente fico irritado

157. Prefer to be alone. Prefiro ficar sozinho

158. Do not like art. Não gosto de arte

159. Cheat to get ahead. Trapaceio para ir adiante

160. Often forget to put things back in their proper place. Geralmente esqueço de colocar as coisas no seu lugar certo

161. Feel desperate. Me sinto desesperado

162. Wait for others to lead the way. Espero que os outros decidam primeiro

163. Seldom get emotional. Geralmente fico emotivo

164. Look down on others. Desprezo os outros

165. Break rules. Quebro as regras

166. Stumble over my words. Me perco enquanto estou falando

167. Like to take it easy. Gosto de levar a vida na boa

168. Dislike changes. Não gosto de mudanças

169. Love a good fight. Gosto de uma boa luta

170. Set high standards for myself and others. Coloco altos padrões para mim e para os outros

171. Rarely overindulge. Raramente me excedo

172. Act wild and crazy. Ajo de maneira louca e selvagem

173. Am not interested in abstract ideas. Não me interesso por ideias abstratas

174. Think highly of myself. Tenho grande conceito de mim mesmo

175. Find it difficult to get down to work. Tenho dificuldades em me preparar para começar trabalhar

176. Remain calm under pressure. Permaneço calmo sob pressão

177. Look at the bright side of life. Olho para o lado bom da vida

178. Believe that too much tax money goes to support artists. Acredito que muito dinheiro de impostos é gasto com artistas

179. Tend to dislike soft-hearted people. Não costumo gostar de pessoas de coração mole

180. Like to act on a whim. Gosto de agir por caprichos
181. Am relaxed most of the time. Estou relaxado a maioria do tempo
182. Often feel uncomfortable around others. Geralmente não me sinto à vontade com outros ao meu redor
183. Seldom daydream. Geralmente sonho acordado
184. Distrust people. Não acredito nas pessoas
185. Misjudge situations. Não tenho um bom julgamento das situações
186. Seldom get mad. Geralmente fico bravo
187. Want to be left alone. Quero ficar sozinho
188. Do not like poetry. Não gosto de poesia
189. Put people under pressure. Coloca pressão nas pessoas
190. Leave a mess in my room. Deixo meu quarto desarrumado
191. Feel that my life lacks direction. Sinto que falta direção em minha vida
192. Keep in the background. Fico nos bastidores
193. Am not easily affected by my emotions. Não sou facilmente afetado por minhas emoções
194. Am indifferent to the feelings of others. Sou indiferente aos sentimentos dos outros
195. Break my promises. Quebro minhas promessas
196. Am not embarrassed easily. Não me envergonho facilmente
197. Like to take my time. Gosto de aproveitar bem meu tempo
198. Don't like the idea of change. Não gosta da ideia de mudança
199. Yell at people. Grito com as pessoas
200. Demand quality. Procuro qualidade
201. Easily resist temptations. Resisto facilmente as tentações
202. Willing to try anything once. Desejo experimentar todas as coisas
203. Avoid philosophical discussions. Evito discussões filosóficas
204. Have a high opinion of myself. Tenho uma grande opinião sobre mim
205. Waste my time. Gasto meu tempo a toa
206. Can handle complex problems. Sou capaz de lidar com problemas complexos
207. Laugh aloud. Dou gargalhadas altas
208. Believe laws should be strictly enforced. Acredito que as leis deveriam ser estritamente cumpridas
209. Believe in an eye for an eye. Acredito em "olho por olho, dente por dente"
210. Rush into things. Sou apressado com as coisas
211. Am not easily disturbed by events. Não sou facilmente afetado pelos eventos
212. Avoid contacts with others. Evito contato com os outros

213.Do not have a good imagination. Não tenho boa imaginação

214.Suspect hidden motives in others. Suspeito que as pessoas tenham segundas intenções

215.Don't understand things. Não entendo as coisas

216.Am not easily annoyed. Não sou facilmente aborrecido

217.Don't like crowded events. Não gosto de eventos com multidões

218.Do not enjoy going to art museums. Não gosto de visitar museus de arte

219.Pretend to be concerned for others. Finjo preocupação com as pessoas

220.Leave my belongings around. Deixo meus pertences espalhados

221.Seldom feel blue. Geralmente me sinto para baixo

222.Have little to say. Tenho pouco a dizer

223.Rarely notice my emotional reactions. Dificilmente deixo transparecer minhas reações emocionais

224.Make people feel uncomfortable. Faço as pessoas se sentirem pouco à vontade

225.Get others to do my duties. Coloco os outros para fazer meu trabalho

226.Am comfortable in unfamiliar situations. Fico pouco à vontade em situações não familiares

227.Like a leisurely lifestyle. Gosto de um estilo de vida tranquilo e despreocupado

228.Am a creature of habit. Sou refém de minhas manias e costumes

229.Insult people. Insulto as pessoas

230.Am not highly motivated to succeed. Não me sinto motivado para o sucesso

231.Am able to control my cravings. Sou capaz de controlar meus desejos mais intensos

232.Seek danger. Procuro perigo

233.Have difficulty understanding abstract ideas. Tenho dificuldade em entender ideias abstratas

234.Know the answers to many questions. Sei a resposta para muitas questões

235.Need a push to get started. Preciso de um empurrão para começar as coisas

236.Know how to cope. Sei como suportar as coisas

237.Amuse my friends. Divirto meus amigos

238.Believe that we coddle criminals too much. Acredito que damos muita moleza aos criminosos

239.Try not to think about the needy. Procuro não ficar pensando nas pessoas necessitadas

240.Do crazy things. Faço coisas malucas

241.Don't worry about things that have already happened. Não me preocupo com as coisas que já aconteceram

242.Am not really interested in others. Não me interesso pelos outros

243.Seldom get lost in thought. Geralmente me perco em meus pensamentos

244.Am wary of others. Sou desconfiado das pessoas

245.Have little to contribute. Tenho pouco para contribuir

246. Keep my cool. Eu mantenho a calma

247. Avoid crowds. Evito multidões

248. Do not like concerts. Não gosto de concertos musicais

249. Take advantage of others. Tiro vantagem dos outros

250. Am not bothered by messy people. Não fico aborrecido com pessoas bagunceiras

251. Feel comfortable with myself. Me sinto à vontade com o que sou

252. Don't like to draw attention to myself. Não gosto de chamar atenção para mim

253. Experience very few emotional highs and lows. Experimento poucos altos e baixos emocionais

254. Turn my back on others. Viro as costas para os outros

255. Do the opposite of what is asked. Faço o contrário do que é esperado

256. Am not bothered by difficult social situations. Não fico aborrecido com situações sociais difíceis

257. Let things proceed at their own pace. Deixo as coisas seguirem seu rumo

258. Dislike new foods. Não gosto de novas comidas

259. Get back at others. Eu me vingo das pessoas

260. Do just enough work to get by. Trabalho o suficiente para sobreviver

261. Never spend more than I can afford. Nunca gasto mais do que ganho

262. Would never go hang gliding or bungee jumping. Nunca pularia de bungee jump ou saltaria de paraquedas

263. Am not interested in theoretical discussions. Não me interesso em discussões teóricas

264. Boast about my virtues. Gosto de engrandecer minhas qualidades

265. Have difficulty starting tasks. Tenho dificuldades em começar tarefas

266. Readily overcome setbacks. Rapidamente supero frustrações

267. Am not easily amused. Não sou facilmente divertido pelos outros

268. Believe that we should be tough on crime. Acredito que deveríamos ser duros com o crime

269. Believe people should fend for themselves. Acredito que as pessoas deveriam se virar sozinhas

270. Act without thinking. Ajo sem pensar

271. Adapt easily to new situations. Me adapto facilmente a novas situações

272. Keep others at a distance. Mantenho os outros à distância

273. Have difficulty imagining things. Tenho dificuldade para imaginar as coisas

274. Believe that people are essentially evil. Acredito que as pessoas são essencialmente más

275. Don't see the consequences of things. Não vejo as consequências das coisas

276. Rarely complain. Dificilmente reclamo

277. Seek quiet. Procuro o silêncio

278. Do not enjoy watching dance performances. Não gosto de assistir espetáculos de dança

279. Obstruct others' plans. Atrapalho os planos alheios
280. Am not bothered by disorder. Não sou aborrecido pela desordem
281. Am very pleased with myself. Estou muito satisfeito comigo mesmo
282. Hold back my opinions. Guardo minhas opiniões
283. Don't understand people who get emotional. Não entendo as pessoas emocionais
284. Take no time for others. Não guardo tempo para os outros
285. Misrepresent the facts. Distorço os fatos
286. Am able to stand up for myself. Sou capaz de me levantar sozinho
287. React slowly. Reajo lentamente
288. Am attached to conventional ways. Sou muito ligado às coisas convencionais
289. Hold a grudge. Tenho ressentimentos
290. Put little time and effort into my work. Dedico pouco tempo e esforço no meu trabalho
291. Never splurge. Nunca faço gastos extravagantes
292. Dislike loud music. Não gosto de música muito alta
293. Avoid difficult reading material. Evito textos de difícil leitura
294. Make myself the center of attention. Coloco-me como o centro das atenções
295. Postpone decisions. Adio decisões
296. Am calm even in tense situations. Sou calmo até mesmo em situações tensas
297. Seldom joke around. Raramente faço piadas com os outros
298. Like to stand during the national anthem. Gosto de me levantar quando o hino nacional está sendo tocado
299. Can't stand weak people. Não suporto pessoas fracas
300. Often make last-minute plans. Geralmente faço planos de última hora

- **Testes vocacionais online**: há alguns testes vocacionais com bons resultados, embora demandem conhecimento em inglês ou tradução, como: 1 – o disponível em Career test - Free online aptitude test - 123test.com (é preciso marcar qual figura prefere e qual menos prefere em um grupo de 4 figuras, fazendo isso 15 vezes, para ao final receber um perfil com base na teoria de desenvolvimento de Holland, psicólogo americano) e 2 – o disponível em Career Test | Top-Rated & Trusted by Millions for Over 20 Years (careerfitter.com), no qual se deve responder entre duas opções possíveis várias perguntas, gerando um quadro geral gratutito ao final (nunca paguei para ver a versão completa, e nem recomendo). Há outros testes em inglês listados na página 10 Top Career Aptitude Tests (That You Can Take For Free) (novoresume.com). Há versões em português também, como os listados em 7 sites com testes vocacionais gratuitos para você ajudar seus alunos a descobrirem uma profissão - Positivo do seu jeito (meupositivo.com.br) e TOP 10 melhores testes vocacionais online em 2021 - Mundo Interpessoal.

Essas ferramentas ou uma consulta com um profissional podem indicar bons caminhos na escolha de uma profissão.

Claro que existem outras formas de se saber quais são as melhores carreiras a se seguir, como comparar suas experiências profissionais e pessoais anteriores com os cargos e ver o que é mais próximo daquilo que lhe agrada ou desagrada. Por exemplo, quem não gosta muito de falar com desconhecidos e prefere atividades mais solitárias deveria evitar cargos em que há atividades de atendimento, como, por exemplo, no setor bancário. Claro que essa última frase é uma generalização, pois há cargos bancários com esse perfil, como no setor de análise de risco, por exemplo. Por isso é importante se conhecer o cargo para saber as atividades e comparar com suas aptidões, o que se fará em outro tópico.

### 4.2.2 – Remuneração e outras vantagens do cargo

Dinheiro não é tudo, mas é um importante fator quando se pensa em trabalho (pouca gente trabalha apenas pelo gosto de fazer algo). Não há nada de errado em se considerar o dinheiro na hora de escolher uma profissão, seja para garantir uma vida confortável, ajudar a família, ter tranquilidade na aposentadoria etc. Quando se trata de concursos públicos, algumas questões relevantes no que se refere aos benefícios de cada cargo devem ser destacadas, de maneira a se ter os dados reais quando se leva em conta o fator financeiro na escolha do cargo. Listamos os principais:

- **Reais benefícios do cargo**: esse é o primeiro ponto e talvez o mais importante, que muitos que estão fora do serviço público não se atentam. Os valores de salário descritos nos editais dos concursos públicos muitas vezes não são os de fato recebidos quando do ingresso no cargo. Muitas vezes há parcelas variáveis, que não estão incluídas no valor dos vencimentos, bem como verbas remuneratórias e indenizatórias ocasionais, mas que, por sua alta frequência, são quase parte do salário. Por exemplo, Oficiais de Justiça recebem valores para indenizar o uso do seu veículo e em alguns Tribunais recebem valores por produtividade no cumprimento de mandados. Outro exemplo são cargos de agências reguladoras que envolvem viagens frequentes, com recebimento de diárias. Além disso, há órgãos públicos em que a maior parte dos servidores recebe alguma gratificação por exercício de função comissionada, o que não aparece no edital, pois é algo que não integra o cargo propriamente. Existem também cargos que recebem valores ocasionais de outros órgãos – por exemplo, membros do Judiciário e do Ministério Público muitas vezes recebem valores por exercício de funções eleitorais. Quando se analisa esses fatos, pode haver distorções, de maneira que cargos que possuem uma menor remuneração prevista no edital podem, na verdade, receber mais do que outros que possuem maior remuneração prevista. Portanto, escolher um cargo com base na remuneração prevista no edital do concurso pode trazer erros de julgamento. Para minimizar esses erros, **existem algumas formas de descobrir qual a verdadeira remuneração do cargo**. A primeira delas é procurar no **Portal da Transparência** do órgão a folha de pagamento, em que geralmente estão mais bem descritos os reais vencimentos. Muitos órgãos possuem essas informações com difícil acesso em seu site, mas com um pouco de paciência é possível se encontrar os dados. Um exemplo de site que permite essa busca é o Portal de Transparência do Executivo

Federal (https://portaldatransparencia.gov.br/servidores/consulta?ordenarPor=-nome&direcao=asc), em que se pode procurar por órgão, recebendo informações de quanto cada ocupante do cargo recebeu em dado mês. A análise deve ser feita considerando vários meses, de preferência, pois há meses com valores mais altos, como quando do recebimento da gratificação natalina. Caso não se encontre por órgão a informação, outra opção é procurar por nome (busca-se primeiro o nome de alguém aprovado no último concurso, na página com o resultado final, depois se lança a busca por essa pessoa). A segunda opção é **procurar no Google**, com termos simples como "quanto ganha" cargo x. Há frequentemente matérias de cursinhos para concursos que trazem essas informações, às vezes com servidores do cargo respondendo – mas muitas vezes os dados ainda são a menor nesses casos, pois a pessoa pode não querer revelar o quanto ganha. A terceira opção é **conhecer alguém do órgão e perguntar** – muitas pessoas têm resistência em falar sobre o próprio salário e essa é uma pergunta que somente se deve fazer caso haja certeza que não será ofensiva (pode-se perguntar, contudo, quanto ganha outro cargo, que é uma pergunta menos direta e que muitos podem responder mais tranquilamente, apenas com uma margem de erro na resposta, nesse caso). Enfim, a forma mais confiável é buscar nos Portais da Transparência, que para a maior parte dos cargos traz a informação (em órgãos menores, como Prefeituras, nem sempre estarão disponíveis todos os dados e há órgãos que não divulgam seus vencimentos). De qualquer maneira, nunca deixe de tentar descobrir os reais benefícios do cargo, que podem ser diferentes do que listado no edital.

- **As vantagens dos cargos mudam com o tempo**: outro fator a se considerar é que no serviço público há mudanças ao longo do tempo nos vencimentos e vantagens dos cargos. Uma carreira que estava em baixa pode receber um substancial aumento e passar a ser muito mais interessante, assim como outra pode ficar anos sem aumentos e perder seus atrativos financeiros. Tudo depende muito de política, envolvendo a capacidade de articulação da carreira, o interesse dos governantes da vez em prestigiar ou não uma área da Administração e outros fatores, como tensões políticas, momento econômico e a visão que a sociedade tem do órgão naquele momento. Portanto, decidir o cargo apenas com base no salário e vantagens pode ser enganoso. Claro que existem diretivas seguras que permitem balizar as possíveis mudanças, como: 1 – os cargos com maior hierarquia não irão receber menos do que os de menor, dentro do mesmo órgão, 2 – os cargos mais importantes de cada Poder irão tentar manter o status ao longo do tempo em termos remuneratórios e 3 – as carreiras com potencial de gerar renda (como Auditores Fiscais) tendem a não ficar abandonadas. Às vezes até durante as etapas do concurso há mudanças na remuneração – quando comecei o concurso de Especialista em Regulação da ANP, por exemplo, em 2008, a remuneração do edital era de R$ 6.044,26 no edital. Durante as etapas do concurso, em 2008/2009 houve uma significativa mudança, com melhores gratificações etc, passando o inicial do cargo para 10.892,00. Logo, um aumento de 80%. Portanto, quem tivesse sido aprovado e tivesse desistido para ir para outro cargo por conta da remuneração teria uma grande decepção. De certa forma, foi meu caso, pois demorei para entrar com um mandado de segurança para ser convocado para fazer o primeiro curso de formação – ainda não tinha diploma no curso de Engenharia, mas teria na posse – e acabei de fora. Se soubesse dos novos valores, talvez fosse atrás logo e pagado um advogado especialista em concursos. O que se pode concluir é que não se deve decidir apenas com base na remuneração,

pois é variável – ainda mais quando se consideram os muitos anos de carreira pela frente –, bem como se deve pesquisar se há perspectiva de mudanças na carreira, como negociações avançadas para aumentos. É possível se ver a série histórica dos vencimentos dos cargos, pelo menos federais, pois todos os anos são lançadas as **Tabelas de Remuneração dos Servidores Públicos Federais**, que se encontram *online* (basta pesquisar pelo termo em negrito e colocar o ano).

- **Status nem sempre é acompanhado de dinheiro**: há cargos que possuem imenso status, até mesmo pela forma como são mostrados pela imprensa, mas isso não significa que sejam os mais remunerados. Às vezes há oportunidades bem melhores de salários, em cargos não tão "populares". Os cargos mais bem avaliados entre os concurseiros costumam gerando mais concorrência, o que dificulta a aprovação. Portanto, com a mente aberta a aprovação pode ser mais fácil em carreiras interessantes, pelo menos do ponto de vista financeiro.
- **Dinheiro não é tudo**: e claro que também não é nada (pelo menos para quem não trabalha "por hobby"). Todos nós precisamos do trabalho para sustento e quem é de família mais humilde tem nos concursos uma das poucas chances de progredir na vida. Mas se deve lembrar que não será o dinheiro que trará felicidades. É preciso também afinidade com o trabalho para se manter realizado. De nada adianta receber o dobro do salário e fazer algo que detesta. São conhecidos os estudos que mostram que um ano após receber um prêmio de loteria os ganhadores tinham nível semelhante de alegria e satisfação ao de antes do prêmio. Em cargos públicos a sensação, pensando apenas em dinheiro, não é muito diferente. Com mais dinheiro surgem mais gastos e logo se acomoda em uma nova situação que passa a ser comum, não sendo apenas o dinheiro que irá trazer felicidade. No mais, quem tem muita motivação pelo dinheiro não deveria sequer ter no serviço público sua fonte principal de renda, pois o mais bem remunerado servidor não se compara ao rendimento de um empresário médio – e a ambição financeira não encontra limites. O que se quer dizer é que esse fator é importante sim, mas não deve ser o único, sob a possibilidade de frustração no médio e longo prazo.
- **A mudança de cargo pode gerar novos gastos ou retirar vantagens**: esse é um fator a ser considerado quando já se possui algum trabalho. Não é suficiente se comparar apenas as remunerações, é preciso também se pesar quais serão os gastos que surgirão e quais vantagens se irá perder. Cito algumas possibilidades. Há cargos que implicarão mudança para outras cidades, muitas vezes distantes – caso de concursos nacionais em que não há divisão por localidade, como a Polícia Federal. Com a mudança, caso se queira manter o contato próximo com a família pode ser necessário pagar viagens, que nunca são baratas. Assim, pode ser que haja um novo gasto mensal bem alto, que deve ser abatido quando se pensa, no curto prazo, na comparação com a situação em que se está. Outro exemplo – há cargos que possuem regras de aposentadoria diferenciadas, que permitem aposentadoria antes, como na carreira policial. Para aqueles que estão perto de se aposentar, faltando poucos anos nessas carreiras, é preciso se pensar se realmente vale a pena sair para receber um salário pouco maior. Enfim, um bom planejamento considera as vantagens da nova posição, mas também as desvantagens.
- **Além dos valores iniciais, deve-se considerar a carreira no longo prazo**: além de os valores previstos em edital não corresponderem sempre aos valores reais, outra questão que se deve prestar atenção é a progressão na carreira. Há carreiras em que a classe inicial é desvalorizada, mas há boa progressão conforme os anos.

Isso ocorre às vezes por questões políticas, como negociações entre o Governo e os sindicatos (em que o pessoal da ativa foca em aumentar suas vantagens, mesmo abrindo mão de valorizar a entrada na carreira). De qualquer forma, é importante se considerar o plano de carreira, de forma a saber quantos anos são necessários para se progredir, quais os benefícios e salários do final de carreira e quais os critérios para progressão. Há carreiras que possuem poucas diferenças salariais entre os ingressantes e os profissionais no fim da carreira, como ocorre em muitas carreiras jurídicas, enquanto há carreiras com grandes variações, como ocorre, por exemplo, na PRF (mudança de quase 70% entre classe inicial e classe final). Para saber como é o plano de carreira, procure a lei mais recente que trata do assunto. No caso dos servidores federais, é possível consultar as Tabelas de Remuneração dos Servidores Públicos Federais, que se encontram online, como já afirmado.

### 4.2.3 – Atribuições do cargo

Dinheiro, como afirmado, é apenas uma parte do que se deve considerar. Outra parte importante é a identificação com o trabalho, o que permite maior realização e manutenção de uma vida profissional produtiva. Para quem está de fora do serviço público muitas vezes é difícil considerar esse aspecto, principalmente quando a visão de fora é apenas parcial das atribuições. De qualquer maneira, esse é um fator que se deve conhecer, de maneira que sugiro formas de obter essas informações:

- **Edital do concurso**: a mais óbvia das respostas, os editais de abertura costumam trazer uma listagem de atribuições do cargo. Para o cargo de Perito da Polícia Federal, por exemplo, as atribuições descritas no último concurso eram "realizar exames periciais em locais de infração penal; realizar exames em instrumentos utilizados, ou presumivelmente utilizados na prática de infrações penais; proceder pesquisas de interesse do serviço; coletar dados e informações necessários à complementação dos exames periciais; participar da execução das medidas de segurança orgânica e zelar pelo cumprimento delas; desempenhar outras atividades que visem apoiar técnica e administrativamente as metas da Instituição Policial, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas". Assim como nesse exemplo, as descrições são muito vagas e genéricas, mas servem para se ter uma ideia. Procure editais de concursos anteriores para ver a descrição, o que vale principalmente para os cargos com atribuições menos conhecidas.
- **Lei de regência da carreira:** cada cargo público precisa ter suas atribuições legalmente, de forma que para informações mais aprofundadas é boa ideia ver a lei de regência. Para o cargo de Analista da Receita Federal, por exemplo, essas atribuições estão previstas no Decreto 6.641/2008. Muitas vezes os termos ainda serão gerais e não servirão totalmente para entender o que de fato é feito. Muitas vezes existem outras regulamentações dessas normas gerais. Uma pesquisa no Google com termos como "atribuições" do cargo "X" "lei de regência" ou "regulamento", costuma dar bons resultados, principalmente para os cargos mais conhecidos.
- **Sites de cursinhos para concursos**: os grandes cursinhos costumam fazer entrevistas com servidores para falarem sobre a carreira, atribuições e outros assuntos

pertinentes ao cargo, principalmente para os mais procurados. Há versões dessas entrevistas por escrito e também em vídeos. É algo facilmente encontrado digitando termos como entrevista "cargo x" concurso público.

- **Redes sociais**: não tenho redes sociais, por uma questão pessoal. Mas reconheço que é possível se obter informações úteis nelas, pois há pessoas que produzem conteúdo voltado a concursos, novamente sendo algo mais comum nos cargos que tem mais visibilidade. É possível se usar as redes sociais até mesmo para tentar contato com algum servidor do cargo e pedir informações, sendo que redes sociais como LinkedIn podem mostrar contatos comuns para facilitar esse diálogo.
- **Contatos pessoais**: saindo da internet e de uma maneira mais tradicional, é possível conversar com algum servidor que seja da instituição, de preferência do cargo desejado. Claro que nem todos possuem uma rede de contatos ampla que permita acesso a autoridades, mas muitas pessoas são mais acessíveis do que se espera. Conversando com educação e entendendo que uma negativa de conversa seria normal, é possível se obter muita coisa.

Na análise das atribuições do cargo para o seu perfil pessoal, devem ser considerados diversos fatores, tais como:

- **Adequação das atribuições às habilidades pessoais**: isso envolve questões já discutidas, sobre as aptidões pessoais. Porém, devemos considerar também a questão quando pensando nas habilidades que possuímos em comparação àquelas que serão importantes para o exercício do cargo desejado. Aqui devemos considerar as chamadas habilidades técnicas, mas também as habilidades comportamentais. As habilidades técnicas, ou *hard skills*, são habilidades específicas que podem ser aprendidas e medidas, como conhecimento técnico, habilidades de programação, habilidades de design, etc. Por outro lado, as habilidades comportamentais, ou *soft skills*, são habilidades mais subjetivas que se referem a traços de personalidade, como empatia, comunicação, liderança, trabalho em equipe, resolução de problemas etc. Claro que novas habilidades podem ser desenvolvidas e não devem ser vistas como um empecilho para a escolha de um cargo, mas a relação entre suas habilidades e àquelas que são necessárias para o exercício do cargo irá ditar o nível de dificuldade de adaptação. Procurar cargos com atribuições em que temos talento e que envolvem nossos pontos fortes é, em geral, recomendado. Para saber quais são esses talentos, podemos fazer uma autoanálise ou solicitar a ajuda de amigos e familiares, bem como profissionais especializados.
- **O nível de influência de outras pessoas nas atribuições do cargo**: poucos cargos possuem total independência do trabalho alheio – em última análise, nenhum, considerando a necessidade de atividades de apoio. Assim, deve-se considerar a extensão em que será necessário o trabalho em equipe no exercício das atribuições do cargo. Dificilmente se saberá de antemão com quem irá trabalhar ou mesmo se terá influência em escolher essas pessoas. Assim, pense também na sua aptidão pessoal para trabalho em equipe e quanto essa aptidão se adéqua a carreira escolhida. De certa forma há relação com o item anterior, mas destaco esse ponto em específico, pois há cargos, que envolvem pouca autonomia, em que esse ponto é crucial no longo prazo para a satisfação com a carreira.
- **A variedade de atribuições possíveis para os cargos**: há geralmente pessoas do mesmo cargo atuando em locais e atribuições distintas, como na área administrativa

e na área fim, por exemplo – quanto maior a variedade de atribuições, melhor, pois permite uma maior adequação ao perfil pessoal. Cargos muito especializados demandam uma análise ainda mais profunda na hora de sua escolha, pois não se terá muita margem de manobra para mudança. Vide, por exemplo, o cargo de Técnico em Radiologia, em que não há muita dúvida do que se fará.

- **As atribuições mais comuns do cargo**: existem cargos que possuem algumas atribuições mais visíveis para a sociedade, mas que, de fato, não são as mais comuns no cotidiano. Um Policial Federal, por exemplo, em regra não atuará em atividades operacionais como as que são mostradas em filmes de ação. O trabalho mais importante envolve a análise de documentação, geração de relatórios para os inquéritos e muitas atividades que são administrativas, como carimbar passaportes em controle de migração, autorização de porte de arma de fogo e de compra de produtos químicos etc. Até há missões policiais mais operacionais, mas não é isso que se deve esperar do trabalho. Logo, deve-se, como já dito acima, saber o que é de fato mais comum no trabalho, abandonando ideias romantizadas. Um Juiz, por exemplo, analisa processos que, na maioria, são de assuntos repetidos, com teses semelhantes e mesmos pedidos. Logo não se devem esperar grandes discussões legais e filosóficas no âmbito do cargo – algo mais próximo da atividade de um professor universitário, por exemplo. Em resumo, o ideal é se escolher pelo que será mais comum, não pela exceção.
- **A possibilidade de mudanças na forma de realização das atribuições dos cargos com as novas tecnologias**: cada vez menos há audiências presenciais no serviço público, por exemplo. Em última análise, alguns cargos há até mesmo a possibilidade de uma total reformulação de suas atribuições, como ocorre, por exemplo, com os cargos voltados a atividades que demandam comunicação pessoal, como Oficiais de Justiça ou Carteiros, em que há uma forte tendência de substituição por comunicação eletrônica ou emprego de automatização. Outro cargo com grande possibilidade de total reformulação é o de taquígrafo, responsável por transcrever, em tempo real, o que é falado, em Tribunais e Casas Legislativas, por exemplo - com o uso de gravações e softwares de transcrição, haverá a necessidade de uma total mudança de atribuições. Isso não chega a ser novidade, pois nos últimos anos já houve várias mudanças – veja o caso do cargo de Escrivão, por exemplo, que antes era responsável por cuidados de autos em papel, que hoje foram substituídos por arquivos digitais em quase todos os lugares. Logo, deve-se considerar o que ocorrerá no futuro, embora não seja possível prever totalmente o que ocorrerá, pois a tecnologia avança de forma imprevisível para o homem comum, além do que a decisão sobre as atribuições dos cargos envolvem decisões políticas.
- **Pensar também nos pontos negativos**: as carreiras, em geral, possuem atribuições diversas. A análise acima deve considerar àquelas que achamos interessantes, mas não pode esquecer dos pontos negativos. Muitas pessoas têm tendência de focar no que é agradável e interessante, e deixar de lado o que nem tanto. Como experiência profissional, por exemplo, digo que detestava fazer coleta de impressões digitais quando era Papiloscopista. Pode parecer absurdo escolher esse cargo diante disso, pois essa é uma das principais atribuições, mas eu contornei isso escolhendo uma lotação em que trabalhava principalmente como Agente, na análise. De qualquer maneira, entendo, olhando para trás, que talvez o cargo de Papiloscopista não fosse o que deveria ter escolhido – mas na época eu queria mesmo era ser aprovado em um cargo melhor do que o que ocupava e fazer parte da Polícia Federal. A lição

que quero trazer dessa história é que não se pode deixar de lado o que não se gosta em qualquer análise que pretenda ser efetiva.

### 4.2.4 – Qualidade de vida

Trabalho não é tudo, e nem deve ser, mesmo que se ame o que se faz. Dessa forma, um fator importante a se considerar são as repercussões do cargo escolhido na qualidade de vida. A rotina de trabalho impacta de forma importante no cotidiano, de forma que há muitos fatores a serem considerados, além da questão do salário e benefícios, já discutida. Devemos considerar tanto a qualidade de vida no trabalho quanto fora dele, pois a qualidade de vida envolve a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, dentro do contexto cultural e de valores nos quais está inserido, comparando com seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações, o que implica tanto a análise do trabalho em si quanto dos seus efeitos na vida em geral. Considero alguns aspectos mais importantes:

- **Carga de trabalho**: dizem que tempo é dinheiro, mas tempo é muito mais que dinheiro, pois com tempo se consegue dinheiro, mas não o contrário. O primeiro fator a se considerar é a quantidade de horas que serão demandadas no cargo, pois essas horas não estarão disponíveis para outras atividades pessoais. Embora todos os cargos tenham horários previstos em lei com cargas horárias parecidas, entre 30 e 44 horas semanais, na prática não é bem assim. Há cargos que demandam atuação fora do horário de expediente, com realização de serviço em casa para conseguir conduzir adequadamente as atribuições. Há cargos, por outro lado, que permitem a realização de atividades pessoais durante o horário de expediente, ante a baixa carga de trabalho ou a facilidade de se organizar as tarefas para ganhar tempo, principalmente quando as atividades são muito repetitivas. Muitos cargos possuem carga de serviços alta por conta de má organização, de maneira que é possível se conseguir diminuir o tempo de trabalho com uma boa gestão, mas nem sempre teremos atribuição para isso, pois pode se depender de outras pessoas. Enfim, às vezes é melhor ter um cargo com menor remuneração e menor carga de trabalho, para ter mais tempo livre para outras atividades. Quando se pretende continuar estudando, a questão da carga de trabalho é ainda mais importante, pois alguns cargos podem tornar muito difícil a tarefa de continuar nos estudos, ante as exigências de tempo. Quase sempre a carga de trabalho não é igual para todas as pessoas que atuam em um cargo, havendo variabilidade entre as lotações, quantidade de atribuições etc. Em resumo, é um fator essencial a se considerar, mas há possibilidades de se diminuir o tempo de trabalho depois, com boas escolhas e boa gestão. Além disso, deve-se considerar que quanto mais afinidade se tem pelo trabalho, menos sofridas serão as horas, de maneira que poucas horas em uma atividade que se detesta psicologicamente parecem mais longas do que um dia se fazendo algo que se gosta.
- **Flexibilidade do trabalho**: além da carga de trabalho, é importante se considerar a margem de manobra que se tem para escolher como cumprir a carga de trabalho. Quanto mais travado o horário, menor a qualidade de vida, pois se diminuem as opções. Algumas carreiras permitem a realização de escalas de mais horas de trabalho, em plantão, por exemplo, com a possibilidade de acumulação de horas de folga

posterior. Às vezes há escalas até mesmo que não estão dentro das possibilidades previstas em lei, mas que podem ser aceitas, desde que o serviço seja realizado de maneira adequada e não haja prejuízo a ninguém. Já cheguei a fazer escalas de 24 horas de trabalho por 24 horas de descanso, por exemplo, mas com duas semanas de folga posterior. Esse tipo de escala para quem mora longe da família, principalmente em cidades com estrutura ruim, pode fazer muita diferença na qualidade de vida. Há cargos em que não há carga horária definida, mas sim trabalho por tarefas ou metas, o que também permite flexibilidade nos horários, como ocorre, por exemplo, no cargo de Oficial de Justiça. Também há cargos que atualmente permitem a realização de teletrabalho, outra facilidade importante, ante a redução do tempo que se gasta em deslocamentos e possibilitando atividades que não seriam possíveis na forma tradicional de trabalho. Por outro lado, há também cargos com escala de sobreaviso, que prejudicam a qualidade de vida, pois impedem a realização de algumas atividades até mesmo fora do horário de expediente, muitas vezes sem retribuição quando não há acionamento para trabalho. Outro fator que pode travar o trabalho é quando se trabalha respondendo a demandas criadas por outras pessoas e com urgências para resposta, pois não há como se programar. Portanto, há tantos fatores positivos quanto negativos que podem influenciar a flexibilidade no trabalho e, por consequência, a qualidade de vida.

- **Local de trabalho**: depois da questão do tempo, a questão do local é a mais importante. Primeiro porque o deslocamento para o trabalho não conta como hora trabalhada, de maneira que a distância percorrida influenciará diretamente na quantidade de tempo livre para atividades pessoais. Segundo, porque muitos cargos públicos trazem a necessidade de mudança permanente de domicílio, sendo que muitos concursos federais têm vagas distribuídas no Brasil todo, sem possibilidade de se escolher de antemão o local em que se será lotado. E mudanças de domicílio trazem um impacto gigantesco na qualidade de vida, podendo ser para melhor ou para pior. Com a mudança para locais distantes não se terá o mesmo convívio com amigos e família, surgirão novos gastos (ou acabarão gastos, com a lotação próxima à casa para quem estava distante), haverá um novo custo de vida daquele local, as atividades de entretenimento poderão não ser as mesmas, a estrutura para alimentação / saúde / lazer pode vir a mudar e muitas outras variáveis. Nunca subestime o potencial de uma mudança na qualidade de vida, tanto para o bem quanto para o mal. Tendo trabalhado mais de uma década na Região Norte e em região de fronteira, vi de perto o quanto esse impacto ocorre nos casos mais extremos, com muitos colegas inclusive pedindo exoneração por não conseguir se acostumar com a vida em Oiapoque. Quanto mais flexibilidade se tem na escolha da localidade, mais oportunidades de concursos e mais rápida a aprovação. Mas se conheça bem e saiba o quão longe e para onde conseguiria se mudar, para evitar frustrações e mudanças de vida que não conseguirá suportar. Em um nível menor, considere o tempo que o novo local de trabalho irá tomar de sua rotina diária e as mudanças que trará no seu cotidiano.
- **Clima de trabalho**: além das atribuições do cargo, a respeito do que já conversamos, o clima do local de trabalho é algo essencial para a qualidade de vida durante o expediente. Mas aqui são muitas variáveis e sequer quem já está dentro do órgão tem como saber como será daqui a alguns anos. Isso porque há fatores que fogem do controle, tais como quem serão as pessoas que irão compor a equipe, quem são os superiores, qual o nível de interferência política etc. Em lugares em que há gran-

de rotatividade de funcionários, como ocorre, por exemplo, em regiões de fronteira com órgãos federais, é possível que quase toda a equipe seja trocada com um novo concurso, a demonstrar que não há muito como se saber como será o futuro local de trabalho. O que existem são tendências, que podem ser analisadas com base no perfil pessoal, de maneira a se prever o quão bem se divide os valores e costumes próprios do órgão. Órgãos policiais e militares, por exemplo, usualmente têm servidores com uma cultura não muito progressista na pauta de costumes, por exemplo (claro que essa é uma tendência, não um generalização). Alguns órgãos possuem problemas internos, decorrentes de pautas políticas ou sindicais, que acabam criando barreiras entre as carreiras, o que pode trazer um clima de trabalho ruim. Alguns cargos exigem maior envolvimento com outras pessoas e com pessoas de perfil ou situação específica (presos, pacientes, estrangeiros etc.), do que se pode concluir algumas questões, a depender do quanto se gosta de trabalho em equipe e atendimento ao público, por exemplo (essa discussão se confunde em parte com as atribuições do cargo, acima realizada). Em resumo, é um fator importante, mas de difícil previsão e que depende muito também de cada um, pois podemos influenciar, às vezes mais, às vezes menos, o local em que trabalhamos.

- **Estrutura de trabalho**: alguns órgãos, principalmente os federais e os que geram renda, costumam ter boa estrutura de trabalho. Porém essa não é a regra no serviço público, principalmente nos Estados e Municípios mais pobres e nas localidades mais distantes dos grandes centros. Más condições de trabalho, como equipamentos antigos e que vivem quebrando, falta de internet ou computador ou mesmo, em casos extremos, ausência de cadeira para se sentar na repartição, são, infelizmente, condições comuns em alguns lugares. Em alguns lugares faltará carro ou combustível e em outros os servidores terão que fazer vaquinha para consertar ventiladores ou tapar goteiras. Essas condições, que decorrem do péssimo uso do dinheiro público, tem um grande potencial de prejudicar a qualidade de vida. Logo, sempre se deve pensar a respeito de como é o orçamento e as condições de trabalho no órgão, o que pode mudar, inclusive, em órgãos federais, de localidade para localidade. A depender das condições de trabalho, mesmo as condições ergonômicas devem ser pensadas, pois pode haver prejuízo à saúde.
- **Mudança de status social**: nossa sociedade valoriza muito a profissão que se ocupa. Dependendo de como o cargo é enxergado pela sociedade, haverá um tratamento diferenciado das pessoas, tanto para melhor quanto para pior. Algumas carreiras, na área policial, por exemplo, trarão riscos que não existem para as pessoas em geral. Certos cargos podem fazer com que pessoas se aproximem por interesse. Outros cargos podem levar a preconceitos. Algumas atividades, embora legais, talvez não sejam tão bem recebidas quanto praticadas por um ocupante de um cargo, como frequentar festas noturnas ou bares. Algumas amizades talvez não sejam recomendáveis. Enfim, com alguns cargos serão necessárias mudanças de vida, que podem impactar na qualidade, a depender de como se está acostumado, o que também se deve considerar. Como regra, quanto maior a relevância social e o reconhecimento, maior a percepção positiva para a qualidade de vida, mas sempre se devem considerar as cobranças decorrentes.
- **Possibilidades de crescimento**: já comentamos sobre essa questão, mas é necessário se ressaltar que um cargo é tanto melhor quanto mais oportunidades de crescimento na carreira ofereça. Não falamos do aspecto financeiro, que já foi comentado, mas sim das possibilidades de crescimento profissional, como oferecimento

de cursos, possibilidade de ocupar funções comissionadas, gratificações por estudo, além de desafios intelectuais e pessoais. Muitas pessoas procuram essas possibilidades, até mesmo como forma de realização e para evitar a estagnação, que pode trazer frustração. Para quem é de fora do serviço público não é tão simples saber quais cargos trazem essas oportunidades, mas, como regra, quanto maior o órgão e com mais orçamento, maior a tendência de haver tais possibilidades, assim como quanto mais alto o cargo estiver na hierarquia do órgão. De qualquer maneira, as dicas que anteriormente passamos para descobrir como são as atribuições dos cargos, no item 4.2.3, servem também aqui.

### 4.2.5 – Facilidade de aprovação

É preciso ser prático e realista – de nada adianta escolhermos o melhor cargo do Brasil e focar os estudos nele se não tivermos condição de aprovação ainda. Digo ainda, pois acredito que com planejamento, investimento e esforço suficientes qualquer pessoa possa ser aprovada na maioria dos cargos. Mas não é apenas com base em sonho e palavras de motivação que se conseguirá aprovação e não devemos nos enganar, mas sim ter noção do nível de preparação que nos encontramos. Assim, outro fato a ser considerado é nossa possibilidade de aprovação no cargo. Sobre esse aspecto faremos algumas observações a seguir:

#### *4.2.5.1 – Número de candidatos / vaga*

O primeiro aspecto importante é a concorrência, pois se outras pessoas forem melhores do que nós a aprovação será mais difícil. A medida mais básica da concorrência é a quantidade de inscritos/vaga, que é geralmente divulgada pelas bancas e pelos órgãos que organizam o concurso. Vejamos alguns dados de concursos recentes (os dados foram tirados do endereço https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/relacao-candidato-vaga-dos-concursos-publicos-mitos-e-verdades/):

| ÁREA FISCAL | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Concurso** | **Cargo** | **Ano** | **Vagas** | **Inscritos** | **Cand/vaga** |
| ISS SP | Auditor Geral | 2023 | 50 | 10.655 | **213,1** |
| ISS SP | Auditor TI | 2023 | 10 | 1.309 | **130,90** |
| ISS RJ | Auditor | 2023 | 50 | 11.893 | **237,86** |
| SEFAZ MT | Auditor | 2023 | 30 | 13.424 | **447,47** |
| RFB | Auditor | 2023 | 230 | 53.517 | **232,68** |
| RFB | Analista | 2023 | 469 | 102.856 | **219,31** |
| SEFAZ MG | Auditor Geral | 2023 | 301 | 15.094 | **50,15** |
| SEFAZ MG | Auditor TI | 2023 | 90 | 1.883 | **20,92** |
| SEFAZ MG | Auditor Trib. | 2023 | 40 | 2.396 | **59,90** |
| SEFAZ PE | Auditor | 2022 | 20 | 6.693 | **334,65** |
| SEFAZ SE | Auditor | 2022 | 10 | 3.291 | **329,10** |
| SEFAZ AM | Auditor | 2022 | 60 | 10.846 | **180,77** |
| SEFAZ PA | Auditor | 2022 | 38 | 17.706 | **465,95** |

| ÁREA FISCAL | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| SEFAZ PA | Fiscal | 2022 | 10 | 10.085 | **1008,50** |
| ISS BH | Auditor | 2022 | 14 | 6.278 | **448,43** |
| SEFAZ RR | Auditor | 2021 | 20 | 3.740 | **187,00** |
| SEFAZ AL | Auditor | 2021 | 25 | 5.746 | **229,84** |
| SEFAZ CE | Auditor Geral | 2021 | 50 | 10.874 | **217,48** |
| SEFAZ CE | Auditor Jur. | 2021 | 5 | 2.216 | **443,20** |
| SEFAZ CE | Auditor Fin. | 2021 | 6 | 1.119 | **186,50** |
| SEFAZ CE | Auditor TI | 2021 | 11 | 882 | **80,18** |
| SEFAZ ES | Auditor | 2021 | 50 | 14.106 | **282,12** |

Área de Controle

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Concurso** | **Cargo** | **Ano** | **Vagas** | **Inscritos** | **Cand/vaga** |
| CGE SC | Auditor Jur. | 2023 | 28 | 3.461 | **123,61** |
| CGE SC | Auditor Cont. | 2023 | 13 | 1.891 | **145,46** |
| CGE SC | Auditor TI | 2023 | 15 | 899 | **59,93** |
| CGDF | Auditor Fin. | 2023 | 73 | 3.296 | **45,15** |
| CGDF | Auditor Plan. | 2023 | 14 | 2.292 | **163,71** |
| TCM-SP | Auditor Jur. | 2022 | 6 | 3.112 | **518,67** |
| TCM-SP | Auditor TI | 2022 | 2 | 895 | **447,50** |
| TCM-SP | Auditor Cont. | 2022 | 3 | 2.099 | **699,67** |
| TCM-SP | Aux. Adm. | 2022 | 8 | 28.933 | **3616,63** |
| TCU | Auditor | 2022 | 20 | 19932 | **996,60** |
| CGU | Auditor Geral | 2022 | 80 | 12829 | **160,36** |
| CGU | Auditor Cont. | 2022 | 40 | 2513 | **62,83** |
| CGU | Auditor Corr. | 2022 | 54 | 9.485 | **175,65** |
| CGU | Auditor TI | 2022 | 80 | 9.485 | **118,56** |
| TCE GO | Auditor Geral | 2022 | 25 | 3.640 | **145,60** |
| TCE ES | Auditor Geral | 2022 | 1 | 898 | **898,00** |
| TCE ES | Auditor Cont. | 2022 | 4 | 921 | **230,25** |
| TCE ES | Auditor Jur. | 2022 | 2 | 952 | **476,00** |
| TCE ES | Auditor TI | 2022 | 8 | 526 | **65,75** |
| TCE TO | Auditor Jur. | 2022 | 6 | 1.019 | **169,83** |
| TCE TO | Auditor Cont. | 2022 | 8 | 673 | **84,13** |
| TCE TO | Auditor TI | 2022 | 3 | 177 | **59,00** |
| TCE AM | Auditor Geral | 2022 | 18 | 8.764 | **486,89** |
| TCE SC | Auditor Jur. | 2021 | 40 | 3.204 | **80,10** |
| TCE SC | Auditor Cont. | 2021 | 36 | 1.692 | **47,00** |
| TCE SC | Auditor TI | 2021 | 32 | 650 | **20,31** |

| **Área Policial** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Concurso** | **Cargo** | **Ano** | **Vagas** | **Inscritos** | **Cand/vagas** |
| PM SP | Soldado | 2023 | 2700 | 75.780 | **28,07** |
| PMERJ | Soldado M | 2023 | 1800 | 88.461 | **49,15** |
| PMERJ | Soldado F | 2023 | 200 | 31.138 | **155,69** |

| **Área Policial** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| PM BA | Soldado M | 2023 | 1700 | 56.202 | **33,06** |
| PM BA | Soldado F | 2023 | 300 | 24.639 | **82,13** |
| PM DF | Soldado M | 2023 | 630 | 23.958 | **38,03** |
| PM DF | Soldado F | 2023 | 70 | 11.108 | **158,69** |
| PM CE | Soldado | 2023 | 1000 | 69.293 | **69,29** |
| PM SP | Soldado | 2022 | 2700 | 47.939 | **17,76** |
| PC GO | Agente | 2022 | 450 | 55.029 | **122,29** |
| PC GO | Escrivão | 2022 | 310 | 38.584 | **124,46** |
| PC GO | Delegado | 2022 | 44 | 17.294 | **393,05** |
| PC AM | Investigador | 2022 | 200 | 43.314 | **216,57** |
| PC BA | Investigador | 2022 | 700 | 27.613 | **39,45** |
| PC DF | Agente | 2022 | 600 | 88.891 | **148,15** |
| PC DF | Escrivão | 2022 | 300 | 52.634 | **175,45** |
| PC SP | Investigador | 2022 | 900 | 31.979 | **35,53** |
| PC SP | Escrivão | 2022 | 1600 | 28.658 | **17,91** |
| PM GO | Soldado | 2022 | 1500 | 52.741 | **35,16** |
| PF | Agente | 2021 | 893 | 222.631 | **249,31** |
| PF | Escrivão | 2021 | 400 | 53.611 | **134,03** |
| PF | Papiloscopista | 2021 | 84 | 17.622 | **209,79** |
| PF | Delegado | 2021 | 123 | 27.751 | **225,62** |
| PRF | Policial | 2021 | 1500 | 304.330 | **202,89** |

| **Área Tribunais** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Concurso** | **Cargo** | **Ano** | **Vagas** | **Inscritos** | **Cand/vagas** |
| TJ SP Capital | Escrevente | 2023 | 400 | 103.554 | **258,89** |
| TJ SP Interior | Escrevente | 2023 | 60 | 41.253 | **687,55** |
| TRT GO | AJAJ | 2023 | 1 | 9.232 | **9.232,00** |
| TRT GO | AJAA | 2023 | 1 | 5.971 | **5.971,00** |
| TRT GO | TJAA | 2023 | 5 | 18.756 | **3.751,20** |
| TJ SP | Escrevente | 2022 | 845 | 224.814 | **266,05** |
| TJ MG | Oficial | 2022 | 61 | 51.773 | **848,74** |
| TJ MG | Analista | 2022 | 223 | 40.256 | **180,52** |
| MP SP | Analista | 2022 | 5 | 1.931 | **386,20** |
| AGU | Analista | 2018 | 10 | 26.472 | **2.647,20** |
| TSE Unificado | Técnico e Analista | 2006 | 801 | 189.402 | **236,46** |

Acrescento outros dados:

| Área | Instituição | Cargo | Ano | Inscritos | Vagas | Inscritos/Vaga |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Bancária | BB | Escriturário | 2021 | 1605751 | 1000 | 1605,8 |
| Legislativa | Senado | Policial | 2022 | 25037 | 7 | 3576,7 |
| Diplomacia | Inst. Rio Branco | Diplomata | 2019 | 6411 | 20 | 320,6 |
| Jurídica | TRF-3 | Juiz Federal | 2023 | 11753 | 106 | 110,9 |

Dados como esses são facilmente encontrados em sites dos últimos concursos e nas páginas de cursinhos. Embora seja a estatística inicial e básica, a relação de inscritos/vagas pouco diz a respeito da facilidade de aprovação. É necessária uma análise muito mais aprofundada, para de fato saber qual o nível real de concorrência para cada cargo. Mostrarei dados reais e pessoais para demonstrar como o simples número de inscritos não demonstra a dificuldade no concurso. Abaixo os dados de todos os concursos em que obtive classificação, considerando todos os cortes para as etapas seguintes.

| Concurso | Cargo | Ano | Classificaç | Inscritos | Classificação / Inscritos | Vagas | Resultado | % entre |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PRF | Policial Rodoviário | 2002 | 1052 | 510000 | 484,8 | 1100 | Aprovado | 0,21% |
| Unicamp | Técnico em Química | 2003 | 1 | 137 | 137,0 | 8 | Nomeado | 0,73% |
| Petrobras | Engenheiro de Processamento | 2006 | 250 | 3500 | 14,0 | 265 | Nomeado | 7,14% |
| ANP | Especialista em Regulação | 2008 | 22 | 2300 | 104,5 | 22 | Nomeado | 0,96% |
| BNDES | Formação Engenharia | 2008 | 60 | 8308 | 138,5 | Cadastro | Classificado | 0,72% |
| Liquigás | Engenheiro Químico | 2009 | 1 | 50 | 50,0 | Cadastro | Aprovado | 2,00% |
| Petrobras | Engenheiro de Processamento | 2009 | 327 | 3800 | 11,6 | 50 | Classificado | 8,61% |
| Sabesp | Engenheiro Químico | 2009 | 4 | 778 | 194,5 | 4 | Aprovado | 0,51% |
| Prefeitura Sumaré/SP | Engenheiro Químico | 2009 | 9 | 120 | 13,3 | 1 | Classificado | 7,50% |
| Polícia Federal | Escrivão | 2009 | 490 | 51444 | 105,0 | 400 | Aprovado | 0,95% |
| Unicamp | Químico | 2011 | 1 | 75 | 75,0 | 4 | Nomeado | 1,33% |
| INMETRO | Pesquisador | 2011 | 10 | 520 | 52,0 | 4 | Classificado | 1,92% |
| Polícia Civil/DF | Perito | 2012 | 550 | 8539 | 15,5 | 380 | Classificado | 6,44% |
| Senado Federal | Policial Legislativo | 2012 | 250 | 23500 | 94,0 | 120 | Classificado | 1,06% |
| Detran/DF | Agente | 2012 | 600 | 19000 | 31,7 | 500 | Classificado | 3,16% |
| Polícia Federal | Papiloscopista | 2012 | 5 | 11800 | 2360,0 | 40 | Nomeado | 0,04% |
| Polícia Federal | Perito - Área 06 | 2014 | 9 | 3196 | 355,1 | 9 | Classificado | 0,28% |
| Polícia Civil/AP | Delegado | 2017 | 13 | 1177 | 90,5 | 12 | Nomeado | 1,10% |
| TRF-1 | Oficial de Justiça | 2017 | 2 | 47 | 23,5 | 3 | Nomeado | 4,26% |
| MPAP | Promotor de Justiça | 2023 | 49 | 2298 | 46,9 | 9 | Classificado | 2,13% |
| Senado Federal | Advogado | 2023 | 60 | 5000 | 83,3 | 45 | Classificado | 1,20% |
| TJAP | Juiz de Direito | 2023 | 6 | 2109 | 351,5 | 11 | Nomeado | 0,28% |
| TRF-3 | Juiz Federal | 2023 | 63 | 11753 | 186,6 | 106 | Classificado | 0,54% |

Nas colunas temos após o ano do concurso a minha classificação, o número de inscritos, a minha classificação considerando a quantidade de inscrito (o que equivaleria a taxa de candidatos / vaga que eu teria superado), a real quantidade de vagas e o resultado final. No resultado final: 1 – nomeado significa que fui até a etapa final das provas, não necessariamente sendo empossado, pois em alguns concursos ainda não tinha diploma e em outros resolvi não tomar posse, 2 – aprovado significa que fui para as etapas finais, mas por outro motivo não fui nomeado, como os casos em que não nomearam todos os candidatos nas vagas – o que era possível antigamente – ou que reprovei em outras etapas, como TAF ou exame médico e 3 – classificado significa que fui convocado para etapas depois da objetiva mas não consegui ir para a etapa final. Depois do resultado temos minha classificação em percentual entre os candidatos – no primeiro concurso, em 2002, fiquei entre os 0,21% melhores, por exemplo.

Como se pode ver, houve concursos em que seria capaz de superar uma concorrência de 2360 candidatos por vaga, como na Polícia Federal para Papiloscopista, enquanto em outros não superei uma concorrência de 11,6 inscritos por vaga, caso da minha segunda tentativa

no concurso de Engenheiro de Processamento da Petrobras. Além disso, houve concursos em que superei a concorrência de 186 inscritos / vaga e não fui para a etapa final, como no TRF-3 para Juiz Federal, enquanto em outros, como para Oficial de Justiça, foi suficiente superar uma concorrência de 23,5 inscritos por vaga para ser nomeado. No primeiro concurso que fiz para Engenheiro de Processamento da Petrobras fui nomeado estando entre os 7,14% melhores entre os inscritos, enquanto na Sabesp fiquei entre os 0,51% e não fui chamado.

Além disso, ainda houve diversos concursos, principalmente da área jurídica, em que sequer tive classificação, por ter sido eliminado no corte da objetiva. Foram eles – Petrobras para Químico de Petróleo (5 questões de 100 para o corte), Petrobras para Engenheiro de Petróleo (1 questão de 100 para o corte), Secretaria Municipal de Finanças/RJ para Fiscal de Rendas (10 questões de 150 para o corte), TJSP para Juiz de Direito (11 questões para o corte), MPDFT para Promotor (13 questões de 100 para o corte), TJPR para Juiz de Direito (2 questões de 100 para o corte), TJGO para Juiz de Direito (13 questões de 100 para o corte), TJMG para Juiz de Direito (12 questões de 100 para o corte), TJMA para Juiz de Direito (4 questões de 100 para o corte), TRF-4 para Juiz Federal (4 questões de 100 para o corte). Nesses concursos, se fosse possível se saber a classificação, haveria concursos em que não teria ficado entre os 10% melhores, como no caso do TJGO, por exemplo. E esses concursos foram realizados todos em datas próximas de outros concursos em que fui aprovado e até nomeado. Vejamos ainda o caso dos concursos de Magistratura, em que tive excelentes resultados no TRF-3, TJAP e MPAP, resultados medianos no TJPR, TJMA e TRF-4 e resultados ruins no MPDFT, TJSP, TJGO e TJMG – tudo isso em um mesmo período, sendo que os concursos que obtive melhores resultados não ocorreram depois do que aqueles em que fui mal, mas sim em datas misturadas. Considerando a classificação aproximada do site Olho na Vaga, minha classificação nesses concursos mais recentes em que fui eliminado na objetiva seriam: MPDFT - 1700 de 9565 (17% melhores), TJPR (396 de 9657 – 4% melhores), TJGO – 3800 de 10507 (36% melhores), TJSP – 3500 de 19031 (18% melhores), TJMA – 3600 de 11541 (31% melhores) e TRF-4 (800 de 4858 – 16% melhores).

Logo, vejam que não foi o número de inscritos por vaga que determinou meu sucesso ou fracasso nos diversos concursos acima. Sequer existe um padrão definido entre os tipos de concursos, pois na área de Engenharia fiquei tanto entre os 0,72% melhores (BNDES) quanto entre os 8,61% melhores (Petrobras), enquanto na área jurídica fiquei tanto entre os 0,28% melhores (TJAP) quanto entre os 36% melhores (TJGO). Em termos de percentual, meu melhor resultado foi no concurso de Papiloscopista da Polícia Federal, em que fiquei entre os 0,04% melhores, mas vinha de diversos concursos da área de Química em que tinha ficado fora do corte. Enquanto isso, meu pior resultado em uma prova, de todos os concursos, para Juiz do TJGO, ocorreu pouco tempo antes da prova do TJAP, na qual fui o 6º colocado no resultado final.

Quando se observam outros candidatos em comparação, por outro lado, a questão fica ainda mais evidente. Embora tenha sido eliminado com notas ruins no TJMA e TJGO, por exemplo, que podem ser considerados meus piores concursos entre todos, fiquei classificado à frente de outros colegas Magistrados nomeados nesses concursos, que fizeram a prova oral do TJAP. Assim como muitos colegas que não conseguiram o corte para o TJAP podem ser Magistrados de outros Tribunais para os quais não consegui a nota mínima (a seguir demonstrarei estatisticamente porque isso ocorre).

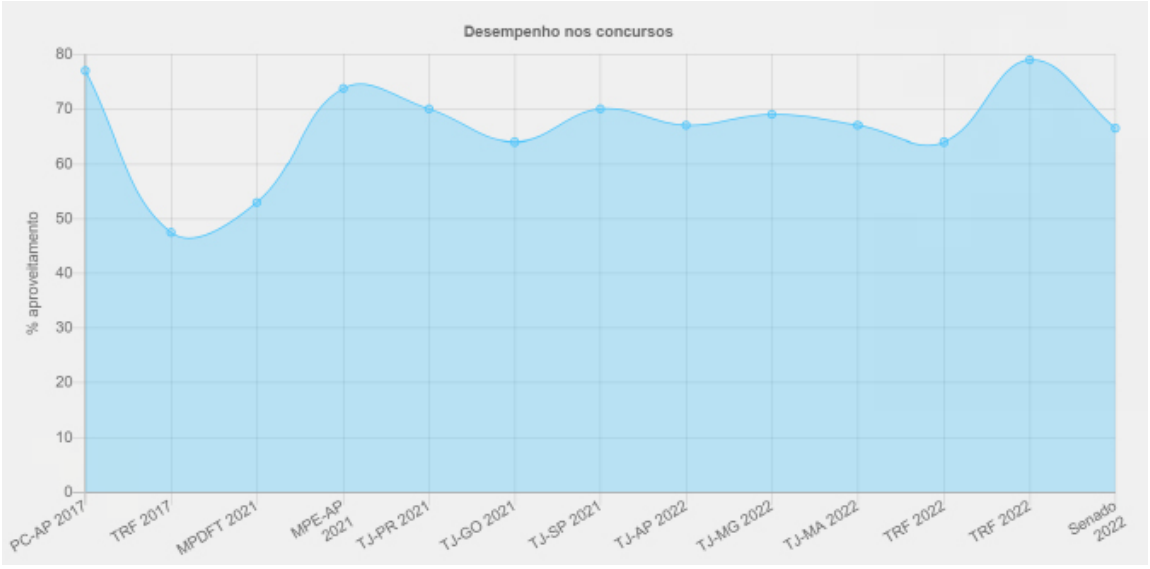
Portanto, não é apenas a questão dos inscritos por vaga que definirá o resultado. Há

vários outros fatores a serem considerados:

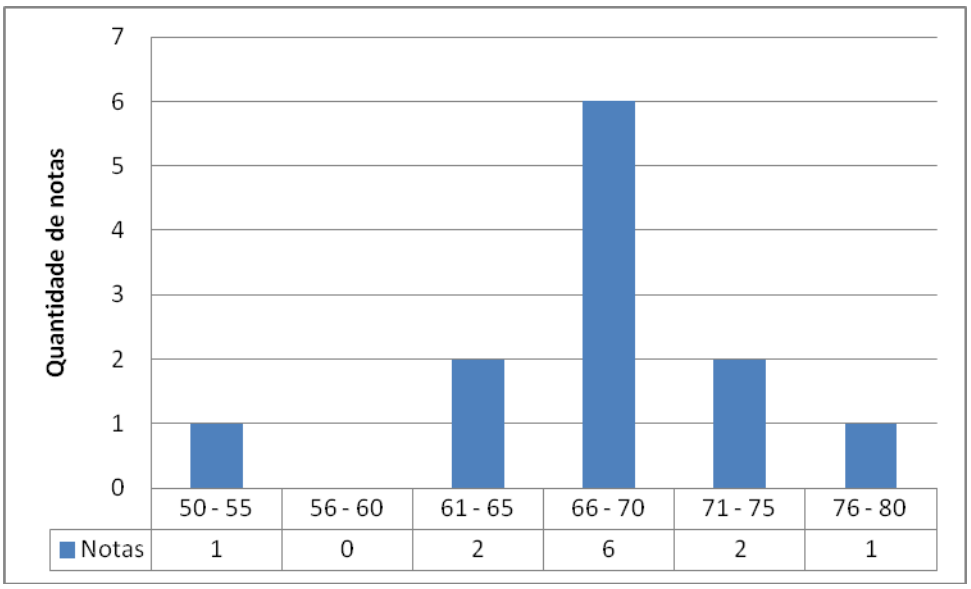
- **Número de candidatos x número de inscritos**: a primeira questão, mais óbvia, é de que número de inscritos não significa número de candidatos. Isso porque nem todas as pessoas comparecem para fazer as provas. As taxas de abstenção variam muito de concurso para concurso, mas quanto maior o número de inscritos, maior a porcentagem de ausentes geralmente, pois muitos desanimam com a quantidade de alta de pessoas. Além disso, há outros fatores que aumentam a quantidade de pessoas ausentes, como a marcação de outras provas na mesma data ou em datas próximas (levando os candidatos a escolher uma prova, efeito mais agudo na prova de menor relevância), a realização de provas em locais distantes, a quantidade de isenções concedidas para a inscrição (há Estados com leis que permitem isenção para doadores de sangue, por exemplo – se a pessoa não pagou a inscrição, tende a desistir mais fácil de ir fazer a prova), a frequência em que há concursos para aquele cargo (quanto mais raras as provas, menor a abstenção), a facilidade para viajar para a cidade da prova e lá permanecer (em alguns concursos os hotéis ficam todos ocupados na cidade e os voos ficam caros, quando não acabam, levando muitos a não viajar, e provas em locais mais distantes do grande centro costumam terem mais dificuldades nesse sentido, principalmente quando há interesse nacional pela prova). Esses valores costumam variar entre 10% de ausentes até a mais de 60%, com valores mais frequentes sendo da casa de 25% de ausentes. Isso considerando apenas a primeira fase, que é a prova objetiva. É possível se procurar essa informação para concursos específicos, pois geralmente perto do dia da prova os órgãos divulgam notícias, que também são replicadas em cursinhos nos casos dos grandes concursos. Nas diversas provas que fiz, poucas vezes vi a sala com todos os candidatos presentes, sendo que geralmente estão ausentes umas 3 a 7 pessoas em uma sala para 30 ou 40 pessoas. O concurso que fiz com maior abstenção em uma etapa foi a segunda etapa do concurso do Senado para Advogado, pois todos os candidatos que obtiveram nota mínima foram chamados para a etapa de provas discursivas, mesmo sem ter certeza de que haveria a correção da prova, pois dependeria da classificação na prova objetiva, ainda não divulgada. Além disso, havia outras provas da área jurídica no dia. Nessa prova havia apenas quatro candidatos na sala, que estava preparada para receber 40 pessoas. Tirando esse caso extremo, já fiz provas em que estavam ausentes quase metade dos candidatos da sala – e que a taxa de abstenção foi da casa de 60%.
- **Número de candidatos que conseguem a nota mínima**: indo um pouco além, mesmo entre os que aparecem para fazer a prova a quantidade de pessoas com razoáveis chances de aprovação é bem menor. Comecemos pelo fato de mais da metade dos candidatos geralmente não fazer sequer a pontuação mínima para não ser eliminado. Em casos extremos, como em concursos com matérias muito específicas, basta conseguir o mínimo para ser convocado para as demais etapas – e mesmo para ser aprovado. Nos concursos de Papiloscopista da Polícia Federal, por exemplo, costuma ser suficiente ficar perto da quantidade mínima de pontos, mesmo sendo um concurso com mais de 10.000 candidatos. O mesmo ocorre com muitos outros concursos – basta a nota mínima para ser aprovado e convocado. Isso significa, na prática, que o número de candidatos sequer é relevante nesses concursos, no final das contas, pois a maior parte das pessoas sequer consegue não ser eliminada. Logo, pouco importa o número de candidatos se sequer se consegue

a nota mínima para aprovação. Em concursos em que há notas mínimas por blocos de questões esse fator é ainda mais importante.

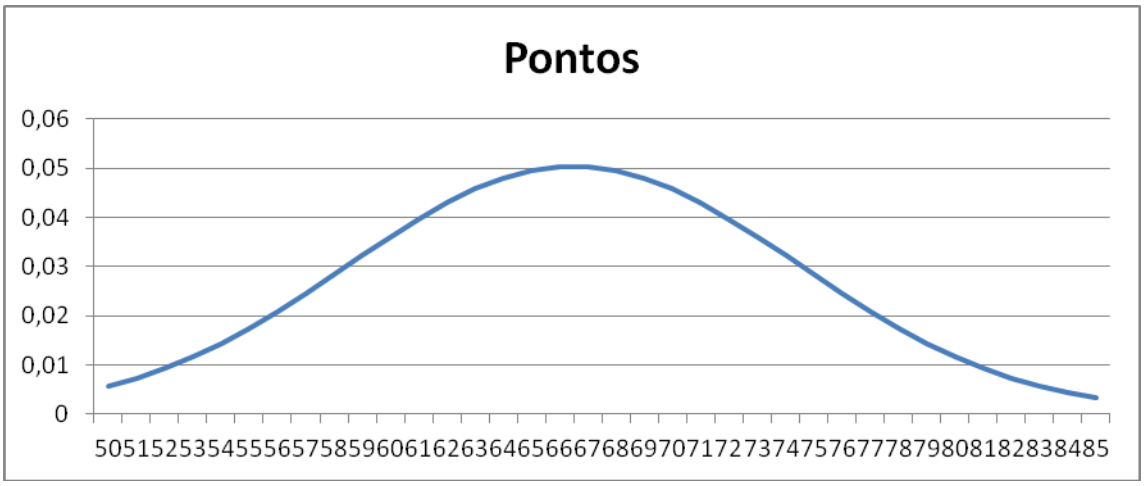
- **Número de candidatos com real preparação**: Mesmo nos casos em que a nota de corte fica distante da nota mínima, contudo, a maior parte dos candidatos não tem muita noção sequer do que está sendo cobrado na prova, pois mal leu o edital de abertura. Quanto maior a quantidade de inscritos, maior a porcentagem de pessoas que não estudaram, em regra. Podemos dizer, que, como uma tendência, apenas uns 5% dos candidatos que comparecem tem reais chances de aprovação. Logo, em uma sala de 40 candidatos, vamos ter umas duas pessoas apenas com boas chances, sendo o restante franco-atiradores (ou paraquedistas, se preferirem, pois caíram na prova e não sabem nem para onde ir). Peguemos um concurso com número gigante de pessoas, como o de Policial Legislativo do Senado, com cerca de 30.000 inscritos por cada certame. Usando essa porcentagem de 5%, o número real de "candidatos" passaria a ser algo como 1.500 pessoas, para um total de 10 vagas, usualmente. Isso implica em uma concorrência real de 150 pessoas por vaga. Ainda é muita gente, mas é bem menos do que os números brutos parecem indicar.
- **Fator "sorte"**: Mas mesmo entre esses 5% com chances reais, anda há muita oscilação de uma prova para outra, entre esses candidatos. Tudo depende muito de como se está no dia, da forma com o conteúdo foi cobrado naquele concurso e mesmo da sorte nas questões em que se chuta a resposta. Por conta disso, o mesmo candidato acaba tendo notas com grande variação entre provas diversas. Para exemplificar essa questão coloco minhas notas em concursos que realizei de 2017 em diante, com gráficos retirados do site Olho na Vaga:




Como podem notar, houve uma relativa oscilação entre as notas, que estão mostradas em termos de porcentagem de acerto. O concurso com a menor porcentagem, do TRF 2017, é de Oficial de Justiça, no qual fui aprovado e nomeado – isso demonstra que comparar apenas a porcentagem de acertos não adianta, quando se analisam carreiras diversas. De qualquer maneira, considerando apenas os concursos para membros da área jurídica e colocando as notas em um gráfico de distribuição, temos o seguinte:




O padrão do gráfico, com as notas agrupadas, foram o que conhecemos como curva gaussiana ou normal, que é observada geralmente em fenômenos naturais em que há muitas variáveis envolvidas. Se extrapolarmos meus dados, chegaríamos a uma curva normal com o padrão abaixo.




Para quem não é habituado com matemática, o que o gráfico significa é, grosso modo, que as minhas notas nas provas objetivas oscilariam entre 50 e 85, sendo que a maior chance é que essas notas estivessem próximas a 66 ou 67 (média) e com desvio-padrão de 7,9, o que significa que em 95% dos casos que fizesse um concurso, ficaria entre as notas 59 e 75. Qualquer um pode fazer essa análise de seu desempenho, jogando suas notas em forma de tabela em uma inteligência artificial, por exemplo, caso não saiba fazer os cálculos (Bard, ChatGPT etc). O que quero dizer, contudo, é que em cada prova cada candidato chega com suas próprias curvas com as acima. Algo como o desenho abaixo.

O que esse gráfico mostra é que na maior parte das vezes o candidato 4, com a curva mais à direta, vai ficar na frente dos demais candidatos, pois sua média é mais alta. Mas nem sempre será assim. Se ele estiver em um dia ruim, pode fazer uma pontuação de 68, por exemplo. E os demais candidatos podem superar essa pontuação, sendo que os candidatos 1 e 3

tem maior probabilidade para isso. Mas se o candidato 2, que seria o "pior" no gráfico acima, estiver em um dia inspirado, ele pode fazer até uma pontuação de 76 (cerca de 2% de chances apenas) e ser o primeiro se os demais estiverem na média.

Disso podemos concluir que, sim, existe um fator de aleatoriedade nas provas, que podemos chamar de sorte ou outra coisa. Mas para que esse fator possa fazer diferença é preciso que a nossa média esteja pelo menos próxima a dos demais candidatos – um candidato que tivesse uma média de acerto de 48 pontos e desvio padrão de 8 pontos, por exemplo, somente em 3% das provas conseguiria ficar acima da nota 60, para não ser eliminado. E apenas em 0,017% das vezes conseguiria uma nota acima de 70, para ficar competitivo. Essa é a situação de muitos candidatos que comparecem para as provas. Em termos pessoais é uma chance muito baixa de aprovação, mas se considerarmos 1000 candidatos nessa situação, a chance de um ou mais candidatos ficarem acima dos 70 pontos é de 84% (cálculos usando distribuição binomial). Isso significa que há uma chance significativa de pelo menos um candidato que usualmente vai mal nas provas conseguir naquela prova específica se destacar e ir para a segunda fase.

A primeira lição que se tira é que, no final das contas, há um grande fator de aleatoriedade, mas que depende de nossa preparação. Quanto mais se estuda, mais se desloca a média de acertos para números maiores e mais perto em termos de probabilidade se fica da aprovação. No exemplo anterior, se um candidato fosse excelente, com média de acertos de 75 pontos, a chance de qualquer dos outros candidatos de média 48 obter uma nota igual a sua seria pequena e a chance de ele ficar entre os dez primeiros é altíssima. A probabilidade de uma pessoa específica ficar em primeiro lugar é geralmente pequena, a não ser se trate de uma pessoa muito acima da média dos demais candidatos, mas poucas vezes se precisa ficar em primeiro lugar para ser aprovado.

A segunda lição é que não há razão para desespero com maus resultados – e nem motivo para soberba com os bons resultados. Estuda-se, esforça-se e conta-se com a probabilidade para conseguir a aprovação, com a certeza de que com o tempo acabará ocorrendo o resultado esperado, se o planejamento estiver correto. Na verdade, por conta do fator de aleatoriedade/sorte, existe o que chamamos de **regressão à média** – geralmente depois de um resultado muito acima do comum, a tendência do candidato é se sair pior na próxima prova; de forma semelhante, depois de um resultado desastroso é mais provável se sair melhor na próxima vez. Isso ocorre porque muita sorte ou muito azar não são ocorrências comuns, havendo maiores chances de um resultado próximo da capacidade do candidato. Lembrando que em provas que há várias etapas as chances daqueles que passaram de fase pelo fator sorte são ainda menores, pois precisam de vários acasos seguidos para chegar ao resultado favorável, de maneira que em concursos com três ou quatro etapas de avaliação dificilmente alguém será aprovado se não tiver mérito.

#### *4.2.5.2 – Escolha da vaga*

Em muitos concursos há divisão de vagas por localidades, setor ou outro tipo de divisão. Além disso, pode ser que o candidato tenha habilitação suficiente e não tenha preferên-

cia entre cargos que terão provas no mesmo dia (Assessoria Jurídica e Oficial de Justiça, por exemplo). Em casos assim, em que não há como se fazer mais de uma prova e se deve fazer a escolha, é essencial decidir bem.

Cito dois exemplos em que essa escolha foi essencial para mim. Quando estava cursando Direito, fiz dois concursos, com objetivo de trocar para um cargo que contasse como atividade jurídica. O primeiro foi para Delegado da Polícia Civil do Amapá e o segundo para Oficial de Justiça da Justiça Federal. No concurso de Oficial de Justiça o concurso era por subseção, de maneira que cada cidade teria sua lista de aprovados. Fiquei em segundo lugar em Oiapoque/AP e fui um dos primeiros convocados do concurso em questão, que teve duas convocações imediatas para a cidade que eu havia escolhido. No decorrer da validade do concurso houve a convocação até da sexta colocada, que entrou com minha saída para o TJAP em 2023. Minha nota no concurso em questão foi de 96,53, nota essa que me colocaria em 4º lugar caso tivesse feito a prova para Macapá/AP, por exemplo. Contudo em Macapá sequer o primeiro colocado, com nota 120,13, chegou a ser convocado durante o concurso. E, pior ainda, durante a validade do concurso eram convocados uma vaga de nomeação e outra de remoção, de maneira que era possível um candidato ser nomeado com nota menor do que outro e depois remover para aquela localidade em que ainda ninguém do concurso tivesse sido nomeado. A razão para esse caso é que os lugares com pior condição de vida costumam ter alta rotatividade, de maneira que todos os servidores costumam ser removidos na primeira oportunidade que tenham. Com isso há muitas convocações. Já os lugares melhores costumam ter um quantitativo de servidores já fixados na cidade, que somente se altera caso alguém saia do órgão, como em casos de aposentadoria. Por isso poucos são convocados. Saber disso fez a diferença nesse concurso.

Nem sempre, contudo, essa ideia funciona. Há casos em que muitos acabam pensando o mesmo e há distorções. Foi o que ocorreu no segundo concurso que citei, da Polícia Civil do Amapá. Aqui o Estado foi dividido em quatro regiões, sendo que uma englobava a capital e outra as cidades do norte do Estado, mais distantes. Em tese, era para ocorrer o mesmo que falei acima, e a região norte ser menos concorrida. Contudo, naquele concurso houve muita gente se inscrevendo para a região norte e os candidatos acabaram conseguindo nota mais alta. Assim, acabei ficando com uma nota que somente me permitiu ser convocado na última convocação na área de Oiapoque, mas que me permitiria ser convocado para Macapá antes, e para as outras duas regiões nas primeiras chamadas.

Portanto, em alguns casos será essencial a escolha do local de prova. Por tal razão, é importante se pensar nesse aspecto, tendo em conta alguns aspectos como:

- **Número de convocações do último concurso**: um primeiro parâmetro para se uma ideia da taxa de rotatividade do local é saber quantas pessoas entraram no concurso anterior naquela região/divisão. Para tanto, é possível se procurar o resultado do concurso e depois procurar na internet ou nos sites da transparência do órgão até qual pessoa aparece como sendo servidor. Por exemplo, no concurso que citei acima, o resultado final do concurso do TRF-1 estava no site do Cebraspe. Depois se poderia pesquisar o nome completo dos candidatos entre aspas – "Robson Timoteo Damasceno" + Oficial de Justiça – por exemplo, o que permitiria descobrir que esse candidato foi nomeado (nesse caso, há até o termo de posse). Quanto menor o número de inscritos e maior o número de convocados, melhor o prognóstico da vaga.

- **Tendências**: dito isso, pode ocorrer de todos terem a mesma ideia. Nesses casos, haverá uma inversão no concurso em relação ao prognóstico, como ocorreu, por exemplo, no caso da Polícia Civil do Amapá, que citei acima. Em regra, quanto mais óbvia seja a análise acima, maiores as chances de muitos candidatos pensarem o mesmo. Se parecer que muitos terão a mesma ideia, talvez valha a pena escolher uma opção intermediária, caso exista. Por exemplo, não ir para a cidade com menor número de inscritos do último concurso, mas para uma das outras menos conhecidas e com bom número de convocações.
- **Perspectivas de convocação**: além do número de convocados do último concurso, outras informações podem, caso se as tenha, permitir uma análise de quantos realmente serão convocados. Isso porque os órgãos não colocam mais a quantidade real de candidatos que querem convocar no edital, se limitando a colocar um número bem inferior ou mesmo apenas cadastro de reserva (o objetivo é burlar a norma pela qual todos os classificados dentro do número de vagas devem ser nomeados). Assim, dados como quantidade de cargos vagos, número de servidores com idade próxima à aposentadoria e quantidade usual de servidores que pedem remoção, além de conhecer as regras do órgão para nomeações, permitem uma boa previsão de quais áreas/vagas são mais prováveis de terem bom número de convocados. Muitas dessas informações estão disponíveis na transparência do órgão, sendo relativamente fáceis de obter, principalmente em órgãos públicos federais. Outras somente tendo contatos com servidores do órgão. De qualquer maneira, trabalha-se com as informações que se tem, e ponderar tais questões mesmo sem todas as informações é melhor do que não pensar nada. Ir apenas pela informação do edital, em regra, é um mau caminho, pois, como dito, essas informações, como a quantidade de vagas, não refletem a realidade. É possível se prever alguns dados, como o fato de que as localidades com pior qualidade de vida tendem a ter maior taxa de remoções (exceto se houver alguma vantagem nesses lugares, como adicionais no salário ou escalas diferenciadas de plantão, que sejam suficientes para compensar a diferença na qualidade de vida).

#### *4.2.5.3 – Facilidade pessoal para o concurso*

Além das questões anteriores, devem-se considerar também suas aptidões e conhecimentos adquiridos, que podem ser decisivos para a facilidade de aprovação. Em meu caso, por exemplo, como tinha formação em Engenharia, o cargo mais fácil para aprovação da Polícia Federal era o de Papiloscopista, em que são exigidos conhecimentos de Física, Química etc. Não por menos, uma parte significativa dos aprovados naquele concurso tinha também esse perfil. De forma semelhante, sempre tive facilidade em Português, Conhecimentos gerais, Raciocínio lógico – por conta disso, nos concursos jurídicos em que essas matérias eram exigidas sempre saia uma pouco na frente. Foi assim que quase fui aprovado para Advogado do Senado, sendo que fui o segundo colocado na parte básica da prova (em que eram exigidos conhecimentos de Português, Raciocínio lógico e Inglês, sendo que errei apenas 4 questões de 30, gabaritando inglês e errando apenas uma questão de português), e foi assim que fui aprovado na prova de Delegado da Polícia Civil do Amapá, mesmo ainda cursando o 4º ano de Direito

(acertei todas as questões da parte básica da prova, em que havia Português).

Cada pessoa tem matérias em que tem mais facilidade de aprendizado (desde a época de escola começa-se a perceber isso) e explorar esse caminho é sempre produtivo para uma aprovação mais rápida. Falarei mais a respeito no capítulo sobre estudo, mas por ora é algo que deve ser destacado. Procure, quando possível e cabível dentro do plano de carreira escolhido, escolher concursos em que as matérias e habilidades exigidas nas etapas estão mais próximas de suas aptidões pessoais. Para saber quais são essas aptidões, se ainda não se tem experiência, é preciso a realização de simulados e o início do estudo, bem como uma boa análise dos editais, o que falaremos mais em próximos capítulos.

## Direto ao ponto:

Para a escolha do cargo, deve-se considerar, como aspectos mais importantes:

- **Aptidões pessoais**: testes vocacionais, como os listados, bem como ajuda de profissionais, além do autoconhecimento, indicarão qual a melhor escolha, para realização profissional, de acordo com seu perfil pessoal.
- **Benefícios do cargo:** além da questão do salário, devem-se considerar os outros benefícios, bem como os custos envolvidos em caso de mudança de trabalho. Nem sempre os benefícios do cargo constam no edital do concurso e há carreiras em que há grandes mudanças conforme se progride. Uma análise mais aprofundada deve ser feita, para evitar equívocos, sendo que não se recomenda escolher um trabalho pensando apenas no dinheiro.
- **Atribuições do cargo:** Devem-se evitar visões romantizadas e idealizadas do que são as atribuições e atividades de cargo. Procure o máximo de informações possíveis sobre a rotina (indicam-se como fontes: edital do concurso, lei de regências das carreiras, sites de cursinhos, redes sociais e contatos pessoais). Com as informações, pondere aspectos como adequação das atribuições às habilidades pessoais, influência de outras pessoas no cargo e atividades, variedade de atribuições possíveis, atribuições mais comuns, possibilidade de mudanças nas atribuições com o futuro e novas tecnologias. Considere pontos positivos e negativos.
- **Qualidade de vida:** Carga de trabalho, flexibilidade, estrutura e clima de trabalho, local em que se irá trabalhar, mudanças no status social e possibilidades de crescimento na carreira são questões importantes. Aspectos da vida pessoal não devem ser desconsiderados, para evitar frustrações, buscando-se um balanço entre a vida profissional e a vida pessoal.
- **Facilidade de aprovação:** considere a quantidade de candidatos/vaga, com análise adequada e não limitada ao número de pessoas. Considere quantos candidatos de fatos estão preparados e a necessidade de obtenção de nota de corte, bem como a oscilação natural de pontuação em cada prova. Pense em aspectos pessoais, como a facilidade para as matérias cobradas e sua carga de experiência e estudos anteriores. Havendo opções, escolha qual vaga concorrer, pois esse pode ser o detalhe entre a convocação ou não no concurso.

## 4.3 – Fazer apenas provas do cargo ou diversificar as tentativas

A próxima questão importante é saber o que é melhor – focar os estudos e fazer apenas as provas do cargo que se busca ou diversificar e fazer outros concursos. No primeiro caso, mantêm-se os estudos direcionados apenas para um cargo ou uma instituição – por exemplo, somente estudando para Delegado de Polícia, independentemente do Estado, ou estudando apenas para o concurso do Senado, para mais de um cargo daquela instituição, sem realizar concursos diversos. O segundo caso envolve fazer outras provas, mesmo mantendo o foco em um cargo ou instituição. Vejamos os prós e contras de cada opção.

### 4.3.1 – Vantagens de realizar apenas provas do cargo principal que se busca

Essa opção é escolhida por muitas pessoas e é legítima, tendo como principais benefícios:

- **Maior aprofundamento nas matérias**: com o foco total no concurso, não se perderá tempo de estudo com matérias que não caem naquela prova, bem como se terá mais tempo de dedicação para tentar esgotar os assuntos cobrados. Como é do senso-comum, lutar em duas ou mais frentes de batalha é sempre mais difícil do que em apenas uma.
- **Menores gastos**: para quem possui limitações para viajar, pagar inscrições e comprar materiais de estudo, quanto menos provas, menos gastos. Com apenas um objetivo, é mais fácil controlar os gastos e manter a adequação ao orçamento.
- **Menor pressão psicológica**: não funciona assim para todos, mas quanto mais provas se faz sem ser aprovado, maior a cobrança (pessoal ou de terceiros, a depender do caso). Ao realizar muitas provas, provavelmente não se terá condições de preparação ideais para todas, fazendo com que haja maior possibilidade de fracassos. Ao não fazer muitos concursos, evita-se essa pressão, que pode até mesmo levar a desistência antes da hora, caso não se tenha foco e bom controle.
- **Melhor planejamento**: com poucos concursos como meta é possível se fazer um melhor plano para o cargo ou instituição almejados, tendo mais tempo para buscar informações específicas daquele concurso (quem é a banca, quais as matérias próprias daquele concurso, quais as prováveis mudanças para a próxima prova etc.). Além disso, evita-se a possibilidade de provas com datas no mesmo dia, evitando "escolhas trágicas" (fazer a fase mais avançada do concurso que se considera pior ou a primeira fase do concurso melhor, por exemplo).
- **Maior motivação**: ao se dedicar exclusivamente ao concurso dos seus sonhos, para algumas pessoas é possível manter um nível de motivação mais alto, pois se tem a certeza de que está fazendo o que quer e vale a pena o sacrifício. Ao se dispersar com outros concursos, pode-se perder o foco e a vontade de estudar, pois se sente que está se desviando do seu objetivo. A motivação é um fator essencial para o sucesso em qualquer empreendimento, e nos concursos não é diferente.

- **Menos desgaste físico e mental**: Preparar-se para múltiplos concursos pode ser exaustivo. Ao escolher apenas um, você evita o desgaste físico e mental de estudar para várias provas. Isso também contribui para uma melhor qualidade de vida durante o período de preparação. Ao fazer muitas provas, além do desgaste do estudo, haverá o desgaste das viagens, da organização necessária para fazer todas as provas e da prova em si.

### 4.3.2 – Vantagens de realizar diversas provas

A outra opção, que foi a que sempre adotei, também é perfeitamente aceitável e possível, e tem como vantagens:

- **Maiores chances de aprovação**: a primeira vantagem é a mais óbvia - quanto mais se tenta, mais fácil se conseguir a aprovação. Como discutimos anteriormente, em cada concurso há uma porcentagem de chance de sucesso – provavelmente essa porcentagem de sucesso será maior no cargo que é o foco dos estudos, se o planejamento estiver sendo feito adequadamente para ele. Estatisticamente é mais fácil, contudo, um sucesso em várias tentativas com menor porcentagem de sucesso do que em apenas uma com uma chance maior – é mais provável um sucesso em 10 tentativas com chance de sucesso de 10%, o que resulta em 65% de chance de sucesso, do que em apenas uma tentativa com 60% de chances de sucesso. A lição é simples – com várias tentativas é mais fácil aprovação. Link
- **Maior motivação**: contraponto o item anterior, a depender de como é sua mentalidade, a realização de várias provas pode ser um fator de motivação, pois alguns somente se sentem motivados com a proximidade dos desafios, acabando por procrastinar os estudos quando não há uma prova com data próxima. Assim, ao manter compromissos em datas mais próximas se consegue manter um maior nível de estudo. Além disso, algumas pessoas se sentem progredindo e com mais motivação quando fazem as provas e conseguem resultados que consideram positivos, mesmo não sendo a aprovação e nomeação (ir melhor do que no concurso anterior, ficar na lista de cadastro de reserva etc.).
- **Possibilidade de aprovação em um cargo intermediário**: conforme já discutido, a aprovação em um cargo intermediário pode ter vantagens para o estudo para o cargo final que se procura. E, para tanto, pode-se conciliar o estudo para o cargo final com o cargo intermediário, que deve ser, em tese, de mais fácil aprovação do que aquele que se foca. Link
- **Ampliação e solidificação do repertório de conhecimentos**: Participar de diversos concursos expõe você a uma variedade maior de questões e formatos de prova. Isso enriquece seu repertório de conhecimentos e estratégias de resolução. É mais fácil se recordar de um assunto que foi cobrado "para valer" em concurso do que do que se viu em simulados feitas em casa. Além disso, ao enfrentar diferentes bancas examinadoras, você aprende a adaptar-se a diferentes estilos de perguntas e critérios de correção.
- **Networking e experiência prática**: Cada concurso é uma oportunidade para conhecer pessoas na área, como outros candidatos, servidores públicos e profissionais

do setor. Essas conexões podem ser valiosas para troca de informações, dicas e até futuras oportunidades de trabalho – conheço colegas que se tornaram assessores de outros que conheciam na época de estudo, por exemplo. Além disso, a experiência de fazer provas, lidar com a pressão do tempo e gerenciar a ansiedade é inestimável para o desenvolvimento pessoal.

- **Diversificação de possibilidades**: A vida é imprevisível, e nem sempre conseguimos o que inicialmente planejamos. Ao fazer diversos concursos, você amplia suas opções. Talvez um cargo que não estava no seu radar inicialmente acabe sendo uma excelente oportunidade. Manter-se aberto a diferentes caminhos pode levar a surpresas positivas. Meu objetivo maior antigamente era ser Perito da Polícia Federal, mas acabei trabalhando como Papiloscopista, o que foi uma importante experiência. Depois tinha como foco ser Juiz Federal, mas fui aprovado como Juiz de Direito e hoje creio que foi o melhor que poderia ter ocorrido.

### 4.3.3 – Conclusão

Logo, qual a resposta à pergunta: um foco apenas ou vários? Não há uma resposta certa, como se pode deduzir dos pontos acima. Tudo dependerá de seus fatores pessoais. O que podemos traçar são diretrizes (e formas de otimizar cada fator):

- **Quanto maior a diversidade das matérias, menos se deve acumular concursos**: caso se opte por fazer várias provas, deve-se procurar àquelas que possuem maior afinidade de disciplinas e conteúdos cobrados. Estudar para Tribunais, Área fiscal e Área policial ao mesmo tempo, por exemplo, não é uma estratégia muito promissora, pois a imensidão de disciplinas acabará prejudicando e gerando menores porcentagens de sucesso em cada área. A ideia é aproveitar ao máximo o estudo de uma prova para outra. Falaremos mais a respeito no capítulo dedicado ao planejamento de estudos. Por ora, destaco que é uma má estratégia mudar demais o foco nos estudos – mesmo que faça várias provas, mantenha o foco de estudo em apenas uma área (digamos, o que se deve estudar 90% do tempo), deixando para estudar os assuntos próprios do outro concurso apenas na reta final da prova. Essa era a estratégia que utilizava – quando estudava para Perito da Polícia Federal estudava diariamente para esse concurso, estudando apenas uma semana ou duas para os demais concursos que fazia, antes da prova. Quando estudava para Juiz Federal deixava para estudar as matérias próprias de Juiz Estadual apenas nas semanas próximas das provas e no caso do Senado fui para a prova sem estudar nada daquele concurso. Somente passei a focar o estudo para Juiz Estadual quando fui aprovado para a prova oral do TJAP. Em ambos os casos acima, acabei sendo aprovado em um cargo diferente daquele que era meu foco, o que mostra que a estratégia foi eficiente. Pode se afirmar que não foi eficiente para aprovação no cargo que era o foco, mas somente não fui aprovado para Perito por uma injustiça da banca na correção da prova discursiva, ficando por 0,25 pontos, e para Juiz Federal por outra injustiça na sentença cível, também ficando por 0,25 pontos. Depois desisti desses cargos, mas era provável minha aprovação caso continuasse mantendo o foco nesses cargos. Essa estratégia, contudo, demanda que se faça provas com conteúdo semelhante,

para que o estudo para o cargo principal dê alguma chance de aprovação, como no meu caso. Se as matérias são mais de 50% diversas daquelas que se estuda diariamente a chance de aprovação estudando duas semanas ou menos é muito baixa, a não ser que se tenham conhecimentos prévios ou muita facilidade. Em resumo, tenha um foco primário e procure concursos que sejam adequados a esse foco. Se for sair dessa área do foco, não perca muito tempo e não tenha expectativas muito altas.

- **Quanto maior a urgência na aprovação, mais provas se deve fazer**: se sua vida profissional está parada e depende muito de uma aprovação para obter qualidade de vida, caso de quem está desempregado e/ou depende de ajuda de outros para estudar e se manter, o ideal é tentar fazer o maior número de provas, para obter aprovação. Como já discutimos, a depender do caso o ideal seria a aprovação em um cargo intermediário, para diminuir a pressão e aumentar a renda. Nesse cenário, a melhor estratégia pode ser manter o foco no cargo final e prestar outros concursos com maior chance de aprovação ou procurar a aprovação logo em um concurso "mais fácil" para ter tranquilidade depois. Quando terminei minha primeira graduação, em Engenharia, meu foco era Perito da Polícia Federal, mas nunca deixei de fazer concursos dos mais diversos, como BNDES, Fiscal da Receita, INMETRO, ANP, Senado etc. Meu salário como Técnico em Química não era o ideal e precisava dar um passo adiante. Foi assim que consegui ser aprovado na Polícia Federal como Papiloscopista, que ainda não era o que desejava, mas me permitiu tranquilidade por anos, pensando em voos mais altos. Enfim, cada um sabe onde o calo aperta, e se tem muita pressão para ser aprovado, busque formas de diminuir (exceto se é isso que o motiva, claro, caso em que é melhor se manter assim). Uma forma já foi falada, que é fazer provas para cargos intermediários. Outra maneira é trabalhar como autônomo ou na iniciativa privada, em posições que permitam conciliação com os estudos. Também existem posições temporárias no serviço público, como conciliador e mediador, juiz de paz, assessor por indicação, estagiário (inclusive de nível superior), residente jurídico e muitas outras, que também permitem obter alguma renda e manter um bom nível de estudo, inclusive com a possibilidade de experiência no serviço público.

Link

- **É importante ter experiência na realização de provas:** a experiência da realização do concurso é importante e pode fazer a diferença. Por mais que se tente simular uma prova em casa, dificilmente se conseguirá entender como há outros fatores envolvidos quando é "valendo". A respeito de muitos fatores só se terá uma boa ideia com a prática – deslocamento até a prova, realização em horários diferentes dos que se estuda, aguardo na sala de aula, contato com os demais candidatos, condições do local de prova nem sempre adequadas, ansiedade, controle do tempo etc. Idem para as demais etapas (provas discursivas, peças, provas práticas como TAF, provas orais e outras): quanto mais vezes se fez esse tipo de prova, mais fácil será a próxima. Dessa maneira, em geral, é bom tentar outros concursos, principalmente quando ainda não há edital aberto do concurso esperado, para conseguir essa experiência.
- **Quanto menor o orçamento, menos concursos com altos gastos se deve fazer**: para permitir a realização de mais concursos, opte por aqueles que tenham provas em sua cidade ou em cidades próximas ou que envolvam menos custos para deslocamento e estadia. Pode ser que consiga isenção das taxas de inscrição, o que já diminui o custo. Há instituições que realizam provas para mais de um cargo, com algumas provas de manhã e outras à tarde, o que também permite menores custos

(cuidado, contudo, em grandes cidades, pois ocorre de as provas serem agendadas para locais distantes).

- **Quanto mais pressionado se sente com fracassos, menos provas deve fazer:** manter uma mentalidade saudável é importante. Sem motivação e tranquilidade é muito difícil ter foco nos estudos e objetivos, tornando a aprovação complicada. De forma ideal, deve-se pensar em cada prova como oportunidade de aprendizado e se evitar cobranças exageradas ou frustração em caso de maus resultados. Isso porque existe um fator de aleatoriedade envolvido e nem sempre se obterá um resultado como esperado. Mas cada pessoa tem suas características e é preciso saber como se enfrenta cada dificuldade. Se a reprovação e fracasso são muito pesados, é melhor evitar fazer provas quando não se está adequadamente preparado. Particularmente sempre soube lidar bem com isso e mesmo nos piores momentos de minha carreira nos concursos não me deixei abalar, pois sabia que a persistência seria recompensada. Procurei também manter uma visão positiva, entendendo que em cada derrota havia uma possibilidade de aprendizado. Mas é preciso autoconhecimento para saber como é sua reação e decidir essa questão.
- **É mais fácil fazer provas da mesma banca:** geralmente as bancas de concurso possuem um perfil que não muda tanto de uma prova para outra e quando se realiza vários concursos começa-se a perceber como cada banca costuma cobrar as matérias. Claro que esse conhecimento se adquire também fazendo um bom planejamento e simulados, mas nunca se deve subestimar a experiência de fazer a prova "para valer". De qualquer forma, se for possível escolher, é sempre bom considerar a banca que irá fazer a prova e como é seu desempenho e retrospecto com ela. Para quem está começando não vale muito a dica, mas com tempo se terá experiência suficiente para entender isso. Se for fazer um concurso principalmente pela experiência, busque um concurso que seja da provável banca do concurso que é seu foco.
- **Foco no que está mais próximo**: caso se resolva fazer mais de um concurso, é importante definir uma estratégia que seja adequada para as diversas provas. Ainda falaremos bastante a respeito desse assunto, especialmente no segundo volume. Aqui ressalto que se o concurso principal está sem previsão de provas e resolver fazer outro, é possível se dedicar mais a esse próximo. Isso funciona se o concurso foco não for muito pesado nas matérias específicas, se houver uma boa similaridade entre o concurso foco e o concurso mais próximo e se já se está bem adiantado nos estudos. Se não for o caso, é melhor manter o foco no concurso principal, deixando para estudar para os concursos mais próximos apenas faltando algumas semanas para as provas. Ainda na ideia de foco no mais próximo, em concursos que tem várias etapas pode valer a pena abandonar o estudo para o concurso principal caso já se esteja em fases avançadas do outro – como fiz quando parei de estudar para Juiz Federal para estudar para a prova oral do TJAP. Quando estava na etapa de provas discursivas do TJAP e do MPAP, que eram etapas intermediárias, não abandonei totalmente o estudo para Juiz Federal, mas procurei dividir o estudo e focar nas matérias que eram comuns. Enfim, a lição é tentar fazer um planejamento que seja adequado a sua situação, tentando manter o foco principal e deixando em aberto outras possibilidades (em geral quanto mais opções, melhor).
- **Considere a realização do Concurso Nacional Unificado:** o chamado "Enem dos Concursos" permite a otimização dos estudos com realização de menos provas e a disputa de mais oportunidades.

Há outros fatores a serem considerados, a depender da área de estudo e das condições pessoais, mas as diretrizes acima são bons pontos de partida. Não há como dizer o que é melhor para cada pessoa, apenas apontar tendências. Arrisco a dizer que a melhor estratégia, em geral, é: 1 – escolher uma área de interesse e um cargo que seja o objetivo principal, 2 – manter o foco de estudo nessa área e fazer outras provas, desde que tenham alguma relação com o foco ou que se tenha algum conhecimento prévio daquela área, 3 - não se abalar com fracassos, pois sempre se ganha algo com as provas realizadas (a experiência de provas é importante) e 4 – ter planejamento e saber adaptá-lo conforme o decorrer das provas e concursos que se for fazer. Se não tem ideia do que fazer ainda, escolha o cargo final ou intermediário desejado, trace uma estratégia de estudo baseada nesse cargo e faça provas que acrescentam algo ao planejamento (experiência, chances de aprovação, motivação etc.). Sobre o planejamento de estudos, falaremos a fundo no volume 2 do livro.

**Direto ao ponto:**

Focar apenas em uma prova tem suas vantagens (maior aprofundamento nas matérias, menores gastos, menor pressão psicológica, maior motivação, menos desgaste físico e mental), assim como realizar várias também tem benefícios (maiores chances de aprovação, maior motivação, possibilidade de aprovação em cargos intermediários, ampliação e solidificação dos conhecimentos, networking e experiência prática, diversificação das possibilidades). A escolha ideal envolve um planejamento para cada caso, conforme as ideias apresentadas e com as devidas adaptações. De forma geral, sugere-se foco em uma área de estudo e realização de outras provas, sem dedicação de muito tempo fora do foco e encarando os fracassos como aprendizado.

## 4.4 – Como investir recursos na preparação

A próxima questão é relacionada a como gastar recursos para a aprovação em concursos. Assim como o tempo, o dinheiro é um recurso finito e saber investir é importante. Essa questão, presente no início dos estudos, como questão prévia, acompanhará toda a jornada. Há muitas oportunidades de investimento (e publicidade para tudo) e saber separar o que é efetivo é essencial.

De início afirmo que é possível a aprovação em qualquer concurso sem grandes investimentos e sou prova disso. Ao longo de toda minha jornada de concursos, de mais de vinte anos, nunca participei de nenhuma aula paga (somente de aulas de natação para o TAF da PF, se isso contar), seja de faculdade ou de cursinho, e nunca contratei nenhum profissional para me ajudar em nenhuma fase, mesmo na prova oral da Magistratura. Meus gastos se resumiram praticamente a livros, sendo que muito do meu estudo foi feito com livros emprestados de biblioteca. Não falo isso para glória pessoal e sim para exemplificar a possibilidade de aprovação sem grandes gastos, o que democratiza o acesso ao serviço público. Há histórias de superação muito mais bonitas e marcantes que a minha, que reforçam a tese, inclusive de colegas que

moravam na rua e foram aprovados em primeiro lugar em concursos públicos e de pessoas muito pobres que se tornaram juízes federais.

Contudo, aponto que pode ser mais difícil ou demorado o processo sem os adequados investimentos. Portanto, havendo recursos, há investimentos vantajosos. Há muita coisa desnecessária também – e hoje o mercado de preparação para concursos públicos está saturado. Dessa forma, é preciso pesquisar antes de investir.

Assim, passo a traçar linhas gerais sobre os diversos serviços e produtos voltados à preparação para concursos.

### 4.4.1 – Cursos de preparação para concursos / "Cursinhos" de concurso

Investimento mais tradicional e comum, comecemos pelos cursos preparatórios para concursos. Há cursos para todas as fases de concurso possíveis (objetiva, discursiva, sentenças, provas práticas, provas orais), para quase todos os concursos (para os maiores, em nível nacional, sempre) e dos mais variados formatos (presencial, semipresencial, online síncrono e assíncrono).

Como afirmei antes, não tenho experiência pessoal nesse tipo de conteúdo. Nunca participei de cursinhos por algumas razões. A primeira é de cunho pessoal, pois não manter grande atenção e foco em salas de aulas. Minha forma de aprendizado principal é pela leitura e absorvo pouco conteúdo como ouvinte. A segunda razão é que durante muito tempo não tive os recursos suficientes, tempo e/ou dinheiro, de maneira que não teria como participar. Durante muito tempo morei em cidades pequenas, em que não havia cursos presenciais ou em que não havia internet adequada (sim, essa era a realidade em muitos lugares do país até pouco tempo pelo menos). Conto isso para tirar duas lições: 1 – a depender de seu estilo de estudo não compensa muito o investimento em cursos preparatórios e 2 – é possível a aprovação sem os cursos.

Mesmo não tendo experiência, conversei muito com outros colegas durante meu período de concurseiro e posso traçar diretrizes a respeito dos cursos de preparação com base nisso:

- **Quanto menos experiência se tem, mais importante a participação em cursos preparatórios**: a fase mais difícil da preparação é o início. É possível compensar a falta de experiência com a leitura e estudando o que outras pessoas fizeram (no que espero ajudar com esse livro). Mas cursos preparatórios costumam agilizar o processo, por diversas razões: 1 – possuem (pelo menos deveriam) professores aprovados, que podem compartilhar experiências de métodos de preparação, 2 – permitem o contato com colegas e a troca de experiência (principalmente quando presenciais), 3 – tem aulas e materiais direcionados para os cargos e 4 – costumam realizar simulados das provas, que ajudam a ter melhor noção de sua preparação. Essa diretriz costuma valer para todas as etapas de concursos – quanto menos experiência se tem naquela fase, mais vantajoso costuma ser o apoio dos cursos preparatórios. No geral, o que percebo é que as pessoas costumam participar de

cursos preparatórios até terem maior confiança para traçar seus próprios métodos de estudo. O número de pessoas que continua em cursos preparatórios depois de um bom tempo de estudo é menor, até mesmo porque o foco é quem está começando e os cursos são nivelados pelos alunos médios e não pelos mais avançados. Portanto, a efetividade de continuar em cursos preparatórios diminui com o tempo e avanço nos estudos, tornando-se um investimento menos vantajoso.

- **Quanto mais especializado o curso, melhor**: cursos genéricos, que servem para qualquer carreira, não são tão adequados quanto um curso voltado para o concurso específico. Isso porque as aulas irão abranger conteúdos que não caem e não terão o enfoque de tempo no que é mais importante na sua prova. Com alunos dedicados a concursos diferentes, haverá necessidade de uma abordagem mais genérica.
- **A equipe de professores é ponto central na escolha**: cursos com professores experientes em concursos e especializados nas disciplinas são os melhores. Por isso, procure o currículo dos professores e veja se têm expertise na área de concursos.
- **Credibilidade da instituição**: procure saber a opinião de pessoas que estudaram no curso preparatório, especialmente daqueles que obtiveram sucesso. Na internet é possível encontrar relatos dos mais variados, sendo que existem sites especializados em colher opiniões sobre cursos preparatórios (veja, por exemplo, https://procon-curseiro.com.br/) – além de ser possível procurar as reclamações no site Reclame Aqui (https://www.reclameaqui.com.br/). Procure nas redes sociais também, que estão cheias de avaliações. Evite conteúdos que parecem espontâneos, mas que são, na verdade, patrocinados pelos avaliados. Leia os comentários dos *posts*, para uma noção se as pessoas que assistiram concordam com a avaliação. Outra forma de pesquisa é o site Olho na Vaga (https://olhonavaga.com.br/), em que é possível ver os cursos preparatórios usados pelos candidatos mais bem classificados.
- **Presencial ou online**: Entenda como é o seu perfil antes de escolher um curso que seja apenas online, presencial ou mesclado. Talvez seu perfil sequer seja de fazer aulas, como o meu caso. Os cursos presenciais permitem maior interação com os professores, tornando-os mais personalizados. Já os cursos online trazem maior facilidade, como flexibilidade de horário e até a opção de adiantar as aulas para pular partes que já se entendeu. No segundo volume falaremos especificamente sobre o assunto, com as vantagens e desvantagens de cada forma de estudo.
- **Recursos disponíveis**: além das aulas propriamente, procure saber quais os recursos disponíveis no curso – apostilas, simulados, plataformas com interação com os professores (e outros alunos) e avaliações de desempenho, qualidade dos vídeos etc. Procure saber se os materiais são atualizados com as provas mais recentes. De preferência, procure cursos que incluam aulas (presenciais ou em vídeo) e material de consulta (apostilas, geralmente em pdf). Os materiais de consulta devem ser objetivos, claros, com exemplos e, o principal, se adequar ao seu estilo de estudo e leitura.
- **Experimente as demonstrações**: a maior parte dos cursos oferece aulas de demonstração, seja de apostilas ou de vídeo aulas. Nos cursos preparatórios presenciais também é comum permitir alunos ouvintes antes de escolher se inscrever. Aproveite essas oportunidades para selecionar a melhor opção.
- **Economize**: procure saber se o curso tem alguma espécie de bolsa de estudos, o que pode baixar os seus custos. Saiba se há possibilidade de assinaturas que deem acesso a mais materiais (como as chamadas assinaturas ilimitadas), para o caso de não gostar da abordagem de algum professor ou material. Saiba se existe algum plano de reembolso de valores em caso de desistência.

- **Não economize demais**: contrapondo ao item anterior, não faça "economias porcas". De nada adianta pagar pouco no curso, mas não servir de nada. Mais importante do que dinheiro é seu tempo, que será perdido em materiais de qualidade baixa. Procure, portanto, economizar no que vale à pena, mas não coloque a economia como prioridade – quando for aprovado haverá o retorno financeiro.
- **Não confie apenas no curso preparatório**: Não será a escolha do curso que irá aprová-lo. Alunos com bom planejamento e força de vontade podem ficar – e ficam – melhores classificados do que os alunos dos melhores cursos, a demonstrar que não se deve deixar seu sucesso ou fracasso na mão de terceiros. Tome as rédeas de sua jornada e não espere que os professores façam tudo por você. Somente assistir as aulas e ler os materiais de um curso dificilmente é suficiente, a não ser que se tenha uma facilidade enorme de aprendizado e aplicação de conhecimentos. Não se esqueça de que será a prática e o esforço que irão definir o resultado.
- **Acompanhe o momento do mercado de serviços**: Não avaliarei cursos preparatórios, pois: 1 – nunca fez nenhum e 2 – não tenho nenhuma espécie de patrocínio para meu material e nem quero parecer que tenha. O que destaco, porém, é que o mercado está sempre mudando e dicas perdem valor rapidamente. Professores trocam de curso, criam cursos novos, novas metodologias surgem, as pessoas se adaptam. Enfim, não se apegue a ideias prévias e faça sua própria análise. O que colegas mais antigos falam podem não ser o melhor mais (ou o melhor para você). Tenha a mente aberta e pese bem as opções.

### 4.4.2 – Sites de questões / simulação / prática

Semelhante aos cursos preparatórios, os sites de questões e simulados existem principalmente para as provas objetivas. Tenho experiência com esse tipo de conteúdo, pois utilizei bastante o site Questões de Concursos (https://www.qconcursos.com/) no estudo para a Magistratura (apenas a parte da resolução de questões, sendo que o site tem um conteúdo típico de curso preparatório, com apostilas e aulas, que não usava). Existem outros sites com o mesmo perfil do citado (TEC Concursos, Gran Curso Questões, Estratégia Questões, Exponencial Questões, Gabarite, Questão certa, PCI Concursos etc).

Esses sites possuem geralmente recursos grátis e recursos pagos. Sugiro começar pela exploração dos recursos grátis e somente fazer o investimento para acesso aos recursos pagos se necessário. Os recursos pagos costumam ser comentários feitos por professores, avaliação de desempenho na resolução de questões etc.. Entre os recursos grátis costuma estar o acesso aos comentários de outros colegas que resolveram as questões – trata-se de um recurso que pode ser interessante, com os devidos filtros.

Não me alongarei na forma de uso dessa ferramenta, pois será foco de tópico próprio no segundo volume. Por agora é importante destacar que é só interessante fazer o investimento nesses sites caso se esteja resolvendo muitas questões. Nesse caso há acesso às ferramentas de análise de desempenho, que permitirão melhor planejamento do estudo. Não é um custo tão alto, principalmente quando se limita aos planos que não envolvem curso preparatório e possui, portanto, um bom retorno.

Além de sites voltados para a prática de questões objetivas, existem ainda alguns voltados para outras fases. Para preparação para questões discursivas, por exemplo, principalmente na área jurídica, existem os sites Questões Discursivas (https://www.questoesdiscursivas.com.br/) e Você Concursado (https://voceconcursado.com.br/questoes-discursivas/), que permitem acesso a bancos de questões (muitas vezes com resoluções comentadas ou espelhos das bancas, além de respostas apresentadas por outros concurseiros). Para as provas práticas de peças, também há sites com planos que envolvem correções individuais, voltados para sentenças, por exemplo. Em geral, são um bom investimento, especialmente por serem fases mais avançadas do concurso. Não são imprescindíveis (nunca usei esses recursos pagos, por exemplo), mas para quem nunca participou dessas etapas pode fazer diferença.

### 4.4.3 – Coaching / Mentoria

Outro investimento possível é em serviços de mentoria ou coaching. Nunca recorri a esse serviço, mas tenho algum conhecimento por conversar com quem já o fez. Coach e mentor são termos semelhantes, mas que permitem diferenciação.

Um **coach**, ao pé da letra, seria um profissional que ajudaria outra pessoa, o coachee, a alcançar seus objetivos através do desenvolvimento de ferramentas e competências, que o ajudem a desenvolver foco, empenho e ações. Em tese, o coach não precisa ter experiência na área e também não caberia a ele aconselhar ou dar soluções para os problemas, mas sim ajudar para que essas decisões sejam tomadas. Já o **mentor** seria um profissional mais experiente da área, que partilharia seus conhecimentos com o mentorado (ou mentee), para que esse crescesse numa área específica e passasse a ter melhor aproveitamento. No mundo dos concursos esses dois termos não parecem ser bem usados, no geral, de maneira que o que vemos é mentoria, mas com nome de coaching.

É um investimento usualmente de valor significativo, pois realizado de forma mensal, com valor em torno de R$ 200,00 a R$ 1.000,00 mensais (dependendo do concurso pode ser que o valor seja ainda mais alto). Há profissionais que cobram ainda uma taxa de sucesso, consistindo em pagamento quando da nomeação. Portanto, é preciso pensar se vale a pena ou não, principalmente se está com dificuldades financeiras. Diante disso, vamos fazer algumas considerações:

- **Há picaretagens nesse meio**: como em tudo, há sempre pessoas tentando se aproveitar da boa fé alheia para dinheiro fácil. Como se trata de um mercado ainda novo e sem as devidas regulamentações, é um campo fácil para pessoas sem o devido conhecimento atuarem. Portanto, deve-se pesquisar muito antes de começar o investimento, procurando opiniões de conhecidos que tenham pago pelo serviço (ou em sites de reclamações e na internet em geral, evitando, claro, conteúdos pagos de promoção).
- **Há pessoas sem legitimidade prestando esse serviço**: o trabalho de mentor pressupõe que se tenha experiência para orientar. Entretanto, há muitas pessoas que não a têm e atuam como se tivessem. Há produtores de conteúdo e coaches que nunca foram aprovados em concursos de alto nível, tendo sido aprovados em

algum concurso de dificuldade média ou baixa – e contando com sorte ainda. Portanto, é duvidosa sua legitimidade, no mínimo, para ensinar outras pessoas. Pode-se argumentar que a pessoa detenha outros conhecimentos próprios para ensino e motivação e tenha o dom de transmitir conhecimentos. Mas, com as devidas proporções e com o perdão da comparação, é semelhante a um nutricionista fora de forma, com glicose e colesterol altos.

- **Aprovação em concursos não é sinal de capacidade de orientação**: como contraponto ao anterior, deve-se pensar que o fato de ter sido aprovado em concursos não é, por si só, sinal de um bom trabalho de orientação (abandonarei os termos em inglês daqui por diante, pelo bem do bom português). Nem todos que são bons em algo sabem ensinar. Orientar outra pessoa e transmitir conhecimentos e motivação envolvem habilidades e competências que nem todos possuem. Portanto, o fato de ter várias aprovações em concursos não garante um bom serviço – seria, em meu entendimento, apenas um requisito para os serviços de maior qualidade.
- **Não é um serviço de psicologia**: se a pessoa orientada possui questões pessoais como ansiedade, depressão, transtornos de aprendizado e outros, não será por esses serviços que conseguirá os superar. Para isso é preciso atendimento com psicólogos e outros profissionais com conhecimento nessas áreas. Até mesmo excesso de estresse, que pode redundar em quadros como *burnout*, não é algo que se resolverá com esse tipo de serviço de orientação.
- **Não é imprescindível**: pode ser que para algumas pessoas seja um importante apoio e investimento, mas não pense que ter esse serviço será decisivo. Trata-se de uma ideia ainda recente e muita gente é aprovada todos os dias, nos mais variados e complexos concursos, sem esse investimento. Portanto, não fique tentado a gastar seu dinheiro apenas para depois não ficar com peso na consciência por não ter passado por ter feito essa economia – dificilmente será esse investimento um divisor de águas.
- **Analise se seu perfil é favorável para o serviço de orientação**: pessoas que já estudam bem sozinhas, com organização e empenho, dificilmente precisarão desse serviço. Pode ser que haja algo a ser melhorado ou uma dúvida de quais concursos fazer, mas todos têm a capacidade de chegar as conclusões e decisões corretas por si, bastando abrir sua mente para as possibilidades e analisar de forma adequada o cenário em que se encontra. Conversar com outros colegas de estudo ou professores, caso se faça algum curso, pode ser o suficiente para chegar à conclusão adequada. Pessoas com problemas de procrastinação e organização podem, por outro lado, ter bons resultados com o investimento. Enfim, analise se realmente para você é preciso esse investimento.
- **Procure serviços que sejam, de fato, personalizado**: a principal vantagem dessa orientação é ser focada em seu caso específico. Se as dicas e planejamentos forem feitos de forma indiscriminada para diversas pessoas ao mesmo tempo, a qualidade do serviço é duvidosa. Fuja de serviços de massa, com atendimentos padronizados, pois podem até mesmo atrapalhar ao invés de ser de alguma ajuda.
- **Há alternativas mais baratas**: pense em qual o apoio que precisa de fato. Se for para gerar uma planilha de estudos, por exemplo, existem sites e aplicativos que auxiliam com isso. Até mesmo as inteligências artificiais conseguem, hoje em dia, gerar uma planilha de estudos semanal, com as coordenadas adequadas pelo usuário. Veja, por exemplo, a resposta abaixo, gerada pelo ChatGPT. O comando foi "Faça uma planilha semanal de estudos para o concurso nacional (Enem dos concursos)

> para os cargos de nivel médio, considerando 6 horas diárias de estudo durante a semana e 8 horas de estudo no final de semana. A planilha de estudos deve prever estudos para todas as matérias do concurso."

Claro! Preparar uma planilha de estudos é fundamental para organizar seu tempo e garantir uma preparação eficaz para o concurso nacional. Vamos criar um plano semanal considerando as horas de estudo que você mencionou.

Aqui está uma sugestão de planilha de estudos para os cargos de nível médio, baseada nas horas diárias que você especificou:

Planilha Semanal de Estudos

| Dia da Semana | Matérias | Horas de Estudo |
|---|---|---|
| Segunda-feira | Português, Matemática, Raciocínio Lógico | 6 horas |
| Terça-feira | História, Geografia, Atualidades | 6 horas |
| Quarta-feira | Direito Constitucional, Direito Administrativo | 6 horas |
| Quinta-feira | Informática, Ética, Redação | 6 horas |
| Sexta-feira | Economia, Noções de Administração | 6 horas |
| Sábado | Revisão Geral de Todas as Matérias | 8 horas |
| Domingo | Simulados e Questões de Provas Anteriores | 8 horas |

Lembre-se de adaptar essa planilha às suas necessidades específicas. Além disso, é importante reservar tempo para descanso e lazer, para manter o equilíbrio durante a preparação.

Se preferir, você também pode baixar planilhas prontas disponíveis online. Algumas opções incluem:

Planilha de Estudos do Estratégia Concursos (Gratuita)

Planilhas de Estudo do Blog Quero Passar em Concursos (Gratuitas)

Espero que essa planilha ajude você a se preparar de forma organizada e eficiente!

Essa resposta está incorreta, claro, pois não inseri o conteúdo programático. Mas é facilmente solucionado com outra pergunta, que levaria ao quadro abaixo.

| Dia da Semana | Matérias | Horas de Estudo |
|---|---|---|
| Segunda-feira | Língua Portuguesa: Compreensão de textos, Organização textual, Coerência e coesão, Ortografia | 2 horas |
| Terça-feira | Língua Portuguesa: Classe, estrutura, formação e significação de vocábulos, Derivação e composição, A oração e seus termos | 2 horas |
| Quarta-feira | Língua Portuguesa: Estruturação do período, Classes de palavras, Linguagem figurada, Pontuação | 2 horas |
| Quinta-feira | Noções de Direito: Direito e Garantias Fundamentais, Organização do Estado | 2 horas |
| Sexta-feira | Noções de Direito: Direito Administrativo | 2 horas |
| Sábado | Matemática: Conjuntos numéricos, Sistemas de Unidades de Medidas, Razão e proporção | 2 horas |
| Domingo | Matemática: Equações, Funções, Progressões aritméticas e geométricas | 2 horas |
| | Realidade Brasileira: Formação do Brasil contemporâneo, História dos negros no Brasil, História dos povos indígenas do Brasil, Dinâmica social no Brasil, Manifestações culturais, Desenvolvimento econômico, Biomas brasileiros, Matriz energética | 2 horas |

Ainda não está perfeito, mas a ideia é apenas mostrar como é possível, de graça ou com versões pagas de uma IA, fazer muitas das coisas que o serviço de coaching faria. A IA permite ideias que a pessoa já sabe, mas não está levando em consideração, sendo um forte substituto para o serviço.

Quanto à ideia da motivação, caso não se consiga estudar sozinho, há alternativas, como estudo em grupo, mesmo à distância, com pessoas com o mesmo objetivo. Esse livro sugere diversas técnicas e métodos de estudo, além de dicas, que podem esclarecer algumas dúvidas, sendo que também há conteúdos disponíveis na internet com o mesmo objetivo. Enfim, principalmente para quem não tem o dinheiro, pense bem se realmente é um gasto necessário.

Caso se entenda que o dinheiro está suficiente e que vale o investimento, procure referências, busque reclamações e opiniões na internet e escolha o serviço de acordo com sua realidade e necessidades, de preferência com serviços que sejam personalizados e prestados para um pequeno número de pessoas por cada coach. Caso o valor seja significativo em seu orçamento, procure bem se não há alternativas, como exposto.

### 4.4.4 – Livros e apostilas

A forma mais tradicional de estudo – e nem por isso menos útil e válida. Posso dizer que 80% pelo menos do meu estudo foi com livros, de maneira que me sinto muito confortável para comentar. Seja na forma digital ou tradicional, livros costumam ser caros, de maneira que é um investimento significativo. Existem maneiras de diminuir esses custos, algumas legais (empréstimo em bibliotecas, troca com colegas de estudo, compras de livros usados), outras ilegais (grupos de troca de pdf, páginas de internet para download etc.). De qualquer maneira, para minha forma de estudo sempre foi um investimento com altíssimo retorno, pois devo tudo que consegui a essa forma de estudo.

Um bom ponto de partida para muitas áreas de estudo são os próprios **livros usados nas graduações**, pois possuem profundidade e cobrem a maior parte do que é pedido nos editais. Na área de Direito, por exemplo, para as carreiras jurídicas mais concorridas é comum que se estude pelos doutrinadores mais conceituados (embora não seja obrigatório), pelo menos em algumas fases dos concursos. Nos concursos da área de Exatas também é uma fonte de consulta quase obrigatória.

Contudo, nem todas as disciplinas cobradas em concursos possuem livros de graduação que sejam úteis (por exemplo, raciocínio lógico e atualidades). Entramos então no segundo grupo, talvez mais comum, que são os **livros próprios para concursos**. Na área jurídica, por exemplo, temos coleções voltadas somente para concursos, com enfoque próprio em provas e apresentações que facilitam o estudo e planejamento (como resumos e quadros com esquemas de estudo). Na área jurídica há livros com aprofundamento muito bom e voltados para concursos, sendo possível a aprovação em qualquer concurso apenas com livros desse tipo (foram os que mais utilizei).

Temos também livros com menor aprofundamento, para revisão ou para concursos mais simples, bem como as chamadas **sinopses**, principalmente na área jurídica, novamente. Também são muito úteis, havendo quem seja aprovado nos concursos mais disputados apenas com esse tipo de material aliado ao estudo da jurisprudência.

Por outro lado, temos as **apostilas**, que são materiais mais resumidos e com enfoque específico em concursos (tecnicamente podemos apontar outras diferenças entre livro e

apostila, como códigos de inscrição ISBN, mas deixemos de lado essas tecnicidades). São os materiais mais comuns de estudo em concursos de menor complexidade e o ponto de partida (e até mesmo único método de estudo) de muitos concorrentes.

É possível se aprender praticamente qualquer assunto ou disciplina através de livros (é assim que o conhecimento vem sendo passado a frente há séculos), mas nem todas as pessoas conseguem começar diretamente o estudo por esse método, de maneira que pode ser que seja necessário outros métodos (como cursos de preparação ou vídeo aulas), para somente depois se ter o nível necessário para se estudar pelos livros. Em alguns concursos não é necessário grande aprofundamento para aprovação, de maneira que o estudo por livros com muito conteúdo deve ser direcionado – ou substituído por apostilas e outros materiais mais simples.

Em resumo, a depender de seu método de estudo, da disciplina a ser estudada e do nível necessário de aprofundamento, pode ser melhor o estudo por livros ou por apostilas. De forma sintética, podemos dizer que:

- **Livros**: possuem maior profundidade, são mais amplos nos assuntos, são mais confiáveis no conteúdo, permitem uma melhor compreensão dos assuntos e podem servir de fonte de consulta depois da aprovação. Possuem como desvantagens ser mais caros, menos específicos para concursos (exceto se voltados para esse objetivo), geram a possibilidade de perder tempo com conteúdos não cobrados (embora seja possível pular essas partes, claro) e geralmente são menos dinâmicos (exceto os voltados para concursos, não costumam ter quadros esquemáticos, resumos, questões de concursos em cada capítulo etc.). Ideais para quem tem mais tempo disponível e para os concursos mais concorridos e disputados, em que é preciso se diferenciar dos demais candidatos. Podem ter linguagem menos acessível e geralmente não se preocupam com ferramentas didáticas (como resumos de final de capítulo).
- **Apostilas**: são mais baratas, fáceis de achar, permitem o estudo mais rápido e direcionado. Contudo tem como desvantagens o fato de ser menos estratégicas, possibilitando que conteúdos não sejam vistos para as provas, além de haver materiais com conteúdos duvidosos (até mesmo fraudes), voltados apenas a ganhar dinheiro fácil. Também não permitem o candidato avançar muito no estudo, pela sua superficialidade, o deixando no máximo na média dos demais candidatos. Ideal para começo de estudo e quando se tem pouco tempo e para os concursos mais simples. Costumam ser escritas com linguagem mais acessível e contar com resumos, esquemas e questões comentadas.

Entre livros e apostilas, temos os **livros para concursos**, que procuram trazer vantagens de ambos os métodos, com aprofundamento no que é necessário e utilização de linguagem mais didática e outras ferramentas de estudo, como resumos, esquemas e questões com comentários para situar os assuntos. Em minha experiência, são os melhores materiais, pois permitem um estudo não tão maçante e com o nível necessário de aprofundamento. Na área jurídica, por exemplo, a maior parte do meu estudo para os concursos de Magistratura foi por materiais desse tipo (coleções como as do Dizer o Direito e Esquematizado).

Colocarei mais dicas de livros utilizados e dessa forma de estudo no segundo volume do Manual.

### 4.4.5 – Recursos de informática

Cada dia mais as informações migram do meio físico para o digital, o que faz com que seja importante ter um bom acesso a tais conteúdos. Entre os investimentos que podem fazer diferença (depende muito do concurso e do método de estudo, claro) podemos listar:

- **Computadores e notebooks**: estudar com um computador com bom desempenho pode gerar economia de tempo, quando se somam todos os minutos perdidos com carregamentos de conteúdo nos computadores mais antigos (sem falar o estresse). Não é essencial para todos, principalmente para quem gosta de estudar com papel, mas existem conteúdos que somente são facilmente acessíveis em meio digital (como livros digitais, por exemplo – é possível imprimir, claro, mas aí o custo começará rapidamente a aumentar). Entre computador desktop e notebook, considere as suas necessidades, pois os notebooks trazem maior praticidade e permitem o acesso em outros lugares (embora sejam, relativamente, mais caros e com menor desempenho que os desktops). Notebooks permitem a vantagem de serem levados em viagens, o que permitirá o estudo durante o trajeto e na estadia em outras cidades, inclusive nas vésperas de provas.
- **Boa conexão de internet**: felizmente a qualidade de internet está aumentando no país nos últimos anos, até mesmo no interior. Estudei muitos anos sem acesso à internet em casa e sei o quanto fez diferença quando, finalmente, a cidade em que morava (Oiapoque), passou a ter empresas com o serviço. Uma boa conexão permite acesso a conteúdos de cursos online, sem perda de qualidade na imagem e sem muitos atrasos, ganhando tempo, recurso dos mais importantes na preparação. Em algumas fases de concursos, como na prova oral, é ainda mais importante ter boa conexão, para conseguir realizar treinamento com outros colegas e participar de cursos específicos para a fase.
- **Programas de computador / aplicativos**: há cada vez mais mercado para aplicações voltadas para concursos, com programas dos mais variados (para organização da divisão de horas de estudos, jogos para aprendizado, aplicativos para resolução de questões e simulados, aplicativos com notícias e datas de novos concursos etc.). A depender do método de estudo e do concurso, até mesmo aplicações como inteligências artificiais podem ser usadas, pois cada dia mais se tornam adequadas para tarefas, até mesmo para responder dúvidas mais simples de estudos ou realizar tarefas como resumos e mapas mentais ou mesmo simulados. Trataremos do tema em um capítulo próprio no segundo volume do livro.

Em resumo, portanto, pense bem em como será seu método de estudo e, tendo o dinheiro disponível, procure os melhores recursos de informática, que podem fazer a diferença na sua preparação e aprovação. É possível passar apenas com caneta, papel e suor, havendo muitos colegas que conseguiram, mas provavelmente será bem mais difícil assim.

### 4.4.6 – Ergonomia

Estudar, principalmente por muitos anos, pode gerar problemas de saúde, principalmente quando o estudo é realizado em condições não adequadas. Durante um bom tempo, por exemplo, tive dores no pescoço por ficar muito com a cabeça abaixada quando da leitura em livros e no notebook – amenizei esse desconforto com a compra de um projetor, que permitiu que ficasse com uma melhor postura quando do estudo no computador, além de suporte para livros. De maneira semelhante, são comum relatos de dores nas costas e lesões por esforço repetitivo, a depender de como se estuda.

Por conta disso, procure as melhores condições quanto à qualidade da iluminação no local de estudos, cadeiras, mesas, apoios para o pé etc. Isso pode envolver um investimento alto ou apenas mudanças de comportamento, como adotar melhor postura quando se estuda. Avalie o quanto antes as condições do seu local e pessoais para evitar desgastes físicos que podem atrapalhar o rendimento no futuro, muitas vezes nos piores momentos, como próximo às fases finais dos concursos.

Algumas dicas simples, que não envolvem muitos custos e podem trazer resultados são:

- **Mantenha os materiais em seu alcance**: tenho os materiais próximos a você nas sessões de estudo, para evitar tensões musculares e perda de tempo.
- **Apoios**: busque apoios para o antebraço, cabeça e pés, de forma a diminuir a tensão e melhorar sua postura.
- **Ângulos:** bons ângulos dos livros e da tela do computador/notebook evitam tensões no pescoço e coluna e melhoram a postura, diminuindo risco de lesões ao longo prazo. Um bom ângulo para a digitação evita ou diminui a chance de dores nos punhos após longas sessões.
- **Boa iluminação**: iluminação adequada, que não force a visão, pode permitir maior conforto para tempos mais longos de leitura. Controle a luminosidade do ambiente e também das telas, de maneira a não prejudicar seus olhos.
- **Silêncio ou música adequada**: não afirmarei que estudar em silêncio é melhor, pois cada pessoa tem suas particularidades, mas para a maior parte das pessoas um ambiente silencioso e sem interrupções e distrações costuma render melhor. Para algumas pessoas pode ser melhor estudar com música, mas é preciso escolher bem para não evitar perda de foco. Cada um terá que fazer essa análise para saber o que é melhor para si – em certa época estudei com música, mas depois abandonei, pois achei que rendia mais em silêncio. Falarei novamente do tema da música no segundo volume do livro.
- **Pausas para descanso**: é importante fazer pausas regulares, para hidratação, alongamento etc. Essas pausas ajudam a manter um melhor ritmo quando se estuda por várias horas e uma melhor saúde no médio e longo prazo.

Caso se tenha dinheiro, investimentos maiores podem envolver a compra de cadeiras ergonômicas de qualidade, mesas mais espaçosas, iluminação de qualidade, tapetes antifadiga ou até mesmo isolamento acústico e decorações que sejam inspiradoras.

A lição principal é que se deve pensar bastante no conforto e ergonomia, principalmente para o longo prazo. Quando se é mais jovem parece uma questão menos relevante, mas o tempo vai cobrar os descuidos hora ou outra, acredite.

### 4.4.7 – Saúde e bem estar

Como afirmado acima, o estudo para concursos no médio e longo prazo pode ser muito cansativo. Por conta disso, é importante procurar manter boa saúde – inclusive mental. Portanto, deve-se ficar atento aos seguintes fatores, que indiretamente podem fazer a diferença na preparação:

- **Exercícios físicos e saúde mental:** A prática regular de exercícios físicos não apenas fortalece o corpo, mas também tem um impacto positivo na saúde mental. A liberação de neurotransmissores como serotonina, dopamina e noradrenalina durante o exercício ajuda a reduzir sintomas de ansiedade e permitir melhor concentração quando dos estudos. Mesmo 30 minutos de atividade aeróbica ou de resistência por semana podem fazer a diferença, de acordo com estudos da área.
- **Lazer e relaxamento**: O lazer é uma forma de cuidar da saúde mental. Quando estamos sobrecarregados com estudos, reservar um tempo para relaxar, meditar, assistir filmes ou ler livros é crucial para reduzir o estresse e melhorar o bem-estar. Não fique se sentido mal por estar realizando essas atividades ao invés de estudar, pois não é quantidade de horas apenas que conta, mas também a qualidade – e após essas atividades a qualidade dos estudos tende a aumentar. Durante minha preparação para concursos sempre procurei manter atividades recreativas, como jogar videogames (paixão desde a infância).
- **Nutrição adequada**: Alimentação balanceada fornece os nutrientes necessários para manter a energia e a concentração. Evite pular refeições e opte por alimentos ricos em vitaminas, minerais e fibras. Má alimentação pode diminuir sua qualidade de vida e impactar na qualidade de seus estudos.
- **Hidratação**: Beba água regularmente para manter o cérebro funcionando bem. Saiba qual a quantidade ideal para você e procure sempre fazer pausas durante o dia para se hidratar.
- **Exercícios, energia e concentração**: Atividades físicas melhoram a circulação sanguínea, aumentam a oxigenação cerebral e ajudam a manter a concentração durante os estudos.
- **Sono de qualidade**: O sono é essencial para a memória, aprendizado e processamento das informações. Mantenha uma rotina de sono regular e evite estudar até altas horas da noite.
- **Rede de apoio**: Manter contato com amigos e familiares é vital. Conversar sobre os estudos, compartilhar experiências e receber apoio emocional ajuda a enfrentar os desafios. Nem todas as pessoas são positivas ou boas influências, claro, mas procure contato com quem ajuda e apoia.
- **Equilíbrio e planejamento**: Organize seu tempo para incluir momentos de estu-

do, lazer e autocuidado. Evite o esgotamento físico e mental.

Lembre-se de que investir em saúde é investir no seu futuro. Cuide de si para alcançar seus objetivos com mais eficiência e bem-estar.

### 4.4.8 – Conclusão

Em resumo, há diversos investimentos que podem ser feitos na sua preparação. Mas nossos recursos (tempo e dinheiro) são limitados, de forma que escolher em que investir é essencial. Mesmo quem tenha a sorte de ter bastante apoio financeiro, o tempo é limitado para todos.

Não há fórmulas prontas e aplicáveis para todas as pessoas e todas as situações. Cada pessoa pode render mais de uma forma, a depender da maneira que aprende (esse será um dos temas do segundo volume do livro). Cada fase e cada concurso demandam preparação própria. Portanto, o mais importante é saber as opções e planejar o que é melhor – nosso trabalho neste Manual é apresentar as informações para que essas escolhas sejam de maior qualidade.

**Direto ao ponto:**

Tendo tempo e dinheiro limitados, é importante saber em que investir. As principais opções são:

- **Cursos preparatórios**: há opções para todos os concursos e fases. Quanto menos experiência se tem, mais adequado o investimento. Cursos especializados no seu concurso, com professores com boa didática e experiência em aprovação e recursos extras de aprendizagem (material de apoio, fóruns para esclarecimento de dúvidas, aplicativos para simular provas, simulados com os alunos etc.) são os mais indicados. Economize com bolsas e planos, mas não sacrifique qualidade. Pesquise antes de se matricular e não confie apenas no curso para sua aprovação.
- **Sites de questões e prática para outras fases**: são investimentos estratégicos para adquirir experiência de prova, de maneira a alcançar melhores resultados quando da prova. Utilize sites como Questões de Concursos, TEC Concursos, Gran Curso Questões, etc. Comece com os recursos grátis, como comentários de outros candidatos. Se precisar, invista nos pagos, com comentários de professores e ferramentas de análise de desempenho. Resolver muitas questões ajuda no planejamento de estudos, com custo acessível. Para questões discursivas, utilize sites como Questões Discursivas e Você Concursado. Há opções para outras fases.
- **Coaching/mentoring**: Investir em mentoria para concursos pode ser útil, mas não é imprescindível. O custo é alto e há risco de picaretagem. Avalie se você realmente precisa e se cabe no seu orçamento. Procure profissionais experientes e com boa reputação. Fuja de serviços padronizados. Há alternativas mais baratas para organização e motivação, como sites, aplicativos e grupos de estudo.

- **Livros e apostilas:** Livros oferecem conteúdo mais aprofundado e confiável, mas são mais caros e nem sempre direcionados. Apostilas são mais acessíveis e práticas, mas podem ter conteúdo superficial ou duvidoso. A escolha ideal depende das necessidades do candidato, considerando seu nível de conhecimento, tempo disponível e estilo de aprendizado. É importante ponderar os prós e contras de cada método de estudo e analisar a qualidade do material antes de escolher.

- **Recursos de informática:** Computadores e notebooks com bom desempenho otimizam o tempo e facilitam o acesso a conteúdos online. Uma boa conexão de internet é essencial para cursos e simulados online, enquanto programas e aplicativos específicos auxiliam na organização, aprendizado e resolução de dúvidas. A inteligência artificial também se destaca com ferramentas inovadoras.

- Ergonomia: Estudar por longos períodos pode gerar problemas de saúde, por isso é importante ter um ambiente de estudo adequado. Mantenha os materiais ao alcance, utilize apoios para antebraço, cabeça e pés, ajuste os ângulos dos livros e da tela, tenha boa iluminação e escolha um ambiente silencioso ou com música adequada. Faça pausas regulares para descanso. Se possível, invista em cadeiras ergonômicas, mesas espaçosas, iluminação de qualidade, tapetes antifadiga e isolamento acústico. Pensar no conforto e ergonomia é essencial para evitar desgastes físicos e garantir um melhor rendimento nos estudos a longo prazo.

- Saúde e bem estar: Cuidar da saúde física e mental é crucial para o sucesso nos estudos. Pratique exercícios físicos, tenha momentos de lazer, alimente-se bem e durma bem. Mantenha contato com amigos e familiares. Organize seu tempo para estudar, relaxar e cuidar de si mesmo. Investir em saúde é investir no seu futuro.

# 5 – Desmistificando os concursos públicos

Há muitos "mitos" sobre concursos, que podem prejudicar a escolha de qual concurso fazer ou mesmo desestimular aqueles começando. Geralmente essas ideias vêm de pessoas sem experiência em concursos, gerando noções incorretas. Nesse capítulo iremos "desmistificar" os concursos, trazendo dados para comprovar quais dessas ideias não condizem com a realidade.

## 5.1 – Concursos públicos são fraudados

O primeiro mito – e talvez o mais comum – é o de que concursos são fraudados (geralmente a afirmação envolve dizer que há fraudes para favorecer parentes e amigos dos governantes). Alguns candidatos, sem a devida preparação, até reforçam essa ideia quando não conseguem aprovação e precisam de uma desculpa.

Não se pode ser inocente a ponto de achar que não existam fraudes – é claro que existem (até porque já houve operações policiais e processos que condenaram pessoas por participação). Mas não se deve acreditar que essa é a regra. O que ocorre é que casos descobertos chamam a atenção e levam a uma aparência incorreta. É o que chamamos de heurística ou viés da disponibilidade (a tendência a ser influenciado pela facilidade com que se tem acesso a uma informação, mesmo não sendo ela a mais comum).

Para afastar essa ideia pensemos nesses fatores:

- **Dificuldade da fraude**: Há muitas formas de se detectar fraudes em concursos – não irei entrar em detalhes, pois o objetivo do livro não é ajudar pessoas desonestas. Portanto, não é simples assim realizar fraudes – e menos ainda ser um dos favorecidos.
- **Ausência de vantagens**: não faz tanto sentido assim para os governantes / "políticos" promoverem fraudes nos seus concursos para beneficiar as pessoas. Em primeiro lugar, já existem cargos comissionados, de livre indicação, de forma que é mais fácil simplesmente indicar pessoas para esses cargos – não é criminoso e a pessoa ainda fica dependente, pois pode ser mandada embora quando for conveniente. Em segundo lugar, nas comissões de concurso há pessoas que certamente ficariam sabendo da fraude e poderiam "denunciar" – o que geraria o risco de condenações, sejam criminais ou de caráter político. Portanto, dificilmente algum governante promoveria uma fraude nos concursos simplesmente para favorecer algum amigo ou parente, pois há formas mais fáceis e com menor risco para isso. As fraudes que são descobertas geralmente são promovidas por servidores e pessoas de fora da Administração e com objetivo de lucro, com a venda das vagas.
- **Conhecimento dos candidatos aprovados**: conheço muitas pessoas no serviço público e quase todos têm história de estudo e merecimento. Conheço poucas pessoas que entraram por meios duvidosos também, mas se trata de concursos mais antigos, quando ainda não havia o rigor de controle atual. Qualquer servidor concursado pode

dizer o mesmo – os aprovados não são, em 99,9% das vezes, pessoas que entraram de forma desonesta. Mais do que isso, mesmo tendo trabalhado em órgãos policiais e trabalhando na Justiça são raríssimos os casos de investigações de fraude (somente participei de um processo relacionado).

- **Credibilidade das bancas organizadoras**: as bancas de concursos, principalmente de alcance nacional, tem muito a perder e pouco a ganhar em caso de fraudes. Uma fraude descoberta pode acabar por prejudicar de forma irreversível a reputação da banca, fazendo com que perca contratos (não são raros os casos em que as bancas são selecionadas com dispensa de licitação) e acabe tendo prejuízos financeiros – que serão repassados para os seus colaboradores e sócios. Por outro lado, as pessoas favorecidas pela fraude não terão tanto dinheiro assim para compensar o risco. Dessa maneira, não faz sentido para a banca permitir fraudes, razão pela qual há investimentos para evitá-las.

No mais, mesmo nos casos em que há fraudes, geralmente não se tem a coragem de entregar o gabarito para muitas pessoas. Isso porque ficará muito óbvio que houve trapaça, com muitos candidatos respondendo a mesma coisa e sendo aprovados sem demonstrar o nível de conhecimento necessário quando na prática do trabalho. Dessa maneira, ainda que haja fraude, ela será pontual e envolverá poucas vagas, de forma que ainda assim é possível se competir pelas vagas restantes.

Como adendo, observo que existem concursos em que há fases com grandes possibilidades de avaliações subjetivas (como provas orais, provas práticas de aula, análise de currículo ou entrevistas, além da própria avaliação psicológica, a depender de como realizada). Nesses concursos é possível que haja influência da banca na escolha de um candidato ou outro, principalmente quando a banca para essas fases é composta de membros do órgão em vez de pessoas externas. Contudo, isso não significa que haverá favorecimento, sendo que, em regra, não há. O que é comum é se utilizar dessa discricionariedade nas fases para eliminar candidatos que não sejam de acordo com o perfil esperado (algo de legalidade duvidosa). Em algumas instituições, como nas universidades públicas, é conhecido que há uma maior ocorrência desses tipos, o que é algo a ser pensado por quem pretende prestar concursos nessas áreas.

Em minha jornada somente participei de um concurso que considerei ter havido um resultado duvidoso, pois as médias de acerto dos candidatos eram muito altas para o nível da prova e os primeiros colocados não eram pessoas com histórico de bons resultados em concursos da área. Era um concurso de Prefeitura e a banca era pouco conhecida. Participei de outros 35 concursos além desse e em nenhum outro percebi nada que se aproximasse de fraude, seja durante o concurso, no resultado ou depois da aprovação, no contato com os demais aprovados. Logo, **as fraudes em concursos são algo pouco comum e não devem levar ninguém a desistir de estudar, pois não são algo relevante para essa decisão**.

## 5.2 – Somente "gênios" ou "ricos" são aprovados em concursos

Outra ideia comum, principalmente envolvendo concursos concorridos e com visibilidade, é que só pessoas muito inteligentes ou com acesso à educação de qualidade desde a

infância são aprovadas. Também não é algo verdadeiro, conforme a experiência comprova.

De fato, entre os aprovados encontramos sim pessoas com capacidades intelectuais acima da média, mas a maioria é composta por pessoas que seriam consideradas "normais". O que ocorre é que a disciplina nos estudos, força de vontade, organização e continuidade no planejamento permitem que qualquer pessoa "normal" tenha desempenho semelhante ou melhor do que outro com mais facilidade de compreensão, mas sem foco.

Claro que uma pessoa que tenha talento natural para uma área terá mais facilidade para entender os assuntos e o estudo será mais rápido. Mas nem todas as pessoas muito inteligentes são disciplinadas, sendo inclusive comum que muitos não o sejam (diante da facilidade que sempre tiveram durante o ensino regular nas escolas). Logo, é possível com esforço, dedicação e planejamento superar outros candidatos que tenham mais facilidade.

Na prática, pelo contato com colegas de trabalho dos mais variados cargos e formações, percebo que a maioria são pessoas normais, mas que se esforçaram bastante e conseguiram a aprovação. Mesmo na Magistratura, Ministério Público e outros cargos do topo da Administração não se pode dizer que apenas as pessoas com maior capacidade intelectual estejam presentes.

Outro elemento nesse sentido é que **sequer a faculdade que a pessoa se formou é fator determinante** para aprovação. Engana-se quem pensa que apenas os alunos de universidades públicas e particulares mais conceituadas é que são aprovados nos concursos. Basta observar as estatísticas dos aprovados para saber que isso não é verdade. Certamente que uma boa graduação ajuda para o candidato sair na frente dos demais, mas geralmente não se aprende todo o conteúdo dos concursos e nem as técnicas de prova necessárias na faculdade, de maneira que somente com o curso universitário não se conseguirá aprovação nos concursos mais disputados. Veja o perfil dos aprovados que prestaram depoimentos, presente no terceiro volume do livro, e verá isso.

Portanto, podemos dizer que inteligência e histórico de estudo não são fatores impeditivos para aprovação. São, sim, facilitadores – quanto mais facilidade para compreensão se tem e quanto mais bagagem de conhecimentos prévios, mais à frente se sai. Assim, mais rápido, provavelmente, será o tempo necessário para aprovação. Mas é possível, com dedicação, organização e bom planejamento se superar as dificuldades iniciais e, com o tempo, conseguir a aprovação em qualquer concurso.

Não sejamos idealistas de acreditar que essa regra seja aplicável a todos, claro. Uma pessoa que tenha dificuldades de aprendizado e um conjunto de conhecimentos prévio bem reduzido demandaria um tempo de anos e anos para conseguir, sem contar com a sorte, uma aprovação nos concursos mais disputados. A depender do caso, pode ser que a pessoa não tenha capacidade de memória para reter conhecimentos suficientes durante todo esse tempo, o que tornaria a tarefa ainda mais complicada. Soma-se a isso que nem todos tem tempo diário suficiente e recursos financeiros para se manter durante esse tempo.

Portanto, é óbvio que entre os aprovados nos cargos mais disputados haverá predominância de pessoas com famílias com melhores condições econômicas, que permitiram um estudo de excelência desde criança e também tiveram melhores condições de orientar os filhos.

Mas mesmo não ter essa estrutura não impede a aprovação. Com a graça de Deus

nunca passei fome quando criança, mas vim de família bastante humilde e com muito esforço cheguei até a aprovação como Juiz. Há muitos exemplos semelhantes, que comprovam essa verdade. Claro, contudo, que o caminho será mais difícil e exigirá um esforço extra que nem todos estão dispostos a fazer. Dediquei vinte anos de minha vida aos estudos para concursos, por exemplo. Esse tempo poderia ter sido reduzido em muito mais da metade com um adequado planejamento e decisões adequadas desde a adolescência, um pouco mais de sorte e com melhores condições financeiras. Muitos não precisarão de tanto tempo e talvez outros precisem de mais – cada um deve saber suas capacidades e pensar o tempo que está disposto a investir no seu futuro.

Os concursos mais difíceis exigem maior tempo e esforço, mas há concursos com menor nível de dificuldade, para os quais a ideia de que só ricos e gênios são aprovados é ainda mais descabida. Por isso, como já discutido, pode compensar um concurso para cargo menos disputado inicialmente. Link

## 5.3 – Não é possível passar em concurso sem curso de preparação

Já discutimos isso quando falamos da questão de investimentos na preparação, mas é certo que não há método de preparação obrigatório para aprovação em concurso – e aulas expositivas não são exceção. Algumas pessoas terão mais dificuldades para progredir nos estudos sem curso, principalmente no começo. Mas depois de um tempo chegarão ao nível daqueles que fizeram curso de preparação, podendo ser que nem fiquem para trás, caso estejam estudando da maneira correta, com seu perfil.

Nunca participei de cursos preparatórios, para qualquer fase de concurso e, mesmo assim, obtive sucesso. Como afirmei antes, tinha várias razões para não procurar cursos– falta de recursos, falta de tempo e, principalmente, inadequação do método para mim (nunca aprendi muito em aulas, mesmo nas primeiras séries, pois acho lento e prefiro a leitura). Pode-se argumentar que meu exemplo não é aplicável para todos, mas como disse, cada um tem seu ritmo e cada situação pede uma solução – a ideia é destacar que é propaganda que os cursos são essenciais para aprovação. E isso vale para os cursos voltados para todas as fases – nenhum é essencial. Assim como eu, diversas outras pessoas foram aprovadas nos mais variados concursos sem participar de nenhum curso preparatório.

Posso ir até um passo adiante em minha afirmação – sequer o estudo específico para concursos é essencial para aprovação. A depender do concurso (dificuldade, especificidade das matérias, publicidade entre os candidatos), pode ocorrer a aprovação com o conhecimento prévio (da faculdade, de estudos para outros concursos etc). Minha esposa, por exemplo, foi aprovada (e nomeada) no cargo que ocupa sem ter estudado para concursos, somente com o que sabia da sua faculdade. Era um concurso voltado para a área de formação dela (zootecnia), o que afasta um pouco a necessidade de preparação própria. Mas isso não diminui a conquista da aprovação – apenas mostra que com boas escolhas é possível ser concursado sem sofrer muito com a preparação. Como ela, conheço outras pessoas que passaram em outros concursos sem preparação prévia e específica para concursos. Nos concursos mais disputados é um pouco mais difícil, mas não é impossível – antes da regra que exigia os três anos de atividade

jurídica, por exemplo, era comum a aprovação de candidatos recém-saídos da faculdade para Magistratura e Ministério Público. No geral eu sempre estudei antes das provas, mas já fui aprovado em concursos para os quais não me preparei, com o estudo voltados para outros cargos. Foi o que ocorreu para Oficial de Justiça, por exemplo, para o qual não estudei, mas me preparava para a Magistratura e para o concurso de Delegado, que fazia na mesma época.

Portanto, em resumo: 1 – não é essencial a participação em curso preparatório para aprovação, 2 – nenhum outro método ou técnica de estudo é essencial, 3 – cada pessoa rende mais nos estudos de uma maneira específica (o que discutiremos muito ainda neste Manual), 4 – a depender de sua forma de aprendizado e do concurso, pode ser mais importante um curso preparatório, para acelerar o processo de aprendizado e 5 – a depender da situação, sequer o estudo específico para concursos é obrigatório, sendo suficiente os conhecimentos prévios.

Dessas conclusões podemos tirar uma lição – **copiar métodos de estudo de pessoas aprovadas não é suficiente e nem sempre o melhor**. Nem tudo que serviu para uma pessoa aprovada servirá para você, pois cada concurso é diferente (mesmo que seja a mesma banca e o mesmo cargo, mas em épocas diferentes), além das características pessoais. Logo, procure conhecer a si mesmo e o que é ideal para sua preparação – esse livro tem como objetivo ajudar nisso.

## 5.4 – É possível ser aprovado em concurso apenas com sorte

Contrariamente aos que pensam que apenas pessoas muito inteligentes e com muito tempo de preparação são aprovadas, há pessoas que acreditam na tese contrária, de que é possível ser aprovado sem estudar, na base do "chute". Até é possível ser aprovado sem estudar para concurso especificamente, mas isso apenas se já tiver conhecimentos prévios, como falado acima. Mas sem conhecimentos anteriores e só com sorte, a chance de aprovação é praticamente zero.

Vejamos um exemplo. Considere uma prova com só quatro respostas por item e apenas 40 questões – uma prova objetiva bem simples. A nota de corte, caso não haja muitos candidatos preparados, pode ficar na casa de 21 pontos apenas. A probabilidade de acertar 21 questões ou mais sem conhecimento é da casa de 0.0000000294%. Isso significa que apenas 1 em 34.028.247.125 tentativas resultaria em aprovação. Se ainda não entendeu a grandeza dos números, saiba que as chances de acertar na Mega Sena com uma aposta simples de 6 números é de 1 em 50.063.860. Vendo de outra maneira, se o concurso em questão existisse e tivesse um milhão de candidatos inscritos por cada prova, seriam necessários cerca de 12.000.000 de concursos para que houvesse uma chance de 50% de haver alguém aprovado com base apenas na sorte.

Portanto, mesmo no exemplo de uma prova das mais simples (em concursos difíceis são 5 respostas por questão e 100 questões ou mais, com cortes acima dos 70), é praticamente impossível a aprovação com base apenas na sorte. Considerando ainda que há concursos com provas escritas e práticas, nesses é impossível ser aprovado apenas com base na aleatoriedade.

Pode-se dizer que se conhece alguém que foi aprovado em algum concurso e diz ter

sido por sorte. Essa pessoa está sendo modesta ou foi uma fraude, com 99,999999....% de chance. Talvez essa pessoa tenha acertado bastante com intuição, após eliminar alternativas claramente erradas etc. Existe toda uma teoria para o chute, que discutiremos no segundo volume do livro, mas para aplicar qualquer técnica é preciso pelo conhecer o básico do conteúdo. Sem conhecimentos pelo menos médio não há chance alguma de aprovação.

Portanto, é ilusão achar que será aprovado sem conhecimento. Apesar disso, muitas pessoas acreditam, por isso há números tão inflados de concorrentes em alguns concursos (o concurso da PRF 2002 tinha meio milhão de candidatos). Como já discutido, esses números não dizem nada quanto à dificuldade de aprovação – e a crença das pessoas em resultados milagrosos contribui para isso.

Logo, podemos concluir que: 1 – não adianta fazer provas sem estudar ou ter uma excelente carga de conhecimentos prévios para a prova, 2 – somente com estudo e dedicação é possível aprovação, nem que prévios ao estudo para a prova (na faculdade, ensino médio etc.) e 3 – não se assuste com números altos de concorrentes, pois muitos estão inscritos para tentar a sorte.

## 5.5 – Não há como ser aprovado quando se trabalha

Outra falsa ideia, mas que leva muitas pessoas a desistirem. Claro que há vantagens em apenas estudar para as provas, sem trabalhar. Mas, como discutido quando falamos dos concursos intermediários, também há vantagens em trabalhar enquanto estuda, principalmente quando em cargo com relação com o que se busca. Também há desvantagens em apenas estudar, como maior pressão (principalmente quando é sustentado por outros, que podem cobrar resultados) e maior chance de desmotivação com resultados negativos, ante o senso de urgência para aprovação.

Dessa forma, embora seja mais fácil, no geral, concorrer estudando em dedicação exclusiva, não é um fator decisivo. Na verdade, a maior parte dos aprovados costuma trabalhar, sendo que para alguns concursos jurídicos é até uma exigência a experiência anterior (que pode, contudo, ser conseguida fazendo algumas peças como advogado ou outra atividade que não tome tempo). Pelas estatísticas divulgadas nos concursos e por experiência própria, afirmo que a quantidade de aprovados que trabalham é alta, a afastar que seja muito difícil. Eu sempre trabalhei enquanto prestava concursos, desde o primeiro em 2002.

Por óbvio que trabalhos mais extenuantes dificultam a aprovação, por tomar muito tempo. Mas ainda assim é possível a aprovação, mas com mais sacrifício e planejamento e eficiência maiores necessários. Como falado anteriormente, caso a opção (ou a falta de opção) seja trabalhar, busque empregos que permitam melhor gestão do tempo para o estudo. Link

Em resumo, pode ser mais difícil, mas não é impossível a aprovação em concursos enquanto se trabalha. Esse fator não é motivo para desistir, pois muitos trabalham e persistem até a aprovação.

## 5.6 – É preciso abrir mão de lazer e atividades físicas para ter tempo

Com poucas exceções, talvez apenas em períodos próximos a fases importantes, não vale a pena abandonar atividades prazerosas e que contribuem para a saúde. O estudo até aprovação envolverá longo período de preparação e nada adianta se esgotar antes da hora – o que ocorrerá se deixar de realizar atividades para sua saúde física e mental. Como falamos anteriormente, lazer e atividade física são importantes para a saúde, necessária para manter uma preparação contínua. Link

No fim, o que se deve evitar são excessos. Não deve haver falta total de lazer e atividades físicas, prejudicando a qualidade do estudo. O tempo "ganho" ao deixar as atividades seria perdido em estudo ineficiente e em tratamento de saúde. Não deve haver também excesso dessas atividades, que levaria à perda de tempo de estudo e dispersão de foco.

Eu sempre procurei manter atividades de lazer (filmes e séries, videogame etc.) e atividades físicas durante meu tempo de preparação para os concursos, com exceção de alguns períodos muito específicos, como nas semanas anteriores às provas mais importantes. É importante conhecer seus limites e dosar energias, para se manter ativo e eficiente nos momentos cruciais.

## 5.7 – Candidatos acima de alguma idade não são aprovados

Com exceção de poucos concursos, como na área militar e de Segurança Pública, não há limite máximo de idade para ingresso. Para que haja restrição de idade é preciso previsão legal e razoabilidade, pois, sim isso, é nula a eliminação do candidato. Nesse sentido, a Súmula 683 do STF: "O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido."

Portanto, em casos de editais estabelecendo arbitrariamente limite de idade máximo, deve-se impugnar administrativamente o edital – se não for possível ou não for aceito, questione judicialmente ou represente ao Ministério Público. Até quando há algum fundamento legal para a previsão, existe jurisprudência favorável para reintegração dos candidatos, considerando que a aprovação em testes físicos e exames médicos seria o suficiente para demonstrar a capacidade física do candidato para as atribuições do cargo.

A segunda questão a se considerar é que dependendo da idade não haverá tempo hábil para conseguir os benefícios próprios da aposentadoria no serviço público, pois há idade máxima para se trabalhar como concursado (75 anos em regra, atualmente) e exigências de períodos mínimos de exercício no serviço público e no cargo que se irá ocupar. Por isso é exigida idade máxima de 65 anos na data da posse em muitos concursos.

Com as exceções acima (carreiras da Segurança Pública e militares e idade para permitir aposentadoria), não existem limites de idade para ingresso. Embora não seja tão comum, há candidatos aprovados nos mais variados concursos depois dos 50 anos, sendo que conheço

colegas da Polícia Federal, por exemplo, que ingressaram depois dessa idade. Há inclusive casos em que a questão foi judicializada – por exemplo, com ganho de causa para determinar que candidato de 52 anos pudesse trabalhar como Delegado da Polícia Civil do Acre (o edital previa limite de 50 anos para ingresso).

Terminei minha carreira nos concursos aos 40 anos, por já ter conseguido tudo que pretendia. Mas ainda estava disposto a persistir pelo menos mais cinco anos. Tudo depende, no final, de sua força de vontade e comprometimento com seu plano. Portanto, não se deixe desanimar se está acima dos 50, 40 ou, muito menos, 30 anos, pois há tempo suficiente para aprovação, caso seja seu projeto de vida.

## 5.8 – Candidatos inscritos no SPC/Serasa são eliminados na investigação social

Esse é um mito comum, pois já respondi muito essa pergunta a outros colegas de estudos, principalmente na época dos fóruns de concursos (CorreioWeb – em que fui um dos usuários com mais postagens, em outras décadas, quando ainda havia vida por lá...).

Não existe fundamento jurídico para eliminação por esse motivo, pois ter dívidas não retira os direitos fundamentais de ninguém (alguns de propriedade, se há ação judicial, mas não é o caso...). Dessa forma, ninguém será eliminado do concurso por isso – os credores deviam até agradecer a nomeação do devedor, pois será mais fácil receber o valor devido. No mais, muito se vê concursados com consignados de alto valor, de maneira que não faz muito sentido regulamentar o endividamento depois do ingresso e não permitir antes.

Brincadeiras à parte, conheço muitos ingressantes em cargos públicos que tinham nome inscrito nos cadastros de devedores. Assim, não se preocupe com essa questão – pelo menos no que se refere aos concursos. Pode ocorrer dessa questão ser desfavorável ao candidato em duas situações – se houver previsão específica no edital nesse sentido (que seria ilegal, mas que daria trabalho para impugnar judicialmente) ou a banca ficar sabendo e eliminar o candidato com outra justificativa (em uma prova oral, por exemplo, em que há muita subjetividade – também seria ilegal, mas o candidato não teria como saber que foi essa a razão). Nenhuma dessas ocorrências, contudo, me parece comum e há controles e pessoas honestas envolvidas nos processos seletivos, de maneira que não é algo com que se deva preocupar.

Em conclusão, caso tenha ainda assim essa preocupação, há possibilidade de renegociar dívidas e até a Lei do Superendividamento para ajudar sair dessa situação. Se for o seu caso, não deixe de estudar por isso – a aprovação o ajudará a ter uma vida financeira mais tranquila e pode ser a motivação para essa mudança.

## 5.9 – Concursos públicos acabarão pela crise financeira ou reforma administrativa

Conversa bastante comum, de tempos em tempos, que ouço desde o começo dos anos 2000. Para que não haja mais concursos públicos, seriam necessários cenários como uma total reformulação nas contratações para o serviço público (que demandaria mudanças constitucionais e uma mudança profunda na sociedade), alguma revolução que mudasse o sistema político brasileiro (questiono se já houve alguma em mais de 500 anos de história) ou alguma mudança que implicasse privatização de todas as atividades para megacorporações, que tomariam o lugar dos governos ou algo do tipo. Nenhum desses cenários é muito provável.

Mesmo a Administração sendo dilapidada com muitas más gestões, a crise financeira também não evita a necessidade de reposição de servidores, pois há aposentadorias, mortes, e exonerações. Logo, mesmo com menos recursos, há necessidades de reposição de pessoal.

O que pode ocorrer, no médio e longo prazo, e não há adivinhar, é uma diminuição nas vantagens do serviço público. A reforma da vez, discutida enquanto escrevo esse livro, prevê diversas mudanças desfavoráveis aos servidores. Podem ocorrer no médio e longo prazo mudanças nas regras de aposentadoria, congelamento dos salários e vantagens e mesmo retirada de direitos, como a estabilidade. Em ocorrendo isso, deve-se pensar se ainda vale à pena a busca pelo cargo público. Muitos pensarão que não mais é interessante, levando à menor concorrência, mais facilidade para aprovação e provavelmente menor qualidade inicial dos aprovados.

Em alguns períodos há cortes nos recursos para novas contratações, havendo concursos apenas para reposição de pessoal. Com menos concursos, muita gente acaba desistindo ou diminuindo o ritmo dos estudos, diminuindo a concorrência.

Portanto, é muito pouco provável que os concursos deixem de existir nas próximas décadas. A questão dos salários e vantagens do serviço público também é cíclica, de forma que há épocas melhores ou piores, assim como ocorre na iniciativa privada, mas com mais estabilidade. Já discutimos se vale à pena ou não a escolha pelo serviço público no primeiro capítulo, e as diretrizes estabelecidas naquele capítulo podem ser repensadas conforme o cenário do momento. Somente posso dizer que para mim compensou muito a decisão – e muitas e muitas pessoas mudam suas vidas com o caminho do serviço público, de forma que ainda vale muito a pena no momento em que escrevo o livro.

## 5.10 – Não pode ter concurso em ano de eleição

Muitas pessoas, no começo dos estudos, acreditam nessa ideia, que é uma "lenda" das mais conhecidas nos concursos. Para saber que não é verdade, basta analisar os editais lançados em qualquer ano anterior (veja 2022, por exemplo – nacionalmente houve AGU e INSS, dentre outros). Para não restar dúvidas, vejamos o que diz o site do Tribunal Superior Eleitoral:

> É proibida a realização de concurso público no ano das eleições? Como fica a situação daqueles que já foram nomeados?
>
> A realização de concursos públicos em ano eleitoral é plenamente permitida, não incidindo sobre ela qualquer restrição. No entanto a legislação criou restrições ao provimento de cargos públicos dentro do período de campanha eleitoral. Nesse intervalo de tempo, os governantes não têm plena liberdade para nomear pessoas que tenham sido aprovadas em concursos públicos.
>
> Nos três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos, ressalvadas algumas exceções, os governantes não poderão convocar os aprovados em concursos para preencher os cargos públicos. Essa restrição é imposta pela Lei das Eleições – Lei nº 9.504/1997, art. 73, inciso V.
>
> Contudo, fora desse período, as nomeações são perfeitamente legais. Dessa forma, as pessoas que assim tiverem sido nomeadas não sofrerão nenhuma restrição em seu direito de tomar posse e entrar em exercício no cargo para o qual foram nomeadas. Geralmente, os regimes jurídicos de servidores públicos concedem prazos para que a pessoa se apresente para a posse e o exercício, variando entre 15 e 30 dias para cada. Logo, aos que foram regularmente nomeados, é possível iniciar seus trabalhos no serviço público, ainda que dentro do período de campanha eleitoral.

Essa confusão é causada, como se vê acima, pela restrição que existe de nomeação durante o período eleitoral. Destaco que essa limitação não incide em todas as esferas do Poder, inclusive.

Portanto, não deixe de começar a estudar por que é ano de eleição, pensando que não haverá o concurso – se for de interesse político, o concurso pode ser lançado em qualquer momento, inclusive ano de eleição.

## 5.11 – Não pode ter tatuagens ou *piercing* para ser nomeado

Na área policial e militar, principalmente, existem dúvidas quanto a esse ponto. Não há proibição de tatuagens ou *piercing* em nenhum órgão público, de maneira que não pode haver eliminação de candidatos por isso. O que ocorre é que algumas tatuagens específicas podem ser consideradas ofensivas ou violadoras da disciplina e boa ordem (suástica, mensagens racistas no geral, apologias a crime ou organização criminosa) e, nesses casos, é possível a eliminação. Há inclusive previsão em alguns concursos nesse sentido. Por exemplo, o concurso da Polícia Federal prevê entre as razões que podem eliminar na investigação social – "tatuagem que faça apologia a ideias discriminatórias ou ofensivas aos valores constitucionais, que expresse ideologias terroristas, extremistas, incitem a violência e a criminalidade, ou incentivem a discriminação de raça e sexo ou qualquer outra força de preconceito ou, ainda, que faça alusão a ideia ou ato ofensivo à polícia".

No mesmo sentido é o entendimento do STF, inclusive com repercussão geral, de que é inconstitucional a proibição de candidatos apenas por terem tatuagens, com exceção daquelas que sejam que prejudiquem a disciplina e a boa ordem, sejam extremistas, racistas, preconceituosas ou que atentem contra a instituição. Nos termos do voto do Ministro Fux, não é papel do Estado o papel de censor da liberdade de expressão, sendo desproporcional e sem fundamento constitucional ou legal qualquer previsão no sentido de eliminação.

Em resumo, não há necessidade de preocupação com essa questão. Com tatuagens normais, não será eliminado. Geralmente até marcam quais tatuagens o candidato tem duran-

te o exame médico no concurso, mas não é para eliminar. Agora se tem tatuagens que sejam ofensivas, basta apagar ou pintar outra coisa por cima (e repensar as escolhas artísticas no futuro, talvez...).

## 5.12 – Não se podem ter antecedentes criminais

Uma preocupação não tão comum, mas que pessoas que já responderam inquéritos ou ações costumam ter. Também é inconstitucional, por violar a presunção de inocência, a eliminação de candidato apenas com base em processos anteriormente arquivados. Portanto, caso seja seu caso, não tente esconder a ocorrência, pois é comum ser perguntado a respeito em formulário durante a investigação social. Esconder informações na investigação social sim é causa de eliminação do candidato. Caso tenha algum inquérito ou ação anterior, a banca certamente irá apurar melhor a questão e provavelmente haverá oportunidade de explicação ao candidato antes de qualquer decisão pela sua eliminação.

Conheço candidatos que tiveram que prestar explicações durante o curso de formação da Polícia Federal por conta de inquéritos e ações sem condenação – todos conseguiram permanecer no curso e serem nomeados. Pode ocorrer, contudo, de haver algo considerado mais sério, como uma condenação por crime contra a Administração Pública – e nesses casos é possível que ocorra eliminação na investigação social.

Em resumo, a existência de antecedentes não é motivo de eliminação, desde que o candidato tenha sido absolvido ou o procedimento arquivado. Em caso de condenação e cumprimento da pena, em tese também não deveria ocorrer eliminação, mas há um risco de a banca reprovar (ou pior, reprovar por outra razão, para evitar questionamento judicial – o que não é algo que deveria ocorrer mas acontece, destaca-se). Caso haja reprovação de forma ilegal, deve-se procurar a Justiça para reverter a decisão. De qualquer forma, não deixa de ser um aborrecimento, trazendo ansiedade ao candidato, mas todos devem ter uma segunda chance – é isso que nos diz nossa Constituição, que não prevê penas com caráter perpétuo.

## 5.13 – Depois de aprovado não terá mais que se esforçar

A velha ideia popular que o serviço público é uma "mamata" – depois de se esforçar para entrar vai ficar de férias o resto da vida. Não é assim, contudo – sinto dizer aos acomodados. Há muito trabalho a ser feito na maior parte dos cargos, sendo que o trabalho aumenta e o número de servidores não acompanha. Tenho vinte e um anos de serviço público e posso dizer que a maior parte dos cargos públicos tem, não vamos mentir, um pouco menos de cobrança do que na iniciativa privada comum. Mas não são todos – os cargos de maior remuneração costumam trazer maiores cobranças e responsabilidades e há muitos outros cargos em que a carga de trabalho é próxima ou maior do que fora da Administração Pública.

Como já falamos, ainda há, no geral, maior qualidade de vida nos cargos públicos. Mas Link

não é sinônimo de "ficar encostado". Cada vez menos há tolerância com isso, havendo reformas administrativas que buscam impedir que os servidores fiquem sem trabalho.

Em resumo, é normal querer uma vida profissional menos corrida e com mais tempo para si e sua família. Pode ser que no serviço público haja essa mudança para melhor em relação à sua situação atual. Mas não espere que não haverá nada para fazer. Aliás, ninguém deveria procurar isso, pois servidores são remunerados com dinheiro público e devem retorno à sociedade, que os paga.

## 5.14 – Concurso público é uma fila

Com o devido respeito e perdão do mestre dos concursos, o colega William Douglas, que sempre popularizou essa ideia, mas a analogia é mais motivacional do que uma representação real de um concurso. A ideia de que existam candidatos à frente e que depois serão aprovados, abrindo a vaga para quem veio depois, sofre quando confrontada com a realidade: 1 – não é apenas a experiência em concursos e tempo de preparação que irão decidir, de maneira que não há como dizer que alguém esteja à frente (também conta a carga de conhecimentos prévio, a capacidade de adaptação para as provas e até mesmo a sorte/aleatoriedade), 2 – nem todos os candidatos que já foram aprovados irão parar de fazer concursos, de maneira que a parte da que a pessoa sai da fila é duvidosa (é comum que integrantes da carreira continuem prestando provas, apenas para conseguir se mudar para outro Estado, por exemplo), 3 – as regras das provas e até mesmo o conteúdo podem mudar de um concurso para o outro (vide por exemplo as carreiras abrangidas pelo Enem dos Concursos, que tiveram reformulação total de seus certames), de forma que é necessário sempre se adaptar (logo, se fosse uma fila haveria mudança no lugar de atendimento e as pessoas precisariam refazer a fila sem direito a manter sua posição atual) e 4 – a experiência mostra que entre os aprovados não se encontram pessoas com mesma faixa etária ou tempo de preparação, havendo grande oscilação normalmente (o que comprova que não há essa ideia de "sucessão" entre os candidatos).

Portanto, devemos abandonar essa ideia de fila, pois traz duas ideias falsas. A primeira é de que se estará em vantagem após certo tempo de preparação, simplesmente pelo tempo já dedicado – o que não ocorre, pois candidatos que começaram depois podem ter melhor histórico de estudo, maior capacidade de aprendizagem e adaptação e melhor planejamento, conseguindo melhores resultados e derrubando a vantagem da experiência. A segunda ideia é de o iniciante demorará muito para conseguir a aprovação, por estar no final da fila – o que também não procede, pois com bom planejamento, capacidade de execução, força de vontade e sorte é possível a aprovação até mesmo no primeiro concurso.

Fui aprovado no primeiro concurso que fiz – da Polícia Rodoviária Federal em 2002. Tinha apenas Ensino Médio na época, 19 anos e somente experiência de fazer vestibulinho para curso técnico. Para todos os efeitos, "meu lugar na fila deveria ser bem atrás". Depois desse concurso, tive, ainda no começo, uma série muito boa de aprovações, como Engenheiro de Processamento da Petrobras, Agência Nacional do Petróleo para Especialista em Regulação etc. Com mais experiência e já formado em Engenharia Química, tive uma série de resultados não tão positivos, o que indicaria que regredi na fila (na verdade, há aleatoriedade e nessas

provas não me foi favorável, além de ter falhado em alguns pontos no planejamento). Antes de formado em Direito, no quarto ano, fui aprovado para Delegado de Polícia – o que também indicaria que "cortei a fila". Na verdade quando comecei a segunda graduação já tinha conhecimentos prévios em Direito dos estudos para concursos e meu planejamento de estudos era melhor, desde o começo da graduação – assim não teria como me comparar com alguém que iniciou a faculdade depois do Ensino Médio. Por fim, meus resultados em concursos jurídicos estiveram longe de ser uma progressão, com resultados excelentes seguidos de resultados medianos ou mesmo ruins, intercalados com outros resultados bons, até a aprovação final (como falei anteriormente). Link

Portanto, minha história de concursos, assim com a de muitos, demonstra que a ideia de uma fila – regularidade nos resultados, comparação adequada entre os mais experientes e os iniciantes, progressão em resultados pelo candidato entre provas diferentes – passa longe de ser uma boa analogia.

Talvez uma melhor analogia aos concursos venha dos esportes. Assim como no futebol, principalmente no Brasil, em que ainda há maior competitividade, nunca há como prever no começo do campeonato quem será o campeão. É possível dizer quem são os favoritos – times com melhores condições de preparação, mais dinheiro para investir, torcida que presta maior apoio, elenco com maior entrosamento etc. Mas no decorrer do campeonato começam a entrar outros fatores, como lesões, sorte nos momentos decisivos, psicológico para se recuperar de sequências de derrotas e tranquilidade para manter o planejamento, sem venda de jogadores ou troca de técnicos. Por isso, há muita mudança na tabela do campeonato de um ano para o outro.

Da mesma maneira, nos concursos é possível sim dizer quem terá maiores chances de ser aprovado – quem se preparou melhor para as provas, teve melhores materiais e condições para estudo, teve maior apoio da família para ter tempo para estudo, conseguiu manter maior regularidade na preparação, descansar bem etc. Mas na hora da prova surgem outros fatores – sorte nos chutes, sorte de cair o que estudou há pouco tempo, tranquilidade para não ser afetado pelas questões que não se sabe, boa concentração, bom controle de tempo de prova. Alguns desses fatores podem ser treinados, outros são aleatórios. Com tantos fatores, se compararmos concursos em datas próximas, veremos que há uma tendência de resultados, com alguns candidatos ficando em posições mais ou menos semelhantes – mas com grande oscilação entre as colocações e muitos nomes diferentes entre os aprovados.

Dessa nova analogia podemos tirar lições diferentes: 1 – há muitos fatores que são controláveis e podem ser usados para aumentar as chances de aprovação antes da prova (bom planejamento, comprometimento nos estudos, boas escolhas de métodos de estudo, adequadas escolhas de quais provas fazer, descanso adequado etc.), 2 – durante a prova também há fatores que são possíveis de preparação e fazem a diferença (controle do tempo, tranquilidade, planejamento da execução da prova), 3 – há fatores fora de nosso controle (sorte no chute, coincidência de estudar algo não usual que foi cobrado, a realização das questões ser adequada pela banca etc.). Portanto, não há como garantir a aprovação, exceto se o candidato estiver em um nível de preparação muito maior do que o restante dos concorrentes (como ocorre em alguns campeonatos de futebol, em que o time tem investimentos que são maiores que o restante dos outros times juntos). Mas nos concursos mais concorridos isso dificilmente ocorrerá. Da exceção acima podemos deduzir que em alguns casos vale a pena fazer provas para outros concursos, se a ideia for a aprovação rápida (como se um time milionário da Europa resolvesse

mudar sua sede para o Brasil, por exemplo, para disputar nosso campeonato – o prêmio que ele ganharia não seria o mesmo, mas as chances de ser campeão seriam maiores do que no seu campeonato comum).

Em resumo, a lição é que o iniciante não deve desanimar com os candidatos mais experientes. Não fique contente porque eles serão aprovados no próximo concurso e irão ceder o lugar na fila, mas sim porque é possível tirar a vantagem e conseguir melhores resultados, com boa preparação. E os candidatos experientes devem tirar como lição que apenas seu tempo de estudo e preparação não é suficiente, entendendo que derrotas são possíveis, sendo necessário se adaptar para as provas futuras, com mudança de planejamento e execução, se for o caso.

## 5.15 – Concurso público se faz até passar

Novamente com o devido respeito, essa frase também é excelente como motivação – e ruim como representação da realidade. A ideia da frase é que persistência gerará frutos, mesmo que demore – e que qualquer pessoa pode alcançar seus sonhos. A comprovar esse fato, teríamos muitos exemplos de sucesso, de pessoas que não desistiram e conseguiram resultados improváveis.

Com o perdão do realismo, só persistência não é suficiente. Creio que possa falar a respeito, pois dependi muito de persistência para minhas aprovações – mais que a maioria. Poderia ser usado como mais um exemplo de que concurso se faz até passar. Mas essa visão diminui a importância de outros fatores essenciais – principalmente do bom planejamento. Se estudei tantos anos foi por persistência, acima do comum, mas tanta persistência foi necessária por mau planejamento. Se tivesse feito Direito como primeira graduação, por exemplo, talvez teria poupado mais da metade desse tempo.

Portanto, nada adianta estudar e fazer provas, mas de maneira errada – não será a insistência que trará a aprovação. Claro que persistência e força de vontade são importantes e, com outras qualidades, irão trazer bons resultados – mas não se deve concluir que esforço é garantia de sucesso. Para cada exemplo de superação e vitória, quantos exemplos de fracasso não existem escondidos? Ninguém faz muita questão de divulgar que tentou durante dez anos ser aprovado e não conseguiu, não é? Na verdade, depois de certo tempo sem resultados as pessoas tendem a começar a esconder que estão tentando, para diminuir a pressão ou por acreditar em alguma superstição.

É preciso conhecer suas capacidades e ser realista – há áreas que temos facilidades e áreas que não. Tentar superar outras pessoas nas áreas que temos dificuldades é mais difícil e demanda mais preparação e sorte. Nada há de errado em ter sonhos e os buscar, mas é preciso saber qual o preço que se pagará – há opções mais fáceis e igualmente satisfatórias.

Portanto, planeje cada passo de sua caminhada, de maneira a chegar mais rapidamente e com mais eficiência, considerando suas capacidades e conhecimentos. Tenha sonhos e os busque, mas seja realista quanto ao tempo necessário – e se tem esse tempo. E saiba que não é apenas pela persistência que conseguirá, pois esse é só um fator.

A ideia de que fará provas até passar pode soar para alguns como desculpa para continuar sendo teimoso. Persistência sem adaptação é teimosia, em insistir no que está dando errado. Persistir em algo que não está dando resultados pode custar tempo, recursos e oportunidades valiosas. Às vezes, é mais sensato abandonar um projeto e investir em algo mais promissor. Além disso, o mundo está em constante evolução - o que funcionou no passado pode não ser relevante hoje. A persistência sem considerar o contexto pode nos deixar obsoletos. Por fim, a persistência implacável pode levar ao esgotamento físico e mental. Às vezes, é necessário parar, reavaliar e descansar. O sucesso não deve ser alcançado à custa de nossa saúde e bem-estar.

**Direto ao ponto**:

**15 mitos e 15 lições deles decorrentes**:

- Concursos são fraudados -> As fraudes são raras e deve-se ignorar essa possibilidade, (isso é mais desculpa de quem desiste).
- Somente gênios ou ricos são aprovados -> A prática demonstra que não. Pessoas "normais" são aprovadas em todos os concursos. Basta planejamento e dedicação.
- Não é possível a aprovação sem cursinho -> Nenhum método de estudo é indispensável. Conheça a si mesmo e use as ferramentas adequadas para cada caso.
- Não se consegue aprovação quando se trabalha -> A maior parte dos aprovados trabalha. Saiba usar seu tempo e busque opções profissionais mais adequadas.
- É preciso abrir mão de lazer a atividades físicas para estudar -> Não é uma boa ideia. Mantenha moderação e busque uma vida saudável, pois trará mais resultados.
- Candidatos acima de XX anos não podem ser nomeados -> Só há limites de idade se com lei e razoabilidade. Se não está aposentando, ainda há tempo.
- Candidatos com "nome sujo" são eliminados -> Não é motivo para desistir. Use as dificuldades financeiras como incentivo para estudar e superar as dificuldades.
- Concursos públicos irão acabar -> Nada é certo na vida, mas para que não haja concursos é preciso muitas mudanças políticas, que não parecem que irão ocorrer.
- Não pode ter concurso em ano de eleição -> Pode – e tem. Todo ano pode ter concursos e deve-se estudar mesmo antes de haver edital, de qualquer forma.
- Não pode ter tatuagem ou *piercing* -> Não há proibição, exceto para tatuagens ofensivas. Se tiver uma, apague ou cubra com outro desenho.
- Não pode ter antecedentes criminais -> Exceto em caso de condenação, que leve a perda de direitos, é ilegal a reprovação por antecedentes. Não desista.
- Depois da aprovação não terá trabalho mais -> Serviço público não é lugar para encostado. Há, no geral, melhores condições que na iniciativa privada, mas não abuse.
- Concurso público é uma fila -> Não há preferência ou prioridade para quem estuda há mais tempo. Cada prova é uma nova oportunidade e uma nova história.
- Concurso público se faz até passar -> Persistência é apenas uma parte do sucesso. Planejamento e autoconhecimento são fundamentais para não perder tempo.

# 6 – Dicas para ganhar tempo para a aprovação

Este capítulo trata de dicas para ser aprovado mais cedo (evitando estudar por vinte anos, como eu). Não são aplicáveis a todos, mas podem ajudar a ter melhor planejamento para aprovação mais rápida.

## 6.1 – Escolha adequadamente sua faculdade

Se ainda não tem curso de nível superior ou pretende fazer nova graduação – e pensa em concursos -, a escolha do curso é importante para ganhar tempo. Considere alguns fatores:

- **Faça cursos mais curtos**: se o objetivo são concursos para áreas que aceitam qualquer graduação, como Agente da Polícia Federal ou Policial Rodoviário Federal, graduações com menos períodos são melhores, para conseguir o diploma logo. Há cursos de nível superior de apenas 2 anos de duração, que valem para o ingresso no concurso tanto quanto uma graduação de 5 anos. Apenas observe nos editais dos concursos anteriores se não há exigência de que seja bacharel (o que geralmente não ocorre nos concursos para qualquer área de formação). Só com essa escolha de graduação é possível se adiantar anos para a aprovação.
- **Faça cursos que ajudem a estudar para o concurso**: se a opção for por concursos que aceitam qualquer graduação, além de curtos, os melhores cursos são aqueles que contribuem para o estudo para o concurso, com disciplinas semelhantes às da prova que se irá fazer. Para concursos da área bancária, faça uma faculdade de Gestão Comercial, por exemplo. Para concursos da área administrativa, uma faculdade de Gestão Pública ou de Recursos Humanos. Para a área policial, um curso de Investigação forense e perícia criminal. Enfim, ganhe tempo fazendo uma graduação que tenha relação com o concurso.
- **Faça cursos com mais possibilidades de concursos**: Se não sabe ainda a área de concursos que irá estudar, procure graduações que tragam mais oportunidades no futuro. Direito é o melhor curso para isso, pois quase todos os órgãos possuem oportunidades para os bacharéis dessa área – além de ter os melhores salários do serviço público. Mas não é a única opção – há muitas áreas que possuem mais vagas no serviço público, como Tecnologia da Informação, Contabilidade, Administração e as áreas da saúde e educação. Quanto mais as matérias do curso servirem para estudar para concurso, melhor, como dito acima. Veja, a respeito, o capítulo 7. Link
- **Procure cursos mais fáceis**: Escolhido o curso, saiba que a faculdade ser de renome ou não faz pouca diferença nos concursos públicos. Tenho graduação em Engenharia Química pela Unicamp, um dos cursos mais bem avaliados e conceituados do país, e Direito pela Unifap, primeira turma do campus Oiapoque - curso ainda no início e sem tanto renome. Os dois diplomas me serviram da mesma maneira. Da mesma forma, é comum a aprovação de candidatos de faculdades particulares "obscuras" à frente de candidatos das universidades de mais renome. Essa questão simplesmente não vale pontos no concurso (exceto se for um concurso da área acadêmica, claro). Assim, se a

ideia é o serviço público, pode ser uma boa ideia fazer uma faculdade que seja menos exigente – terá mais tempo para estudar o que precisa para o concurso ao invés de disciplinas que não são importantes para sua aprovação. O importante é ter o diploma.

## 6.2 – Ganhe tempo durante a faculdade

Escolhida a faculdade, o próximo passo é ganhar tempo para a aprovação durante a graduação. Há algumas formas de fazer isso:

- **Utilize o tempo a seu favor**: comece a estudar para as provas de concurso desde o primeiro dia de aula da graduação. Isso significa prestar maior atenção nos conteúdos que caem nas provas e usar o "tempo morto" em aulas para estudar para concursos, como intervalos, momentos em que o professor está divagando sobre assuntos não relevantes ou em aulas de matérias não importantes para o concurso que se pretende fazer. Desde o primeiro dia da graduação em Direito comecei a estudar para a Magistratura e, assim, consegui aprovação em 2022 – oito anos depois de entrar na faculdade, em 2014. Considerando que Direito tem duração de cinco anos e a Magistratura exige três anos de atividade jurídica, meu exemplo demonstra a eficiência de manter o foco.
- **Não desperdice tempo com atividades extracurriculares**: caso seu foco seja concursos públicos, o que importa é o diploma. Logo, quanto menos tempo com outras atividades, melhor. Quando se é jovem, caso de quem entra na faculdade na época certa, talvez seja melhor não ser tão espartano nesse ponto, pois a experiência geral da faculdade é importante para sua formação, como formas de socialização e desenvolvimento de outras habilidades, além do conhecimento técnico. Para quem é mais velho, com experiência de trabalho e quer terminar a faculdade para fazer concursos, não há razão para perder o foco com atividades que irrelevantes para o objetivo final (conseguir o diploma e estudar para o concurso). Se tiver opção, escolha eletivas mais fáceis ou relacionadas ao concurso, não se envolva em grêmios, atléticas ou outras atividades estudantis, deixe de lado iniciação científica, faça um TCC em um tema que não demande muito trabalho (ou que ajude a estudar para o concurso). Enfim, não perca tempo.
- **Considere a antecipação da conclusão do curso**: há duas formas de terminar a graduação antes do tempo normal. A primeira é adiantar matérias, o que pode ser feito em algumas faculdades, mas que nem sempre permite terminar antes do tempo mínimo. A outra forma é conseguir a antecipação da conclusão por aprovação em concurso. Essa possibilidade tem previsão legal, para os alunos que demonstrem excelente rendimento na faculdade – o que é demonstrado por suas notas e reforçado no caso de aprovação em concurso enquanto ainda se está cursando a graduação. Foi assim que terminei o curso de Direito em quatro anos. Para isso tive um currículo quase impecável (com média acima de 9,8 nas notas) e fui aprovado para Delegado e Oficial de Justiça enquanto cursava o terceiro e quarto ano. A maior parte das faculdades irá ajudar para que termine a graduação antes do tempo, caso seja um aluno com notas acima da média e tenha sido aprovado em um concurso (pode até ser interessante para a faculdade, como forma de promoção). Procure manter boas médias durante a faculdade – mais um ponto em que cursar uma faculdade "mais fácil" pode ajudar – e para fazer o pedido de antecipação tão logo saia a aprovação, para dar tempo do procedimento da antecipação

ser concluído. Se a instituição de ensino demorar para analisar o pedido ou indeferir, procure a Justiça. Faça isso rápido, para haver tempo de tomar posse. Se eu tivesse mais conhecimento sobre isso, teria entrado na Petrobras e na Agência Nacional do Petróleo em 2008, em que fui aprovado e não consegui a nomeação por não ter diploma ainda. Na segunda graduação, já com conhecimento, iniciei o curso já pensando nessa possibilidade, procurando notas altas sempre e prestando as provas próximo dos últimos anos do curso de Direito. Não faça como eu e espere apenas a segunda graduação para ganhar esse tempo.

- **Adiante-se quanto aos requisitos do cargo**: há cargos que demandam outros requisitos além do diploma, como atividade jurídica ou policial, aprovação no exame da ordem, obtenção de CNH etc. Se for possível conseguir esse requisito durante a graduação, tente fazer isso, para não perder tempo antes de prestar o concurso. Se não for possível, deixe tudo encaminhado para assim que terminar a graduação. Planejamento prévio ajudará a ganhar tempo.
- **Preste as provas antes de terminar a faculdade**: concursos exigem que o candidato demonstre que está apto para o cargo no momento da posse (com exceção de alguns concursos da área jurídica, que exigem no momento da inscrição definitiva). Assim, há um prazo entre a publicação do edital e o momento da posse, que pode demorar anos, a depender do que ocorra no concurso e da classificação que o candidato fique (no cadastro de reserva, por exemplo). Dessa maneira, não espere ter o diploma para fazer as provas, pois é possível apresentar a documentação depois – inclusive tentar adiantar o curso para conseguir o diploma, como disse acima. Assim, é uma boa ideia fazer as provas já durante a graduação, até porque a pressão para aprovação será pequena.

Colocando em prática essas dicas, é possível ganhar anos com uma aprovação rápida e com menos desgaste.

## 6.3 – Não seja muito específico na escolha do cargo

A próxima dica é evitar apenas um cargo como objetivo, principalmente se os concursos para ele são muito raros e/ou acabou de ocorrer o último concurso. Há instituições que demoram décadas para abrir novos concursos e não compensa ficar focado apenas nisso. Tenha opções para uma aprovação mais rápida. Ter outros concursos em vista ajuda a diminuir a pressão quando o concurso esperado finalmente estiver próximo de sua realização – pelo menos não se fica com aquela impressão de tudo ou nada, em uma chance única.

Assim, exceto se já ocupa um cargo que não tenha muitas opções melhores, não é eficiente estudar para um concurso apenas, principalmente sem previsão de edital. Além de não ganhar experiência de prova, a pressão quando o concurso sair será grande – e dificilmente ajudará. Nada errado em continuar com o foco do estudo naquele concurso – foi o que eu fiz, primeiramente estudando para Perito da Polícia Federal e depois para Juiz Federal. O que não se pode é descartar opções, que podem ser até mais adequadas (no meu caso, nem fui aprovado nos concursos que tinha como foco, e não me arrependo, pois o estudo para eles me

permitiu aprovação em outros cargos).

Já discutimos no capítulo 4 sobre a questão da escolha dos cargos, para onde se remete para mais informações. Por ora, aponto que ter mais opções acelera o processo de aprovação. Link

## 6.4 – Planejamento adequado

Não me alongarei nesse tópico aqui, pois um dos objetivos do livro é demonstrar a importância do planejamento e como fazê-lo de maneira adequada (vide o segundo volume do livro principalmente). A dica é simples, porém: com bom planejamento se estuda o mais importante, se perde menos tempo, se escolhe as provas com mais condições de aprovação e o objetivo final é alcançado rapidamente.

Nunca subestime a importância de planejar. Para alguns pode parecer desperdício de tempo que poderia ser usado para estudar de fato. Na verdade, é tempo ganho, pois torna eficiente o estudo posterior, compensando o tempo investido.

Dicas de planejamento serão fornecidas ao longo do livro, principalmente no volume 2.

**Direto ao ponto:**

**Dicas para ganhar tempo desde o início do planejamento**:

- Escolha cursos de graduação mais curtos, mais fáceis, que ajudem no estudo para concurso e abram possibilidades de concursos dentro de sua área de interesse.
- Não perca tempo na faculdade com atividades que não contribuem para a aprovação.
- Concilie os estudos para a faculdade e para o concurso, focando nas disciplinas mais relevantes para a área de interesse.
- Considere desde o início do curso a possibilidade de antecipação da graduação, com notas acima da média e prestando concursos nos últimos semestres, para obter a aprovação antes de formado.
- Preste as provas antes de se formar, pois costuma dar tempo de obter o diploma antes da posse.
- Adiante-se aos requisitos do concurso, fazendo o necessário antes (atividade jurídica ou policial, carteira de motorista, exame da ordem etc.).
- Não seja muito específico na escolha do cargo, principalmente naqueles que as provas não são frequentes. Tenha a mente aberta para possibilidades.
- Planeje estudos e provas que fará, de forma a adiantar a aprovação.

# 7 – Áreas temáticas de concursos

Prosseguindo, sem intenção de esgotar o assunto, que é imenso, o presente capítulo dedica-se a informações e dicas das áreas de interesse dentro dos concursos públicos. O objetivo é apresentar informações para decisões e escolhas, nos moldes do já discutido no capítulo 4. Link

Ao final de cada tópico incluirei, para fins de facilitar a visualização, uma classificação de cada carreira nos seguintes quesitos:

- **Nível de dificuldade**: refere-se à dificuldade dos concursos, incluindo fatores como número de fases, dificuldade das provas, quantidade de matérias para se estudar, tempo entre os concursos etc.
- **Quantidade de trabalho**: uma análise geral das responsabilidades do cargo, nível de complexidade das tarefas, quantidade de horas que são exigidas – considerando o que sei a respeito, claro. Colocarei com base nas informações que tenho, levando em conta a média dos cargos – claro que em alguns lugares há menos ou mais trabalho, mas esse nível de detalhamento foge ao objetivo desse trabalho (e sequer seria fácil de levantar tais informações para um órgão, imagine para todos).
- **Benefícios**: inclui questões como a remuneração e presença de outras vantagens financeiras e pessoais. Não tenho pleno conhecimento das vantagens de todos os cargos, até mesmo porque mesmo nos portais da Transparência não estão disponíveis todas as informações, de maneira que é apenas um indicativo.

Há dificuldade de obter todas as informações, que somente poderiam ser devidamente aferidas se já tivesse trabalhado em todos os órgãos para fazer a devida comparação. Mas é uma estimativa dentro dos conhecimentos que possuo, já pedindo perdão por eventuais erros. Fazer uma análise perfeita demandaria atualização constante e um *feedback* de todos os órgãos analisados, algo que não tenho condições de obter (tenho muitas dúvidas se alguém possui tais informações, mesmo dentro dos setores de cada Poder).

## 7.1 – Concursos jurídicos

Sendo minha área profissional atual, começo pelos concursos jurídicos. Incluo cargos que podem ser ocupados apenas por bacharéis em Direito, dentro dos diversos entes da Administração.

### 7.1.1 – Concursos da Magistratura

Embora a Magistratura seja uma, no sentido legal de garantias e prerrogativas, na prática há divisão de concursos entre as áreas Estadual, Federal, Trabalhista e Militar. Há diferenças

significativas de conteúdo nas provas de cada uma dessas áreas, principalmente entre a Justiça Especializada (Trabalho e Militar) e a Justiça Comum (Estadual e Federal). É possível se estudar para mais de uma área ao mesmo tempo, principalmente para Magistratura estadual e federal, mas é mais comum (e eficiente), focar em um dos ramos. Embora a Magistratura seja uma, não existe possibilidade de permuta entre as áreas (Estadual para Federal, Federal para Trabalho etc.).

As regras gerais dos concursos da Magistratura estão na Resolução 75/2009 do CNJ. Para ingresso na carreira temos como requisito a **prévia atividade jurídica**, por pelo menos três anos, nos termos definidos na resolução. As principais informações quanto à atividade jurídica são: 1 – não conta nada de antes de estar formado, com o diploma de Bacharel, 2 – dentre as formas de obtenção da atividade temos exercício da advocacia (mínimo de 5 atos privativos de advogado por ano), mediação e conciliação e exercício de cargos, empregos ou funções, inclusive de magistério superior, que exija a utilização preponderante de conhecimento jurídico. Quanto ao exercício de cargos, empregos e funções, quando é exigido diploma de Direito para ingresso não há muitas dificuldades para comprovação (Analista Judiciário da Área Judiciária, por exemplo). No caso de cargos que podem ser exercidos por profissionais de outras áreas, a comprovação depende de "certidão circunstanciada, expedida pelo órgão competente, indicando as respectivas atribuições e a prática reiterada de atos que exijam a utilização preponderante de conhecimento jurídico". Ou seja, o órgão competente do local em que se trabalha (Chefia, Departamento de RH, Departamento jurídico etc.) precisará fazer uma certidão dizendo suas atribuições, de maneira a demonstrar para banca que o conhecimento jurídico é relevante. Exemplos de atribuições comuns que são aceitas envolvem o trabalho junto às Comissões de Disciplina, nas Corregedorias etc. Quanto melhor a certidão e quanto mais próximas da atividade privativa dos profissionais de Direito suas atribuições, melhores as chances de aceitação pela banca.

De 2024 em diante, antes de poder se inscrever nos concursos da Magistratura passa a ser obrigatória a aprovação no **Exame Nacional da Magistratura (ENAM)**. Este exame tem apenas caráter prévio aos concursos, como se fosse um Exame da Ordem para Magistratura – não aprova ninguém para os cargos, mas é obrigatório para concorrer nos próximos concursos. Os candidatos habilitados pelo ENAM recebem um certificado de habilitação, com validade de 4 anos (na prática, tecnicamente dois anos prorrogados automaticamente pelo mesmo período), que lhes permitirá fazer qualquer concurso da Magistratura no período. A prova consiste em prova objetiva, nos termos da Resolução 75/2009 e dos editais de cada edição da prova, sendo a mesma avaliação para todas as áreas da Magistratura. A taxa de acertos para habilitação é de no mínimo 70% (exceto para as cotas – negros, indígenas e PNE – que é de 50%). Não é necessária a comprovação prévia de atividade jurídica para a inscrição. A prova deve ser composta de no mínimo 50 questões objetivas (na prática estão sendo realizadas 80, como é usual nas provas objetivas da Magistratura). Maiores informações sobre o ENAM, vide a Resolução 75/2009 e os editais de provas anteriores.

Em relação a cada uma das áreas de concursos da Magistratura, temos o seguinte:

- **Magistratura Estadual**: cada Tribunal organiza seu próprio concurso, com banca própria e regras pertinentes, divulgadas nos editais. Há o conteúdo programático mínimo para as provas na Resolução 75/2009, de maneira que as provas entre os diversos Tribunais de Justiça são bastante semelhantes no conteúdo, permitindo uma boa preparação geral para participar em qualquer estado (os conteúdos próprios de cada

Tribunal podem ser estudados rapidamente em data próxima às provas objetivas e as características da banca estudadas quando da aprovação para etapas mais avançadas). Há diferenças de valor de remuneração e carga de trabalho entre os Tribunais, mas é algo cíclico e variável. Há previsão constitucional recente para a permuta entre os Tribunais, o que abre maiores possibilidades de se prestar provas para outros Estados, para aqueles que fazem questão de ficar próximo de sua terra natal (mas não se iluda que será fácil permutar dos Estados mais distantes para o Centro-Sul, por baixo número de Juízes desejando realizar essa troca). Concursos para os Tribunais da Região Norte e Nordeste costumam ter menor concorrência, mas não são, por conta disso, menos exigentes e mais fáceis do que os das outras regiões.

- **Magistratura Federal**: temos atualmente 6 Tribunais Regionais Federais e cada um realiza seu próprio concurso (existem conversas de unificação, como na Justiça do Trabalho, mas não deve ser algo a acontecer tão cedo). As matérias são muito semelhantes entre cada região, até mesmo por determinação da Resolução 75 do CNJ. É perfeitamente possível se aproveitar o estudo de uma região para outra, apenas tomando o cuidado de se atentar para as especificidades de banca e região, principalmente nas fases mais avançadas. É possível a permuta entre os TRFs, havendo editais próprios para isso – a prática era já comum antes da possibilidade de permuta entre os TJs. Assim como na área estadual, algumas áreas (TRF-3 principalmente) costumam ter mais candidatos, mas, como antes, isso não significa maior facilidade. Ao contrário do que muitos pensam, Juízes federais não tem maior remuneração do que Juízes estaduais (na verdade, a remuneração é até menor, se comparado com alguns Tribunais de Justiça). Geralmente os Juízes federais possuem menor quantidade de processos, mas há alguns processos com maior complexidade.
- **Magistratura do Trabalho**: embora a Justiça do Trabalho seja dividida em 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), o caráter é federal. E o concurso para ingresso é nacional desde 2017, sendo que o segundo concurso ocorreu entre 2023 e 2024. Com a unificação dos concursos, a quantidade de oportunidades diminui muito, sendo que a periodicidade envolverá pelo menos um três anos para cada concurso no futuro, provavelmente. As vantagens são mais vagas quando há abertura do concurso, bem como diminuição na quantidade de pessoas que estudam para a área, por conta da diminuição dos concursos. O concurso é organizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e tem adesão de todos os TRTs. Geralmente há contratação de banca externa para operacionalizar as etapas, sendo que a FGV foi contratada no último concurso. As provas da primeira fase são realizadas nas cidades que possuem as sedes dos TRTs (a maior parte das capitais e Campinas). Da segunda fase em diante as provas têm sido realizadas em Brasília. A nomeação é realizada entre as vagas em aberto em cada região, após o concurso de remoção entre os Juízes da ativa (ou seja, as vagas que as pessoas que já estão no cargo não quiseram), seguindo a ordem de classificação final do concurso para a escolha das vagas. É possível remoção e permuta entre os TRTs. Em regra a Justiça do Trabalho possui muitos processos, sendo que há maior segurança na atividade, um pouco pela ausência de competência criminal. Sendo uma Justiça especializada, o trabalho envolve menor variedade de assuntos do que a Justiça comum, principalmente a Estadual. O estudo para o concurso envolve aprofundamento, por óbvio, na matéria própria de Direito do Trabalho e suas ramificações, que não caem nos concursos dos outros ramos da Justiça, de maneira que não é usual estudar para outra carreira da Magistratura e para a Justiça do Trabalho ao mesmo tempo.
- **Magistratura Militar**: talvez a área menos procurada pelos candidatos, inclusive pela

pequena oferta, a Magistratura Militar estadual somente permite o ingresso pelos Tribunais Militares de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul (únicos Estados com Tribunais especializados da matéria). Nos demais Estados a função de Juiz militar de primeiro grau é exercida por Juízes do Tribunal de Justiça. Por outro lado, o ingresso como Juiz militar no quadro da União ocorre pelo concurso realizado pelo STM, no cargo de Juiz Auditor Substituto, sendo também um concurso pouco frequente. A Justiça Militar da União, grosso modo, julga os processos envolvendo militares federais, que são os que fazem parte das Forças Armadas (Exército, Aeronáutica, Marinha), enquanto a Justiça Militar Estadual julga os processos envolvendo os policiais e bombeiros militares. Na Justiça Militar da União, os julgamentos são feitos pelos pelos Conselhos de Justiça, formados por quatro oficiais e pelo juiz federal da Justiça Militar da União. Na primeira instância, o Conselho Permanente de Justiça é competente para processar e julgar militares que não sejam oficiais. O Conselho Especial de Justiça é competente para processar e julgar oficiais, exceto os oficiais generais, que são processados diretamente no Superior Tribunal Militar. Os civis são julgados monocraticamente pelo juiz federal da Justiça Militar da União. Os recursos às decisões de primeira instância são remetidos diretamente para o Superior Tribunal Militar (STM). Por outro lado, a Justiça Militar estadual é composta em primeira instância por Auditorias, compostas por juiz de direito e oficiais, sendo que os recursos são remetidos ao Tribunal de Justiça Militar, com composição também envolvendo militares e civis. Como se pode esperar, o estudo para a área é bastante especializado, sendo que é mais comum conciliar o estudo com outros concursos da área jurídica militar, como o quadro técnico das Forças Armadas, na área de Direito.

A Justiça Eleitoral não possui concursos próprios, pois é composta por membros da Justiça, como os Juízes Estaduais, que recebem um complemento na sua remuneração para ocupar a função de Juiz Eleitoral.

Quanto às **etapas**, os concursos da Magistratura iniciam com a prova objetiva, que possui percentual mínimo de 60 pontos para aprovação, havendo número máximo de convocados para as próximas fases (exceto nas cotas, que basta a nota mínima). Porém, alguns Tribunais têm usado o ENAM como primeira fase e dispensado essa etapa. Na segunda fase temos as provas discursivas, sendo: 1) Justiça Estadual e Justiça Federal – um dia para questões discursivas e dois dias para sentenças, sendo a primeira cível e a segunda penal; 2) Justiça do Trabalho: uma prova discursiva e uma prova de sentença trabalhista; 3) Justiça Militar – uma prova discursiva e uma prova de sentença penal. Em seguida temos a inscrição definitiva, com entrega da documentação que comprova a atividade jurídica mínima e os demais requisitos para ocupar o cargo, caso aprovado ao final – é comum que a entrega dos documentos para a prova de títulos ocorra nesse momento, embora os títulos somente sejam analisados ao final. Depois temos o exame médico e a avaliação psicológica. Por fim, a prova oral, que possui regras próprias para cada Tribunal. Depois há a análise dos títulos. Em alguns Tribunais o curso de formação era incluído como etapa do concurso, mas as regras atuais são para que seja realizado após a nomeação, não contando pontos para a classificação.

Quanto às **atribuições** do cargo, que são descritas nos editais e leis de cada cargo, na prática o cargo de Juiz envolve: 1 – a realização de audiências, que são muito comuns, exceto em algumas unidades (como àquelas em que o julgamento é feito apenas com base em provas documentais), 2 – realização de atos judiciais, como despachos, decisões e sentenças (geralmente com o apoio da Assessoria, sendo o Magistrado responsável por orientar e direcionar

os trabalhos, bem como redigir os atos mais complexos e com maior conteúdo decisório), 3 – condução dos trabalhos na unidade judicial (orientando os servidores quanto à forma de condução das audiências, datas para a realização, divisão do trabalho etc.) e 4 – atividades administrativas (para a área extrajudicial, como cartórios, área da Infância e Juventude, acompanhamento de eleições quando na função da Justiça Eleitoral, além de trabalhos na atividade meio nos Tribunais, como compor Comissões e Grupos de Trabalho). Como se pode esperar, o trabalho é quase sempre interno, exceto em poucos casos, como inspeções judiciais e atividades itinerantes da Justiça.

Em termos de **custo-benefício**, o cargo possui, por óbvio, excelente remuneração – não sendo, contudo, o cargo com os melhores benefícios, inclusive porque há acompanhamento por parte do CNJ e da imprensa, o que não ocorre com outros cargos não tão visados (sem entrar na questão política). Além disso, com exceção de algumas poucas unidades, há muito trabalho, dada a crescente judicialização de questões pela sociedade, com descrédito de soluções amigáveis e consensuais e pelo aumento da litigiosidade. Assim, é um cargo que costuma ser final, pois não permite o estudo em alto nível para outros concursos, além de trazer poucos incentivos para a troca por outro cargo. Como membros de um dos Poderes, é um cargo com imensa estabilidade e poucas chances de mudanças substanciais de status a longo prazo, por fazer parte da estrutura essencial do sistema político.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 10/10

**Quantidade de trabalho**: 9/10

**Benefícios**: 9/10

**Características**: A Magistratura é una em garantias, mas seus concursos se dividem em estadual, federal, trabalhista e militar, cada qual com conteúdo próprio e sem possibilidade de permuta entre áreas. O ingresso exige três anos de atividade jurídica comprovada e, desde 2024, aprovação prévia no Exame Nacional da Magistratura (ENAM). Os certames seguem etapas de prova objetiva, discursiva, sentenças, inscrição definitiva, exames médico e psicológico, prova oral e títulos. Cada ramo tem particularidades — estaduais e federais organizam concursos regionais, a Justiça do Trabalho adota concurso nacional unificado e a Militar possui vagas restritas e especializadas. O cargo de juiz envolve audiências, decisões, gestão da unidade e funções administrativas, oferecendo alta remuneração e estabilidade, mas também grande volume de trabalho, sendo geralmente encarado como destino final na carreira pública.

### 7.1.2 – Concursos do Ministério Público

Magistratura e Ministério Público são carreiras semelhantes em termos de vantagens, inclusive por equiparação constitucional e legal, e mesmo nas disciplinas cobradas, havendo diferença significativa, contudo, nas atribuições .

As regras gerais dos concursos para o Ministério Público - que também tem caráter nacional e unificado quanto às regras gerais e garantias – estão previstas na Resolução 14/2006 do CNMP, sendo que há regras específicas para cada órgão. É exigida atividade jurídica mínima de três anos, que segue as regras próprias da Resolução 40/2009 do CNMP (sendo bastante semelhante às regras da Magistratura, com exceção de permitir a contagem de tempo de pós-graduação, o que não é permitido para o cargo de Juiz).

Em termos de **divisão**, para o ingresso no Ministério Público, o quadro é o seguinte:

- **Ministérios Públicos estaduais**: cada Estado possui seu próprio quadro de membros, com remuneração e vantagens que diferem um pouco entre cada local. Os concursos são realizados pelos MPs de cada Estado, com bancas do órgão ou com apoio de uma banca externa profissional (mais comum). Assim como na Magistratura, há agora previsão que permite a permuta entre os Estados – o que não garante que será fácil remover de qualquer Estado para sua terra de origem, como já afirmado anteriormente. Como usual, os concursos para os Estados mais desenvolvidos é mais concorrido em termos da quantidade de inscritos – o que não significa, necessariamente, mais facilidade, ante a qualidade geral dos candidatos que prestam para todas as regiões. Destaco que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é organizado pela União e faz parte do MPU, tendo características diferenciadas em algumas questões, mas com disciplinas e atribuições próprias dos MPs Estaduais. As remunerações e extensão dos benefícios variam por Estado.
- **Ministério Público Federal**: um dos órgãos com maior status e reconhecimento pela sociedade, o MPF possui caráter nacional e um concurso único para ingresso, no cargo de Procurador da República, com vagas para as regiões que não foram preenchidas pelos concursos de remoção. Geralmente o ingresso é na Região Norte, que não é muito procurada pelos membros da carreira, a maior parte vinda do Centro-Sul. Porém há possibilidade de remoção para qualquer local do país posteriormente, por meio de concurso de remoção entre os Membros, sendo que a facilidade de ir para um local específico vai depender da antiguidade. As disciplinas cobradas e o enfoque específico fazem o estudo para o concurso demandar uma dedicação própria, pelo menos nas fases após a prova objetiva.
- **Ministério Público do Trabalho**: o ingresso no cargo de Procurador do Trabalho, que compõem o quadro do MPU, é por concurso nacional, com destinação de vagas nas Procuradorias Regionais não preenchidas após o processo de remoção. É comum para quem não é do Direito confundir o MPT com Ministério do Trabalho, órgão do Executivo que realiza apenas atividades administrativas, através dos Auditores do Trabalho. O MPT também tem atividades extrajudiciais, como na celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). O foco do MPT é nos direitos coletivos trabalhistas, como zelar pelo meio ambiente do trabalho, liberdade sindical e combate a fraudes trabalhistas. As matérias estudadas para o concurso do MPT possuem significativa semelhança com a Magistratura do Trabalho, permitindo um bom ponto de partida para tentar ambas as carreiras – sendo mais fácil estudar para essas duas carreiras ao mesmo tempo do que para outras carreiras do MP ou Magistratura. Em cada região de TRT há também uma Procuradoria Regional do Trabalho.
- **Ministério Público Militar**: o Ministério Público Militar também é parte do MPU, sendo o concurso de caráter nacional, para preenchimento de vagas nas Procuradorias de Justiça Militares com vagas em aberto. O MPM atua junto à Justiça Militar da União,

sendo a atuação junto à Justiça Militar estadual competência dos Ministérios Públicos Estaduais (e do Distrito Federal), de maneira que não há atuação quanto às Polícias e Bombeiros Militares. O mesmo comentário feito para MPT/Justiça Trabalhista vale para MPM/Justiça Militar quanto à compatibilidade razoável do estudo compartilhado.

Também não há quadro específico para o Ministério Público Eleitoral, sendo composto por membros das outras carreiras, nos termos constitucionais. Assim como na Magistratura, não há possibilidade de permuta entre os ramos do Ministério Público (Estadual para Federal, Federal para Militar, Federal para do Trabalho etc.).

Quanto às **etapas do concurso**, regulamentadas pelo CNMP (e por cada Ministério Público, de forma mais detalhada), temos inicialmente a prova objetiva, que pode ser de múltipla resposta ou certo/errado (sendo múltipla escolha muito mais comum). Depois os candidatos aprovados com a pontuação mínima e dentro do número máximo de convocados se submetem à prova discursiva. De acordo com a norma geral, pode ser apenas uma prova ou várias provas discursivas, sendo pouco comum a realização de apenas uma. Em geral, as segundas fases são compostas por questões discursivas e peças (peças práticas da carreira, como inicial de ACP ou alegações finais em processo penal, além de pareceres), com enfoque próprio para cada carreira. Cada ramo do MP tem suas regras próprias para essa fase (no MPF as regras estão na Resolução CSMPF 219/2022, por exemplo). Depois da aprovação na segunda etapa, segue a inscrição definitiva, momento em que deve ser comprovada a atividade jurídica mínima e entregue documentos. Há então o exame médico e a avaliação psicológica. Por fim, as provas orais e provas de tribuna. As provas de tribuna não são obrigatórias para os concursos e quando realizadas são apenas de caráter classificatório – existem projetos para tornar obrigatória a etapa, mas ainda em tramitação. Nesse tipo de prova procura-se simular a atuação em plenários, júris e sustentações orais, atividades próprias da carreira, com explanação e arguição sobre um tema sorteado. Por fim, há a prova de títulos. Geralmente há um curso de formação, mas após a nomeação, não sendo etapa do concurso.

No que se refere às **atribuições**, os membros do Ministério Público têm atribuições processuais e extraprocessuais, atuando como parte nos processos (sendo o maior exemplo as ações criminais públicas) ou fiscal da ordem jurídica (nas ações que envolvem interesse de crianças e adolescentes, por exemplo). A atuação fora dos processos judiciais é bem maior do que na Magistratura e envolve a fiscalização de atividades de interesse público (escolas, Direito do Consumidor, Meio Ambiente, atividade policial etc.). Geralmente as Promotorias são divididas por temas e há certa especialização na carreira, sendo que há mudança no serviço a depender da área. Como possui maior iniciativa do que a Magistratura, por poder criar demanda ao invés de apenas ser provocado, a carreira tem maiores possibilidades de escolher os temas que se irá tratar – sendo que no MPF é ainda maior essa liberdade geralmente. Por outro lado, nos processos judiciais há um poder de decisão menor do que na Magistratura, embora os pareceres do Ministério Público sempre sejam considerados e relevantes.

Quanto ao **custo-benefício**, há equiparação formal com a Magistratura, sendo que, na prática, pode variar qual carreira tem os melhores benefícios, a depender do Estado ou órgão e da época. Entre Magistratura e MP não é a questão financeira que faz a diferença, em resumo – e sequer são os cargos com os melhores benefícios, pois no Ministério Público também há acompanhamento pelo CNMP, que limita essa questão. A quantidade de trabalho é alta, ainda mais se considerando que o Ministério Público tem iniciativa para fiscalizar e promover mu-

danças nos mais diversos setores da sociedade – e mudanças necessárias e urgentes é algo que não falta. Dependendo do quanto se leve a sério o trabalho, a quantidade de trabalho aumentará proporcionalmente. Trata-se de um cargo que também é função essencial para a Justiça e para o Estado Democrático de Direito, tendo, assim, imensa estabilidade.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 10/10

**Quantidade de trabalho**: 9/10

**Benefícios**: 9/10

**Características**: A carreira do Ministério Público é semelhante à Magistratura em garantias, remuneração e disciplinas cobradas, mas difere nas atribuições, pois atua tanto como parte processual quanto fiscal da ordem jurídica, além de possuir ampla atuação extrajudicial. O ingresso exige três anos de atividade jurídica, admitindo contagem de pós-graduação, e os concursos seguem etapas semelhantes às da Magistratura, acrescidas das provas de tribuna em alguns ramos. Há quatro áreas principais: MPs estaduais (com concursos próprios e possibilidade de permuta entre estados), MPF (concurso nacional, ingresso geralmente na Região Norte, remoções posteriores), MPT (foco em direitos coletivos trabalhistas, compatível com estudo para a Magistratura do Trabalho) e MPM (atua junto à Justiça Militar da União, compatível com estudo para a Magistratura Militar). Não há quadro próprio para o MP Eleitoral, ocupado por membros de outros ramos. Embora equiparado à Magistratura em estabilidade e vencimentos, o MP tende a ter maior iniciativa de como trabalhar, especialmente na fiscalização de direitos coletivos e interesses sociais.

### 7.1.3 – Concursos da Defensoria Pública

Como parte do Poder Executivo, a Defensoria Pública possui uma maior oscilação de salários e vantagens entre os diversos Estados e a União, por não haver formalmente equiparação entre os entes estatais quanto ao seu tratamento. Da mesma maneira, há diferenças entre estrutura de trabalho e velocidade de progressão na carreira, devendo haver um estudo mais aprofundado de cada ente quando da escolha pela carreira. Trata-se de mais uma função essencial à Justiça, com importância impar no atendimento à população mais vulnerável, para garantir o direito fundamental de acesso à Justiça.

O art. 134, § 4º estende à Defensoria as normas da Magistratura, inclusive o que se refere, portanto, a **exigência da atividade jurídica mínima por três anos**. A delimitação do que conta como atividade jurídica para a Defensoria está na Lei Complementar 80/1994, que é a norma geral para as Defensorias (e específica para a DPU). De acordo com o art. 26, § 1º conta como atividade jurídica para a DPU "o cumprimento de estágio de Direito reconhecido por lei e o desempenho de cargo, emprego ou função, de nível superior, de atividades eminentemente jurídicas". Já a regra geral para as Defensorias Estaduais decorre do art. 71, § 1º, no sentido de que "considerase como prática forense o exercício profissional de con-

sultoria, assessoria, o cumprimento de estágio nas Defensorias Públicas e o desempenho de cargo, emprego ou função de nível superior, de atividades eminentemente jurídicas". A LCP 80/1994 prevê dois anos de atividade jurídica, mas essa previsão se encontra revogada pela equiparação constitucional à Magistratura. Ao contrário da Magistratura e Ministério Público, em que a atividade jurídica é contada apenas depois da colação de grau, nas Defensorias conta como atividade jurídica o período de estágio – embora haja controvérsia sobre a possibilidade de norma infralegal da Defensoria delimitar que apenas será contado o período depois da colação, havendo precedentes jurisprudenciais tanto no sentido de aceitar essa delimitação quanto a de considerar ilegal. Há também a questão de se conta qualquer estágio ou apenas o estágio nas Defensorias, devendo ser consultada a lei de cada Estado e os editais anteriores.

Além da questão da atividade jurídica, há a questão de **exigência de inscrição na OAB**, para atuação no cargo. A exigência de inscrição na OAB para atuar como Defensor foi considerada inconstitucional pelo STF, Tema de Repercussão Geral nº 1.074. Portanto, para atuar como Defensor não é necessário estar associado à OAB. O ponto é saber se é necessária a inscrição para fazer o concurso. É interessante verificar se há previsão específica nesse sentido no ente da Federação que irá realizar o certame, sendo que há alguns entes (e a União, nos últimos concursos) que exigiam a inscrição na OAB como requisito para participar do certame. Nos certames anteriores à decisão do STF era comum conceder um prazo (90 dias, por exemplo), para os candidatos impedidos de advogar poderem promover o registro na OAB, mas essa exigência tende a deixar de existir. É provável não ser mais exigida a inscrição na OAB nos concursos. De qualquer forma, o Defensor Público submete-se somente ao regime próprio da Defensoria Pública, sendo inconstitucional a sua sujeição também ao Estatuto da OAB.

Em termos de divisão, temos a **Defensoria Pública da União (DPU)**, de caráter federal e que atua, grosso modo, junto às questões próprias da Justiça Federal. A carreira é estruturada pela LCP 80/1994. O cargo inicial é o de Defensor Público Federal de 2ª Categoria. A DPU possui unidades em todo Brasil, sendo que há possibilidade de permuta e remoções, ficando os cargos vagas para escolha pelos aprovados, pela ordem de classificação. Além disso, temos as **Defensorias** Públicas Estaduais (DPEs), organizadas por cada unidade da Federação (a Defensoria do Distrito Federal e Territórios é organizada pelo DF). Existem Defensorias com pouco tempo de organização enquanto outras são mais tradicionais, de maneira que é interessante pesquisar como é cada órgão.

As **etapas do concurso** são definidas por cada Defensoria, pois não há lei nacional que defina as etapas, que são previstas em leis ou regulamentos de cada ente. Em regra, as etapas são provas objetivas, seguidas de prova dissertativa (questões e/ou peças) e prova oral. Não é comum haver avaliação psicológica como etapa do concurso e o exame médico é realizado apenas quando da convocação para a posse em muitos casos. É comum haver etapa de investigação social. Os conteúdos das provas não são unificados, mas é comum que semelhança de matérias nos concursos, com mudanças pontuais. O ideal é consultar editais anteriores e informações próprias para cada Defensoria, para preparação mais específica quando houver previsão do concurso.

Quanto às **atribuições**, os Defensores prestam orientação jurídica e realizam a defesa dos assistidos, tanto judicialmente quanto extrajudicialmente (o que envolve também o âmbito administrativo). Podem ser assistidos pela Defensoria aqueles que se encaixam nos critérios estabelecidos por cada ente, sendo o mais comum e básico o da hipossuficiência (de forma

menos politicamente correta, pobreza – demonstrada pelo valor da renda mensal e/ou ausência de bens e investimentos até um valor definido). Além do critério de renda, qualquer pessoa pode ser atendida pela Defensoria no campo criminal e como curador especial, além de outros casos (geralmente as vítimas de violência doméstica costumam ser atendidas independentemente da renda, para fim de pedido de medidas protetivas de urgência, por exemplo). O cargo de Defensor costuma envolver bastante diálogo com as partes, além de frequentes participações em audiências e mesmo realização de audiências de conciliação na própria Defensoria. Além disso, há também produção de peças, para processos judiciais ou administrativos. Trata-se de um órgão com grande status na sociedade, frequentemente sendo um dos mais bem avaliados entre a população – o que é válido, considerando a importância da carreira para o acesso dos mais pobres à Justiça. Mesmo atuando no campo criminal, o risco da atividade é menor do que o de outras carreiras jurídicas, justamente por atuar na defesa dos direitos das pessoas acusadas.

No que se refere ao **custo-benefício**, depende muito de cada Defensoria, pois há algumas com benefícios bem melhores do que outras. Mas a carreira pode mudar muito com o tempo, com criação de benefícios e vantagens, de maneira que uma Defensoria que era menos valorizada pode vir a se tornar mais atraente com o tempo – logo não se devem descartar opções por conta das vantagens atuais apenas. Em muitos Estados a Defensoria possui benefícios semelhantes aos da Magistratura e do Ministério Público – sem um Conselho Nacional para fiscalizar, ressalte-se. Em termos de quantidade de trabalho, há uma carga significativa de serviço, ainda mais considerando que boa parte da população somente tem acesso à Justiça por meio das Defensorias – e assim deve permanecer muito tempo ("os pobres, sempre os tende convosco"). Tendo previsão constitucional e diante do papel prestado, é um cargo com imensa estabilidade.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 8/10 (pela ausência de etapas de avaliação psicológica e exames médicos geralmente, mas variável por cada ente, sendo que a quantidade de matérias a ser estudada é alta)

**Quantidade de trabalho**: 9/10

**Benefícios**: 8/10 (variável, depende de cada ente da Federação)

**Características**: A Defensoria Pública, essencial para o acesso à Justiça dos mais vulneráveis, integra o Poder Executivo e apresenta grande variação salarial e estrutural entre União e Estados, sem equiparação uniforme. O ingresso exige três anos de atividade jurídica, admitindo contagem de estágio segundo a LCP 80/1994, embora haja controvérsias, e não é obrigatória a inscrição na OAB, conforme decisão do STF. A carreira divide-se em DPU, de caráter federal, e DPEs, organizadas por cada Estado, com concursos próprios compostos por provas objetivas, discursivas e orais, além de investigação social. Suas atribuições incluem orientação jurídica, defesa judicial e extrajudicial dos hipossuficientes, atuação criminal e em áreas específicas como violência doméstica, com forte contato com o público e participação em audiências. Apesar da carga de trabalho intensa e variações de benefícios, é cargo estável, de alto reconhecimento social e relevância no Estado Democrático de Direito.

### 7.1.4 – Concursos da Advocacia Pública

Com previsão constitucional, a Advocacia Pública é uma das melhores áreas do serviço público, estando presente em todos os entes (União, Estados/DF e municípios). Claro que há diferença em quantidade de benefícios, trabalho e mesmo dificuldade de ingresso entre cada carreira. Também há diferença no tipo e conteúdos das provas, sendo comum especializar-se em alguma área (federais, estaduais, municipais).

Em termos de **divisão**, temos:

- **Federal**: o órgão principal é a Advocacia-Geral da União, organizada pela LCP 73/93, que possui quatro carreiras: Advogado da União (AGU – representação geral da União), Procurador Federal (PGF – autarquias e fundações), Procurador da Fazenda (PGFN – área tributária) e Procurador do Banco Central. Foge ao escopo da obra delimitar o que faz cada carreira faz (o que gera dúvidas até dentro das carreiras em nível mais avançado), mas todas as carreiras possuem como funções a atuação na representação de entes federais judicialmente e extrajudicialmente, em áreas específicas, além de consultoria. Cada carreira tem suas particularidades quanto às atribuições e concurso, que deve ser estudada por quem procura esse ramo. Além da AGU, temos representações específicas, como, por exemplo, do Poder Legislativo (Advogados do Senado e da Câmara), com atribuições específicas e concursos à parte, atuando, grosso modo, na consultoria para órgãos específicos ou em defesa dos interesses do órgão contra a União.
- **Estadual**: cada Estado possui divisão própria, mas há, em regra, uma estrutura semelhante à federal, com a carreira de Procurador do Estado sendo a principal (PGE – representação geral do Estado). Há Estados em que foi criada carreira própria para representação das autarquias, mas o STF declarou que essa divisão de carreiras inconstitucional, devendo haver unicidade na representação judicial dos Estados e Distrito Federal. Assim, na prática, a divisão de atribuições é feita dentro da carreira de Procurador do Estado. Não é inconstitucional, contudo, a representação de órgãos específicos, como as Assembleias Legislativas, que possuem concursos próprios.
- **Municipal**: cada Município tem sua estrutura e normas para representação, mas geralmente há o cargo de Procurador Municipal ou Advogado do Município, com atribuições de representação do ente e consultoria para o Executivo. É comum que haja também advogados públicos para representação das Câmaras de Vereadores. Em alguns municípios essas carreiras são preenchidas por concursos públicos, enquanto em outras se trata de indicação política. Os salários e benefícios, bem como quantidade de trabalho e regras de atuação, mudam bastante, devendo ser feita uma pesquisa mais aprofundada (sendo que na maioria das vezes o que é divulgado no edital do concurso não corresponde à realidade).

Quanto à **atividade jurídica** para os concursos, é usual a exigência de dois anos nos cargos federais (há uma instrução normativa que define esse prazo). No plano estadual, alguns órgãos, como as PGEs de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Amapá, exigem três anos de atividade jurídica, alguns exigem dois anos de atividade jurídica (PGE-MS), sendo que a maioria, pelo menos nos últimos concursos, não exigia atividade jurídica. No plano municipal há imensa variação, dependendo das normas municipais, sendo comum não exigir ou exigir dois anos

de atividade, mas podendo haver órgãos com exigência de três anos. A depender do órgão é possível a contagem inclusive do tempo de estágio durante a graduação (é o que ocorre nos cargos federais, em regra).

No que se refere à exigência de **inscrição na OAB**, está pendente de análise (ADI 5334) a constitucionalidade do art. 3º, § 1º do Estatuto da OAB, que prevê a subordinação da Advocacia Pública ao regime da Advocacia. Mas há movimento da OAB e da própria Advocacia Pública para a manutenção desta vinculação e a ADI está pendente de julgamento, de maneira que, até que haja alguma mudança, os concursos desta área exigem a inscrição na OAB, sendo importante a aprovação no Exame da Ordem.

As **fases** dos concursos variam muito, principalmente quando se analisa os concursos municipais. Em regra, nos concursos federais e estaduais as fases são semelhantes: prova objetiva, prova discursiva (pareceres, questões, peças), inscrição definitiva (não costuma haver avaliação psicológica nem exames médicos, mas apenas entrega de documentos, sendo o momento de comprovar atividade jurídica, quando exigido), prova oral e prova de títulos. Nos concursos municipais é comum que haja apenas provas objetivas e discursivas, sendo raros concursos apenas com prova objetiva.

Quanto às **atribuições**, há variação entre as carreiras e dentro delas, mas, em geral, o trabalho envolve atividade judicial (geralmente de forma escrita, sendo raro a participação em audiências) e extrajudicial (pareceres para atos administrativos, como licitações, consultoria, reuniões com autoridades para planejamentos etc.). É uma área que envolve certo trabalho repetitivo, principalmente nas demandas judiciais, que costumam ser parecidas e em massa.

Quanto ao **custo-benefício**, a Advocacia Pública é uma das áreas com melhor relação, pois existem benefícios não existentes em outros cargos, mesmo na Magistratura e Ministério Público. O primeiro deles é o recebimento de **honorários** - os advogados públicos recebem parte dos honorários de sucumbência recebidos pelos entes públicos quando vencedores nas ações judiciais. O valor é limitado ao teto constitucional, inclusive havendo entendimento do STF nesse sentido em análise da Lei 13.327/2016, mas existe "certa liberdade" no controle desses valores (mais não se dirá). Assim, na prática, é possível que o valor recebido seja o mais alto entre as carreiras jurídicas. A segunda vantagem é a **possibilidade de advogar** – vedada para as carreiras da AGU, a advocacia pode, contudo, ser exercida por procuradores de vários Estados (depende das normas estaduais) e municípios (depende das normas municipais) e pelos Advogados do Poder Legislativo (inclusive do Senado e Câmara). Em todos é vedado, por óbvio, a advocacia contra os entes públicos de que se faz parte. Acumulando os benefícios do cargo com a possibilidade de advogar, não é difícil ver o potencial para obter valores acima das demais carreiras jurídicas. Além dessas vantagens próprias, os cargos, em si, estão entre os mais valorizados dentro dos entes públicos que fazem parte, pois atuam na geração de renda, ao defender o Erário nas ações judiciais e de forma administrativa. Considerando a previsão constitucional, são cargos com extrema estabilidade.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 7/10 (depende do órgão, mas costuma haver várias vagas, considerando todas as possibilidades, e não existem tantas etapas eliminatórias quanto em outros concursos)

**Quantidade de trabalho**: 8/10

**Benefícios**: 10/10

**Características**: A Advocacia Pública, prevista constitucionalmente e presente na União, Estados, DF e municípios, é uma das carreiras mais atrativas do serviço público, embora varie em benefícios, estrutura e dificuldade de ingresso conforme o ente. Divide-se em carreiras federais (AGU, PGF, PGFN, Bacen, além de advogados do Legislativo), estaduais (principalmente Procuradores do Estado) e municipais (Procuradores Municipais), com exigências distintas de atividade jurídica — em regra dois ou três anos, podendo contar estágios em alguns casos — e de inscrição na OAB, ainda discutida no STF. Os concursos geralmente envolvem provas objetivas, discursivas, orais e títulos, com variações maiores nos municípios. As atribuições englobam representação judicial e consultoria administrativa, com trabalho repetitivo em massa e elaboração de pareceres. O custo-benefício é elevado, destacando-se os honorários de sucumbência e, em alguns entes, a possibilidade de advocacia privada restrita, o que pode gerar remuneração superior às demais carreiras jurídicas, além da estabilidade própria da função.

### 7.1.5 – Concursos de Delegado de Polícia

Também com atribuições decorrentes da própria Constituição (pelo menos quanto às Polícias Civis), os Delegados exercem a chefia dos órgãos policiais civis, responsáveis pela Polícia Judiciária (federais e estaduais). Ou seja, na apuração dos crimes para punição dos envolvidos pelo Poder Judiciário. São os cargos com melhor remuneração dentro da Segurança Pública.

Em termos de divisão, temos, em primeiro lugar, a **Polícia Federal**, que exerce, grosso modo, a apuração dos crimes que são julgados pela Justiça Federal (há também crimes próprios da Justiça Estadual, não havendo direta correlação), além de diversas atribuições preventivas (como se fosse a "Polícia Militar" federal, com fiscalização marítima, aeroportuária e de fronteiras) e administrativas (controle de armamentos, produtos químicos, imigração etc.). Nos Estados e Distrito Federal temos as **Polícias Civis**, que possuem atuação na apuração de todos os crimes que não sejam federais ou militares. Como nos Estados temos as Polícias Militares, responsáveis pelo policiamento ostensivo, as Polícias Civis tem como foco maior a atuação após a ocorrência dos crimes, ficando com os PMs a atuação preventiva do policiamento ostensivo. A Polícia Civil também tem atuações administrativas (como concessão de alvarás de funcionamento de estabelecimentos), embora menos comuns que a PF.

Para a realização dos concursos é preciso **atividade jurídica**, decorrente de previsão legal (Lei 14735/2023 para as Polícias Civis e Lei 9266/96 para a Polícia Federal), consistente em três anos, comprovados no ato da posse. A regulamentação da Polícia Federal prevê que somente contará a atividade depois da colação de grau, sendo que a regulamentação para as Polícias Civis é feita por cada Estado (com tendência de previsão semelhante). A diferença para os demais concursos é que também é possível apresentar **atividade policial** para cumprimento do requisito – atuação em cargos policiais nos órgãos de Segurança (PF, PC, PM, PRF e PFF – com tendência de aceitação de atuação como Policial Penal, embora nem sempre haja previsão expressa nesse sentido). A atividade policial pode ter sido exercida a qualquer tempo, independentemente da data do curso de Direito. **Não é necessária inscrição (ou mesmo**

**aprovação) na OAB**.

Quanto às **fases** do concurso, os concursos de Delegado de Polícia estão entre os mais exigentes para ingresso, havendo previsão legal de pelo menos prova objetiva e prova de títulos. Na prática, as etapas costumam ser prova objetiva, prova discursiva (questões e peças), teste de aptidão física, exame médico, avaliação psicológica, prova oral, investigação social e curso de formação (depende do Estado as etapas – para Polícia Federal existem todas estas etapas). Embora as provas discursivas e orais sejam um pouco menos exigentes do que para Magistratura e MP, até pela menor quantidade de disciplinas cobradas, a exigência do TAF e o maior rigor da avaliação psicológica e investigação social, bem como os cursos de formação mais exigentes, fazem do concurso um dos mais difíceis – especialmente o da Polícia Federal.

A respeito das **atribuições**, o cargo de Delegado possui relativa variedade de atribuições, a depender da área que se atue (qual Delegacia ou setor), podendo ter maior carga de trabalho policial ou administrativo. De qualquer maneira, o cargo é responsável pelas atividades mais burocráticas do inquérito, como a realização das oitivas e confecção de peças, como relatórios finais da investigação, de maneira que, geralmente, a quantidade de trabalho operacional será menor do que a do cargo de Agente. Dependerá muito do perfil do Delegado, claro, pois há margem de liberdade, ainda mais considerando a hierarquia no órgão, que permite escolher atuar mais diretamente no trabalho de rua ou não. De qualquer forma, há "mais emoção" do que nos demais cargos jurídicos, é claro. Mas não espere que o trabalho seja como em filmes policiais – há muito serviço burocrático e oitivas de testemunhas, depoimento de vítimas e interrogatórios. Há certo risco na atividade, principalmente quando da investigação de crimes mais graves, como os relacionados com organizações criminosas, mas não é tão alto assim, principalmente quando se atua com o devido cuidado e seguindo a disciplina policial, com inteligência e treinamento.

No que se refere ao **custo-benefício**, os salários e vantagens são um pouco menores do que as demais carreiras jurídicas, mesmo na Polícia Federal. As Polícias Civis variam muito quanto a este aspecto, havendo Estados com salários bastante defasados, como São Paulo, enquanto outros chegam a ser igual ou maiores do que os da Polícia Federal, quando se consideram todas as vantagens. A quantidade de trabalho costuma ser alta, mas também é variável, considerando que depende muito da iniciativa do profissional, que será o que determinará o nível de aprofundamento das investigações e a qualidade delas, gerando maior ou menor trabalho, a depender disso. Uma vantagem existente em alguns lugares é a realização de plantões, com possibilidade de usufruir folgas posteriormente, permitindo maior liberdade – os policiais chegam a dividir seu local de moradia entre a cidade de lotação e sua cidade natal nos casos mais extremos. Como parte das carreiras centrais de Estado, trata-se de um cargo com bastante estabilidade, mas com menor independência funcional do que outras carreiras que possuem autonomia decorrente da Constituição, existindo certo grau de interferência no trabalho (até pelo efeito decorrente da indicação política da cúpula dos órgãos, que leva a trocas frequentes nos cargos subordinados).

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 9/10 (depende da Polícia, sendo essa a dificuldade para o concurso da Polícia Federal)

**Quantidade de trabalho**: 7/10 (variável, podendo ser 10 ou 5, a depender do nível de comprometimento)

**Benefícios**: 7/10

**Características**: Os Delegados de Polícia, chefes das Polícias Civis estaduais e da Polícia Federal, têm a função de conduzir a Polícia Judiciária, apurando crimes para encaminhamento ao Judiciário, além de exercer atribuições administrativas, sendo os cargos mais bem remunerados da Segurança Pública. O ingresso exige três anos de atividade jurídica ou policial, conforme previsão legal, e os concursos estão entre os mais rigorosos, incluindo provas objetivas, discursivas, físicas, exames médicos e psicológicos, investigação social e curso de formação. As atribuições variam conforme a delegacia, combinando trabalho burocrático de inquéritos e oitivas com possibilidade de atuação de campo, ainda que menos intensa do que a dos agentes. A carreira envolve riscos, sobretudo em investigações de crimes graves, mas conta com estabilidade própria de funções de Estado. Em termos de custo-benefício, os salários ficam um pouco abaixo das demais carreiras jurídicas, com grande variação entre estados, embora em alguns casos superem os da Polícia Federal, sendo também influenciados pelo regime de plantões e folgas.

### 7.1.6 – Concursos de Analista

Os cargos de Analista estão presentes na maior parte dos órgãos públicos, dos três Poderes e do Ministério Público. Trata-se do cargo de nível superior responsável pelo assessoramento aos membros da Carreira, com atividades de apoio essenciais para a condução dos processos judiciais e administrativos. Os analistas da área jurídica atuam diretamente no apoio na realização de minutas e práticas de atos de apoio para as atividades meio e fim dos órgãos. Em termos de hierarquia ocupam cargos diretamente subordinados aos membros das carreiras (Juízes, Promotores, Defensores, Procuradores, Diretores etc.), podendo ocupar funções de direção, chefia e assessoramento, com vantagens e responsabilidades maiores e mesmo a direção dos órgãos que não possuem membros (como em órgãos do Executivo). A depender do órgão existem nomenclaturas especiais para o cargo (Oficial de Justiça, Especialista em Regulação, Oficial de Promotoria etc.).

Em termos de **divisão**, são cargos presentes em todos os Poderes e entes, como afirmado, podendo-se apontar alguns:

- **Judiciário**: depende do Tribunal, mas em geral temos os cargos de Analista Judiciário da área judiciária (que atua na assessoria dos Magistrados, além de outras atribuições) e Oficial de Justiça (que cumpre os mandados nos processos, como citação, intimação, penhora, despejo, desocupação etc.). Em alguns Tribunais há adicional por produtividade para os Oficiais de Justiça, além de auxílio para combustível, tornando o cargo interessante. Os ocupantes do cargo geralmente são os responsáveis por assumir as chefias dos gabinetes/secretarias, sendo a "mão direita" dos Magistrados.
- **Ministério Público**: a estrutura é semelhante a do Judiciário, com os cargos de Analista atuando no assessoramento aos membros do Ministério Público (realização de minutas, apoio para audiências, produção de relatórios etc.). São os responsáveis pelo

apoio na área fim, atuando para a realização das atribuições dos órgãos.

- **Legislativo**: no âmbito legislativo temos alguns dos maiores salários para os cargos de Analista, incluindo os cargos de Consultor Legislativo, que no Senado e Câmara tem vantagens que competem com as das carreiras mais bem remuneradas. Considerando que os membros do Legislativo são eleitos e não concursados, são os responsáveis por gerenciar, de fato, os órgãos, dando continuidade ao trabalho entre cada Legislatura. Atuam nas mais variadas áreas, como emissão de pareceres para novas leis, estudos, pesquisas, apoio nas atividades legislativas (como secretariar reuniões dos legisladores), organizar arquivos e pautas etc.
- **Executivo**: há cargos dos mais variados, com diferentes atribuições e benefícios, de forma que é preciso pesquisar cada situação. Em regra são subordinados a diretores / chefes, de indicação política – são de fato quem faz o órgão funcionar, com a devida continuidade entre as gestões. A situação no Executivo é muito variável, havendo órgãos de extrema excelência, principalmente no plano federal, enquanto outros mal possuem computador e cadeiras para os funcionários. Da mesma forma, pode haver muito trabalho, de relevância social e complexidade alta, ou nada para fazer, naqueles órgãos criados sem o necessário planejamento de sua necessidade. A interferência política também varia bastante, sendo que há órgãos em que até mesmo para funções subordinadas há indicação política, principalmente nos planos estaduais e municipais.

Quanto aos **requisitos para ingresso**, não há exigência de atividade jurídica, sendo cargos excelentes para o ingresso no serviço público e obtenção da atividade necessária para outros cargos. Também não há outros requisitos, como ingresso na OAB, geralmente exigindo-se apenas o diploma.

As **fases** do concurso mudam para cada órgão e cargo, mas geralmente as fases são prova objetiva e prova discursiva (que pode ser questões, peças ou redações). Não há necessidade de avaliação psicológica (exceto se houver previsão legal, o que não ocorre). A investigação social costuma ser limitada a análise documental.

As **atribuições** foram descritas acima, devendo se procurar informações específicas nos editais para cada cargo.

Quanto ao **custo-benefício**, como cargos que não costuma ter a chefia do órgão, há menor responsabilidade – e menores benefícios, por óbvio. Mas há cargos bastante interessantes, principalmente no Legislativo e Executivo Federal – no Judiciário o melhor cargo é o de Oficial de Justiça em alguns Tribunais de Justiça. Outro ponto a ser analisado é a possibilidade de advogar enquanto no exercício do cargo – o que é vedado para os analistas do Judiciário e MP em regra, mas nem sempre para o Legislativo e Executivo. Também é importante saber as possibilidades de ocupar cargos de confiança, que costumam aumentar bastante os benefícios do cargo.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 6/10 (pode ser mais fácil, dependendo do órgão)

**Quantidade de trabalho**: 6/10 (variável, podendo ser 10 ou 1, a depender do órgão)

**Benefícios**: 6/10 (varia muito também)

**Características**: Os cargos de Analista, presentes em praticamente todos os órgãos públicos dos três Poderes e do Ministério Público, são de nível superior e exercem funções de assessoramento, elaboração de minutas, apoio em processos judiciais e administrativos, além de poder assumir chefias e funções de confiança. Variam em nomenclatura e atribuições conforme o ente: no Judiciário incluem Analistas Judiciários e Oficiais de Justiça; no MP, atuam em apoio direto aos membros; no Legislativo, podem alcançar altos salários como Consultores Legislativos; e no Executivo, desempenham papéis diversos, com grande variação de estrutura e relevância conforme o órgão. O ingresso exige apenas diploma superior, sem necessidade de atividade jurídica ou OAB, sendo uma porta de entrada no serviço público. Os concursos costumam ter provas objetivas e discursivas, sem etapas complexas. Em termos de custo-benefício, as vantagens são menores do que nas carreiras de chefia, mas cargos em órgãos federais e legislativos podem ser altamente atrativos, especialmente quando somados a funções de confiança ou possibilidade de advocacia em alguns casos.

### 7.1.7 – Concursos de Cartórios

Embora a atividade dos tabeliães/registradores seja privada, trata-se de delegação de atividade pública para particulares, o sendo obrigatório concurso público. A depender do cartório, as vantagens estão acima de qualquer cargo público, por não haver submissão ao teto do funcionalismo, podendo chegar a salários na casa dos seis dígitos. Mas há também registros, principalmente sem atribuição relacionada a imóveis, que não são lucrativos assim.

Em termos de **divisão**, temos serviços notariais e de registro, que se dividem em registro civil de pessoais naturais (certidões de nascimento, casamento, interdições, óbito etc.), registro de títulos e documentos e pessoas jurídicas (registro de associações, fundações e sociedades simples, contratos etc.), registro de imóveis (matrículas, histórico de proprietários com as averbações, penhoras, hipotecas etc.) e registro de distribuição (encaminhamento dos processos, emissão de certidões e escrituras, averbações etc.). Temos também os tabelionatos, que podem ser de notas (escrituras e testamentos, procurações, atas notariais etc) ou de protesto (questões relacionadas a dívidas), além dos tabelionatos de registros marítimos. Cada Ofício/Tabelionato pode ter uma ou mais dessas atribuições, nos termos da Lei dos Registros Públicos (Lei 6015/1973) e das normas de cada Tribunal (compete aos Tribunais de Justiça a atuação de fiscalização e normatização).

Quanto aos **requisitos** para ingresso, nos termos da Resolução 81/2009 do CNJ, é necessário o diploma de Direito **ou** experiência em serviços notariais ou de registro por ao menos 10 anos, contados antes da publicação do primeiro edital.

Os concursos são organizados pelos Tribunais de Justiça e as **fases** são prova objetiva, prova escrita (questões, dissertação, peças) e prova oral, além de investigação social, avaliação psicológica e prova de títulos. Depois de aprovado, o candidato pode, após dois anos de atividade, concorrer a remoção para outro cartório, com regras próprias. A escolha das vagas obedece a classificação no concurso, razão pela qual uma boa colocação é essencial nessa área de certames.

As **atribuições** são próprias para cada tipo de cartório, mas envolvem, basicamente, a organização e gestão do ofício/tabelionato, com a contratação dos prepostos (CLT), organização dos horários, equipamentos, salas e forma de trabalho, bem como cuidado com os documentos e registros que serão realizados. A atuação é intermediária entre a de um empresário e um arquivista, sendo que, na prática, a maior parte das atividades próprias do cartório são exercidas pelos prepostos, cabendo ao tabelião a administração. Como se pode esperar, trata-se de algo bastante burocrático e o nível de dificuldade depende do quanto já está organizada a atividade e do nível de qualidade dos prepostos.

Quanto ao **custo-benefício**, para quem gosta do trabalho (ou pelo menos suporta), está entre as atividades com melhores benefícios, como já dito, permitindo, a depender do tipo de cartório, renda muito alta. Alguns Estados garantem renda mínima para os tabeliões/registradores, pensando nos cartórios de pessoas naturais dos municípios mais pobres (há locais em que não há registro de imóveis, por exemplo). Como o lucro é proporcional ao valor dos bens e negócios, os cartórios de imóveis são os mais rentáveis. Como afirmado, não há teto para os ganhos. Tabeliões/registradores não podem advogar (e nem indicar advogados, por ser uma violação ética ao serviço). A renda média dos profissionais dessa área depende muito da cidade e do tipo de serviço prestado, mas é variável e cabe ao oficial o pagamento de todas as despesas (salários, alugueis, água, luz, equipamentos etc.). Na prática, a média dos locais dá um lucro mensal um pouco abaixo do teto do funcionalismo, havendo é claro, locais com lucros muito altos (cartórios de imóveis de regiões ricas de grandes centros) e locais com lucros abaixo dos R$ 15.000 (ofícios de cidades pequenas e pobres). A quantidade de trabalho dependerá do local e dos prepostos, sendo que a contratação de mais prepostos (e de maior qualidade), levará a menores lucros.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 9/10

**Quantidade de trabalho**: 7/10

**Benefícios**: 9/10 (variável, como discutido, podendo ser 10 ou 2)

**Características**: Os cartórios são atividades privadas exercidas por delegação pública, com ingresso obrigatório por concurso, e podem gerar rendimentos altíssimos — especialmente em registros de imóveis de grandes centros, onde os ganhos ultrapassam em muito os salários do funcionalismo, embora haja ofícios menos lucrativos em cidades pequenas. Dividem-se em registros civis, de títulos, de imóveis, de distribuição e tabelionatos (de notas, protestos e marítimos), sendo fiscalizados pelos Tribunais de Justiça. O concurso exige diploma de Direito ou dez anos de experiência em serventias, com provas objetivas, escritas, orais, investigação social e títulos. Após a aprovação, a escolha das vagas segue a ordem de classificação, e é possível remoção após dois anos. As funções envolvem administrar o ofício, gerir prepostos, cuidar da estrutura e zelar pela regularidade dos atos notariais e registrais. Apesar do caráter burocrático e da responsabilidade pela gestão, o custo-benefício é considerado altíssimo, variando de lucros muito elevados a ganhos mais modestos em localidades pobres, sem incidência do teto remuneratório do serviço público.

## 7.2 – Concursos para qualquer formação

Em segundo lugar, falarei sobre as áreas que podem ser ocupadas por pessoas de qualquer graduação (ou mesmo apenas com nível médio), trazendo os ramos mais importantes e procurados.

### 7.2.1 – Área fiscal

Áreas das mais procuradas e com melhores benefícios, fora do Direito, a área fiscal é bastante valorizada pelo seu papel na arrecadação de recursos. Há cargos para áreas específicas, mas os cargos da área fim costumam ser para qualquer nível superior.

Em termos de **divisão**, temos no âmbito federal a **Receita Federal**, com os cargos de Auditor-Fiscal e Analista-tributário. O cargo de Auditor possui maior remuneração e atua mais diretamente na fiscalização, com atividades que são privativas, enquanto o Analista atua no apoio administrativo e técnico, bem como realizando atividades de fiscalização, desde que não sejam daquelas privativas do Auditor. Há mais vagas de Analista do que de Auditor. Ambos os concursos exigem qualquer graduação, sendo que é possível o ingresso inclusive com cursos de tecnólogo. A diferença salarial é da casa dos R$ 9.000,00 entre os cargos. As etapas do concurso da Receita Federal são prova objetiva, prova discursiva (questões dissertativas), investigação social, exames médicos e curso de formação. Tratando-se dos cargos para qualquer graduação com melhores salários e vantagens, a concorrência é alta, sendo as provas sobre muitos conteúdos e com aprofundamento. Assim, é um desafio simplesmente conseguir a pontuação mínima para não ser eliminado.

Há na área federal também os cargos de **Auditor-Fiscal do Trabalho** (AFT), um dos melhores cargos oferecidos no "Enem dos Concursos". Suas vantagens são semelhantes às do cargo de Auditor-Fiscal da Receita, atuando na fiscalização das normas trabalhistas e na arrecadação dos tributos trabalhistas e sendo vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. As disciplinas do cargo, contudo, por ter prova no Concurso Nacional Unificado, são bastante diferentes das da Receita, podendo ser considerado como uma área à parte. Para o cargo também é suficiente qualquer graduação.

Saindo da área federal, nos Estados temos as **Secretarias das Fazendas** (SEFAZ, SEFA), com cargos de Auditor Fiscal (a denominação muda a depender do Estado), equivalente ao cargo de Auditor-Fiscal da Receita, além de cargos de apoio, que podem ser denominados Analistas ou Agentes, a depender da SEFAZ. As provas costumam consistir em prova objetiva e discursiva (questões), podendo haver investigação social e curso de formação, além de prova de títulos, a depender do Estado. Os salários variam por Estado, podendo chegar ao teto do funcionalismo em alguns lugares.

Por fim, no âmbito municipal, existem os cargos de Auditores ou Fiscais de Rendas, que, a depender do município, podem receber valores bem altos, próximos ao teto. A variedade de provas é alta, podendo ser difíceis ou não, a depender da banca e da concorrência (que

costuma ser proporcional às vantagens do cargo, mas há boas oportunidades desconhecidas – sendo um bom campo de concursos a ser explorado por quem não tem problemas em se mudar).

Deve-se destacar que existem concursos afins, como oportunidades na administração indireta (autarquias, empresas públicas, fundações), em que são cobradas matérias semelhantes, devendo o candidato estudar cada edital para saber se o estudo é adequado para ser competitivo sem mudanças grandes de rumo.

Como já afirmado, os concursos da área fiscal costumam aceitar pessoas de **qualquer graduação, inclusive os cursos de tecnólogo**. Se ainda não possui graduação e quer saber qual a melhor graduação para se preparar para o concurso da área, eu diria Direito ou Contabilidade. Mas não recomendaria esses cursos – para a área de Direito existem outros concursos menos disputados e com vantagens iguais ou melhores e o curso de Contabilidade é extenso. Creio ser mais interessante estudar para os concursos fiscais desde o começo da graduação e fazer um curso de tecnólogo, por ser mais curto, mantendo o estudo desde o início do curso. Os cursos de graduação que costumam mais aprovar são Contabilidade, Direito e Engenharia. Mas, por experiência própria, não faça Engenharia para prestar concursos – a dificuldade e extensão do curso não valem à pena, sendo muito mais difícil do que Direito a graduação. Mas, como dito no capítulo 6, é mais interessante fazer um curso fácil e curto e se dedicar para o estudo, caso esse seja o objetivo desde o início (e não se pretenda depois desistir dos concursos e ir para a iniciativa privada – em que a graduação poderá fazer diferença). Link

As **disciplinas** principais da área fiscal são Legislação Tributária, Direito Tributário, Contabilidade, Auditoria e Tecnologia da Informação (em crescimento de cobrança). Em segundo lugar temos as disciplinas básicas, que costumam ser cobradas em todas as provas, embora usualmente com menor pontuação: Português, Matemática Financeira, Estatística, Raciocínio Lógico, Direito Constitucional e Direito Administrativo. Existem outras disciplinas, a depender do cargo e do concurso, como Direito Civil e Empresarial. Cada Estado e Município possui legislação tributária própria, sugerindo-se o estudo específico quando já há edital e o estudo para a parte geral (como a parte geral da Lei Kandir) quando não há provas.

Quanto às **atribuições** dos cargos, envolve a fiscalização de estabelecimentos, para combate à sonegação fiscal, pela análise dos balanços e livros / demonstração fiscais e contábeis (Auditoria) e aplicação das multas e cobranças. Também há trabalho na área de desenvolvimento de tecnologias voltadas para o trabalho de auditoria e constituição dos créditos, gerências das unidades e outras atividades administrativas, atendimento aos contribuintes, além dos julgamentos dos recursos administrativos (Tribunais Administrativos Tributários – TATs). O trabalho envolve bastante serviço interno, com o serviço externo em fiscalizações sendo exceção.

No que se refere ao **custo-benefício**, como já afirmado, a área está entre as mais vantajosas fora do Direito. Sendo uma área que gera receitas, possui poder de barganha e influência, o que faz as vantagens do cargo não ficarem muito tempo defasadas. Além dos salários, que são dos mais altos do funcionalismo em cada ente estatal, há outras vantagens, como adicionais e gratificações (de produtividade, por exemplo). Auditores fiscais não podem advogar. A quantidade de trabalho é alta, sendo que a complexidade das manobras para não pagamento dos tributos é crescente. Embora seja a Receita Federal o mais procurado, deve-se destacar que existem oportunidades nos Estados (e mesmo municípios), que podem trazer custo-benefício

melhor, com menos trabalho e até melhores vantagens financeiras.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 8/10 (pela quantidade menor de etapas – pela dificuldade das disciplinas seria 10/10)

**Quantidade de trabalho**: 9/10

**Benefícios**: 7/10

**Características**: A área fiscal, altamente valorizada e com alguns dos melhores benefícios fora do Direito, abrange cargos federais (como Auditor-Fiscal e Analista-Tributário da Receita Federal e Auditor-Fiscal do Trabalho), estaduais (Auditores e Analistas das Secretarias de Fazenda) e municipais (Auditores ou Fiscais de Rendas), todos acessíveis a graduados de qualquer área, inclusive tecnólogos. Os concursos são bastante concorridos, com provas objetivas e discursivas exigentes, além de etapas como investigação social, exames médicos e curso de formação. As disciplinas centrais incluem Tributário, Contabilidade, Auditoria e TI, além das básicas (Português, Raciocínio Lógico, Constitucional e Administrativo). As atribuições envolvem fiscalização, auditoria, análise contábil e tributária, aplicação de multas, desenvolvimento de sistemas e julgamentos administrativos. O custo-benefício é altíssimo: salários entre os mais elevados do funcionalismo, gratificações e estabilidade, ainda que com alta carga de trabalho, especialmente pela sofisticação crescente da sonegação. Embora a Receita Federal seja a mais visada, há excelentes oportunidades nos Estados e municípios, muitas vezes com menos concorrência e vantagens competitivas melhores.

### 7.2.2 – Área policial e de Segurança Pública

Já falamos sobre o cargo de Delegado e agora comentaremos sobre os cargos da área de Segurança Pública que podem ser feitos por todas as graduações. A área policial é uma das mais procuradas pelos concurseiros, especialmente as policias federais. Existe diferença de vantagens entre os órgãos policiais – e do cargo de Delegado para os demais. Mas há boas vantagens, especialmente as melhores condições de aposentadoria.

Link

Em termos de **divisão**, temos, no plano federal, a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) – além da Polícia Ferroviária Federal (PPF), que embora tenha previsão constitucional não existe na prática. Em linhas gerais, a Polícia Federal atua na investigação de crimes federais e como polícia ostensiva geral da União e a Polícia Rodoviária Federal como polícia ostensiva nas rodovias federais. O DEPEN cuida dos presídios federais, mantendo a ordem e cuidando da segurança dos detentos, inclusive em seus deslocamentos (escolta) – além de outras atribuições, como prestar apoio ao sistema penitenciário estadual.

No plano estadual temos as Polícias Civis, as Polícias Militares e as Polícias Penais, além dos Bombeiros Militares. As Polícias Civis atuam na investigação dos crimes que não

sejam federais ou militares. As Polícias Militares atuam no policiamento ostensivo, exceto nas áreas que sejam atribuição da PF ou da PRF, o que inclui a maior parte das áreas, inclusive as rodovias estaduais (há estados em que há separação em batalhão próprio para trânsito). As Polícias Penais atuam nos presídios estaduais, mantendo a ordem e segurança, assim como o DEPEN. Os Bombeiros Militares atuam na prevenção e extinção de incêndios, além de outras atividades de importância pública, como buscas e salvamento, primeiros socorros e atividades de segurança, em casos especiais.

Por fim, no campo municipal temos as Guardas Municipais, que são responsáveis por preservar a ordem e zelar pelo patrimônio público dos Municípios, atuando em patrulhamento preventivo. Em decisão relativamente recente (ADF 995) o STF entendeu que as Guardas integram o sistema de Segurança Pública, o que significa que possuem poder de polícia, mesmo que residual e excepcional, dentro de suas competências – o que permite, por exemplo, a realização de buscas pessoais e prisões em flagrante sem que haja nulidades, desde que em contexto que atraia sua atuação.

Em termos de **requisitos**, os cargos policiais da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Depen e Polícia Civil exigem nível superior. O cargo de Agente Penitenciário Federal exigia ensino médio, mas com a regulamentação da carreira passou a exigir nível superior (existe também o cargo de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, que já exigia cursos de graduação específica, sendo um cargo de apoio no órgão, não atuando na atividade-fim propriamente). Para os cargos policiais estaduais, a Lei 14735/2023 passou a exigir nível superior para os cargos policiais das Polícias Civis, acabando com a possibilidade de ingresso nos cargos de investigador apenas com nível médio, como era comum. Portanto, apenas cargos administrativos e de apoio permitem o ingresso com nível médio nos órgãos acima citados. Os cargos de Agente das Polícias Penais estaduais podem prever nível superior ou médio, a depender do Estado, mas há uma tendência de todos os entes passarem a exigir nível superior, com a regulamentação nesse sentido no âmbito federal, já havendo vários Estados que passaram a trazer essa previsão. Por fim, para ingresso nas carreiras de Policial Militar e Bombeiro Militar, após a regulamentação nacional pela Lei 14751/2023 ficou previsto que o ingresso nos cargos de policial e bombeiro exigirá nível superior, com prazo até 2029 para que todos os órgãos se organizem, havendo duas possibilidades: I – exigência de graduação para o ingresso ou II – ingresso com nível médio e oferecimento de curso de formação aos aprovados, que será equivalente ao nível superior. O cargo de Guarda Municipal pode exigir nível superior ou médio, a depender das normas municipais, mas a maior parte dos municípios ainda exige apenas nível médio. Em resumo, portanto:

- **Exigem nível superior em qualquer graduação**: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Depen Federal e Polícia Civil (exceto para alguns cargos de apoio, como Auxiar de Papiloscopia, Necropsia, Desenhista e Fotógrafo).
- **Exigem nível superior ou participação em curso de formação equivalente a graduação**: Polícia Militar e Bombeiro Militar.
- **Podem exigir nível superior ou médio**: Depens estaduais (tendência de exigir nível superior) e Guardas Municipais (tendência de exigir nível médio), variando conforme o Estado.
- Com exceção dos cargos de perfil técnico, como Perito e áreas de apoio, como a área de Saúde, qualquer graduação é aceita, inclusive cursos de tecnólogo.
- Nos órgãos que exigem nível superior, costuma haver concursos de nível médio para os quadros administrativos apenas, sem atividades policiais e sem as vantagens próprias

da atividade, como aposentadoria especial.

Além da questão da escolaridade, é comum a exigência de **carteira de motorista** para os cargos policiais, devendo ser algo a ser providenciado até a posse.

Quanto às **disciplinas**, é preciso a análise de cada concurso e para cada cargo, mas existe um núcleo que costuma cair em todas as provas, composto por Português, Raciocínio Lógico, Informática e conhecimentos básicos de Direito (Constitucional, Administrativo, Penal, Processual Penal, Legislação extravagante – que muda dependendo do concurso). Também é comum a cobrança de Atualidades e Direitos Humanos em algumas carreiras. Para a Polícia Federal as disciplinas mudam a depender do cargo, com matérias como Estatística para todos os cargos policiais, Contabilidade para Agente, Arquivologia para Escrivão e Biologia, Física e Química para Papiloscopista. Na Polícia Rodoviária Federal, existe um bloco próprio de Legislação de Trânsito. Para os Depens é preciso conhecer normas próprias de Execução Penal. Nos concursos de Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiros e Guardas Municipais deve-se observar os editais de cada Estado, sendo comum a cobrança de Legislação local, como a Constituição Estadual, além de disciplinas como Geografia e História (inclusive história local em alguns lugares – uma forma de favorecer candidatos da região).

No que se refere às **atribuições**, de forma geral, temos o seguinte:

- **Agente da Polícia Federal (PF)**: preferencialmente realiza o trabalho de investigação e operacional, além de atividades administrativas (como fiscal de contratos). Na prática há muita variedade de atribuições, principalmente em grandes unidades, como nas capitais, permitindo certa "especialização" – há pessoas que ficarão em serviços mais burocráticos (como realizando controle de imigração e análise de pedidos de porte de arma de fogo), outros em serviços de análise e inteligência (acompanhamento de interceptação telefônica, produção de relatórios sobre pessoas investigadas, análise documental, principalmente nos crimes que envolvem recursos públicos) e alguns em serviços mais operacionais (cumprimento de mandados de busca e apreensão, realização de prisões, escolta de presos, realização de campanas). Trata-se de um cargo em que há oportunidades de fazer coisas diferentes do cotidiano, mas não espere que o serviço seja sempre "emocionante" ou parecido com filmes policiais. Na verdade, a Polícia Federal procura atuar de maneira a evitar confrontos, agindo com inteligência e superioridade numérica / de armas – o que é possível pelas atribuições e crimes que são de sua competência -, de maneira que a maior parte das atividades são relativamente tranquilas (exceto em alguns lugares mais perigosos, como regiões de fronteira em que há significativo tráfico de drogas). Há muito serviço de análise de documentos e burocrático, sendo especialmente importante para a PF o perfil de policial que tenha boa capacidade de análise e produção de informações de polícia e de inteligência. O serviço mais operacional acaba ficando com grupos táticos especializados, nos quais a maior parte dos integrantes é Agente (embora seja possível a entrada de todos os cargos).
- **Escrivão da Polícia Federal (PF)**: é responsável pelo serviço de cartório nas Delegacias, que é, basicamente, a organização dos inquéritos. Isso envolve a redação de comunicações (intimações, ofícios), inclusive para os órgãos internos (como encaminhamento das determinações do Delegado para cumprimento pelas equipes policiais), além de certificar os atos do inquérito, com juntada e produção de documentos. Quando as pessoas são ouvidas em Delegacia (depoimentos de vítimas, testemunhas e interrogatórios), o Escrivão costuma fazer a qualificação (registro dos dados da pessoa,

como nome, endereço etc.), antes do ato propriamente pelo Delegado. Também é do Escrivão a incumbência de manter a organização dos bens apreendidos no depósito, assim como documentos para encaminhamento para destruição de armas e drogas. Embora os Escrivães também possam atuar nas atividades típicas de Agente, inclusive nas operacionais, não é a atividade principal do cargo. Assim é bom ter ciência de que é exceção e que não haverá espaço para todos que quiserem "fugir" do cartório – se o desejo é serviço de rua, melhor o concurso para Agente, para evitar frustrações.

- **Papiloscopista Policial Federal (PF)**: o Papiloscopista é o Perito (sim, Perito, embora ainda não haja o reconhecimento merecido, mas há projetos de lei para regulamentar a questão) responsável pela identificação papiloscópica – grosso modo, encontrar impressões digitais (tecnicamente, não apenas digitais, mas também impressões das palmas das mãos, dos pés etc.) em locais de crime e realizar a comparação com outras impressões, para poder comprovar a autoria dos crimes. Existe mais, claro: comparar impressões digitais entre documentos, realização de laudo prosopográfico (para averiguar se há identidade entre duas imagens do rosto de uma pessoa – em um documento e em uma imagem gravada, por exemplo), "retrato falado", identificação de vítimas de acidente por meio de impressões, identificação de pessoas presas (sem documentos, com suspeita de documentos falsos e outros casos) etc. É um trabalho bastante técnico, que envolve a coleta de impressões das pessoas (estrangeiros, presos, vítimas de acidentes fatais etc.), realização de análises periciais usando softwares específicos, elaboração de laudos etc. Na prática também há outros serviços mais burocráticos, como alimentação dos bancos de dados criminais. O Papiloscopista também pode realizar trabalho próprio de Agente, atuando em todas as áreas de investigação, bem como realizando serviços operacionais e administrativos. Assim como Escrivão, contudo, há demanda para atuação nas atividades fins do cargo, não sendo garantido trabalho fora das atividades de Papiloscopia. Essa é uma tendência forte dos últimos concursos, em que se está privilegiando nomeação em capitais e locais com demanda específica (em meu concurso houve nomeação para as regiões de fronteira, o que fez muitos, como eu, trabalharem como Agentes).
- **Policial Rodoviário Federal (PRF)**: o PRF é encarregado do policiamento, prevenção e repressão de crimes nas rodovias federais e áreas de interesse da União. A carreira é composta por cargo único, logo o servidor pode atuar em todas as atribuições do órgão. Em linhas gerais, o trabalho envolve a parte de trânsito (realização de barreiras policiais, aplicação de multas, medidas para prevenção de acidentes, perícias de acidentes de trânsito, testes de alcoolemia, acompanhamento de manifestações e calamidades públicas nas rodovias, escoltas, apreensão de cargas irregulares etc.) bem como a parte de Polícia Judiciária (realização de prisões, tanto em flagrante quanto por mandados em aberto, apoio em operações policiais), além de atendimento e socorro às vítimas de acidentes em sua área de atuação. Além disso, há também a atividade administrativa para manutenção do órgão, como a fiscalização de contratos de manutenção de viaturas, além de outras atividades institucionais, como o contato com outros órgãos. Os diretores do órgão são policiais rodoviários, havendo, nesse sentido, maiores possibilidades de ascensão na carreira do que para os policiais federais (já que na PF os cargos de direção são quase todos ocupados por delegados).
- **Agente / Investigador da Polícia Civil (PC):** a nomenclatura muda a depender da Polícia Civil, mas estamos falando do cargo responsável pela investigação dos crimes da atribuição da Polícia Civil. O Delegado, como presidente do inquérito, precisa de apoio para a realização das diversas atividades para produzir provas dos crimes (materialida-

de) e de quem foram os autores, sendo tais atividades realizadas pelos Agentes (que possuem semelhanças com a atribuição de Agente da PF, já descritas, exceto na parte de policiamento ostensivo, função da PM nos Estados). Tais atividades incluem investigação (identificar testemunhas, procurar informações sobre os autores em caso de crimes de autoria desconhecida, isolamento dos locais de crime, apreensão de objetos, análise documental, escutas e interceptações etc.) e outras diligências de apoio (prisões, apreensão de menores, intimações e notificações), além de atividades administrativas. Os crimes mais comuns investigados são os crimes contra o patrimônio (furto, roubo etc), contra a pessoa (lesões corporais, homicídio) e contra a dignidade sexual (estupro, estupro de vulnerável), além do tráfico de drogas. Costuma haver nos grandes centros especialização em Delegacias (da Mulher, de Entorpecentes, Tóxicos e Entorpecentes etc.), permitindo aprofundamento do trabalho para tipos específicos de crimes (que demandam abordagem diferente, inclusive quanto ao método investigativo).

- **Oficial / Escrivão de Polícia (PC):** também há diversidade de nomenclatura, mas se trata do responsável pelo trabalho de cartório das Delegacias, como descrito para o cargo de Escrivão da Polícia Federal. Diferentemente da Polícia Federal, em que é mais raro, na Polícia Civil ocorre de o próprio Escrivão fazer as oitivas, registrando as respostas nos termos de declarações. Como o volume de pessoas a serem ouvidas costuma ser maior (não há tantos crimes que envolvem análise de documentos apenas, como no âmbito federal), essa atividade de ouvir as pessoas (policiais militares que realizaram as prisões, vítimas, testemunhas) é bastante comum na prática, para a maior parte das Delegacias. O Oficial/Escrivão também pode participar de atividades próprias de investigador, mas é pouco comum essa possibilidade no cotidiano, pois o trabalho de Cartório demanda muito do policial, que ainda pode ficar responsável pelo registro dos boletins de ocorrência (BOs). Em resumo, haverá muito trabalho no computador, muita produção e recebimento de documentos e pouco serviço operacional, em regra – se não é esse seu perfil, procure o cargo de investigador.
- **Papiloscopista / Perito Papiloscopista (PC)**: Já descrevemos as funções próprias de Papiloscopista quando falamos do cargo na Polícia Federal. Nas Policiais Civis as atribuições são as mesmas, mas com a diferença de que em alguns Estados o cargo faz parte dos órgãos de Polícia Científica, que são separados da Polícia Civil. Como regra geral, na Polícia Civil há mais trabalho de comparação entre impressões digitais e documentos (até por demandas vindas de processos cíveis, como aqueles que envolvem contratos com assinatura por digital). Os Papiloscopistas podem, em tese, realizar outros trabalhos policiais, mas em regra ficam apenas na atividade específica do cargo, sendo ainda mais difícil a convocação para outras atividades policiais do que na Polícia Federal.
- **Auxiliar de Papiloscopia (PC)**: Em alguns Estados, como São Paulo, existe o cargo de Auxiliar de Papiloscopia, que é de nível médio e atua no apoio às atividades das perícias papiloscópicas, ajudando na coleta das impressões digitais, preparando materiais para o trabalho e auxiliando na análise. O cargo também é da carreira policial, tendo porte de arma e podendo atuar em outras atividades – embora seja demandado nas suas atividades próprias principalmente.
- **Auxiliar de Necropsia (PC)**: Também presente em alguns Estados, principalmente nos maiores (SP, RJ etc), o cargo é responsável por prestar atividades de apoio para o perito médico legista. Isso inclui preparação dos cadáveres (lavagem e higienização, remoção de amostras para análise, documentação, preparação do corpo para enterro após a autópsia) e de ferramentas para as perícias. Em resumo, o trabalho braçal, fican-

do o médico legista, muitas vezes, apenas com a análise para elaboração do laudo final. Também é um cargo da carreira policial, com porte de arma e possibilidade de atuar em outras atividades, mas, novamente, não se deve esperar serviço diferente daquele próprio do cargo. O cargo usualmente é de nível médio, havendo, contudo, locais em que há se exige apenas nível fundamental. Há um curso de formação que ensina as funções, não sendo necessária experiência profissional.

- **Agente de telecomunicações (PC)**: cargo de nível médio, também da carreira policial, como os anteriores, o que significa ter porte de arma, treinamento e possibilidade de atuação em outras atividades. Trabalha, por óbvio, com telecomunicação, o que envolve prioritariamente prestar apoio às operações policiais permitindo adequada comunicação entre as equipes por meio dos rádios, das viaturas, helicópteros ou móveis, além do cuidado com os equipamentos que ampliam os sinais e permitem que a rede funcione, o que envolve informatização atualmente. A lotação dos agentes é pensada tendo em mente a necessidade das atividades próprias do cargo, de maneira que se deve considerar que se atuará nas atividades fins do cargo. Há curso de formação para aprender as atividades, não sendo necessária formação específica ou experiência profissional anterior – somente se deve destacar que há questões nas provas sobre as atribuições, o que demanda algum estudo.
- **Fotógrafo Pericial (PC)**: cargo presente em algumas policiais civis, principalmente nas maiores, exige nível médio e compõe a carreira policial, nos mesmos modelos e com mesmas garantias dos demais (porte de arma, participação em outras atividades etc.), sendo que não se exige conhecimento prévio ou experiência (além do conhecimento para a prova, é claro). As atribuições envolvem apoio à atividade pericial, fotografando locais de crime (dos mais diversos – mortes violentas, acidentes de trânsito, furtos com arrombamento, incêndios, desabamentos, apreensão de entorpecentes) e perícias em laboratório, para auxiliar nos laudos periciais, para convencimento quanto à materialidade dos crimes. Há curso de formação para aprender as técnicas de fotografia necessária, além de outras habilidades próprias para a carreira policial, mas é exigido certo conhecimento na prova do concurso.
- **Desenhista Pericial (PC)**: idem ao cargo de fotógrafo quanto ao nível médio, garantias e curso de formação. As atribuições envolvem o apoio às perícias, mas através de desenhos ao invés de fotografias, que representam locais de crime, necessários para os laudos periciais – que atestam a materialidade dos crimes, para fins de convencimento das autoridades (por exemplo, realizar um desenho que demonstre as condições de um local de incêndio, para demonstrar que se tratou de um crime, por dolo ou negligência). Não há necessidade de curso prévio ou experiência anterior, mas na prova são exigidos conhecimentos, o que demanda alguma familiaridade ou estudo específico. Na prática, os desenhos são realizados usando também softwares, o que significa que não é preciso ser um exímio desenhista à mão livre.
- **Praça de Polícia (PM)**: Há o ingresso nos quadros como aluno-soldado, passando a Soldado da Polícia Militar após o final do curso de formação. Os postos da carreira de praça são, de acordo com a lei nacional (Lei 14751/2023), aluno-soldado -> soldado -> cabo -> aluno-sargento -> terceiro-sargento -> segundo-sargento -> primeiro-sargento -> subtenente. Como se pode notar, há necessidade de curso para ser promovido de cabo para sargento. A progressão na carreira pode ocorrer por antiguidade ou merecimento (também é possível por ato de bravura). O trabalho dos praças da Polícia Militar é a realização do trabalho operacional e ostensivo da Polícia Militar, envolvendo prevenção de crimes e manutenção da ordem pública (através de rondas, polícia comu-

nitária, prisões em flagrante). Há também o trabalho de Polícia Judiciária, como as Polícias Federal e Civil, mas apenas quanto aos crimes militares. As Polícias Militares atuam também como polícia rodoviária e de trânsito, mas de forma complementar, quando não seja competência federal ou dos agentes de trânsito (estaduais ou municipais). Também há atuação como Polícia Ambiental, que pode ser especializada, a depender do Estado. Há também trabalho técnico e de inteligência, como levantamento de dados estatísticos quanto à ocorrência de crimes. Na prática, o trabalho dos policiais militares é o mais operacional entre todas as polícias, pois envolve atuação na linha de frente da repressão à criminalidade, muitas vezes sem a possibilidade de prévio planejamento e sem muitas informações, como ocorre com a Polícia Federal. Os Policiais Militares, principalmente dos grupos táticos (que são compostos por policiais selecionados após rigoroso curso e seleção), são aqueles que mais se envolverão em confrontos, inclusive com troca de tiro, tornando a carreira a mais arriscada da carreira policial – e a mais "emocionante" e "operacional" para quem sonha com isso (e depois entra em outros órgãos policiais, pelo salário maior, ficando frustrado). Claro que há também trabalhos administrativos, pois o órgão precisa se manter, mas essa não é a regra. Além das atividades de policiamento ostensivo, polícia comunitária e polícia judiciária militar, a PM também atua como quadro reserva das Forças Armadas, podendo ser convocada em casos de conflitos para atuar em funções próprias, além de prestar apoio às demais Policias em operações policiais, bem como nas atividades de inteligência e análise.

- **Oficial de Polícia Militar (PM)**: O quadro de oficiais começa com aluno-oficial, seguindo com a graduação de cadete e aspirante a oficial, que compõem as chamadas praças especiais, intermediárias entre praça e oficial propriamente. Após a realização do devido curso, as graduações começam com os oficiais subalternos (segundo-tenente e primeiro-tenente), intermediários (capitão) e superiores (major, tenente-coronel e coronel). Além disso, deve-se destacar que há: 1 – o quadro de Oficiais de Saúde, próprio para os graduados nessa área (Medicina, Enfermagem etc.), cuja atuação é exclusiva na área especializada, para apoio á atividade do órgão (exames para fim de aposentadoria, para permitir atividade física policial, para os TAFs necessários, para acompanhamento dos policiais etc.); 2 – o quadro de Oficiais Especialistas, composto por oficiais que são promovidos dentre os praças, após realização de curso militar específico, que podem progredir até a graduação de tenente-coronel, sendo que sua atividade envolve tanto a atividade-fim, na atuação ostensiva, quanto à atividade meio, nos campos de especialização (Músico, Capelão) e 3 – quadro de Oficiais de Estado-Maior, em que estão os policiais responsáveis pela direção e fiscalização dos demais praças, comandando o efetivo para a realização das atividades fim da Polícia Militar, inclusive na Direção geral do órgão. A Lei 14751/2023 passou a exigir o diploma de Direito para o quadro de Oficial de Estado-Maior. O ingresso nos quadros de Oficiais pode ocorrer diretamente através de concurso ou por promoção de praças, nos termos da legislação de cada ente federativo. Em qualquer caso, há o necessário curso de formação, para aprender também as atribuições próprias do Oficial. Os Oficiais de Saúde e Especialistas, como dito, atuam necessariamente ou em regra nas atividades específicas, não atuando diretamente no policiamento. Os Oficiais de Estado-Maior podem vir a atuar diretamente no policiamento, em casos especiais, mas sempre no comando dos demais policiais.
- **Bombeiro Militar (BM):** O quadro de bombeiro militar é dividido em praças e oficiais, com as mesmas regras acima, que não repetirei. A diferença é que para os Oficiais de Estado-Maior não é necessário o curso de Direito necessariamente, dependendo das normas de cada Estado, nos termos da Lei 14751/2023. Assim como na PM, os

Oficiais são responsáveis pelas atividades especializadas e pela direção e chefia dos demais bombeiros. Os bombeiros militares tem como atribuições principais a prevenção e extinção de incêndios (o que envolve também as perícias), atendimento de emergências, buscas, salvamento e resgates. Além disso, também tem atuação na área de defesa civil, inclusive de maneira preventiva, com estudos e perícias, bem como na proteção ambiental, em relação ao combate e prevenção de incêndios florestais. Atuam ainda de maneira preventiva na realização de vistorias, licenciamento e fiscalização de edificações, eventos e locais de circulação e concentração de público, além de áreas de risco. Além disso, há diversas outras atribuições, como coletas de dados e geração de relatórios estatísticos, fiscalização de transporte de produtos perigosos e apoio e fiscalização de brigadas de incêndios e empresas particulares que atuam na área de prevenção de incêndios. Além da função óbvia e principal de combate de incêndios, na prática há diversas outras atividades rotineiras, como ajudar no transporte de pessoas acidentadas, resgate de pessoas (desparecidas em matas, perdidas em naufrágio etc.) e até animais domésticos (a clássica história do gato na árvore, mas claro que não apenas isso), além de trabalhos administrativos, como manutenção das viaturas e equipamentos, e treinamentos.

- **Policiais Penais (Depens)**: como falado, existem os Agentes Penais, que são responsáveis diretamente pelas atividades-fim do órgão, e o quadro de apoio, geralmente composto por profissionais de áreas específicas, como Medicina, Psicologia, Serviço Social, Contador e Engenheiro Civil. Quanto ao cargo de Agente, o Policial Penal é o responsável pela segurança e vigilância das unidades prisionais, o que inclui prevenção de fugas, controle de acessos e monitoramento dos presos e demais pessoas que frequentam as unidades (as visitas). São os responsáveis pelo recebimento dos presos quando de seu ingresso, zelando pela adequada alocação nas celas (para evitar que presos de diferentes facções fiquem juntos, por exemplo) e pelo cumprimento da pena, inclusive com a aplicação de medidas em caso de descumprimento das normas da Execução Penal, com os chamados PADs, sujeitos à análise do Juiz da Execução. Cuidam da custódia dos presos durante os deslocamentos (para consultas médicas externas, para audiências e transferências de presídio). Também intervém em caso de conflitos dentro das unidades, mantendo a ordem. Há, é claro, atividade administrativa e burocrática, para manutenção das unidades (insumos, comida, obras e outros, nos quais há necessidade de fiscais de contrato e execução) e registro dos dados pertinentes ao trabalho (ficha dos presos, registro de visitas e outros). Há alguns anos os policiais penais passaram a ter direito ao porte de arma fora de serviço, como os demais policiais. A atividade, na prática, costuma ser feita em plantão, no qual as equipes trocam serviço, fazendo o relato da situação dos equipamentos e dos presos – em cada plantão pode haver revistas nos pavilhões, para procurar objetos ilícitos (drogas, armas, inclusive improvisadas, celulares) e danos às estruturas da unidade (tentativas de túneis para fuga ou entrada de objetos), além de ser comum o acompanhamento das atividades da rotina diária dos presos (banho de sol, horários das refeições, trabalho, recolhimento às celas, saída e retorno dos presos com direito ao trabalho externo, visitas, consultas, audiências por videoconferência e atendimento com advogados e outros). No que se refere às diferenças de atuação nos presídios federais e estaduais, os federais costumam ser mais organizados e menos lotados, sendo as condições de trabalho melhores. Cada Estado pode ter particularidades, mas o trabalho, de forma geral, não muda muito, seja a penitenciária federal ou estadual.
- **Guarda Municipal (GCM)**: as atribuições do cargo de Guarda Municipal mudam

muito, a depender da cidade e da especialização interna que possa haver, principalmente nos grandes centros. De forma geral, são atividades típicas rondas preventivas, para garantia da ordem em lugares de relevância para o município, como próximo às escolas, prédio públicos e praças, evitando dano ao patrimônio público, atendimento de ocorrências de menor complexidade, como perturbação do sossego e acidentes de trânsito, além de auxílio para garantia da ordem em eventos públicos, inclusive protegendo autoridades. Também há atendimento às demandas da população, encaminhando o que não seja de suas atribuições, bem como atuação educativa. A depender do Município pode haver convênios para auxílio nas atividades de trânsito e mesmo no apoio ao policiamento ostensivo. Considerando que existem milhares de municípios, mais informações devem ser buscadas quando da abertura de cada concurso sobre a realidade local. Há crescente flexibilização quanto ao porte de arma, permitindo inclusive com permissão nas cidades menores e fora de serviço. Como já afirmado, o STF entendeu que as Guardas integram o sistema de Segurança Pública, o que significa que possuem poder de polícia, mesmo que residual e excepcional, dentro de suas competências – o que permite, por exemplo, a realização de buscas pessoais e prisões em flagrante sem que haja nulidades, desde que em contexto que atraia sua atuação.

Quanto às **fases dos concursos**, as provas geralmente são prova objetiva e prova discursiva (depende da instituição, sendo menos comum essa fase nos concursos da PM, Bombeiros e Guarda Municipal). Em alguns casos, raramente, pode haver previsão de alguma forma de prova de títulos. O que diferencia os concursos dessa área são as etapas de teste de aptidão física (TAF) e avaliação psicológica (TAP ou "psicotécnico"). A fase do TAF é mais rigorosa do que em qualquer outra área de concursos (exceto militares), mudando de órgão para órgão, mas usualmente envolvendo provas de barra, corrida de 12 minutos e abdominais (podendo haver diversos outras, como *shuttle run* – corrida de ir e vir -, natação, provas de equilíbrio como andar sobre barras, flexão de braço  e teste de impulsão horizontal). Assim, além dos estudos é importante manter uma preparação física mínima, sendo bastante comum a eliminação nos testes físicos – principalmente porque pode ocorrer de a instituição endurecer os testes em relação ao concurso anterior (a Polícia Federal já fez isso algumas vezes, oscilando quanto à dificuldade do teste de natação, por exemplo – assim fui reprovado em 2009). Quanto à avaliação psicológica, pode ser que a instituição não a aplique, mas há muitas carreiras que possuem previsão em lei, sendo que a depender dos testes escolhidos e dos critérios mínimos para aprovação pode ser alto o índice de reprovação. Por tal razão, deve-se procurar informações a respeito do funcionamento da avaliação psicológica, sendo que há sites na internet dedicados ao tema. Além do TAF e TAP, nessa área é comum a fase do curso de formação ser eliminatória (ou até mesmo classificatória, como na Polícia Federal), o que demanda grandes esforços até a nomeação, pois o curso de formação é pesado e há provas tanto escritas quanto físicas.

Por fim, no que se refere ao **custo-benefício**, depende muito da carreira, com os salários da Polícia Federal e Rodoviária Federal e algumas Polícias Estaduais (como no DF) sendo mais altos do que a média do funcionalismo. As Polícias Civis, em regra, ganham melhor que as Polícias Militares e Bombeiros, que ganham mais do que as Guardas Municipais, mas é preciso analisar caso a caso (e comparando entes diferentes a análise é mais complexa). As principais vantagens das carreiras policiais são a aposentadoria diferenciada (não irei me aprofundar, pois o tema é complexo e muda a depender do ente federativo e da carreira, mas há possibilidade de aposentadoria com menores limites de idade e com melhores proventos do que as carreiras públicas em geral) e a realização de plantões. Quanto aos plantões, em geral

não são remunerados, mas permitem o gozo de folgas por maiores períodos depois, permitindo maior flexibilidade – em casos específicos permitem até que o policial more em outro Estado, indo ao trabalho apenas na época dos plantões. Por outro lado, as carreiras policiais são de dedicação exclusiva, só permitindo como atividade extra a de professor, a depender do cargo. Também são cargos com maior risco, principalmente nas Polícias Militares.

Aqui tratamos dos aspectos essenciais das carreiras, sendo que maiores detalhamentos podem ser facilmente encontrados na internet (redes sociais, You Tube, páginas de cursinhos etc.), sendo a área policial uma daquelas com maior conteúdo disponível.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 7/10 (pela quantidade de etapas e dificuldade do TAF, avaliação psicológica e cursos de formação – a dificuldade das provas varia a depender do órgão)

**Quantidade de trabalho**: 7/10 (depende muito do órgão e da dedicação que se tem no exercício da profissão)

**Benefícios**: 6/10 (depende do órgão, sendo essa pontuação para os órgãos federais, para os demais seria menor, só tendo como maiores vantagens a aposentadoria e os plantões, onde eles são vantajosos)

**Características**: A área de Segurança Pública oferece diversos cargos acessíveis a graduados de qualquer área (especialmente PF, PRF, DEPEN e Polícias Civis), além de PM, Bombeiros, Polícias Penais e Guardas Municipais, variando em atribuições entre investigação, policiamento ostensivo, gestão prisional e defesa civil. Em regra, exige-se nível superior (com prazos de adaptação para PM/BM) e, conforme o órgão, CNH; os conteúdos de prova combinam núcleo comum (Português, RLM, Informática e Direito) com disciplinas específicas (Trânsito na PRF, Execução Penal nos Depens, legislações locais nas estaduais/municipais). Os concursos costumam incluir objetiva e discursiva, mas se destacam pelo TAF rigoroso, avaliação psicológica e curso de formação eliminatório/classificatório. As rotinas vão de atividades burocráticas e de análise a operações de campo, com maior "ação" em PM/BM e unidades táticas, e perfis mais analíticos em PF/PC. O custo-benefício varia muito: PF/PRF e alguns estados (ex.: DF) pagam acima da média; em geral, PCs ganham melhor que PM/BM, e Guardas recebem menos. As vantagens típicas incluem aposentadoria diferenciada e regime de plantões (que dá flexibilidade), contrapostas por maior risco e dedicação exclusiva.

### 7.2.3 – Área dos Tribunais e Ministério Público

Link

Além do cargo de Analista Judiciário, formado em Direito, sobre o qual comentamos, nos Tribunais e Ministério Público existem cargos que exigem qualquer graduação ou mesmo nível médio. São os cargos de Analistas (exceto os da área jurídica) e Técnicos. São bem concorridos, pelas boas condições de trabalho e vantagens, entre as melhores para nível médio e mesmo nível superior, a depender da graduação.

Quanto às **oportunidades**, tais cargos existem em todos os Tribunais, inclusive os Superiores, assim como em todos os órgãos do Ministério Público. Logo, no Judiciário há oportunidades em todos os Tribunais de Justiça, Federais, Regionais do Trabalho, Militares, Eleitorais, Superiores (STJ, STF, TST, STM e TSE), além de nos órgãos administrativos (Conselhos, como CJF e CNJ). Já no Ministério Público há oportunidades em todos os Ministérios Públicos Estaduais e nos diversos ramos do Ministério Público da União, além de nos órgãos administrativos, como o CNMP.

Em termos de **divisão**, os cargos que podem ser prestados por qualquer área são:

- **Analista Administrativo**: Como regra geral, é necessária graduação em qualquer área, mas a depender do Tribunal ou MP pode ser exigido bacharelado ou graduação em áreas específicas. O cargo atua nas atividades meio do Tribunal ou MP (aquelas que não envolvem diretamente a atividade-fim do órgão). Em termos mais práticos, isso envolve áreas como recursos humanos, aquisição e controle de patrimônio, atividades financeiras e orçamentárias, fiscalização de contratos, finanças, controle interno e auditoria. Há lotação em áreas específicas, como RH e Departamento Financeiro, e as atividades são, por exemplo, movimentar processos administrativos e gerar expedientes, com elaboração de pareceres, certidões, relatórios, atendimento à população quanto a atividades administrativas, gestão de projetos etc. Em resumo, tudo necessário para o funcionamento do órgão, exceto a atividade-fim.
- **Técnico Judiciário / Ministerial**: até recentemente o cargo de Técnico dos Tribunais podia ser prestado por qualquer pessoa com nível médio. Contudo, após a Lei 14.456/2022 na área federal a exigência passou a ser de nível superior – o que significa que apenas nos Tribunais de Justiça, estaduais, é que ainda pode continuar a ser exigido apenas nível médio. A lei foi objeto de questionamento, por conta da iniciativa de sua criação, mas o STF a entendeu válida. Essa é uma importante mudança, que precisa ser acompanhada para novos concursos. Em termos de atribuições, na teoria o Técnico ficaria com as funções de menor complexidade, enquanto o Analista ficaria com os trabalhos mais difíceis. Na prática, a atuação de ambos é praticamente a mesma, sendo a divisão de tarefas feita com base nas aptidões e habilidades dos servidores, até porque a maior parte dos Técnicos já possui ou está cursando nível superior. Portanto, serve o que foi descrito para Analista, sendo que o Técnico Judiciário/Ministerial pode ainda ser colocado para atividades de apoio nos processos judiciais, auxiliando como se Analista Judiciário fosse, também na atividade fins. Na prática, portanto, a diferença é que o Técnico ganha menos. Assim como Analista, o Técnico pode ocupar funções de confiança, com melhores remunerações (e mais responsabilidades, claro).
- **Agente de Polícia Judicial / Técnico Especializado em segurança e transporte / Técnico em Segurança Institucional**: Trata-se de Técnico com especialização, responsável pela segurança institucional dos Tribunais e do Ministério Público. É responsável pela segurança dos magistrados/promotores, servidores e demais usuários da Justiça/MP, além de atuar para manter a integridade do patrimônio do órgão, bem como colaborar para estabelecer os planos de segurança das unidades. O cargo exige usualmente apenas Ensino Médio, além de CNH (necessária, pois o profissional dirigirá frequentemente carros nas suas atribuições). O profissional pode portar arma institucional em serviço ou em sobreaviso, inclusive de forma ostensiva, caso haja autorização. Por enquanto não há autorização para porte fora do trabalho, embora seja uma demanda da categoria. Além da atividade própria de segurança, o Agente pode

exercer atividades próprias dos cargos de Técnico, sendo lotado em outra área. Caso continue exercendo as atividades próprias do cargo, continuará a receber a Gratificação por Atividade de Segurança.

Além desses cargos gerais, temos também os **cargos especializados**, como os da área de contabilidade, saúde, informática e engenharia. Existe a possibilidade tanto de Analistas quanto Técnicos de áreas especializadas, a depender dos Tribunais. Esses cargos, contudo, exigem formação específica, não entrando na discussão dessa seção, voltada para qualquer graduação.

Em termos de **requisitos**, como dito, os cargos de Analista exigem graduação em qualquer área, mas a depender do Tribunal ou MP pode ser exigido bacharelado ou graduação em áreas específicas, enquanto para o cargo de Técnico é exigido nível médio, mas com tendência de exigência de nível superior no futuro – o que precisa ser acompanhado.

Quanto às **disciplinas**, os concursos costumam exigir, para quase todos os cargos e órgãos, um núcleo comum de disciplinas, composto por Português, Direitos Administrativo e Constitucional, Ética e Raciocínio Lógico. Geralmente são cobrados outros conteúdos, a depender do cargo e órgão, como outras áreas do Direito (Civil, Penal, Processual etc.) e informática, além de legislação própria do órgão, sendo recomendado ver concursos anteriores do órgão.

Em relação à **dificuldade**, a cobrança das disciplinas para os cargos de Técnico costuma ser menos aprofundada, com menos jurisprudência, por exemplo. Isso não significa mais facilidade do concurso, contudo, pois a quantidade de inscritos para Técnico costuma ser maior, com os candidatos que fazem a prova para Analista também fazendo o concurso, que costuma ser marcado em turnos diferentes para permitir que isso ocorra.

No que se refere às **fases** do concurso, geralmente envolvem prova objetiva apenas ou prova objetiva e discursiva, com realização no mesmo dia. Depende do órgão e do cargo. Em alguns órgãos pode ocorrer prova de títulos, embora não muito comum. Fora isso, presentes as etapas normais para cotas (heteroidentificação para cotas raciais e exame pericial para PNE). Para o cargo de Técnico em Segurança Institucional / Agente de Polícia Judicial costuma haver, além disso, Teste de Aptidão Física (TAF).

Sobre as **atribuições**, já foram descritas na parte da divisão dos cargos, mas acrescento que os cargos são, em regra, bastante burocráticos, com o nível de repetição ou complexidade mudando a depender do setor e atividade que for atribuída. A exceção talvez seja o cargo de Agente de Polícia Judicial / Técnico em Segurança Institucional, que pode realizar atividades externas e ter um trabalho não tão repetitivo, a depender da unidade que trabalhe.

Finalmente, quanto ao **custo-benefício**, trata-se de uma área com boas vantagens financeiras, destacando-se em relação a cargos com atribuições semelhantes no Executivo, por exemplo, pelas melhores gratificações e benefícios. O Judiciário e o Ministério Público, em geral, possuem vantagens interessantes como bons valores de auxílio-alimentação e planos de saúde. Além disso, é relativamente comum conseguir funções de confiança, que contribuem para melhores remunerações. Há boa estabilidade nos cargos, sendo a Justiça um dos Poderes do Estado, com sua independência e autonomia financeira. A depender do local haverá mais

trabalho, desvantagem para aqueles que continuam estudando, mas, em geral, é possível se trabalhar apenas durante o horário do expediente (que costuma ser em horas corridas, o que também pode ser visto como uma vantagem).

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 6/10 (pela alta concorrência)

**Quantidade de trabalho**: 7/10 (depende muito de onde se irá trabalhar)

**Benefícios**: 7/10 (depende do cargo)

**Características**: Nos Tribunais e no Ministério Público, além do Analista Judiciário de Direito, há vagas muito disputadas para Analistas (não jurídicos) e Técnicos, presentes em todos os ramos — TJs, TRFs, TRTs, TREs, STM, STJ, STF, TST, TSE e órgãos administrativos (CNJ, CJF, CNMP), bem como MPs estaduais e MPU. Os Analistas exigem graduação (em geral, qualquer área); os Técnicos tradicionalmente pediam nível médio, mas na esfera federal passaram a exigir nível superior (Lei 14.456/2022), tendência que pode se expandir. Há ainda o Agente de Polícia Judicial/Técnico em Segurança Institucional, normalmente de nível médio com CNH e TAF, voltado à segurança de pessoas e patrimônio. As provas costumam incluir objetiva e, às vezes, discursiva, cobrando um núcleo comum (Português, Constitucional, Administrativo, Ética, RLM) e conteúdos específicos/legislação do órgão; a concorrência para Técnico é alta. As rotinas são majoritariamente burocráticas e de apoio às áreas-meio e, em alguns casos, à atividade-fim; funções de confiança elevam responsabilidades e remuneração. O custo-benefício é atrativo (auxílios, planos de saúde, estabilidade e jornada em horas corridas), destacando-se frente a cargos equivalentes no Executivo.

### 7.2.4 – Área de Controle

Outra área muito procurada e com excelentes benefícios, entre as melhores fora do Direito, a área de Controle é valorizada, assim como a Fiscal, pela atuação no controle dos gastos públicos. Assim como na área fiscal, há excelentes oportunidades para qualquer graduação.

Em termos de **divisão** nesta área, temos no âmbito federal:

- **Tribunal de Contas da União (TCU)**: com os cargos principais de Auditor Federal de Controle Externo e Técnico Federal de Controle Externo. O cargo de Auditor possui maior remuneração, sendo exigido nível superior, inclusive tecnólogo, havendo também áreas especializadas, para graduações específicas. O cargo de Técnico é de nível médio. A diferença salarial é da casa dos R$ 9.000,00, em média, entre os cargos.
- **Controladoria-Geral da União (CGU)**: os cargos são Auditor Federal de Finanças e Controle e Técnico Federal de Finanças e Controle. Assim como no TCU, acima explicado, para Auditor é preciso nível superior e para Técnico nível médio, existindo também áreas para formações específicas. A diferença salarial entre os cargos é ainda maior que no TCU (em torno de R$ 12.000).

- **Secretaria do Tesouro Nacional (STN)**: os cargos são Auditor Federal de Finanças e Controle / Auditor Fiscal do Tesouro Nacional e Técnico do Tesouro Nacional. Como antes, o cargo de Auditor é de nível superior, qualquer graduação, enquanto o de Técnico é de nível médio. Nos termos do último concurso, há divisão entre áreas, como econômica, contábil e tecnologia da informação, mas não são exigidos diplomas específicos (embora, é claro, ter formação próxima ao conteúdo das provas irá ajudar). A diferença salarial entre os cargos de Técnico e Auditor é semelhante a da CGU.

Nos Estados temos os **Tribunais de Contas Estaduais** (TCEs) e **Tribunais de Contas dos Municípios** (nos Estados de Bahia, Goiás e Pará), com cargos de Auditor de Controle Externo e Técnico de Controle Externo (a denominação muda a depender do Estado), equivalente aos cargos federais. Também existem as **Controladorias-Gerais Estaduais**, com estrutura de cargos semelhantes à CGU e aos TCEs (a denominação varia, mas são basicamente um cargo de Auditor, nível superior, e um Técnico, nível médio). Os salários variam a depender do Estado, podendo chegar próximo ao teto do funcionalismo em alguns lugares (São Paulo, para Auditor de Controle Externo do TCE), mas, sendo, em geral, abaixo dos valores federais – e os cargos de nível médio com menor remuneração.

Por fim, no âmbito municipal, temos somente os **Tribunais de Contas Municipais** de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo inconstitucional a criação de outros. Nesses municípios há estrutura de cargo também com divisão semelhante aos TCEs. Existem também as **Controladorias-Gerais Municipais**, que podem estar organizadas ou não, a depender do município, sendo que não é garantido que haja concurso específico – a situação nos municípios varia muito, pois há realidades financeiras e de organização totalmente distintas.

Quanto à **STN**, é o órgão central da Contabilidade Pública nacional, sendo responsável pela distribuição dos recursos, de acordo com a Lei, atuando também na execução da política fiscal.

Como já afirmado, os concursos da área fiscal costumam aceitar pessoas de **qualquer graduação, inclusive os cursos de tecnólogo**. Se ainda não possui graduação e quer saber qual a melhor graduação para se preparar para o concurso da área, eu diria Direito ou Contabilidade novamente (como na área fiscal), incluindo talvez as graduações da área de Tecnologia. Mas, novamente, não recomendaria esses cursos – para a área de Direito existem outros concursos menos disputados e com vantagens iguais ou melhores e o curso de Contabilidade é extenso, sendo mais interessante estudar para os concursos desde o começo da graduação e fazer um curso de tecnólogo, por ser mais curto, mantendo o estudo desde o início do curso.

As **disciplinas** principais da área de controle são LRF, AFO, Auditoria Governamental, Contabilidade Geral e Pública, Tecnologia da Informação, além de legislação própria de cada órgão. Em segundo lugar temos as disciplinas básicas, que costumam ser cobradas em todas as provas, embora geralmente com menor pontuação: Português, Matemática Financeira, Estatística, Raciocínio Lógico, Direito Constitucional e Direito Administrativo. Existem outras disciplinas, a depender do cargo e do concurso, como Direito Civil, Empresarial e Economia. Deve-se destacar que cada Estado e Município possui legislação tributária própria, com estudo específico recomendado quando já há edital.

Quanto às **atribuições** dos cargos, o plano de carreira do TCU está na Lei 10.356/2001

e as atribuições dos cargos da CGU estão na Lei 9.625/98 (e as das demais carreiras em leis próprias, estaduais e municipais). Além disso, as atribuições dos órgãos decorrem da própria Constituição, que prevê o sistema de controle da Administração, bem como da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000). Na prática, o trabalho envolve a análise dos gastos públicos, analisando se foram feitos de maneira legal, racional e economicamente adequada. São focos principais os processos de licitação (compras, vendas e obras), admissão de pessoas no serviço público e contas anuais (diretrizes orçamentárias, aprovadas pelo Legislativo e executadas pelos órgãos, em especial o Executivo). Essa atuação geralmente ocorre posteriormente à realização dos atos, mas também há atuação preventiva (compliance). O TCU e os TCEs são órgãos gerais de fiscalização e controle das contas, de todos os Poderes, enquanto a CGU e as CGEs são órgãos do controle interno do Poder Executivo. Sendo ainda mais específico, no dia a dia dos cargos, como regra geral, os Auditores fazem as atividades fim dos órgãos (auditorias e inspeções, relatórios de análise das contas, relatórios de fraudes e desvios de recursos), enquanto os técnicos atuam nas atividades meio, de natureza administrativa (voltadas para a gestão do próprio órgão e seu pessoal). O trabalho em todos os órgãos envolve bastante trabalho interno, que a depender da instituição pode ser feito em teletrabalho, na análise de documentos, havendo também trabalho externo, nas auditorias e inspeções (em menor quantidade). A quantidade de trabalho é alta, considerando a imensidão do orçamento e a enorme quantidade de gastos.

As **fases** dos concursos, por sua vez, geralmente são prova objetiva e discursiva, além de prova de títulos (nem sempre existente, devendo se consultar os últimos concursos). Geralmente são convocados para as provas discursivas apenas os melhores colocados na prova objetiva, com corte na quantidade de candidatos, sendo a prova composta por questões dissertativas de conhecimentos gerais e específicos. Também pode haver curso de formação como parte do concurso (caso em que há uma bolsa para os participantes, geralmente de metade do valor dos vencimentos do cargo).

No que se refere ao **custo-benefício**, como afirmado, a área é das mais vantajosas fora do Direito. Como fiscal das receitas, há poder de barganha e influência, o que faz as vantagens do cargo não ficarem muito tempo defasadas. Além dos salários, que costumam ser dos mais altos do funcionalismo em cada ente estatal, há outras vantagens, como adicionais e gratificações (de produtividade, por exemplo). Auditores do TCU/CGU/TCEs em regra podem advogar, apenas não podendo contra o interesse do órgão. A quantidade de trabalho é alta, sendo que a complexidade das fraudes e desvios é crescente. Como já afirmado quanto à Receita, embora sejam os órgãos federais os mais procurados, existem excelentes oportunidades nos Estados (e mesmo municípios), que podem trazer custo-benefício melhor, com menos trabalho e até melhores vantagens financeiras.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 7/10

**Quantidade de trabalho**: 8/10

**Benefícios**: 8/10

**Características**: A área de Controle é uma das mais valorizadas e vantajosas fora do Direi-

to, atuando na fiscalização dos gastos públicos e oferecendo cargos de alto prestígio, como Auditores e Técnicos nos órgãos federais (TCU, CGU, STN), estaduais (TCEs, CGEs) e, de forma mais restrita, municipais (TCMs de SP e RJ, além de algumas controladorias locais). Os concursos, que em geral aceitam qualquer graduação — inclusive tecnólogos —, cobram principalmente LRF, AFO, Auditoria, Contabilidade, TI, além de Português, Constitucional e Administrativo. Os Auditores (nível superior) realizam atividades-fim, como auditorias e relatórios de fraudes, enquanto os Técnicos (nível médio ou superior, a depender do órgão) atuam em apoio administrativo. As provas costumam envolver objetiva, discursiva e, às vezes, títulos e curso de formação. O trabalho é majoritariamente interno, com possibilidade de teletrabalho, mas também inclui inspeções externas. Em termos de custo-benefício, trata-se de uma das áreas mais atrativas, com altos salários, gratificações, estabilidade e crescente relevância diante da complexidade dos gastos públicos, sendo comparável à área fiscal e igualmente procurada.

### 7.2.5 – Área Bancária e Financeira

Área tradicional dos concursos públicos, que já foi uma das mais prestigiadas do Brasil, o setor bancário ainda possui muitas vagas e é opção de muitos candidatos, seja como cargo intermediário ou final. Embora não tenha mais tantos benefícios em comparação a outras áreas, ainda é uma boa área, com possibilidades interessantes quanto à carga horária.

Em termos de **divisão**, temos como principais e mais conhecidos concursos os da Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB), de âmbito federal. Mas há outras oportunidades interessantes, seja em bancos propriamente, seja em áreas financeiras afins. No âmbito federal temos, além dos já citados, os concursos do BNDES, Banco Central (Bacen), CVM, Susep e Previc. Além disso, temos os bancos estaduais/regionais e de desenvolvimento, como Banco da Amazônia (Basa), Banco do Nordeste (BNB), Banco de Brasília (BRB), Banco do Rio Grande do Sul (Banrisul), dentre muitos outros. Não há instituições financeiras municipais, embora existam os chamados bancos municipais comunitários, que trabalham com moeda social e podem ser organizados na forma de Organização da Sociedade Civil (OSC) ou fazer parte da administração local – de qualquer maneira não é comum haver concursos para esses bancos comunitários, razão pela qual os cito apenas como curiosidade.

Os **cargos** oferecidos nos concursos bancários geralmente são os de Técnico Bancário ou Escriturário. Para esses cargos é preciso apenas nível médio, sendo essa uma das grandes vantagens dessa área de concursos. Geralmente os concursos são divididos entre área comercial e área de tecnologia, sendo que para ambos é preciso nível médio. É possível, contudo, também concursos de nível superior para os bancos, principalmente em áreas específicas, como Contabilidade, Direito, Medicina e Engenharia. No **BNDES** o cargo de nível médio é o de Técnico Administrativo – há também os cargos de Profissional Básico no BNDES, mas que exigem cursos de graduação específicos, como Engenharia, Contabilidade, Economia e Administração. Na **CVM** os cargos que podem ser prestados por qualquer área de graduação são os de inspetor e analista, sendo que há divisão entre áreas como gestão, mercado de capitais e tecnologia da informação (além de áreas que exigem diplomas específicos, como a de Contabilidade) – a diferença é que o cargo de inspetor é, historicamente, o responsável pelas inspeções in loco, enquanto o analista fica principalmente com as análises documentais (na

prática essa diferença quase não existe, pois cada vez menos o trabalho envolve atividades presenciais nos lugares). Além disso, na CVM existe o cargo de Agente Executivo, que exige nível médio. No **Banco Central**, por sua vez, os cargos são os de Analista e Técnico (além de procurador, que é carreira jurídica). O cargo de Analista é para qualquer graduação e o de técnico para nível médio. Na **Susep** os cargos são os de Agente Executivo (nível médio) e Analista Técnico (nível superior). Na **Previc** os cargos são Analista Administrativo e Especialista em Previdência, de nível superior, e de Técnico, de nível médio.

Quanto à **formação**, os concursos da área bancária costumam aceitar para muitos cargos apenas nível médio e em outros casos qualquer graduação, inclusive os cursos de tecnólogo. Novamente, se ainda não possui graduação e quer saber qual a melhor graduação para se preparar para o concurso da área, eu diria, nesse caso, concursos da área de tecnologia (tecnólogos com esse enfoque), Contabilidade e outras áreas de Exatas. Novamente, para os cargos que exigem qualquer graduação o mais interessante é estudar para os concursos desde o começo da graduação e fazer um curso de tecnólogo, por ser mais curto, mantendo o estudo desde o início do curso.

As **disciplinas** principais da área bancária são Português, Matemática (inclusive financeira) e Raciocínio Lógico, Informática e Conhecimentos bancários (que envolvem uma gama de questões, como legislação, ética, produtos e serviços bancários). Para as áreas financeiras específicas, como CVM, Bacen e BNDES podem ser cobrados conhecimentos próprios de cada carreira, mas geralmente envolvem conhecimentos importantes para os cargos, como estrutura dos mercados, noções de direito, gestão pública e outros (devendo se procurar os editais anteriores, para melhor preparação).

Quanto às **atribuições** dos cargos, nos **bancos** (CEF, BB e outros) a atividade é dividida, de forma geral, em atendimento aos clientes (nas agências ou virtualmente, pessoas físicas ou empresas), análise (de riscos para empréstimos, por exemplo) e em atividades de suporte (de informática, de pessoal etc. – lembrando que muitas atividades dos bancos são terceirizadas). Nos bancos é comum a atribuição das posições de gerente aos servidores, o que traz melhorias nos salários, mas também permite maior cobrança, inclusive para atuação além das horas normais de trabalho dos bancos. Essa parte do trabalho envolve bastante contato pessoal, inclusive para se atingir as metas de vendas de produtos e serviços, tais como investimentos, aplicações e produtos, como seguros, de interesse do Banco (nem tanto dos clientes às vezes...). A parte de análise é mais técnica e geralmente é ocupada com servidores com mais tempo de carreira e especializações próprias. Há planos de carreira próprios para os cargos, com previsão de treinamentos para especialização – para maiores informações procurar os sites dos bancos, que geralmente trazem essas informações. No **BNDES** o serviço é bastante especializado, mas envolve, para o cargo de Técnico Administrativo, o apoio às atividades do órgão, seja na parte fim da empresa, como na análise e organização de documentação dos financiamentos e projetos, por exemplo, seja na atividade meio, nas rotinas para manutenção do órgão. No **Bacen** também há bastante especialização entre os cargos, mas o trabalho envolve bastante trabalho de análise e geração de relatórios, em atividades como acompanhamento de metas (inflação, juros etc), sistemas de pagamento e supervisão das instituições financeiras, ficando os cargos de nível superior atuando mais propriamente nas atividades fim e os de nível técnico prestando apoio para essas atividades e atuando nas atividades meio. Na **CVM**, da mesma maneira, há especialização de trabalho, com os cargos voltados às diversas atividades do órgão, que atua na fiscalização do mercado de valores mobiliários (ações, debêntures, contratos futuros e de opções, ofertas de investimentos coletivos e muitos outros), com atividades

como sanção às instituições financeiras, inovação, análise de riscos, proteção aos investidores e muitas outras. Os cargos de nível técnico, como usual, atuam no apoio às atividades fim e na execução de atividades administrativas para suporte e manutenção da autarquia. O mesmo afirmado para a CVM se aplica à **Susep/Previc**, com a diferença que estas são autarquias voltadas para as atividades do mercado de seguro, previdências privadas, capitalização e resseguros, sendo que a Susep atua na previdência aberta (ou seja, aquela que qualquer pessoa pode aderir, como aqueles ofertados nos bancos comerciais aos clientes) e a Previc na previdência fechada (que demanda ligação com alguma empresa, por exemplo, não sendo abertos para qualquer cliente). Além dos bancos comerciais regionais e estaduais, para os quais se aplica o que já foi dito acima, temos também os **bancos de desenvolvimento estaduais e regionais**, que possuem atuação semelhante às do BNDES, nos empréstimos e financiamentos de atividades de interesse, para fomento da região. Os cargos nessas instituições são de atribuições variadas, podendo variar entre área fim ou meio. Para maiores informações quanto às instituições regionais e estaduais, pesquisar informações nos sites próprios.

As **fases** dos concursos bancários, no geral, são prova objetiva e discursiva, sendo muito raro haver prova de títulos. Nos bancos usualmente a prova discursiva é uma redação do tipo dissertativo-argumentativo, com temas de interesse, como educação financeira, sustentabilidade, tecnologias e outras atualidades. Nos demais casos, fora dos bancos comerciais, é mais comum a prova discursiva ser mais complexa, inclusive com datas diferentes para as provas, com convocação dos melhores colocados.

No que se refere ao **custo-benefício**, como já afirmado, a área já teve melhores momentos, principalmente no que se refere aos bancos comerciais, mas continua ainda sendo uma área interessante. Há como principais vantagens para os bancos: 1 - a participação de lucro, que costuma aumentar os salários, 2 – os planos de saúde, que costuma ser bons e 3 – a possibilidade de crescimento na carreira, que é menos travada do que nos cargos estatutários. As principais desvantagens da área é a cobrança por resultados e metas, em níveis que são acima do normal para o serviço público, principalmente para os cargos de gerência. Já os cargos do Bacen, CVM, Susep, Previc e BNDES costumam ter salários mais altos, pelo menos inicialmente, além de serem mais especializados e com menor contato com o público. As vantagens e benefícios costumam variar com o tempo e com o cargo, bem como pela localização dentro da carreira (início ou fim), mas, em geral, a Caixa Econômica costuma ter melhores vantagens para os funcionários que o Banco do Brasil – tanto que é comum trocar do BB para a CEF, mas não muito o contrário – embora a participação de lucro seja maior no BB, a cobrança por vendas e metas é também maior usualmente. A CEF tem o controle sobre benefícios estatais, como FGTS, seguro-desemprego e aposentadorias do INSS, além da parte das loterias, além de ter maior participação nos financiamentos com dinheiro público, o que faz com que haja um lado mais social – que implica também em atendimento ao público de menor renda, principalmente no começo da carreira. Os demais concursos federais (BNDES, CVM, Susep, Previc e Bacen) são melhores do que os bancos, por terem maior estabilidade e remunerações, principalmente para os cargos de nível superior, tendo como desvantagens uma carreira mais travada e a ausência de participação de lucro.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 5/10 para os bancos, para a área financeira 7/10 para os cargos de nível

superior e 6/10 para os de nível médio

**Quantidade de trabalho**: 9/10 para os bancos, podendo mudar a depender da função, e 7/10 para os cargos da área financeira federal

**Benefícios**: 6/10 para os bancos federais, 8/10 para os cargos financeiros federais, para os demais é variável

**Características**: A área bancária é tradicional nos concursos e, embora já tenha sido mais prestigiada, ainda oferece boas oportunidades, principalmente pelos cargos de nível médio, como Técnico Bancário e Escriturário, em instituições como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, além de órgãos como BNDES, Banco Central, CVM, Susep e Previc, bem como bancos estaduais e regionais. As provas costumam cobrar Português, Matemática, Raciocínio Lógico, Informática e Conhecimentos Bancários, com discursiva geralmente em forma de redação. As atribuições variam entre atendimento ao público, análise de riscos, suporte administrativo e funções especializadas nas autarquias reguladoras e bancos de fomento. O custo-benefício depende do cargo: nos bancos comerciais há participação nos lucros, bons planos de saúde e possibilidade de ascensão, mas forte cobrança por metas; já em Bacen, CVM, Susep, Previc e BNDES, os salários iniciais são mais altos, com maior estabilidade e menos pressão comercial, embora com carreira mais engessada e sem participação nos lucros.

### 7.2.6 – Área militar

Além das Polícias e Bombeiros Militares, forças da reserva, temos os concursos militares propriamente, para as três Forças Armadas. Há diversas formas de ingresso nas Forças Armadas. Podemos dividir em 1 – **temporário:** no serviço militar obrigatório, voluntário ou convocado no serviço técnico (áreas da saúde), com permanência renovada a cada ano até o máximo de 8 anos, e 2 – **militar de carreira:** por meio de Academias Militares (EsPCEx, AFA, ESA, EEAR, ITA etc.). Trataremos apenas do ingresso como militar de carreira.

Separando por Força, temos o seguinte quadro:

**Exército**: como regras gerais, há exigência de altura mínima (1,60 para homens e 1,55 para mulheres – mas procurar regras específicas de cada edital) e ser brasileiro nato para ser oficial (para praça é possível ser naturalizado). A depender da forma de ingresso, ainda há idades máximas e mínimas, bem como exigência de ser solteiro e sem dependentes. As formas de ingresso são:

- **Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx)**: exige ensino médio ou estar cursando o terceiro ano do nível médio, idade entre 17 e 22 anos, há o ingresso em curso de internato, sendo o primeiro em Campinas, na EsPCEx, como aluno, e os próximos quatro anos como cadete, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende-RJ. O aluno não pode ter filhos/dependentes durante a duração do curso, bem como deve ser solteiro, sendo caso de desligamento o casamento. Há oportunidades para homens e mulheres. As mulheres podem optar, durante o curso, pelas áreas de Comunicações, Intendência ou Material Bélico. Os homens podem optar pelas áreas de

Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Intendência ou Material Bélico. As escolhas são feitas pelo rendimento do aluno durante o curso. Após a conclusão do curso o candidato passa a Aspirante a Oficial e recebe o título de **Bacharel** em Ciências Militares. É então matriculado em estágio probatório, no qual irá servir em qualquer local do país, com escolha pela classificação do curso, sendo promovido após o final do estágio a 2º Tenente.

- **Escola de Sargentos das Armas (ESA) - Área Geral**: exige ensino médio ou estar cursando terceiro ano do Médio, idade entre 17 e 24 anos, havendo inscrição no curso de formação, que é de dois anos, seguido por um ano de estágio profissional, ao final do qual o aluno recebe o diploma de curso superior de **Tecnólogo** (bem como há ingresso como Sargento). O primeiro ano é realizado em uma das 13 Unidades Escolares Tecnológicas do Exército, com localização em diversos Estados (MG, RJ, SP, RN, CE, GO, MS, SC, RS), enquanto o segundo ano é feito em unidades específicas, a depender da escolha de área (Material bélico, Manutenção de comunicações, Topografia e Intendência para ambos os sexos e Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações apenas para homens). Também é vedado ter filhos/dependentes durante o curso, que é em internato, bem como ser casado ou estar em união estável.
- **Instituto Militar de Engenharia – IME**: exige ensino médio ou estar no último ano do Ensino Médio, idade entre 16 e 22 anos (21 se for para Reserva), podendo optar pela carreira militar da ativa ou na reserva (que seria semelhante a uma graduação comum, de maneira que não entrarei em detalhes dessa opção). Para quem desejar a carreira da ativa, há o vestibular, que é bastante concorrido e de alta dificuldade, havendo o ingresso no ciclo básico, com as matérias comuns de Engenharia (Cálculo, Física etc.). Após o final do ciclo básico há a escolha entre as diversas especialidades, que é feita de acordo com as notas dos candidatos: Fortificação e Construção (Engenharia Civil), Eletrônica, Comunicações, Elétrica, Mecânica e de Armamento, Mecânica e de Automóveis, Materiais, Química, Cartográfica e Computação. Após o final do curso há formação de nível superior em uma das áreas de Engenharia e o ingresso no quadro de Oficiais da ativa do Quadro de Engenheiros Militares. Os alunos recebem como benefícios durante o curso alimentação, assistência médica e odontológica, alojamento (para os que necessitarem) e ajuda de custo mensal. O IME fica no Rio de Janeiro. Durante o curso, os alunos da ativa recebem fardamento (que devem usar durante todo o curso) e no último ano do curso são promovidos a 1º tenente, recebendo o soldo desse posto. Não há, como nos casos anteriores, restrições a pessoas com filhos ou casadas. Podem entrar por essa forma tanto homens quanto mulheres.

Além das formas de ingresso acima, há oportunidades para áreas específicas de formação, como na área da Saúde, Capelania e Música, por exemplo. Também, como afirmado, existem oportunidades de ingresso como militar temporário.

**Marinha**: as regras gerais são semelhantes às do Exército, com alturas e idades delimitadas em cada forma de ingresso, geralmente sendo de 1,54 m no mínimo e 2,00 m no máximo, para ambos os sexos. As formas de ingresso são:

- **Escola Naval**: equivale a curso de **graduação**, formando Oficiais para os postos iniciais das carreiras dos Corpos da Armada (CA), Fuzileiros Navais (CFN) e Intendentes da Marinha (CIM). Exige nível médio para ingresso, ser brasileiro nato, não ser casado

ou não ter constituído união estável e não ter filhos, assim permanecendo durante todo o curso, idade entre 18 e 23 anos. O curso dura quatro anos, em regime de internato e com vantagens como recebimento de soldo, alimentação e assistência médica. Após dois anos do curso há escolha da área de habilitação, que pode ser Mecânica, Eletrônica ou Sistemas de Armas, para Armada e Fuzileiros Navais e Administração para Intendentes. Após a conclusão dos quatros anos há um ciclo pós-escolar, com duração de um ano, para treinamentos e viagens de instrução, ao final do qual o aspirante recebe seu diploma de Ciências Navais e é nomeado 2º Tenente. Tanto homens quanto mulheres podem entrar na Marinha por essa forma.

- **Escola de Aprendizes Marinheiros**: equivale a um curso técnico, formando Praças para a graduação inicial de Marinheiro. Exige ensino médio completo ou cursando último ano, ser brasileiro nato ou naturalizado, ter entre 18 e 22 anos. O curso dura 48 semanas, em regime de internato e com direito a bolsa, alimentação, alojamento e assistência médica. Existem quatro escolas, nos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo, Ceará e Pernambuco. A formação técnica é entre três áreas: apoio (que tem especialidades como Arrumador, Cozinheiro, Enfermagem, Paiol), eletroeletrônica e mecânica. Após o curso há o ingresso na carreira de Praça, como Marinheiro. Tanto mulheres quanto homens podem ingressar dessa forma, havendo diferença apenas na escolha das especialidades possíveis.

Além das áreas acima, que podem ser prestadas por pessoas com qualquer formação, há áreas que exigem cursos específicos, como 1 – o **Corpo Auxiliar de Praças (CAP)**, que demanda cursos técnicos em áreas como Eletrônica, Mecânica, Metalurgia, Química, Administração e Secretariado - após o curso há o ingresso como Praça, na graduação de Cabo e 2 – **Quadro Complementar, da Saúde e Capelães**, que exigem cursos superiores específicos, para ingresso na carreira como Oficial. Também há oportunidades de ingresso temporário e mesmo algumas que há o serviço e depois de alguns anos haverá decisão sobre incorporação na carreira ou dispensa.

**Aeronáutica**: as exigências mudam conforme a forma de ingresso, havendo requisitos específicos de idade, por exemplo. As regras de altura variam conforme a forma de ingresso, podendo haver inclusive altura máxima (por conta de especificações técnicas das aeronaves, que determinam máximo de 1,87, por exemplo). As formas de ingresso são:

- **Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA**: trata-se de curso de **graduação**, nas áreas de Engenharia Aeronáutica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica-Aeronáutica, Engenharia Civil-Aeronáutica, Engenharia da Computação e Engenharia Aeroespacial –a escolha da área é feita durante o curso, após o ciclo básico. O vestibular é considerado um dos mais difíceis do país, pelo alto nível de dificuldade das questões. Há a opção para ingresso na carreira militar, havendo a admissão como Oficial Engenheiro da Aeronáutica após a conclusão do curso de graduação, que dura 5 anos. Para ingresso é preciso ensino médio completo e idade abaixo de 25 anos. Os alunos que cursam a graduação para ingresso como militar da ativa ingressam como 2º Tenente após o final do curso. Tanto mulheres como homens podem ingressar por esse meio. O ITA é localizado em São José dos Campos/SP.

- **Academia da Força Aérea (AFA)**: destinada ao ingresso nos quadros de Aviador, Intendente e Infantaria – sendo que Infantaria é apenas para homens. É preciso ser brasileiro nato, ter entre 17 e 23 anos e ensino médio. A AFA fica em Pirassununga/SP. A formação equivale a nível superior, em áreas equivalentes a Engenharia e Administração. Após a conclusão há o ingresso como Aspirante a Oficial.
- **Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR)**: destinada à formação de sargentos, em regime de internato por dois anos, com formação de nível **técnico**, nas áreas especificadas, inclusive em áreas especializadas como Tráfego Aéreo. Após a conclusão do curso há a possibilidade de ingresso como 3º Sargento. É aberto para ambos os sexos, devendo a idade ser entre 17 e 25 anos.

Como nos casos anteriores, também há formas de ingresso que exigem cursos de graduação específicos e também como temporário, o que não será aqui tratado.

Os cargos, como já explicado acima, dependem da forma de ingresso, mas, como regra, temos duas possibilidades gerais – ingresso como Praça ou como Oficial. Cada Força tem sua hieraquia entre as graduações de Praças e postos de Oficiais, sendo: **1 – Exército** (Praças: Soldado < Taifeiro 2ª Classe < Taifeiro 1ª Classe < Cabo < 3º Sargento < 2º Sargento < 1º Sargento < Sub-tenente < Aspirante a Oficial; Oficiais: 2º Tenente < 1º Tenente < Capitão < Major < Tenente-Coronel < Coronel < General de Brigada < General de Divisão < General de Exército < Marechal); **2 – Marinha** (Praças: Marinheiro < Cabo < 3º Sargento < 2º Sargento < 1º Sargento < Suboficial; Oficiais: Guarda-Marinha < 2º Tenente < 1º Tenente < Capitão-Tenente < Capitão de Corveta < Capitão de Fragata < Capitão de Mar e Guerra < Contra-Almirante < Vice-Almirante < Almirante de Esquadra < Almirante) e **3 – Aeronáutica** (Praças: Taifeiro de 2ª Classe e Soldado de 2ª Classe < Taifeiro de 1ª Classe e Soldado de 1 Classe < Taifeiro-Mor < Cabo < 3º Sargento < 2º Sargento < 1º Sargento < Suboficial < Aspirante; Oficiais: 2º Tenente < 1º Tenente < Capitão < Major < Tenente-Coronel < Coronel < Brigadeiro < Major-Brigadeiro do Ar < Tenente-Brigadeiro do Ar < Marechal do Ar). Os estudantes são incluídos em algum grau da hierarquia durante sua formação, geralmente abaixo de 2º Sargento para os cursos de nível técnico e abaixo de 2º Tenente para os cursos de nível superior. Depois ingressam como Praças ou Oficiais.

A **formação** já foi explicada nos itens anteriores, havendo oportunidades de ingresso para quem tem nível médio ou está terminando e para graduações específicas (não há oportunidade para qualquer área de graduação).

As **disciplinas** cobradas são as próprias de vestibulares, incluindo conteúdos próprios do Ensino Médio (português, inglês, matemática, química etc.), que mudam a depender da forma de ingresso.

Em termos de **fases**, os concursos militares são os mais difíceis do país em exigência, pois há testes físicos, avaliações de saúde rigorosas (que podem excluir pessoas sãs, com questões como problemas de visão ou alturas inadequadas), avaliações psicológicas, além dos cursos em si, que são em regime de internato e com regras de disciplina e hierarquia militares, além de atividades físicas com exigências durante a formação. Além disso, ainda há pressão para bom desempenho, pois a hierarquia dentro de cada graduação ou posto é pela antiguidade, que entre pessoas do mesmo curso se dá pelo desempenho – que também é importante para a escolha da especialização nos casos em que há um ciclo básico.

Quanto às **atribuições**, demandaria muito espaço e não é meu campo de conheci-

mentos para detalhes, mas, de maneira geral, podemos dizer que existem as atividades fins das Forças Armadas – que é a proteção do País contra ameaças externas, a manutenção da ordem interna na proteção dos Poderes Constitucionais e na defesa das leis – e as atividades meio, que envolvem a manutenção da estrutura própria dos órgãos, que são muitos e com muito patrimônio e pessoal. Com a graça de Deus, o Brasil não tem se envolvido em guerras na maior parte de sua história, de maneira que a atividade mais conhecida das Forças Armadas não é utilizada – mas mesmo em tempo de paz é preciso manter estrutura e treinamentos, o que ocorre nas três Forças. Além dos militares que são destinados à atividade bélica propriamente, existem aqueles com treinamento próprio para as atividades de apoio, como manutenção dos equipamentos, apoio logístico, informações, rádio e engenharias. Também há aqueles que atuam no apoio de pessoal, nas áreas de saúde, administração etc. O efetivo das Forças Armadas é muito alto, contando os militares da reserva, os temporários e conscritos – tudo isso demanda muitas atividades para manutenção. Como visto, há especialização nas diversas Forças, assim a atuação será dentro da sua área de especialização, sem muitas mudanças – a disciplina e organização militar não permitem muitas alterações de rotina. Além das atividades bélicas propriamente, há missões de paz, como a conhecida atuação do Brasil no Haiti, além de atividades de cooperação com os civis, como, por exemplo, apoio à Defesa Civil em situações de calamidade (inclusive com acionamento para casos de Segurança Pública nos últimos anos), fiscalização de produtos controlados (como armamentos), controle de espaço aéreo, atividades de busca e salvamento, apoio em atividades de logística, como na aplicação de provas, participação em estudos (como no mapeamento da Região Amazônica), atividades de segurança em regiões de fronteira e muitas outras. O que se pode esperar de todos os cargos é trabalho pautado em organização, rotinas, disciplina e hierarquia, o que faz da carreira diferenciada de quase todas, pela rigidez própria do campo militar.

Por fim, em termos de **custo-benefício**, há excelentes vantagens, como as regras diferenciadas de aposentadoria, a assistência médica própria, as regras diferenciadas de pensão, existências de benefícios próprios, como ajudas de custo em caso de mudanças, além de uma carreira bem estabelecida, com oportunidades de promoção razoavelmente altas (pelo menos até os níveis mais altos, em que os fatores políticos começam a pesar) e poucas chances de desvio de função. Os vencimentos não são os melhores do mundo para os praças, mas para os oficiais os salários são interessantes. As maiores desvantagens – que podem ser vantagens a depender do perfil que se tenha – resultam da submissão ao regime militar de hierarquia e disciplina, o que pode afastar muitos das carreiras, tendo como repercussão, além do dia a dia e das relações entre os colegas de trabalho, questões como remoções sem consulta, gerando deslocamentos do militar e de sua família. E, claro, como desvantagem o risco associado à profissão, que não é tanto assim, dada a natureza do trabalho, a preparação e a superioridade do contingente frente aos perigos enfrentados (fora de situações de Guerra, claro – as quais não se cogitam aqui), principalmente para os Oficiais. A escolha pela carreira é muito uma questão de quanto se identifica com o trabalho e sistema militar, que é o grande diferencial. Fora isso, é óbvio que as condições para Oficiais são bem melhores do que para Praças, sendo as carreiras equivalentes a nível superior muito mais procuradas e concorridas, principalmente nas áreas mais técnicas e especializadas.

Considerando que essa é uma dúvida comum, esclareço quanto à participação das **mulheres nas Forças Armadas** que ela é, como explicado acima, possível nos mais variados setores e especialidades, não sendo possível apenas em alguns casos. Na Marinha as restrições são poucas, permitindo as mulheres inclusive o ingresso nas Armadas e Fuzileiros Navais,

além de ampla participação nos quadros técnicos e de saúde. Na Aeronáutica também não são muitas as restrições, podendo as mulheres inclusive atuar como Aviadoras. No Exército é que há maiores restrições às atividades consideradas como sendo de linha de frente em combates, sendo que várias áreas de qualificação não podem ser prestadas por mulheres – o que é inclusive alvo de questionamento pela PGR. Além dessa dificuldade na entrada e escolha das carreiras, existem outras barreiras, como a restrição de promoções nos postos mais altos para apenas algumas especializações, muitas vezes aquelas que as mulheres não podem ocupar. De qualquer forma, há avanços importantes nos últimos anos, com possibilidades de mudanças futuras. O serviço militar continua sendo facultativo para as mulheres – e não parece que haverá mudança nesse sentido (o que é positivo, pois escolher a carreira é bem diferente de ser escolhido).

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: muito variável, a depender da forma de ingresso, podendo ser 6/10 para as formas de ingresso com mais vagas e com formação de nível médio até 10/10 para os vestibulares mais concorridos – isso contando que além da prova para o ingresso há diversas fases com alta exigência e curso de formação em regime militar

**Quantidade de trabalho**: 7/10 (varia muito com a atividade)

**Benefícios**: 5/10 para Praças e 7/10 para Oficiais

**Características**: Os concursos militares para as Forças Armadas oferecem diferentes formas de ingresso, tanto temporário (serviço obrigatório, voluntário ou técnico) quanto de carreira, por meio de academias como EsPCEx, AMAN, AFA, EEAR, ITA, IME, Escola Naval e ESA, com exigências de idade, altura, nacionalidade e, em alguns casos, estado civil. Há opções para Oficiais (nível superior) e Praças (nível médio ou técnico), abrangendo diversas especialidades — combate, engenharia, saúde, capelania, música, tecnologia etc. Os concursos estão entre os mais exigentes do país, com provas intelectuais de alto nível, testes físicos, exames médicos rigorosos, avaliações psicológicas e formação em regime de internato, marcada por disciplina e hierarquia. As atribuições vão desde a defesa nacional e missões de paz até atividades de apoio logístico, engenharia, saúde, controle de fronteiras e cooperação com a Defesa Civil. O custo-benefício inclui estabilidade, assistência médica própria, aposentadoria diferenciada e boas perspectivas de promoção (sobretudo para oficiais), mas envolve desvantagens como remoções obrigatórias, vida altamente regrada e risco inerente à carreira, ainda que controlado em tempos de paz. Mulheres podem ingressar em quase todas as áreas, com restrições maiores no Exército, mas avanços recentes ampliaram sua participação.

### 7.2.7 – Área legislativa

Área com interessantes oportunidades, tanto de qualidade de trabalho quanto de salários e benefícios, os concursos da área legislativa permitem o ingresso nos cargos para qualquer graduação e até para nível médio.

Em termos de **divisão**, temos o Senado Federal e a Câmara dos Deputados no plano federal, as Assembleias Legislativas nos Estados e as Câmaras de Vereadores nos municípios. Temos órgãos auxiliares do Poder Legislativo, que são os Tribunais de Contas, mas já tratamos dessa área. Link

Em termos de **cargos** que são disponíveis para todas as formações, para nível médio são os cargos de Técnico Legislativo, que podem ser especializados ou gerais, havendo usualmente o cargo de Guarda/Policial Legislativo. O cargo de Policial Legislativo do Senado e da Câmara são provavelmente os cargos de maior remuneração para quem não tenha nível superior – embora na prática seja raro alguém ser aprovado nesses concursos sem ter faculdade, dada a imensa concorrência, que atrai pessoas de todas as áreas de formação. Para nível superior é comum a existência dos cargos de Analista ou Consultor Legislativo. Para esses cargos pode ser exigido formações específicas, mas a depender do órgão há oportunidades para qualquer graduação, inclusive para tecnólogos. No Senado há especialidades de Analista como Processo Legislativo, Administração, Registro e Redação Legislativa, bem como de Consultor em áreas de Assessoramento e Orçamento, enquanto na Câmara há os cargos de Analista Legislativo, em diversas áreas de Consultoria e Orçamento e Fiscalização – todos permitindo o ingresso com qualquer graduação de nível superior. De forma semelhante, nas diversas Assembleias Legislativas é comum haver cargos de Analista/Consultor Legislativo para qualquer graduação. Nas Câmaras Legislativas, além de cargos de Técnico, nível médio, e Analistas, de nível superior, é comum haver ainda concursos de nível fundamental, para diversas atividades de apoio – como Serviços gerais, Motorista e Recepcionista. Essas atividades geralmente são terceirizadas nos órgãos federais e estaduais. Além dos cargos para qualquer graduação, existem concursos para áreas específicas, como Direito, Contabilidade, Informática e outras.

As **fases** dos concursos dependem do órgão e do nível de formação, mas, como regra, são provas objetivas e provas discursivas para os cargos de nível superior e para os órgãos federais e estaduais, sendo que para os órgãos municipais geralmente há apenas prova objetiva. Nos concursos federais e estaduais é comum haver provas de títulos, como ocorre no Senado e Câmara dos Deputados. Para os cargos de Policial Legislativo/Guarda Legislativo existe ainda prova de aptidão física (TAF).

As **disciplinas** cobradas mudam muito a depender do cargo, ante a imensa variedade de especializações nos cargos. Mas, como regra, são cobrados conhecimentos básicos para a atividade legislativa, como Direito Constitucional e Administrativo, Leis de regência da Casa Legislativa (Regimentos internos, Leis orgânicas etc.) e muito usualmente atualidades. Fora isso, como dito, depende da área – para as áreas de orçamento será preciso estudar Leis Orçamentárias e Direito Financeiro, por exemplo.

Quanto às **atribuições**, os cargos de Consultores são responsáveis por assessoramento direto à atividade legislativa, com pareceres em sua área de especialização, quanto a temas como adequação ao orçamento, constitucionalidade e efeitos dos projetos de leis em discussão nas Casas Legislativas, enquanto os cargos de Analistas e Técnicos atuam nas atividades de apoio e suporte, para manutenção das atividades ocorrendo regularmente, tanto na atividade-fim (manter a adequada tramitação e registro das propostas, fazer revisão de textos etc.) quanto meio (rotinas administrativas, controle de patrimônio e pessoal etc.). Os cargos de Policial / Agente de Segurança são responsáveis pela manutenção da segurança e ordem nas instalações em que atuam os órgãos, bem como segurança dos Parlamentares em atividades externas, em casos expressamente previstos. Nos casos em que há cargos de nível fundamental, eles ficam

responsáveis pelas atividades de apoio, como conduzir viaturas, fazer atividades de limpeza ou atuar na recepção. A rotina muda muito a depender do caso e órgão, de maneira que não é possível uma maior generalização, devendo se procurar informações específicas para cada situação. De qualquer forma, o trabalho dos servidores é essencial nas Casas Legislativas, sendo os responsáveis por manter o funcionamento dos órgãos, já que os parlamentares mudam a cada legislatura e os servidores permanecem.

Quanto ao **custo-benefício**, as vantagens são muitas – altos salários em comparação aos demais cargos do mesmo ente (ou seja, estão entre os mais altos da União, Estados e Municípios), adicionais de especialização (o que aumenta os salários com realização de pós-graduação), possibilidade de teletrabalho em muitos casos, além de trabalhar em instituições que fazem parte diretamente do Poder Estatal, com independência e autonomia, o que traz bastante segurança aos servidores. Além disso, ainda existe a possibilidade de ocupar funções de confiança, com mais vantagens financeiras – embora usualmente com mais cobranças. Claro que os cargos de nível superior são melhores, mas mesmo os cargos de nível médio são bastante interessantes, principalmente na Câmara e no Senado. Nesse sentido, até mesmo servidores de nível superior do âmbito federal prestam o concurso de Policial do Senado, por exemplo – até mesmo Policiais Federais. Nos Estados e Municípios a situação depende muito do orçamento de cada local, mas, em geral, ainda estão entre os cargos mais interessantes daquele ente. Desvantagens não são muitas, de forma que para quem não é formado em Direito, não costuma haver melhores oportunidades do que no Poder Legislativo.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 8/10 pela alta concorrência, embora não sejam muitas fases

**Quantidade de trabalho**: 6/10

**Benefícios**: 10/10 para Senado e Câmara, variável nos demais entes

**Características**: Os concursos da área legislativa oferecem ótimas oportunidades em termos de salários, benefícios e estabilidade, com vagas para todos os níveis de escolaridade, desde cargos de nível fundamental (mais comuns em Câmaras Municipais) até cargos de nível médio, como Técnico e Policial Legislativo, e de nível superior, como Analista e Consultor Legislativo. Estão presentes em todas as esferas — Senado e Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais — e, nos níveis federal e estadual, podem incluir provas discursivas, de títulos e até teste físico (no caso dos cargos de segurança). As disciplinas cobradas variam conforme a função, mas geralmente envolvem Direito Constitucional e Administrativo, regimentos internos e atualidades, além de matérias específicas da área. As atribuições vão do assessoramento técnico em pareceres e consultorias à manutenção da tramitação legislativa, passando por funções administrativas e de segurança. O custo-benefício é muito elevado, já que os salários são dos mais altos em comparação a cargos equivalentes em outros poderes, somados a vantagens como adicionais de especialização, possibilidade de teletrabalho e funções de confiança, fazendo da carreira legislativa uma das mais atraentes para quem busca concursos fora da área jurídica.

### 7.2.8 – Área da diplomacia e consulados

Prosseguindo com as carreiras mais vantajosas para os profissionais com qualquer graduação, temos a sonhada carreira de Diplomata – além dos outros cargos de área do Serviço Exterior Brasileiro.

Em termos de **divisão**, temos, em primeiro lugar, o cargo de **Diplomata**, com ingresso pelo Instituto Rio Branco, com um dos concursos com maior nível de exigência de todos, além de altíssima concorrência. O concurso é aberto para pessoas com qualquer graduação, inclusive de tecnólogo. As graduações mais comuns entre os aprovados são as da área de Humanas (Direito, Relações internacionais, Geografia, História etc.), mas há profissionais de todas as áreas. Além disso, temos os cargos de **Oficiais de Chancelaria**, também de nível superior, que prestam atividades de natureza administrativa e técnica para o serviço externo brasileiro. Por fim, temos os cargos de **Assistente de Chancelaria**, de nível médio, que prestam apoio técnico e administrativo para as atividades. Além da diferença salarial, sendo os cargos de diplomata bem mais remunerados que os demais, há diferença marcante na atuação, sendo que o cargo de Diplomata tem uma atuação de natureza também política, na representação do país, enquanto os demais são cargos da burocracia do serviço externo.

Para o cargo de **Diplomata**, as fases são prova objetiva e provas discursivas. São várias provas discursivas nas segunda e terceira fases, envolvendo redações sobre temas gerais, em português e inglês, resumos de textos em Português, Inglês, Francês e Espanhol, traduções, além de questões discursivas nos temas de História do Brasil, Geografia, Política Internacional, Economia e Direito. As **disciplinas** cobradas são, além das já citadas, História mundial, com questões apenas na prova objetiva. As disciplinas em si não parecem, à primeira vista, muito difíceis, mas o nível de cobrança e complexidade é bastante alto – sendo as questões e provas das mais difíceis entre as que cobram as disciplinas acima citadas. Não há provas de títulos e o curso de formação é realizado depois da nomeação, não sendo etapa do concurso.

Para o cargo de **Oficial de Chancelaria** as fases são prova objetiva, com questões de Português, Inglês, Licitações e contratos, Contabilidade, Direito Internacional Público, Administração Pública e Informática, e prova discursiva, com questões abertas a serem respondidas em Português e Inglês. Além disso, há curso de formação como etapa do concurso. Para o cargo de **Assistente de Chancelaria** a última seleção foi com também com prova objetiva, prova discursiva e curso de formação, sendo as disciplinas cobradas Português, Inglês, Informática, Contabilidade, Administração e Raciocínio Lógico.

Quanto às **atribuições**, como dito, o cargo de Diplomata é o cargo que exerce as funções de representação do serviço externo brasileiro, enquanto os demais cargos atuam no apoio às atividades e realização de tarefas administrativas. Sendo mais específico, na verdade na **carreira** há o ingresso no cargo de terceiro-secretário, sendo o plano de carreira composto pelos cargos de segundo-secretário, primeiro-secretário, conselheiro, ministro de segunda classe e ministro de primeira classe (embaixador). Os critérios de promoção são antiguidade e o merecimento, havendo outros requisitos como período mínimo de permanência de três anos em cada classe, tempo de serviço no exterior, tempo de carreira e conclusão de cursos específicos. As promoções também demandam voto dos outros diplomatas e avaliação pelo Ministério das Relações Exteriores. São, assim, no mínimo 20 anos para chegada ao final da carreira.

As **funções** da carreira de Diplomata envolvem formulação e execução da política externa, Comércio exterior, relações políticas, econômicas e temáticas, tanto bilaterais quanto multilaterais, cooperação internacional, divulgação cultural, assistência consular e administração. **Não há apenas serviço no exterior** – ao contrário do que muitos pensam, cerca de metade do tempo é de serviços no exterior e metade no Brasil. Há permanência em cada local por cerca de três anos e a escolha dos locais é por meio de concurso de remoção, atendendo aos interesses do serviço externo. No **exterior**, há os trabalhos nos postos, que podem ser: a) Político: monitorar e fazer relatórios sobre a conjuntura política, econômica e social do país em que se encontra; b) Comercial: promover os interesses comerciais, prestando apoio aos exportadores brasileiros na promoção de produtos e serviços; c) Consular: prestar assistência e proteção aos cidadãos brasileiros no exterior, por meio dos consulados-gerais, consulados, vice-consulados e setores consulares das embaixadas e escritórios de representação; d) Cultural: divulgar a cultura e os valores brasileiros, trabalhando com a mídia, formadores de opinião e produtores culturais locais e e) Administrativo: gerenciar os postos, cuidando desde a manutenção do patrimônio até o planejamento orçamentário-financeiro. Como se pode ver, no exterior o diplomata pode atuar tanto na representação do Brasil quanto nas atividades consulares, dando apoio aos cidadãos brasileiros (*não são, como alguns poderiam pensar, duas carreiras – diplomata e cônsul, portanto*). No **Brasil**, por outro lado, há escritórios nas capitais Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Manaus, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. O trabalho local se divide nas áreas: a) Geográfica: acompanhamento dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais de países de determinada região ou continente, mantendo contato com as missões brasileiras e embaixadas nesses locais, b) Temática, negociações e multilateral: acompanhamento da evolução e negociação de temas da agenda internacional (meio ambiente, direitos humanos etc.), auxiliando a traçar diretrizes e executar a promoção comercial ou cultural, bem como negociações de integração regional, c) Consular: apoio às representações consulares para a proteção dos cidadãos brasileiros no exterior e d) Administrativa: administração do Ministério e gestão dos postos no exterior, com gestão de finanças, pessoal, licitações e contratos, manutenção do patrimônio do Itamaraty e administração das missões brasileiras no exterior. Como se pode ver, é uma carreira bastante diversificada, com possibilidades de mudança de assunto e atuação, o que é um ponto positivo. Quanto aos **demais cargos**, há o apoio nos mesmos locais já citados, ficando responsáveis pelos serviços administrativos e auxílio à atividade-fim, acima explicada.

Quanto ao **custo-benefício**, a vantagem mais evidente (para quem gosta claro) é a possibilidade de trabalhar no exterior, além do contato com outras culturas. Deve-se destacar que quando no exterior há recebimento de remuneração variável, a depender do custo de vida do país em que se está trabalhando, o que pode ser interessante. Há também, nesses casos, ajuda de custo e auxílio-moradia. Além do subsídio, há outros benefícios, como adicionais por desempenho de chefia, assessoria e assistência. De maneira geral, a carreira de diplomata é muito melhor em termos de remuneração do que a de Oficial de Chancelaria, que é melhor do que a de Assistente de Chancelaria. Entretanto, os cargos de Oficial e Assistente são muito procurados por quem pretende fazer os concursos de Diplomata – principalmente pela semelhança de disciplinas e cobranças, que facilita os estudos. De qualquer forma, todos os cargos são, no geral, bem remunerados em comparação à média do serviço público – e a carreira tem atrativos especiais, como já dito. Há outras vantagens, muitas das quais próprias garantias do cargo, previstas em normas internacionais. Não se deve, contudo, idealizar o trabalho – morar no exterior pode ser frustrante e solitário (se a ideia é apenas passear e conhecer lugares, melhor pegar férias), o diplomata dificilmente atuará em tarefas em que, de fato, poderá ter grande

impacto como muitos pensam – muitas vezes são atividades pontuais, técnicas e burocráticas. Embora o salário seja excelente, principalmente fora das carreiras jurídicas, não é o mais alto de todos. Logo, também há desvantagens, como em todas as carreiras.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 10/10 pela alta concorrência e dificuldade das provas

**Quantidade de trabalho**: 8/10 (variável, pois há muitas atividades possíveis)

**Benefícios**: 8/10

**Características**: A carreira diplomática, uma das mais prestigiadas e concorridas do serviço público, é acessível a qualquer graduação por meio do concurso do Instituto Rio Branco, que exige elevado nível de preparo em disciplinas como História, Geografia, Política Internacional, Direito, Economia e idiomas. O diplomata inicia como terceiro-secretário e pode ascender até embaixador, atuando tanto no Brasil quanto no exterior em funções políticas, comerciais, consulares, culturais e administrativas, com permanência média de três anos em cada posto. Além dos diplomatas, o Serviço Exterior conta com os cargos de Oficial e Assistente de Chancelaria, de apoio administrativo e técnico, também bastante concorridos. O custo-benefício é atrativo, com remuneração diferenciada, benefícios no exterior (auxílio-moradia, ajuda de custo e variação conforme o país) e a possibilidade de contato internacional, embora o trabalho seja muitas vezes mais burocrático do que o imaginado, exigindo forte disciplina, dedicação e adaptação cultural.

### 7.2.9 – Outras áreas federais

Além dos concursos já citado, temos diversas oportunidades para pessoas com nível médio ou qualquer graduação no âmbito federal. Como regra, os concursos federais possuem melhores salários que os estaduais e municipais equivalentes, com exceções pontuais. Geralmente não existem concursos federais para nível fundamental, pois as funções compatíveis com essa formação geralmente são terceirizadas.

Para **nível médio**, entre as diversas oportunidades já citadas, temos como destaque as seguintes possibilidades:

- **Concurso unificado**: a primeira opção, e mais óbvia, é o Concurso Nacional Unificado ("Enem dos concursos"), que conta com muitas oportunidades nos mais diversos órgãos. Para o nível médio, no concurso de 2024 as oportunidades foram para o IBGE e Funai, para os cargos de Técnico (além de outras oportunidades para profissionais como cursos técnicos, no MAPA) e no concurso de 2025 foram para a área de Saúde como Técnico em funções específicas e para Técnico das Agências Reguladoras. Sempre se deve ficar atento às novas oportunidades e ao estilo da prova, para preparação para as novas edições. A grande vantagem do CNU é a possibilidade de escolha de mais de um cargo dentro de cada bloco temático, aumentando as chances de aprovação. O

CNU é a porta de entrada para vários órgãos federais, especialmente os Ministérios, que podem aderir à prova conforme escolha de sua direção. Muitos dos cargos abaixo podem ser lançados no CNU, mas os destaco em separado para conhecimento.

- **INSS**: o cargo de Técnico de Seguro Social é um cargo muito importante, responsável pelos atendimentos e processos dos diversos benefícios previdenciários. Há discussões para transformar em cargo de nível superior, mas enquanto isso não ocorre é um cargo bastante interessante, com boa remuneração e possibilidades de crescimento na carreira, com funções de confiança. Os concursos do INSS geralmente abrem muitas vagas, sendo uma área a ser considerada.
- **Correios**: outra área comum de entrada no serviço público. Para o nível médio existem os cargos de Agente, que pode ser dividido em Carteiros, Atendentes comerciais e Suporte. Os cargos envolvem a realização das atividades, com especialização para atendimento nas agências, trabalho na logística interna ou diretamente na entrega nos domicílios como carteiro, cargo mais conhecido. Embora o inicial da carreira não seja alto, há plano de carreira com possibilidade de melhor remuneração no final da carreira. Há plano de previdência complementar próprio e outros benefícios para os cargos.
- **Órgãos policiais (PF/PRF)**: além dos cargos policiais, que já comentamos, também existem carreiras administrativas na Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, que são acessíveis aos candidatos de nível médio. Os vencimentos não são os mais altos existentes e não há as vantagens próprias de ser policial, como a aposentadoria diferenciada e porte de arma, mas é uma boa oportunidade, nem que seja como um cargo inicial, para os mais ambiciosos. Link
- **Universidades, institutos federais e centros federais de tecnologia (Cefet)**: embora os únicos cargos com maior valorização nas universidades e institutos federais sejam os de professor (pelo menos essa é minha experiência de quase 10 anos nessa atividade), existem os cargos de Técnico administrativo nas diversas instituições, que são bastante visados pelos concurseiros em início de carreira, muitos dos quais estão estudando ou pretendem estudar nos cursos universitários. Para quem está fazendo graduação em universidade pública e precisa trabalhar, é um dos melhores cargos públicos, pelo menos pela minha experiência – facilita por já estar no local em que se estuda com diminuição de deslocamentos, traz maior proximidade com o meio acadêmico (para quem pensa em carreira docente), as cobranças no trabalho não costumam ser tão altas e os salários são medianos. Para quem tem curso técnico, como era meu caso (Técnico em Química), há ainda mais oportunidades de concursos nesses locais.
- **Agências reguladoras**: as diversas agências reguladoras (ANP, Ancine, Aneel, ANA, Antaq, ANS, Anvisa, Anatel, ANTT, ANAC, ANM) possuem cargos de Técnico, de nível médio, que possuem uma remuneração bastante interessante, além de possuir a vantagem de especialização e atuação em áreas diversas, o que pode facilitar a identificação com o trabalho na hora da escolha das vagas.
- **Empresas públicas e Sociedades de Economia Mista**: Além das já comentadas, da área bancária, temos muitas outras empresas públicas e sociedades de economia mista, de diversas áreas, como, por exemplo, pesquisa e gestão de projetos (Amazul, CPRM, EPL, EPE, Emprapa e Codevasf), fabricação e produção (**Petrobras**, Ceitec, Nuclep, Imbel e INB), transportes e infraestrutura (**Infraero**, **Telebrás**, Valec, CBTU e Trensurb), saúde (**Hemobrás**, EBSERH, HCPA e GHC), abastecimento (Conab), comunicações (EBC) e financeiro (IRB-Re e Casa da Moeda). Na maior parte das diversas empresas públicas (capital totalmente público) e sociedades de economia mista (há também dinheiro privado na composição do capital), há oportunidades para candi- Link

datos com nível médio (além de muitas vagas para quem tem curso técnico). Os salários variam a depender da empresa, mas há muitas oportunidades boas. As principais vantagens envolvem a participação de lucro nas empresas que são lucrativas, a existência de bons planos de saúde e previdência privada em algumas delas. As principais desvantagens são a menor estabilidade nos empregos, que não possuem as mesmas garantias dos servidores estatutários, e a possibilidade de privatização.

- **Outras autarquias e fundações**: além das universidades e agências reguladoras e demais já citadas nas outras áreas, temos outras autarquias que possuem oportunidades para candidatos com nível médio nas diversas autarquias federais. Agrupando por modelos e assuntos, temos:
    - **Conselhos Federais**: com exceção da OAB, que não precisa realizar concursos, os diversos órgãos regionais e federais de representação das categorias profissionais possuem seleções para seus quadros. Temos, por exemplo, os Conselhos de Medicina (CFM/CRMs), Química (CFQ/CRQs), Engenharia e Agronomia (Confea/CREA), Farmácia (CFF/CRF), Psicologia (CFP/CRQ) – em todos eles há cargos para atividades administrativas, de nível médio. Os salários são geralmente abaixo da média para o nível federal, mas é uma boa oportunidade para início de carreira, pelo menos.
    - **Institutos**: com o nome de instituto temos diversas autarquias, das mais variadas áreas. Na área **ambiental** temos Ibama e ICMBio, com cargas de Técnico Administrativo e Técnico Ambiental. Na área de preservação do **patrimônio histórico e cultural** temos o Iphan e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Na área de **pesquisa, tecnologia e metrologia**, temos Inmetro, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Na área da **propriedade industrial** temos o Inpi. Na área da **reforma agrária** temos o Incra. Na área da **educação** existe o Inep. Como se pode ver, além do nome e do fato de serem autarquias não há muita ligação entre esses institutos, de maneira que cada um tem sua particularidade de cargos, salários e atribuições. Contudo, têm em comum o fato de serem concursos federais, com razoável estabilidade e salários, cada um com destaque na sua área de atuação.
    - **Superintendências de Desenvolvimento**: atuam nos incentivos fiscais e financeiros, além de pesquisas, para os desenvolvimentos das regiões Nordeste (Sudene), Centro-Oeste (Sudeco), Amazônia (Sudam) e Zona Franca de Manaus (Sufram). Em geral os cargos são de caráter técnico, exigindo nível superior ou técnico em áreas específicas, mas também há oportunidades para nível médio nas áreas administrativas.
    - **Fundações**: geralmente dedicadas para a área cultural ou científica, as fundações possuem também patrimônio e quadro de pessoal próprios, com oportunidades para concursos. São exemplos: Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, além das diversas fundações ligadas a universidades.
    - **Outras**: a lista acima não esgota as oportunidades. Temos ainda diversas autarquias como a **Autoridade Nacional de Proteção de Dados** (ANPD), **Conselho Administrativo de Defesa Econômica** (CADE), **Comissão Nacional de Energia Nuclear** (CNEM), **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** (FNDE), **Agência Espacial Brasileira** (AEB), **Conselho Nacio-**

**nal de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** (CNPq) e **Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT**.

- **Outras oportunidades na Administração Direta federal**: além das oportunidades já citadas da administração direta, como PF e PRF e outros acima, temos alguns ministérios e órgãos federais que não aderiram, ainda pelo menos, ao Concurso Nacional Unificado, realizando concursos próprios. Citarei algumas excelentes oportunidades ainda não referidas, que se enquadram na administração direta (ou seja, sem autonomia em relação aos Ministérios e a Presidência e sem personalidade jurídica própria):
    - **Ministérios**: A composição dos Ministérios muda conforme o governo, devendo ser pesquisado cada um conforme a área de interesse temática. Os Ministérios costumam ser em torno de 20 a 40, a depender do governo. Na prática o que ocorre é o desmembramento ou união, com a criação ou extinção, a depender do Presidente. Mas os servidores concursados simplesmente acompanham as mudanças, permanecendo nos cargos. Atuando diretamente na administração direta, há oportunidades de desenvolvimento na carreira e de indicação para funções de confiança. Geralmente os Ministérios contratam para os cargos de nível médio, embora haja uma tendência de transformar muitos desses cargos para nível superior.
    - **Agência Brasileira de Inteligência (Abin)**: para nível médio, o cargo de Agente de Inteligência é bem remunerado e a atividade é interessante para muitas pessoas. Trata-se de um concurso bastante disputado por conta disso.
    - **Observatório Nacional**: há cargos de nível médio para técnico. No último concurso, entretanto, houve apenas vagas para nível superior, para Tecnologista e Pesquisador.

Para **nível superior**, por outro lado, todos os órgãos acima referidos para nível médio possuem também cargos para nível superior, sendo que em muitos, contudo, é preciso alguma formação específica. Há, contudo, cargos para qualquer graduação, inclusive tecnólogo, devendo ser pesquisado o órgão e seus últimos editais. Para qualquer formação, destaco as seguintes oportunidades:

- **Concurso Nacional Unificado**: no concurso de 2024 as oportunidades mais interessantes para qualquer nível superior eram para Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, Especialista em Regulação das Agências Reguladoras e Analista de Comércio Exterior. Em 2025 as melhores oportunidades estavam novamente nas Agências Reguladoras. Cada edital lançado deverá ter outras oportunidades, devendo se acompanhar as notícias antes de cada seleção para se preparar com antecedência.
- **ABIN**: além dos cargos de nível médio, temos para qualquer nível superior os cargos de Oficia de Inteligência, que são os responsáveis pela atividade-fim do órgão, de produção de relatórios de inteligência para tomada de decisões pelo Governo (trabalho de inteligência), bem como de proteção a dados sensíveis relativos à segurança do Estado, para que não sejam acessados por pessoas não autorizadas, especialmente de outros países (contrainteligência). O cargo atua tanto em escritório, na produção de informações por meio de redes abertas e bancos de dados privados, quanto em campo, fazendo operações.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 6/10 (muito variável, dependendo do cargo e nível de formação)

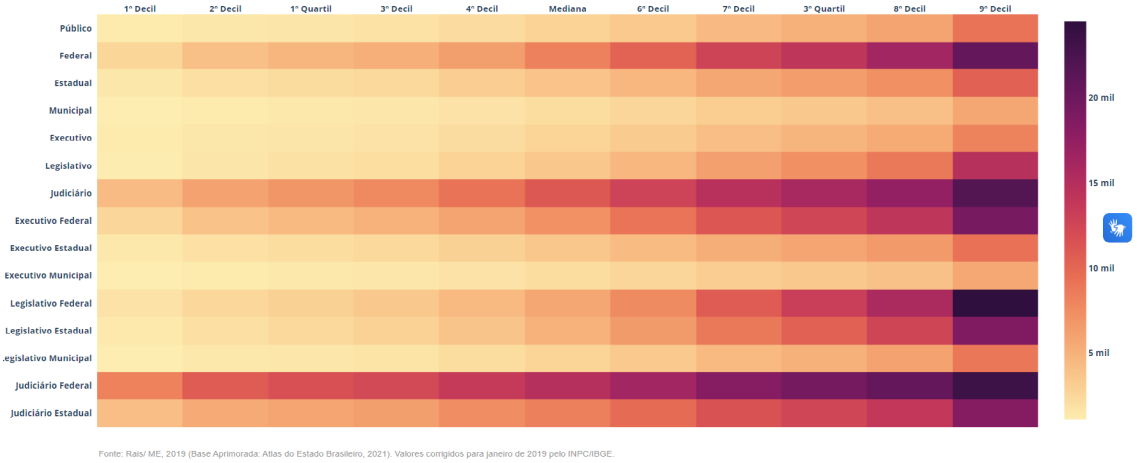
**Quantidade de trabalho**: 6/10 (idem – pesquisar cada cargo)

**Benefícios**: 7/10 (não estão entre os cargos de maior remuneração, já citados em outros tópicos anteriores)

**Características**: Os concursos federais oferecem inúmeras oportunidades para candidatos de nível médio e superior, geralmente com salários mais atrativos que os estaduais e municipais. Para nível médio, destacam-se o Concurso Nacional Unificado, que reúne vagas em diversos órgãos; o INSS, com o cargo de Técnico do Seguro Social; os Correios, com funções como carteiro e atendente; cargos administrativos em PF e PRF; os técnicos de universidades e institutos federais; além das agências reguladoras, empresas públicas, sociedades de economia mista (como Petrobras e Embrapa) e autarquias (Ibama, ICMBio, Iphan, Inmetro, Inep etc.). Para nível superior, além das vagas específicas por área, há opções para qualquer graduação em órgãos como as agências reguladoras, o Concurso Nacional Unificado (com cargos de Auditor Fiscal do Trabalho, Analista de Comércio Exterior e Especialista em Regulação) e a ABIN, que oferece o prestigiado cargo de Oficial de Inteligência. Esses concursos se destacam pela estabilidade, boas remunerações e benefícios, embora em alguns casos haja maior concorrência ou risco de privatização em empresas estatais.

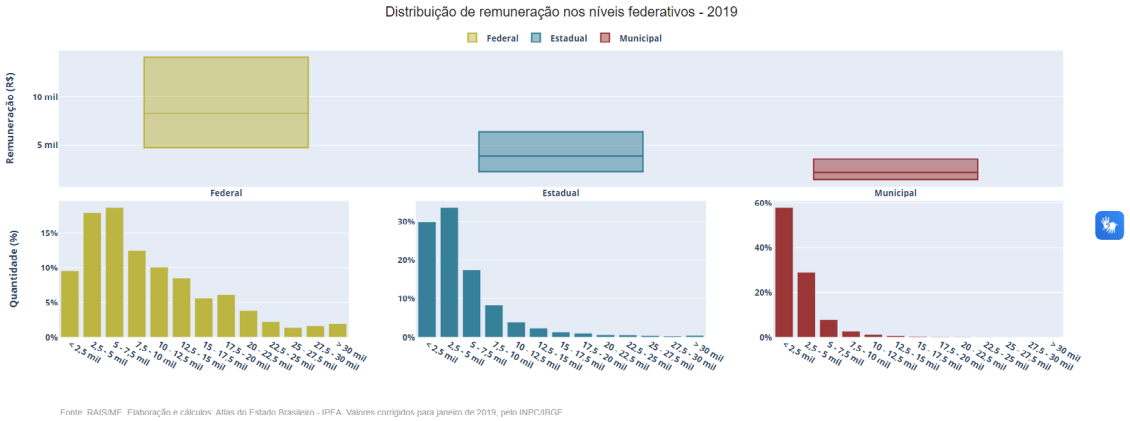
### 7.2.10 – Outras áreas estaduais

Considerando a existência de 26 Estados e o Distrito Federal, bem como as particularidades de cada unidade federativa, não especificarei cargos e órgãos. Alguns Estados são melhores, em média, em termos de remuneração para os servidores públicos – cito o Distrito Federal, que possui remunerações semelhantes aos do Governo Federal, mas há outros que historicamente possuem melhores remunerações, como Amapá e Goiás. Outros nem tanto – casos de Piauí, Paraíba e Rondônia. Todos esses dados tem como fonte a página do IPEA em https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/117. De qualquer maneira, no geral os salários federais são melhores do que os estaduais, que são melhores do que os municipais. Veja, por exemplo, o gráfico abaixo, feito por pesquisa do IPEA, que demonstra de forma clara essa diferença.




Fonte: Rais/ ME, 2019 (Base Aprimorada: Atlas do Estado Brasileiro, 2021). Valores corrigidos para janeiro de 2019 pelo INPC/IBGE.

Para interpretar a imagem deve-se fazer a correspondência com a escala de cores na direita, que mostra o valor em reais, sendo que as divisões entre os retângulos mostram as porcentagens das divisões dos salários (o último retângulo à direita é a faixa de 10% dos maiores salários e o primeiro os 10% menores salários). Além da diferença entre as unidades federativas, pode-se concluir, por exemplo, que nos Estados os melhores salários são do Judiciário, seguidos de perto pelo Legislativo e com o Executivo bem distante. O Legislativo municipal possui valores semelhantes ao do Executivo estadual e as piores remunerações são do Executivo municipal. O gráfico abaixo ajuda a ver melhor essa diferença, sendo também feito pelo IPEA.




Fonte: RAIS/ME. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA. Valores corrigidos para janeiro de 2019, pelo INPC/IBGE.

Recomendo a leitura dos dados em https://www.ipea.gov.br/atlasestado/download/154/tres-decadas-de-funcionalismo-brasileiro-1986-2017, que trazem informações interessantes como as acima – e permitem uma visão macro do funcionalismo por cada Estado.

Como não falarei especificamente de cada Estado, traço algumas diretrizes gerais para quem tem interesse em fazer concursos desses entes (além dos que já comentei antes em setores específicos):

- Nem sempre os Estados mais ricos são os melhores para o funcionalismo. Os Estados do Sudeste, em especial São Paulo, por exemplo, não tem salários proporcionais à sua riqueza. Apesar disso, a concorrência ainda é mais alta nessas regiões, pelo fato de que muitas pessoas não querem se mudar e essas regiões são populosas. Quem tem disponibilidade de se mudar tem, portanto, mais e melhores oportunidades, tanto em termos de facilidade de aprovação quanto em benefícios posteriores. Já comentamos bastante

sobre essas questões no capítulo anterior.

- Já traçamos diretrizes para a escolha dos cargos anteriormente, que recomendamos consultar para a escolha dos cargos. De qualquer forma, além das áreas que já comentamos nesse capítulo, que são as melhores em termos de vantagens (Judiciário, Legislativo, Tribunais de Contas, área fiscal, policial etc.), em geral são bons cargos nos Estados os da estrutura da Defensoria Pública, Detrans e algumas autarquias. Em linhas gerais, há uma estrutura semelhante à já descrita no item anterior para o nível federal também nos Estados, embora com menos órgãos e sem alguns equivalentes (não há os órgãos semelhantes aos da competência exclusiva federal, como os do sistema financeiro e ABIN).
- Uma dica já falada é procurar nos Portais da Transparência e por outros meios para obter informações sobre os cargos mais importantes.
- A distribuição de cargos entre os níveis fundamental, médio e superior muda conforme o Estado, mas em geral não há muitos cargos de nível fundamental, por também haver muitas atividades terceirizadas, havendo uma distribuição de cargos entre nível médio e superior semelhante ao federal, embora com mais cargos de nível médio, proporcionalmente.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 5/10 (muito variável, dependendo do cargo e nível de formação)

**Quantidade de trabalho**: 5/10 (idem – pesquisar cada cargo)

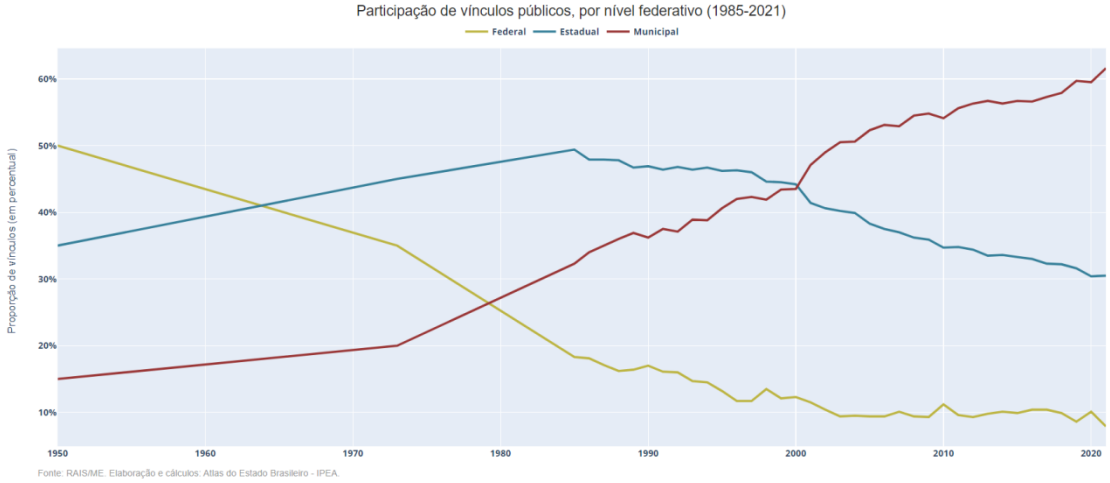
**Benefícios**: 5/10 (não estão entre os cargos de maior remuneração, já citados em outros tópicos anteriores, bem como os salários são menores do que os federais)

**Características**: Os concursos estaduais variam bastante conforme a unidade federativa, mas em geral oferecem remunerações menores que as federais e maiores que as municipais, com destaque positivo para o Distrito Federal, Amapá e Goiás, e negativo para Estados como Piauí, Paraíba e Rondônia, segundo dados do IPEA. O Judiciário tende a pagar melhor, seguido do Legislativo, enquanto o Executivo fica bem abaixo — sobretudo no nível municipal, que concentra as piores remunerações. A concorrência costuma ser maior em regiões populosas, como o Sudeste, mesmo com salários não tão altos, enquanto quem aceita se deslocar encontra mais oportunidades e melhores condições de aprovação em outros locais. Bons concursos nos Estados incluem cargos em Defensorias, Detrans e autarquias, além das áreas mais prestigiadas já citadas (Judiciário, Legislativo, Tribunais de Contas, área fiscal e policial). Em regra, há poucas vagas para nível fundamental, predominando cargos de nível médio e superior, e recomenda-se pesquisar nos portais da transparência para identificar carreiras mais vantajosas.

### 7.2.11– Outras áreas municipais

Além do Legislativo municipal e da Guarda municipal, que já comentamos, existem diversos outros cargos que há ingresso por concurso público nos municípios. De fato, a maior

parte dos cargos públicos pertence à esfera municipal, como se pode ver no gráfico abaixo, resultado de pesquisa do IPEA.




O gráfico mostra que desde a década de 1970 a proporção de cargos municipais vem crescendo em termos de participação (linha vermelha), se tornando a mais numerosa no começo dos anos 2000 e em tendência de alta, chegando hoje a mais de 60% dos vínculos.

Portanto, os cargos nos municípios são os mais numerosos – e há ainda muito a aumentar, pois ainda são frequentes os cargos em comissão, nomeados sem concurso, havendo pressão do Ministério Público e de parte da sociedade por concursos para esses cargos. Essa é, aliás, uma tendência ainda existente no âmbito de muitos municípios – a nomeação de muitos cargos em comissão, o que faz com que haja muitas mudanças na gestão com trocas de governantes. Isso faz com que também haja um impacto negativo nos benefícios, pela menor possibilidade de mobilização dos servidores para suas demandas – o que se junta ao menor orçamento dos municípios, em geral. Dessa forma, os salários do funcionalismo municipal são os menores, como já mostramos no tópico anterior.

Mesmo considerando os menores salários, a área municipal de concursos é interessante, principalmente para quem está no começo da carreira, por serem boas oportunidades de iniciar no serviço público, como já comentamos anteriormente. Como são muitos os municípios, cada um com sua estrutura de cargos e salários, é impossível falar das diversas oportunidades sem extrapolar os objetivos desse livro – e ficando desatualizado com muita rapidez, caso fosse feito. De qualquer forma, há sites que listam oportunidades, como os de cursos preparatórios e sites de questões – cito, dentre outros, Qconcursos, Estratégia, Gran Cursos, PCI Concursos, Ache Concursos, JC Concursos, Nova Concursos e Próximos Concursos.

Traço, contudo, algumas diretrizes para essa área de concursos:

- **Bancas pequenas**: geralmente as menores Prefeituras fecham seus concursos com bancas de concursos menores, sem muita tradição em grandes concursos. Isso ocorre por conta dos maiores preços das bancas mais tradicionais, que acabam não ganhando as licitações para os certames. Isso cria uma dificuldade extra para a área, por não permitir um estudo direcionado para a banca previamente, além de essas bancas terem maior possibilidade de fazer questões com gabaritos duvidosos. É comum também a existência de questões mais literais e menos desenvolvidas, como as que perguntam texto da lei, por exemplo. **Como os concursos de Prefeituras costumam ser reali-**

**zados por bancas menores, o site delas é um bom lugar para procurar informações sobre novas oportunidades**.

- **Maiores chances de fraude**: também por conta das bancas menores, ainda sem a mesma qualidade de controle e segurança (ou mesmo intencionalmente, mas deixemos para lá), é mais comum a ocorrência de fraudes em concursos de Prefeitura do que nos estaduais e federais. Mas é claro que isso não ocorre com todas as vagas, como já comentamos. Não se deve desanimar caso se tenha resultados negativos nos concursos, mas continuar tentando.
- **Menores concorrências**: considerando o menor custo-benefício, os concursos municipais acabam tendo menores concorrências, também pela menor publicidade, visibilidade e maior dificuldade para realização das provas (alguns municípios são distantes dos grandes centros e não tem estrutura para receber muitas pessoas de fora). Por conta disso, pode ser uma oportunidade de aprovação rápida para quem ainda está começando e precisa de uma remuneração logo. Às vezes, oportunidades muito interessantes em termos de benefícios podem não ter a devida publicidade, o que é uma vantagem dos concursos desses entes.
- **Mais concursos de nível fundamental**: para quem ainda não tem nível médio, as chances que existem estão nos municípios, ante a tendência de exigir pelo menos nível médio para os concursos estaduais e federais (e uma tendência de passar a exigir nível superior em muitos concursos desses entes). Nas Prefeituras existem inclusive concursos para nível fundamental incompleto. Os cargos de nível fundamental geralmente são para atividades que são usualmente terceirizadas nos outros entes, como serviços gerais, merendeiros, pedreiros, operadores de máquinas e outros. **Para quem pode participar de concursos e ainda não tem nível médio, contudo, uma dica é estudar para os concursos e, ao mesmo tempo, se inscrever para o Enem para tentar conseguir nota para o diploma de nível médio** – com nota 400 nas questões e 500 na redação do Enem é possível conseguir o certificado de nível médio, abrindo uma grande quantidade de novas oportunidades de concursos. O estudo para os concursos de nível fundamental e para o Enem possuem pontos em comum, de maneira que essa é uma oportunidade para quem ainda não conseguiu esse diploma.

Cargos interessantes na esfera municipal geralmente exigem graduações específicas, como os cargos da área de saúde, engenharia, contabilidade e direito (já comentamos sobre o cargo de Procurador). No **nível superior**, para qualquer área de formação os concursos mais interessantes também já foram comentados, pertencendo à área fiscal e ao legislativo. Tirando essas áreas, não há muitas oportunidades para qualquer nível superior, devendo ser feita uma procura mais aprofundada. Geralmente há Prefeituras em que para o cargo de Professor de Educação Infantil basta ter formação em Magistério ou qualquer graduação, sendo os salários melhores do que os cargos de nível médio.

Para **nível médio**, além dos cargos de Guarda Municipal, já comentado, geralmente há muitas oportunidades para profissionais como nível técnico (enfermagem, farmácia, química, administração, contabilidade, informática, raio-X e outros). Para simplesmente nível médio, temos, em regra, como melhores oportunidades os cargos de Agente de trânsito e Fiscal de Obras.

Por fim, para **nível fundamental**, completo ou não, geralmente os cargos com melhor

remuneração são os de motorista, havendo Prefeituras com cargos para motorista de máquinas pesadas com remuneração até maior do que alguns cargos de nível médio.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 4/10 (muito variável, dependendo do cargo e nível de formação)

**Quantidade de trabalho**: 5/10 (idem – pesquisar cada cargo)

**Benefícios**: 3/10 (não estão entre os cargos de maior remuneração, já citados em outros tópicos anteriores, bem como os salários são menores do que os estaduais e federais)

**Características**: A esfera municipal concentra a maioria dos cargos públicos do país, representando mais de 60% dos vínculos, embora com salários geralmente menores que os estaduais e federais. Ainda é comum a nomeação de cargos em comissão, o que reduz benefícios e estabilidade, mas há tendência de maior exigência de concursos. Apesar das remunerações inferiores, os concursos municipais oferecem boas oportunidades de ingresso no serviço público, principalmente para iniciantes, com menor concorrência, bancas locais menos previsíveis e maior número de vagas para nível fundamental. Há riscos maiores de fraudes e gabaritos questionáveis, mas também chances rápidas de aprovação em municípios menos visados. Para nível superior, destacam-se cargos nas áreas de saúde, engenharia, contabilidade, direito e magistério; para nível médio, funções técnicas, de fiscalização e segurança; e, para nível fundamental, atividades operacionais como serviços gerais e motoristas — sendo estes últimos, em alguns casos, melhor remunerados que funções de nível médio.

## 7.3 – Concursos para graduações específicas

Continuando, comentarei agora sobre as áreas em que se exigem diplomas específicos para o ingresso. Já falei sobre os concursos específicos para a área de Direito e agora o foco será as demais graduações. Este tópico falará das áreas gerais para graduações próprias. O próximo capítulo, por sua vez, irá mudar o foco, tratando da quantidade e qualidade de concursos por área de formação.

### 7.3.1 – Concursos de Professor Universitário

O cargo de Professor Universitário é um dos com maior prestígio intelectual, no topo das universidades e outras instituições de ensino. Embora seja possível ser professor universitário na iniciativa privada, focaremos nos cargos públicos.

Em termos de **divisão**, temos instituições federais e estaduais. No plano **federal** temos as universidades, as faculdades, os institutos federais e os centros federais de educação tecno-

lógica (Cefet). Há universidades e faculdades federais em todos os Estados (alguns deles com mais de uma). A diferença entre faculdade e universidade é que as universidades possuem cursos e pesquisas de todas as áreas de conhecimento, enquanto as faculdades são mais restritas, não necessariamente tendo pesquisa. Os institutos federais são ainda mais numerosos, com maior interiorização – e possuem geralmente uma atuação mais voltada para o mercado de trabalho, com enfoque acadêmico menor, além de também possuírem cursos técnicos e maior quantidade de cursos de tecnólogo. Os Cefets, por sua vez, localizados em Minas Gerais e Rio de Janeiro atualmente, possuem atuação voltada às áreas de tecnologia e não precisam atuar na pesquisa. Nos **Estados** temos as universidades estaduais, com mais de uma por estados maiores, e alguns institutos, como o Iserj no Rio de Janeiro. Por fim, existem ainda instituições públicas **municipais**, como a Universidade de Taubaté, o Centro Universitário de Franca, a Faculdade Municipal de Palhoça e a Faculdade Municipal de Macaé.

Quanto aos **cargos**, a carreira de professor universitário começa no cargo de Professor Auxiliar, passando por Assistente e Adjunto (a nomenclatura muda conforme as instituições, variando também conforme o grau de formação – graduação, mestrado ou doutorado – que o candidato possui quando do ingresso). Há geralmente o cargo de Professor Associado, com a progressão na carreira. Por fim, chega-se ao cargo de Professor Titular, para o qual também há concurso – embora com características diferentes dos concursos comuns – e que possui todas as atribuições da carreira, podendo inclusive compor bancas de concursos para professor titular. Nos concursos de Professor são muito importantes os títulos que se possui – nas universidades federais é obrigatório o título de doutor para entrar no quadro, embora esse requisito possa ser relativizado, permitindo o ingresso de mestres, especialistas ou mesmo graduados, a depender da carência de profissionais na região.

As **fases** dos concursos são bastante diversas dos concursos comuns, o que caracteriza esses concursos como diferentes. Em primeiro lugar, há as provas escritas – não é comum haver prova objetiva, ao contrário dos demais concursos. O tema da prova escrita geralmente é sorteado entre alguns listados no edital. Como não há prova objetiva, o concurso já se torna mais subjetivo desde a primeira fase. A segunda fase é uma prova didática, que pode ser uma aula ou apresentação de projeto. Há tempo previsto para a apresentação – e o desrespeito ao tempo pode ser fatal para as pretensões de aprovação. São avaliados nessa fase critérios como o planejamento, execução, desenvoltura, respeito ao tempo, profundidade das explicações, criatividade e recursos pedagógicos usados. Por fim, há a etapa de avaliação de títulos, que costuma ser muito mais importante do que nos outros concursos – a formação do candidato é extremamente relevante nesses concursos. Assim, mesmo que tenha ido melhor do que outros candidatos nas etapas anteriores, se não tiver feito boa graduação, iniciação científica, mestrado e doutorado relevantes, a chance de ficar para trás é muito alta. Pode haver também entrevistas ou provas de memoriais, também para avaliar o histórico do candidato e sua adequação à linha de pesquisa da faculdade. Por conta dessas características diferenciadas, os concursos para Professor são um universo à parte dos demais concursos, pois não conta tanto assim a preparação para as provas no quesito conhecimentos teóricos, sendo avaliados outros pontos. Dessa forma, o caminho para ingresso nas grandes universidades nos concursos mais procurados começa já no começo da vida acadêmica, na escolha da universidade que se irá fazer e na rede de contatos que se terá. Claro que essa regra não é uniforme – há áreas de graduação em que a atividade docente é mais prestigiada e procurada pelos graduados, o que faz com que haja maior concorrência e esses fatores se tornem mais relevantes.

As **disciplinas** cobradas são, é claro, aquelas próprias da área de formação em que se

está fazendo o concurso. Também aqui há diferença para outros concursos, pois não são cobrados conhecimentos tradicionais de parte básica, como português (só cobrado na correção das provas escritas, mesmo que indiretamente), noções básicas de direito e informática.

Quanto às **atribuições**, qualquer pessoa que fez graduação (requisito para fazer os concursos), já teve contato com professores e sabe como é a atividade, pelo menos na docência. Além das aulas, contudo, há a parte da pesquisa, extensão e gestão – que pode ser mais relevante do que as aulas, principalmente nas grandes universidades. Isso inclui a criação de linhas de pesquisa, orientação de alunos (iniciação, mestrado, doutorado, pós-doutorado – a depender da titulação e avanço na carreira do professor) e a produção científica (artigos, participação em congressos, revisão de artigos de outros colegas, participação em bancas de concursos, qualificação, TCC, mestrado e doutorado, etc.). Há também atividades administrativas, como prestação de contas dos recursos recebidos, formalização de compras de insumos (a depender da área de pesquisa), encaminhamento de projetos para agências de fomento e outros. Como cada graduado tem boa noção de como é a área acadêmica em sua área, não irei me alongar mais.

Quanto ao **custo-benefício**, as principais vantagens da carreira são a possibilidade de acumulação com outras atividades, a independência, a autonomia e a possibilidade de licenças e férias diferenciadas. Quanto ao primeiro ponto, a atividade de professor universitário pode ser acumulada com outras atividades, tanto privadas quanto no serviço público. Há previsão constitucional dessa acumulação, o que faz da carreira o segundo trabalho de muitos. Isso só é comum, contudo, em algumas áreas, como Direito e Medicina, por exemplo. Em áreas com uma pesquisa mais exigente e pesada, como Física, Química e Biologia, é preciso dedicação maior, o que faz com que não haja essa vantagem. Quanto à independência e autonomia, a atividade docente permite uma ampla liberdade na escolha das linhas de pesquisa, da forma como irá gerir seu grupo e do que irá fazer, sem uma chefia superior a intervir (na verdade, os Professores são a chefia da instituição, tendo grande ascendência em relação aos demais cargos). Quanto às licenças e férias diferenciadas, há possibilidade de afastamentos para realização de estudo – como para fazer doutorado ou pós-doutorado – e também há uma maior liberdade na concessão das licenças para tratar de assuntos pessoais (sem remuneração), além de haver mais de um período de férias das aulas (o que pode coincidir ou não com férias totais para as atividades, já que a depender da área a pesquisa irá continuar e é a atividade mais importante). Quanto às desvantagens, podemos citar a competitividade do meio acadêmico (há quem goste, contudo), além de os salários não serem os mais altos existentes, ainda mais considerando o tempo necessário de preparação até chegar a Professor Titular (o que demanda uma carreira iniciada durante a graduação muitas vezes, para as cadeiras mais concorridas, passando por exigências altas na pós-graduação e muitos anos de estudo). Quando se acumula com outro cargo, essas vantagens são pouco importantes, mas quando se tem apenas a docência como atividade isso pode ser relevante. Contudo, deve-se destacar que em muitas áreas de formação a atividade de Professor universitário é o auge da carreira em termos de remuneração – tanto quando se considera o serviço público (excluindo os cargos que podem ser ocupados por qualquer graduação) como quando se pensa na atividade privada (que é restrita para algumas carreiras). No final, a carreira tem como principal vantagem a participação em pesquisas, que é o principal atrativo e que deve ser o fato essencial para se decidir por seguir esse caminho ou não – uma decisão que geralmente deve ser tomada logo, quando se decide ir para a pós-graduação.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 10/10 pelo alto nível de subjetividade e pela importância de questões prévias (além da dificuldade de terminar um doutorado e ter toda uma carreira acadêmica prévia – mais fácil, contudo, em algumas áreas não tão procuradas pelos graduados e nas instituições menores)

**Quantidade de trabalho**: 5/10 (variável, depende muito da área e da dedicação – mas o fato de muitos acumularem com outros trabalhos demonstra que não é tão difícil assim em algumas áreas de formação)

**Benefícios**: 5/10 (deveriam ser melhores, com mais valorização – no geral não é tão atrativo pelos benefícios em si)

**Características**: O cargo de professor universitário no serviço público é um dos mais prestigiados, com atuação em universidades, faculdades, institutos federais e estaduais, além de algumas instituições municipais. A carreira inicia em níveis como Auxiliar ou Assistente e pode chegar a Titular, exigindo, em regra, titulação avançada, sobretudo doutorado nas federais. Os concursos diferem dos tradicionais, com foco em provas escritas específicas da área, prova didática e forte peso da avaliação de títulos e histórico acadêmico, o que torna o percurso dependente de escolhas feitas desde a graduação. As atribuições vão além das aulas, incluindo pesquisa, extensão, orientação de alunos e gestão acadêmica, com forte carga de produção científica. O custo-benefício envolve vantagens como autonomia, possibilidade de acumulação de cargos, licenças e férias diferenciadas, mas também desvantagens como alta competitividade e remuneração que, embora relevante em muitas áreas, pode não ser das mais elevadas diante do tempo de formação exigido. O principal atrativo é a participação em pesquisa, considerada o eixo central da carreira.

### 7.3.2 – Outros concursos de Professor

Além da docência como Professor Universitário, existem muitas oportunidades para atuar como Professor em outros níveis. Nesse tópico comentaremos as demais oportunidades.

Em termos de **divisão**, temos Professores para o nível médio, fundamental e infantil. Para o nível **médio**, é preciso ser formado em Pedagogia ou licenciatura em outras áreas. Para o **fundamental** é preciso também Pedagogia ou licenciatura, exceto para os quatro primeiros anos, em que podem ser admitidos profissionais apenas com magistério (mas há projeto de lei para exigir também Pedagogia ou licenciatura). Por fim, para o **ensino infantil** é preciso, em regra, apenas magistério (também conhecido como médio normal, que é o curso técnico para atuar como professor, que tem cada vez menos procura por conta dessa tendência de exigir faculdade para a maior parte dos cargos). Por conta de tais questões, a melhor opção para quem procura atuar na área da docência é a realização de curso superior, pois as perspectivas futuras para magistério não são boas. Além disso, o curso de Pedagogia e as licenciaturas não ficam entre os cursos mais concorridos e nem mais difíceis para se graduar (com exceções, como algumas licenciaturas que podem ter matérias bastante difíceis).

As principais **licenciaturas** para ser professor são Ciências Naturais, Física, Geografia, Informática, Matemática, Química, Artes Visuais, Dança, Música, Ciências Sociais, Filosofia, História, Letras (línguas estrangeiras) e Letras (português). Além disso, temos o curso de Pedagogia, que é próprio para dar aulas na educação infantil, nos primeiros anos do ensino fundamental, na educação de jovens e adultos (EJA), além de dar aula para os cursos de magistério e também serem os profissionais responsáveis, geralmente, pela direção das escolas.

Quanto aos **cargos**, os Estados são responsáveis pelo ensino médio e podem fazer parceria com os municípios para ofertar o ensino fundamental. Os municípios mantém o ensino infantil e também são responsáveis pelos anos iniciais do ensino fundamental (1º a 5º ano). A União possui algumas escolas técnicas que possuem o curso de nível médio integrado, geralmente sendo integradas a universidades federais. No ensino fundamental e infantil a União atua, além disso, pelo Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (sempre lembrado quando se comenta sobre previsões desnecessárias na Constituição Federal...). Logo, os professores são vinculados a essas instituições e ao respectivo ente federal responsável.

No que se refere à **forma dos concursos**, temos concursos para professores efetivos, que são contratados pelo regime estatutário e se tornam servidores de carreira, e também concursos para professores temporários, que são nomeados para o trabalho por tempo determinado, geralmente de um ano e pelo regime CLT. Somente interessa aos objetivos desse livro os concursos para professores efetivos. O candidato deve procurar informações sobre a forma de ingresso em definitivo e quais os entes com concursos em aberto, que podem ser os Municípios, Estados ou a União, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As **fases** dos concursos são, em regra, prova objetiva, prova discursiva e prova de títulos. Em alguns concursos podem também haver provas práticas, com planos de aulas e provas didáticas. A prova de títulos, classificatória, geralmente atribui pontos aos títulos de mestre e doutor e a prática anterior na docência.

As **disciplinas** cobradas nas provas variam conforme a instituição e o cargo, mas são comuns questões na parte básica sobre fundamentos da educação e legislação própria do ensino e português. Na parte específica são cobradas perguntas da área de formação própria para os cargos, em relação aos conteúdos que serão ensinados (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas).

Quanto às **atribuições**, além da atividade de ensino em sala de aula, que todos conhecemos, os professores também têm atividades fora da sala de aula, que envolvem reuniões, atendimento a pais e alunos, eventos acadêmicos, preparação de aulas e planos de aulas, correção de atividades e outras. Como é uma profissão a que todos devemos parte de nossa formação, é fácil saber quando se tem afinidade às atividades próprias do cargo, que envolve, claro, muita interação com outras pessoas e disposição em ensinar – inclusive quando nem sempre há disposição em aprender.

Quanto ao **custo-benefício**, as principais vantagens da carreira são a aposentadoria diferenciada e a existência de pisos salariais, que fazem com que em muitos lugares o salário seja bastante interessante frente a outras oportunidades no serviço público local. Também são uma vantagem as férias, duas vezes ao ano, seguindo o calendário escolar. As principais desvantagens vêm da desvalorização da carreira na sociedade brasileira, que não reconhece como devia os profissionais, muitas vezes inclusive questionando e tirando a autoridade dos professores frente aos alunos.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 5/10 (não é tão concorrido e geralmente há muitas oportunidades)

**Quantidade de trabalho**: 6/10 (variável, depende muito da área e da dedicação)

**Benefícios**: 4/10 (deveria ser bem melhor e mais valorizado)

**Características**: A carreira de professor nos níveis infantil, fundamental e médio oferece diversas oportunidades em concursos municipais, estaduais e federais, geralmente exigindo formação em Pedagogia ou licenciaturas específicas, embora ainda haja espaço para o magistério em alguns casos. Os concursos costumam envolver provas objetivas, discursivas, didáticas e de títulos, valorizando pós-graduação e experiência prévia. As atribuições vão além da sala de aula, incluindo reuniões, planejamento, correções e interação constante com pais e alunos. O custo-benefício traz vantagens como aposentadoria diferenciada, pisos salariais atrativos em certos locais e férias semestrais, mas enfrenta a desvantagem da desvalorização social da docência, que impacta a autoridade e reconhecimento do professor.

### 7.3.3 – Concursos de Perito Criminal

Único cargo que não comentamos ao falar dos concursos policiais, o cargo de Perito Criminal é considerado por muitos (inclusive eu), o melhor cargo da carreira policial. Com salários altos, que equivalem aos de Delegado em muitos órgãos policiais (inclusive na Polícia Federal), além das outras vantagens da carreira, como aposentadoria diferenciada, o cargo ainda traz a possibilidade de atuar na área de formação, o que é uma vantagem para muitas pessoas.

Para se tornar Perito Criminal é preciso formação em áreas de graduação específica. A **divisão** de áreas muda na Polícia Civil, mas na Polícia Federal as áreas existentes são:

- Área **1**: Ciências Contábeis ou Ciências Econômicas
- Área **2**: Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Redes de Comunicação ou Engenharia de Telecomunicações
- Área **3**: Ciências da Computação, Informática, Análise de Sistemas, Engenharia da Computação ou Engenharia de Redes de Comunicação
- Área **4**: Engenharia Agronômica
- Área **5**: Geologia
- Área **6**: Engenharia Química, Química ou Química Industrial
- Área **7**: Engenharia Civil
- Área **8**: Biomedicina ou Ciências Biológicas
- Área **9**: Engenharia Florestal
- Área 10: Medicina Veterinária
- Área 11: Engenharia Cartográfica
- Área 12: Medicina
- Área 13: Odontologia

- Área 14: Farmácia
- Área 15: Engenharia Mecânica ou Engenharia Mecatrônica
- Área 16: Física
- Área 17: Engenharia de Minas
- Área 18: Engenharia Elétrica
- Área 19: Biomedicina, Ciências Biológicas, Farmácia ou Medicina Veterinária

A divisão entre os cargos para os quais haverá concursos não é isonômica entre as áreas acima, contudo. As áreas com mais oportunidades geralmente são as que têm perícias relacionadas aos crimes mais comuns, que são as de Contabilidade (área 1), Informática (Área 3), Química (área 6), Engenharia Civil (área 7), Engenharia Florestal (área 9) e Engenharia Elétrica (área 18). Esse é o panorama federal, pelo menos. Nas Polícias Civis há maior número de crimes contra a vida, demandando Peritos da área de Medicina, que não são tão comuns na Polícia Federal.

Os **cargos** são, no âmbito federal, o de Perito Criminal Federal e, nas Polícias Civis, o de Perito Criminal e Perito Médico-Legista (divisão que ocorre na maior parte dos Estados). Outra diferença é que, na maior parte dos Estados, os Peritos atuam na Polícia Científica, que é desvinculada da Polícia Civil – há inclusive PEC para tornar essa desvinculação constitucional e obrigatória para todos os Estados.

As **fases** do concurso são as próprias dos concursos policiais, com provas objetivas, prova discursiva (pode ser uma redação de tema geral ou perguntas próprias da área de conhecimento), teste de aptidão física, avaliação psicológica, prova de títulos e curso de formação. Trata-se, portanto, de um concurso bastante exigente e difícil, havendo muita competição pelas vagas – que geralmente não são muitas por cada área.

As **disciplinas** cobradas são divididas usualmente em parte geral, em que são cobrados conhecimentos próprios para  a área policial (língua portuguesa, informática, noções de direito constitucional, administrativo, penal e processual penal, dentre outras), e parte específica, na qual são cobrados conhecimentos próprios de cada área de formação. Na Polícia Federal o edital praticamente esgota as matérias próprias de cada formação, sendo bastante amplo o conteúdo.

No que se refere às **atribuições**, o Perito Criminal é responsável pelas perícias para produção das provas de materialidade dos crimes – ou seja, para provar que os crimes ocorreram, a fim de convencimento do Juízo criminal. Atuam em crimes que deixam vestígios, principalmente nos de maior complexidade. Dentro das atividades está realizar exames periciais em locais de infração penal, realizar exames em instrumentos utilizados, ou presumivelmente utilizados, na prática de infrações penais, realizar pesquisas de interesse do serviço e coletar dados e informações necessários à complementação dos exames periciais. O Perito Legista atua da mesma forma, mas especializado em investigar e analisar as causas e circunstâncias de mortes, lesões e outros tipos de violência, realizando os exames de corpo de delito e também outras análises, como documentais, para fins de interesse da investigação criminal. É necessário se destacar que nem sempre o Perito irá atuar na sua área de especialização. Há muitas perícias que são gerais, podendo ser feitas por qualquer profissional e que irão ser muito comuns no cotidiano. Cito as perícias de balística, documentoscopia, identificação veicular e especialmente as perícias de local de crime. Somente com progresso na carreira é que o Perito provavelmente ficará mais especializado, podendo trabalhar nos Institutos de Criminalísticas

em sua área de expertise. Além do trabalho pericial, o Perito também é policial, podendo ser convocado para outras missões policiais – embora na prática não ocorra com tanta frequência, principalmente quando há separação entre a Polícia Civil e a Polícia Científica.

Por fim, quanto ao **custo-benefício**, já descrevemos algumas das vantagens do cargo – alta remuneração, possibilidade de atuação na área de formação e aposentadoria especial. Além dessas, existe a vantagem da independência funcional do cargo, sendo um cargo com pouca interferência de outras autoridades, inclusive os delegados, pelo seu caráter técnico (assim não há os mesmos atritos ou ascendência hierárquica entre os Peritos e Delegados que existem com outros cargos). Além disso, em alguns órgãos é possível que haja trabalho em turnos, permitindo usufruir de dias de folgas acumulados posteriormente. Como desvantagem pode-se apontar que muitas perícias são mais simples do que se pode pensar, levando a repetição com o tempo, principalmente quando não se está especializado. Em termos de remuneração, os salários variam conforme cada Estado, mas em muitos deles é semelhante ou igual ao dos Delegados, o que ocorre na Polícia Federal. De qualquer maneira, os salários da área estão entre os mais altos para muitas áreas de formação.

**Resumo**:

**Nível de dificuldade**: 9/10 (variável para cada Polícia, sendo essa nota para a Polícia Federal, ante a quantidade de fases, a complexidade das perguntas e a alta concorrência)

**Quantidade de trabalho**: 7/10 (variável, com maior quantidade de trabalho nas Polícias Civis usualmente)

**Benefícios**: 8/10 (depende do órgão)

**Características**: O cargo de Perito Criminal é considerado um dos mais prestigiados da carreira policial, com salários elevados (muitas vezes equiparados aos de Delegado), aposentadoria diferenciada e a possibilidade de atuação direta na área de formação acadêmica. Exige graduação específica em áreas como Contabilidade, Informática, Química, Engenharia, Medicina, Biologia, entre outras, com maior oferta em campos ligados a crimes frequentes, como perícias contábeis, químicas e de informática. O concurso é altamente competitivo, composto por provas objetivas, discursivas, teste físico, avaliação psicológica, títulos e curso de formação, cobrando tanto disciplinas gerais quanto conteúdo técnico da área escolhida. Suas atribuições centram-se na produção de provas periciais para comprovar materialidade e circunstâncias dos crimes, desde perícias em locais de crime até exames documentais, podendo o Perito Médico-Legista focar em causas de morte e lesões. Apesar de muitas perícias serem rotineiras e pouco especializadas no início da carreira, a função oferece independência técnica e grande valorização profissional, figurando entre as carreiras públicas mais atraentes para graduados em diversas áreas.

# 8 – Concursos por graduações específicas

Mudando o enfoque, nesse capítulo iremos conversar sobre quais são as principais áreas dentro de cada área de graduação de nível superior. Há algumas áreas com maior quantidade de vagas no serviço público, enquanto outras são mais voltadas para a iniciativa privada, o que também descreveremos em cada parte. A separação das áreas será feita em ordem alfabética. Não comentaremos sobre todos os cursos de graduação, por serem muitos, mas apenas falaremos dos mais comuns. Ao final de cada tópico uma nota que indica a quantidade de oportunidades (quanto mais próximo de 10, mais concursos) e a remuneração (quanto mais próximo de 10, melhor remunerado, no geral, considerando, contudo, o mercado de trabalho da profissão, não uma comparação entre as carreiras em si, exceto quando expressamente escrito). Claro que não há precisão e exatidão científicas, mas é um indicador para facilitar a análise, com base em minha experiência, pesquisa e o mercado no momento em que escrevo o livro (sujeito a mudanças).

## 8.1 - Administração

É uma área muito interessante no serviço público, com boas oportunidades em todos os Poderes. No **Legislativo**, há diversos cargos para Administradores, inclusive áreas próprias para Consultor Legislativo do Senado e Câmara. No **Judiciário** é frequente que haja cargos de Analista Administrativo com especialização para Administração, com salários semelhantes aos dos Analistas Judiciários. No **Executivo** é onde estão as maiores oportunidades, havendo geralmente cargos próprios para os graduados em quase todos os entes federativos, para atuar na gestão e organização do serviço público. As empresas públicas também oferecem usualmente vagas para Administradores, sendo uma carreira interessante, em locais como Petrobras.

**Quantidade de concursos** – 7/10 (presente em muitos órgãos, mas geralmente não são muitos cargos)

**Benefícios dos cargos** – 6/10 (dificilmente os cargos de Administrador recebem melhor do que os demais cargos da carreira e no mercado de trabalho há oportunidades melhores)

## 8.2 - Antropologia

É uma área predominantemente acadêmica, com a maior parte das oportunidades em universidades. Fora das universidades há oportunidades em órgãos como Incra e Funai e em outras instituições culturais, como museus.

**Quantidade de concursos** – 3/10 (não é muito comum fora dos ciclos acadêmicos)

**Benefícios dos cargos** – 8/10 (os salários de professor universitário são geralmente altos para o mercado da carreira)

## 8.3 - Arqueologia

Fora da área acadêmica as oportunidades são ligadas geralmente a museus ou a órgãos relacionados com licenciamentos ambientais, já que muitas vezes é necessária a análise para saber se há sítios arqueológicos antes de permitir a exploração. Assim, há concursos em órgãos como Iphan, Marinha e alguns órgãos estaduais e mesmo municipais.

**Quantidade de concursos** – 4/10 (existem algumas oportunidades, embora dificilmente com muitas vagas)

**Benefícios dos cargos** – 8/10 (os salários de professor universitário são geralmente altos para o mercado da carreira)

## 8.4 - Arquitetura

É uma área bastante procurada no serviço público, com oportunidades em todos os Poderes. No **Legislativo**, há oportunidades em carreiras específicas de Analista no Senado, Câmara, bem como Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. No **Judiciário** há alguns Tribunais com cargos de Analista Administrativo com especialização em Arquitetura, inclusive nos Tribunais Superiores e no CNJ. No **Executivo** há diversas oportunidades, havendo cargos próprios para Arquitetos em quase todos os entes federativos, sendo a atuação voltada ao acompanhamento de projetos públicos, em especial nas áreas de urbanização e obras. As empresas públicas oferecem vagas para Arquitetos, além disso, sendo exemplo a Petrobras. Também há oportunidades nas carreiras militares, como Marinha, com salários usualmente na média do mercado de trabalho.

**Quantidade de concursos** – 7/10 (presente em muitos órgãos, mas geralmente não são muitos cargos)

**Benefícios dos cargos** – 6/10 (os salários são geralmente razoáveis e entre os mais bem remunerados das carreiras não jurídicas, mas na iniciativa privada há muitas oportunidades também)

## 8.5 - Arquivologia

Área de destaque nos concursos públicos, tanto pela quantidade de oportunidades quan-

to na cobrança dos conhecimentos em concursos para todas as formações. No **Legislativo**, há oportunidades específicas para Arquivistas no Senado, Câmara, Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. No **Judiciário** há cargos de Analista Judiciário com especialização Arquivista. No **Executivo** há oportunidades em diversos órgãos, tendo havido diversas oportunidades no Enem dos concursos, com vagas em instituições como Funai, AGU e Ministérios. Nas esferas estaduais e municipais também é frequente a necessidade de profissionais. Há, portanto, grande procura pela área, inclusive em empresas públicas como Petrobras e nas Universidades. Como se vê, é uma área importante no serviço público, devido à importância da manutenção adequada dos arquivos públicos, essencial para a continuidade dos serviços.

**Quantidade de concursos** – 6/10 (muito frequentes e distribuídas em diversos órgãos)

**Benefícios dos cargos** – 9/10 (os salários são geralmente acima da iniciativa privada para os Arquivistas e estão dentro da média dos demais cargos de nível superior)

## 8.6 – Artes e correlatas (Dança, Fotografia, Teatro...)

Artes e burocracia não parecem combinar muito – essa é a impressão que se tem quando se observa a ínfima quantidade de oportunidades para os profissionais das áreas de Artes (Visuais, Cênicas, Gráficas, Plásticas etc.) e formações semelhantes (Dança, Fotografia, Animação, Teatro, Criação gráfica e outros). Mesmo os concursos da área de cultura e artes, como Ancine e Funarte, não tem normalmente áreas específicas para essas graduações. As oportunidades estão, portanto, praticamente restritas aos cargos de Professor das Universidades.

**Quantidade de concursos** – 1/10 (praticamente só há cargos nas carreiras acadêmicas)

**Benefícios dos cargos** – 8/10 (os salários de Professor Universitário são muito bons, sendo uma ótima oportunidade para quem é da área)

## 8.7 - Biblioteconomia

É uma área com predominância de vagas no setor público, havendo muitas oportunidades para ingresso nas bibliotecas, que podem ser federais, estaduais ou municipais, sendo vinculadas a órgãos públicos (como nas universidades) ou organizadas como instituições autônomas (fundações ou autarquais). Além disso, no **Legislativo** há oportunidades específicas para Bibliotecários no Senado, Câmara, Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. No **Judiciário** há cargos de Analista Judiciário com especialização Bibliotecário. No **Executivo** há oportunidades em diversos órgãos, tendo havido oportunidades no Enem dos concursos, com vagas em instituições como Funai, IBGE e Ministérios. Há, portanto, grande procura pela área, como já falado para área de arquivologia.

**Quantidade de concursos** – 6/10 (muito frequentes e distribuídas em diversos órgãos)

**Benefícios dos cargos** – 9/10 (os salários são geralmente acima da iniciativa privada e estão dentro da média dos demais cargos de nível superior)

## 8.8 - Biologia

É uma área interessante para concursos, com um número relativo alto de oportunidades. Além da área acadêmica, em que são frequentes os concursos, temos concursos ligados aos mais diversos órgãos. A maior parte das oportunidades é ligada ao **Executivo**, tendo havido, por exemplo, diversas oportunidades no Enem dos concursos, com vagas em instituições como IBGE e Ministérios. As oportunidades são ligadas a áreas como Peritos Criminais, com área própria, laboratórios, órgãos da área ambiental, empresas públicas de água e saneamento, instituições ligadas a licenciamentos e pesquisas agrárias e outros. Nas prefeituras também é frequente a necessidade de profissionais. Há, portanto, boa procura pela área, inclusive em empresas públicas. Além disso, é possível a realização de concursos para Professor, para aqueles formados em licenciatura, o que aumenta bastante a quantidade de oportunidades.

**Quantidade de concursos** – 8/10 (muito frequentes e distribuídas em diversos órgãos)

**Benefícios dos cargos** – 6/10 (os salários mudam muito a depender do cargo, podendo ou não ser acima da média da iniciativa privada)

## 8.9 - Biomedicina

As oportunidades são principalmente em hospitais e clínicas públicas, o que já abre várias chances. No âmbito federal temos a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que é importante oportunidade na área. Também há áreas próprias da Perícia Criminal para os formados na área, geralmente dividindo com os formados em Biologia.

**Quantidade de concursos** – 7/10 (há várias oportunidades em hospitais e clínicas)

**Benefícios dos cargos** – 6/10 (os salários mudam muito a depender do órgão, podendo ou não ser acima da média da iniciativa privada, sendo que a área também é muito procurada na iniciativa privada)

## 8.10 – Ciências Sociais

A maior parte das oportunidades é nas universidades e outras instituições acadêmicas. Também há oportunidades em Prefeituras, Defensorias Públicas, alguns Tribunais e CNJ, além de alguns Ministérios e Secretarias Estaduais.

**Quantidade de concursos** – 6/10 (há oportunidades em vários órgãos, mas geralmente com poucas vagas)

**Benefícios dos cargos** – 8/10 (os salários são geralmente acima da média da iniciativa privada)

## 8.11 – Contabilidade

É uma excelente área para concursos, pois tem grande demanda em quase todos os órgãos, além de ser disciplina frequentemente cobrada em concursos para qualquer área de formação, o que dá uma vantagem competitiva para os graduados. Há oportunidades em todos os Poderes e entes federativos, muitas vezes com várias vagas. Além dos concursos de nível superior, há também concursos para técnico em contabilidade, para os quais os profissionais graduados de Ciências Contábeis também podem concorrer. No **Legislativo** existem oportunidades para todas as Casas Legislativas (Senado, Câmara, Assembleias e muitas Câmaras de Vereadores), inclusive nos órgãos de controle de contas. No **Judiciário** há cargos de Analistas próprios para a profissão em todos os tribunais, o mesmo ocorrendo nos Ministérios Públicos, sendo bastante requisitado o serviço, pela necessidade de conferência de diversos cálculos, principalmente nas execuções de sentença. No **Executivo** também há procura em muitos órgãos, sejam federais, estaduais ou municipais. Destaque para os cargos de Perito, seja criminal ou em outros órgãos de fiscalização. No Enem dos concursos foram oferecidas diversas oportunidades para a área, em instituições como AGU, IBGE, Funai, Incra e diversos Ministérios. Além disso, há espaço em autarquias, fundações e empresas estatais. Trata-se, dessa forma, de uma carreira das mais importantes e favoráveis para quem quer prestar concursos públicos, pela grande quantidade de vagas e pela facilidade de se conhecer um conteúdo que é cobrado em várias provas, mesmo fora dos concursos apenas para Ciências Contábeis (muitos deles já comentados anteriormente).

**Quantidade de concursos** – 10/10 (há oportunidades em vários órgãos, geralmente com muitas vagas)

**Benefícios dos cargos** – 9/10 (os salários são geralmente acima da média da iniciativa privada e na média dos demais cargos de nível superior)

## 8.12 – Comunicação Social ( Jornalismo / Publicidade e Propaganda / Relações Públicas e outras especializações)

A área de Comunicação Social engloba diversas formações ou especializações. Na verdade, quando se fala em graduação em Comunicação Social está se falando de bacharelado em uma das diversas áreas de formação (Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, além das especializações menos comuns de Midialogia, Radio e TV, Editoração, Cinema, Audiovisual e outras). A depender do concurso pode ser exigida uma especialização apenas ou

qualquer das formações de Comunicação, sendo mais comum a exigência apenas do diploma de Comunicação Social, sem especificar qual a área. Dentro da área, é quase sempre aceito o diploma do Jornalismo quando é especificada a formação, sendo essa provavelmente a melhor especialização para os concursos da área, seguida por Publicidade e Propaganda e Relações Públicas.

É uma boa área para concursos, pois há demanda em quase todos os órgãos para os profissionais, com tendência crescente, em que se busca uma melhor comunicação com a sociedade, inclusive pelas redes sociais, além dos meios tradicionais da imprensa. Os cargos são geralmente nomeados como especialidade Comunicação Social, Analista de Comunicação, Assessor de Imprensa e Assessor de Comunicação ou de forma mais específica para alguma formação, como Jornalista ou Publicitário. Há oportunidades em todos os Poderes e entes federativos. No **Legislativo** existem oportunidades para todas as Casas Legislativas (Senado, Câmara, Assembleias e muitas Câmaras de Vereadores), sendo o papel de muita importância, diante da necessidade de prestação de contas dos parlamentares. No **Judiciário** há cargos de Analistas próprios para a profissão em todos os tribunais, o mesmo ocorrendo nos Ministérios Públicos. No **Executivo** também há procura em muitos órgãos, sejam federais, estaduais ou municipais, havendo geralmente pelo menos a Assessoria de Imprensa geral do órgão principal (Prefeitura). No Enem dos concursos foram oferecidas diversas oportunidades para a área, em instituições como AGU, IBGE, Funai, Incra e Ministérios. Além disso, há espaço em autarquias e estatais no campo federal.

**Quantidade de concursos** – 7/10 (há oportunidades em vários órgãos, mas geralmente com poucas vagas)

**Benefícios dos cargos** – 8/10 (os salários são geralmente acima da média da iniciativa privada e na média dos cargos de nível superior)

## 8.13 – Desenho Industrial

Não é uma carreira com tantas vagas, mas há oportunidades em algumas instituições. Como destaques de concursos específicos para a formação temos Marinha, Inmetro, Inpi, Fiocruz e mesmo alguns Ministérios Públicos ocasionalmente. Também é possível a abertura em outros órgãos, inclusive municipais, bem como empresas estatais, mas não é uma área com vagas frequentes. São comuns os concursos para professor universitário.

**Quantidade de concursos** – 2/10 (somente alguns concursos abrem oportunidades e não são muitas vagas)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (os salários são na média do mercado de trabalho)

## 8.14 – Direito

Como temos uma inteira seção reservada para o curso, é fácil supor que é a melhor área para concursos públicos. Quase todos os órgãos possuem oportunidades para os bacharéis, além de a cobrança de Direito ser comum em todos os concursos públicos. Como já falamos bastante dos concursos jurídicos, remetemos o leitor para a parte específica. Só não é uma área mais interessante pela quantidade imensa de graduados, sendo a quantidade de cursos de Direito no Brasil maior do que em qualquer outro país (talvez em grande parte por decorrência da procura e valorização no serviço público). Link

**Quantidade de concursos** – 10/10 (muito frequentes e com bastante vagas)

**Benefícios dos cargos** – 10/10 (geralmente os salários são iguais ou acima dos demais cargos dos órgãos, além de serem geralmente melhores do que os pagos pelos escritórios de advocacia – claro que como advogado é possível conseguir salários maiores do que qualquer cargo público, mas é a exceção, não a regra, no mercado)

## 8.15 – Economia

É uma boa área para concursos, pois ter demanda em muitos órgãos, além de ser disciplina cobrada em alguns concursos para qualquer área de formação. Há oportunidades em todos os Poderes e entes federativos, algumas vezes com várias vagas. No **Legislativo** há oportunidades nas diversas Casas Legislativas (Senado, Câmara, Assembleias e muitas Câmaras de Vereadores), inclusive nos órgãos de controle de contas (TCU e TCEs). No **Judiciário** há cargos de Analistas próprios para a profissão em todos os tribunais, o mesmo ocorrendo nos Ministérios Públicos. No **Executivo** também há procura em muitos órgãos, sejam federais, estaduais ou municipais, como Defensorias e Perito Criminal, dentre as melhores oportunidades. No Enem dos concursos foram oferecidas diversas oportunidades para a área, em instituições como AGU, IBGE, Funai e diversos Ministérios. Além disso, há espaço em autarquias, fundações e empresas estatais. A área tem destaque, por óbvio, nos concursos do setor econômico e financeiro, havendo vagas em instituições como Cade, por exemplo. A área é um pouco menos procurada que Contabilidade, geralmente com menor número de vagas, mas ainda é uma das áreas com muitas oportunidades. Em alguns concursos há a possibilidade de disputa com outras graduações, como Contabilidade, por exemplo (é o que ocorre no concurso de Perito da Polícia Federal).

**Quantidade de concursos** – 8/10 (há oportunidades em vários órgãos)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (os salários são geralmente acima da média da iniciativa privada e na média dos demais cargos de nível superior)

## 8.16 – Educação Física

É uma área mediana para concursos públicos. De forma geral a maioria dos concursos é para a área de licenciatura, como Professor de Educação Física, seja nas redes municipais ou estaduais de ensino. Temos também os concursos de Professor Universitário. Há em menor número concursos para bacharéis, em instituições ligadas às áreas de saúde (UBS de prefeituras, EBSERH, Rede Sarah e outras instituições médicas), esporte (Secretarias Municipais de Esporte), além das Forças Armadas e outras oportunidades (Conselhos Regionais de Educação Física e mesmo alguns Tribunais maiores). Como se vê, há várias oportunidades, mas elas são mais restritas a alguns órgãos, sendo que os salários da área de educação e saúde básica não são mais os altos do serviço público.

**Quantidade de concursos** – 6/10 (concentrados em alguns órgãos)

**Benefícios dos cargos** – 5/10 (no geral os salários de professor e da área da saúde estão na média da profissão, talvez até um pouco abaixo do que é pago na iniciativa privada – as demais instituições podem ter melhores salários, mas as oportunidades são menos frequentes)

## 8.17 – Enfermagem

É uma excelente área para concursos públicos, principalmente pela enorme quantidade de vagas disponíveis. Os profissionais de Enfermagem podem fazer inclusive os concursos para Técnico em Enfermagem (entendimento do STJ, embora o Cofen tenha entendimento contrário), o que abre um leque ainda maior de oportunidades. A maior parte dos cargos é, por óbvio, nas unidades de saúde, sejam municipais, estaduais ou federais, tais como hospitais, postos de saúde, UBS, UPA e Samu. Há também muitas oportunidades nas Forças Armadas, EBSERH, Universidades e institutos federais, além de estatais e fundações voltadas à área de saúde. Em menor número de vagas há oportunidades em outros órgãos, como Tribunais, Ministérios Públicos, Casas Legislativas (Senado, Câmara, Assembleias Legislativas) e muitos outros. Temos, portanto, a área principal dos concursos, que é na área da saúde propriamente e outras oportunidades em menor número em diversos órgãos, em que há atuação no acompanhamento da saúde dos servidores. Uma vantagem da área, como ocorre nas demais da área de saúde, é a possibilidade de acumular mais de um cargo, o que faz com que haja ainda melhores rendimentos (mas há alguns cargos que exigem dedicação exclusiva).

**Quantidade de concursos** – 10/10 (embora haja uma concentração das vagas na área própria da saúde, as oportunidades são muitas nessa área, além de haver vagas em outros órgãos)

**Benefícios dos cargos** – 9/10 (no geral os salários do serviço público são maiores, inclusive pela fixação do piso salarial nacional garantido para os concursados)

## 8.18 – Engenharias

Embora as oportunidades variem muito a depender da Engenharia, vamos agrupar os diversos cursos nesse tópico, por haver algumas semelhanças, fazendo a devida diferenciação. De maneira geral, a área de Engenharia é relativamente procurada no serviço público, com muitas vagas em estatais como Petrobras e Telebras, além de haver também vagas no setor financeiro e bancário (BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil e outros) e em muitos outros órgãos, como nos cargos de Perito Criminal, Analista Judiciário, Consultor Legislativo, Especialista em Regulação e vários outros. Com exceção das estatais, em que as vagas são muitas, geralmente há poucas oportunidades nos demais órgãos, sendo a área de atuação normalmente nas atividades de apoio às atividades próprias dos órgãos.

Como graduado em Engenharia Química, é minha obrigação opinar que Engenharias não são os melhores cursos para quem quer ser concurseiro. Os cursos estão entre os mais difíceis existentes, no geral, tanto pela duração quanto pelos conteúdos ensinados. Dessa forma será meio que um "exagero" estudar Engenharia para prestar concursos para qualquer área de formação, pois há cursos de menor duração e mais fáceis, como já falei em outro lugar. Além disso, os concursos específicos para Engenharia não tem salários tão altos assim em comparação com outras formações, havendo oportunidades melhores na iniciativa privada para quem é formado na área. De qualquer maneira, as dificuldades enfrentadas para se formar no curso acabam ajudando a ter uma boa disciplina nos estudos, o que facilita a preparação para os certames – embora haja necessidade de treinar áreas não muito desenvolvidas na graduação, como a escrita, por exemplo.

Existem concursos que aceitam qualquer curso de Engenharia, como, por exemplo, o concurso para Engenheiro de Petróleo da Petrobras, mas esses geralmente são mais raros. Alguns preveem algumas Engenharias específicas, ressaltando que outras Engenharias serão aceitas, desde que comprovado por documento do CREA ter a qualificação para o cargo. A maior parte dos concursos, contudo, prevê o curso específico de Engenharia necessária. A quantidade de oportunidades depende muito da área, de maneira que fazemos a descrição abaixo (entre parênteses uma nota de 0 a 10 quanto à quantidade relativa de concursos para a área, comparada com outras Engenharias):

- **Aeronáutica / Aeroespacial (1/10)**: boa parte dos cursos é ligada a instituições militares, como falamos, sendo que o caminho esperado é continuar na carreira das Forças Armadas.
- **Agrícola / Agronômica (3/10)**: Não são áreas muito comuns no serviço público, pois a atuação é mais voltada para a produção, própria da iniciativa privada. Entretanto, há oportunidades usualmente nos concursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Incra, e nas Secretarias de Agricultura estaduais e municipais, além dos órgãos de extensão rural e abastecimento (que geralmente funcionam como autarquias) e algumas estatais como a Conab. Há áreas de Perícia Criminal para a área.
- **Alimentos (2/10)**: mais uma área voltada para o mercado e sem muita procura no serviço público. Há poucas vagas específicas em estatais, como Conab, e órgãos de extensão rural (Emater).
- **Ambiental (9/10)**: é uma boa área para concursos, com muitas vagas, inclusive em Prefeituras e Secretarias Estaduais. Estatais voltadas à produção (petróleo, agrícola e

outros) e órgãos com atuação ambiental, como Ibama, costumam ter oportunidades. Até mesmo em Tribunais de Contas e em alguns Tribunais pode haver alguma vaga para a formação, a depender da instituição. Está entre os melhores cursos de Engenharia para concursos, muitas vezes dividindo vagas nos editais com Engenharia Sanitária.

- **Cartográfica (3/10)**: é outra área mediana, com oportunidades em concursos militares e em alguns órgãos federais, como Perito da PF (rara a abertura da vaga), IBGE, Incra, algumas vagas em estatais (como Petrobras) e algumas Prefeituras.
- **Civil (10/10)**: a melhor área de Engenharia para concursos costuma ser contemplada em praticamente todos os concursos que há vagas para Engenharia. Há oportunidades em praticamente todos os Poderes e entes (Casas Legislativas, Tribunais, Ministério Público, Tribunais de Contas, órgãos periciais, Ministérios, estatais como Petrobras, BNDES e bancos, Secretarias estaduais e municipais, Câmara de Vereadores). Há muita procura, tanto para acompanhamento de obras quanto para perícia e análises para fins de financiamentos ou prestações de contas.
- **Computação (8/10)**: é uma excelente área, pois além dos concursos de Engenharia permite a realização de concursos de informática, que são sempre frequentes (o que falaremos posteriormente). Há vagas em áreas de Perícia, concursos militares, Tribunais, Ministério Público, estatais, Ministérios e mesmo algumas Prefeituras e Secretarias Estaduais. Só não é tão bom quanto as melhores áreas da Engenharia por não serem tantas vagas disponíveis, mas em termos de qualidade das vagas está entre os melhores cursos.
- **Controle e Automação (2/10)**: não há muitas vagas e nem oportunidades, sendo as vagas geralmente restritas às estatais da área de produção (Petrobras e outras) e órgãos com viés de inovação como Inmetro.
- **Elétrica (7/10)**: possui bastante procura, embora nem sempre com muitas oportunidades, com vagas na área militar, estatais (Petrobras, companhias elétricas e e outras), áreas de Perícia, Tribunais, Tribunais de Contas, Ministério Público, Senado e Câmara, Secretarias, Prefeituras etc. É, portanto, uma das Engenharias de destaque, mas com concursos geralmente disputados, pela pequena quantidade de vagas.
- **Eletrônica (5/10)**: há menos oportunidades que para Engenharia Elétrica – embora muitos concursos permitam a realização pelas duas formações, quando há especificação geralmente é pela Engenharia Elétrica. De qualquer maneira, todos os concursos acima citados costumam ter vagas para a área, embora, como já dito, com poucas vagas.
- **Florestal (5/10)**: boa parte do que foi falado para Engenharia Ambiental se aplica aqui, inclusive com alguns concursos em que ambas as formações (ou ainda Engenharia Sanitária) podem realizar as provas. Há áreas próprias de Perícia, vagas em órgãos ambientais, Prefeituras e outros, sendo geralmente poucas vagas, contudo. O foco maior do curso faz com que seja mais restrito o mercado nos concursos do que outras Engenharias, mas ainda é uma área relativamente interessante.
- **Industrial (2/10)**: assim como outros ramos já comentados, a profissão é voltada para área de produção e em um ramo que não costuma ser estatal, de maneira que são praticamente inexistentes concursos com vagas próprias.
- **Materiais (4/10)**: há algumas vagas próprias para a área, em estatais como Imbel e Petrobras, além de vagas em concursos militares e no INPI.

- **Mecânica (7/10)**: há boas oportunidades, como para Engenharia Elétrica, com áreas próprias de perícia, concursos militares, vagas nas estatais, como Petrobras, além de vagas ocasionais até mesmo em Tribunais, Tribunais de Contas e Casas Legislativas, incluindo também Prefeituras e Secretarias Estaduais. Não são muitas vagas, mas há uma boa diversidade de oportunidades.
- **Mecatrônica (4/10)**: geralmente as vagas existentes são disputando com Engenharia Mecânica. Há poucas vagas exclusivas, em concursos militares e em algumas estatais, como a Petrobras. Por conta disso, não é uma área tão boa como outras já apresentadas.
- **Metalúrgica (2/10)**: sendo uma área voltada para atividades próprias da iniciativa privada, não são muitas oportunidades. Algumas oportunidades específicas estão em estatais em que há atividades relacionadas (como a Imbel e Petrobras) e na Casa da Moeda.
- **Minas (4/10)**: existem oportunidades em órgãos ambientais, federais (como ANM), estaduais (SEMAs) e até mesmo em algumas prefeituras. Como praticamente não há mais estatais na área, a quantidade de vagas diminuiu, mas ainda é razoável. Há uma área de Perícia da Polícia Federal para a formação, embora os concursos com vagas disponíveis sejam muito raros.
- **Naval (2/10)**: mais uma área em que as vagas são praticamente restritas aos concursos militares. Há oportunidades também na Petrobras esporadicamente.
- **Nuclear (5/10):** as vagas são poucas, restringindo-se a concursos militares e estatais (Eletrobras, Amazul e outras) e autarquias federais da área nuclear (CNEN). Muitas vezes as vagas são disputadas com bacharéis em Física. Mesmo sendo poucas vagas, contudo, também os cursos de graduação são muito poucos (USP, UFRJ e IME), de maneira que esse fator compensa de certa forma a restrição de oportunidades.
- **Pesca (4/10):** geralmente as vagas são disputadas como Biólogos, Oceanógrafos ou Engenheiros de Aquicultura, havendo poucos concursos específicos apenas para a área. Há oportunidades em algumas estatais como Codevasf, além de órgãos ambientais e próprios da área, como no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).
- **Produção (3/10**): há chances em alguns concursos militares (geralmente com vagas disputadas com outras Engenharias), algumas estatais (Petrobras e outras), além de vagas ocasionais em outros órgãos, como ocorreu no concurso da AGU. Como são poucas vagas em relação à quantidade de profissionais da área, não está entre as melhores áreas para concursos.
- **Química (6/10)**: minha primeira área de formação. Os concursos próprios da área são geralmente em estatais, com destaque para a Petrobras, e órgãos voltados para a área de Petróleo, como a ANP. O que faz a área ter mais oportunidades é o fato de poder concorrer também nos concursos para Químico. Isso ocorre por haver previsão de atribuições próprias de Químicos para os Engenheiros Químicos pelo CFQ. Boa parte dos concursos que fiz como Engenheiro Químico eram mais próprios para Químicos. Não espere, contudo, facilidades em disputar concursos com Químicos, pois o foco do curso de graduação em Engenharia Química está dividido entre várias disciplinas, enquanto no curso de Química o foco na matéria propriamente é muito maior. Assim os Químicos sempre estarão na frente na disciplina, o que demanda um esforço extra do Engenheiro Químico para aprender sozinho além do que aprende na faculdade. É o que ocorre em vários concursos, como os da área de Perícia Criminal, por exemplo. De qualquer maneira, as oportunidades existem e basta estudar – sou prova disso pelos resultados que obtive nos concursos disputados com Químicos. Como as vagas para Engenharia Química apenas não são tantos e por essa dificuldade extra, a nota é menor do que outras Engenharias já comentadas.

- **Segurança (7/10)**: é excelente área para concursos, havendo vagas em praticamente todas as estatais, além de diversos outros órgãos públicos, nos mais variados entes federativos, inclusive com chances em Tribunais, órgãos de Perícia e muitos outros. As vagas costumam ser limitadas, mas pela quantidade de oportunidades é uma área de destaque.
- **Telecomunicações (4/10)**: há vagas em estatais, concursos militares e em órgãos da área de telecomunicações, como na Anatel, mas geralmente em disputa com outras formações. Há possibilidade de ingresso também em concursos de Perito, com destaque para a Polícia Federal, embora em disputa com outras áreas de Engenharia.

Deve-se destacar que para todas as áreas existem, além disso, concursos para a área acadêmica, como Professor Universitário. A quantidade de vagas, nesse caso, depende da quantidade de cursos disponíveis nas universidades e institutos.

**Quantidade de concursos** – 6/10 (como explicado, há concursos para qualquer Engenharia e outros para Engenharias específicas, de maneira que depende do curso)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (depende muito do concurso, sendo que em geral está na média da iniciativa privada)

## 8.19 – Estatística

Considerando a crescente importância de estudo de dados e sistematização para a profissionalização do serviço público, é uma área com crescente procura. Além disso, o conhecimento da área é frequentemente cobrado em provas de concursos para todas as formações, como conhecimentos básicos, mais um diferencial da área. No **Judiciário** e **Ministério Público** existem cargos de analistas específicos para os diversos Tribunais, Conselhos e MPs. No **Legislativo** há vagas para o Senado, Câmara e Assembleias Legislativas, além dos Tribunais de Contas – as Câmaras Municipais de maiores municípios também costumam trazer oportunidades. No **Executivo** há oportunidades nos mais variados órgãos públicos – federais (Ministérios, AGU, Funai, IBGE, Bancos, empresas estatais, universidades e outros), estaduais (Secretarias, autarquias e estatais) e nas grandes Prefeituras. As vagas são poucas geralmente, pois é uma área de apoio na maior parte dos órgãos, mas há boa distribuição nos órgãos.

**Quantidade de concursos** – 7/10 (há oportunidades em quase todos os órgãos, mas com poucas vagas geralmente – mas há tendência de crescimento, com o uso de grandes bancos de dados e para planejamentos e profissionalização do serviço público)

**Benefícios dos cargos** – 5/10 (há muitas boas oportunidades na iniciativa privada, o que faz com que os salários sejam bons, o que faz com que os concursos sejam apenas relativamente atrativos)

## 8.20 – Farmácia

Trata-se de excelente área para concursos, por ter oportunidades relacionadas à área de saúde. A quase maioria das oportunidades está no **Executivo**, com concursos federais nas áreas de perícia (área própria na Polícia Federal), militar (há bastante procura nas diversas Forças Armadas), Agências reguladoras (Anvisa, ANS e outras), EBSERH, Ministérios (em especial MAPA) e outros. Nos Estados há oportunidades na área de Perícia nas Polícias Civis, além de hospitais e outros órgãos da área da saúde. Por fim, nos municípios há vagas para atuação na rede local de saúde. No **Judiciário** não há vagas geralmente, mas alguns tribunais de grande porte podem abrir vagas ocasionais. No **Legislativo**, por fim, também não costuma haver vagas, exceto por poucas vagas de analistas de apoio, com abertura pouco esporádica.

**Quantidade de concursos** – 8/10 (há muitas oportunidades, embora não com tantas vagas geralmente)

**Benefícios dos cargos** – 6/10 (os salários nem sempre são interessantes, especialmente nas Prefeituras – como há boa procura na iniciativa privada, a área é mediana)

## 8.21 – Filosofia

Mais uma área mediana para concursos públicos. Os concursos são quase que unicamente na área de licenciatura, principalmente como Professor de Filosofia nas redes estaduais de ensino, além, é claro, dos concursos de Professor Universitário. Isso, contudo, já deve ser esperado por aqueles que escolhem o curso de graduação, já que se trata de uma formação principalmente teórica e voltada ao ensino. Como há bastante oportunidades como Professor, é razoável para concursos.

**Quantidade de concursos** – 6/10 (pela quantidade de concursos para Professor, mas com foco bastante restrito)

**Benefícios dos cargos** – 6/10 (os salários do serviço público são na média dos pagos pelas instituições privadas de ensino e os de Professor Universitário são melhores)

## 8.22 – Física

No geral é uma boa área para concursos públicos. Além da boa quantidade de vagas como Professor, seja no ensino fundamental ou médio, há vagas como Professor Universitário. Além disso, há oportunidades também próprias para o bacharelado, como algumas áreas de Perícia (raras, mas com algumas vagas), além de concursos em áreas de tecnologia, como centros de pesquisas. No mais, o conhecimento da área às vezes é cobrado em concursos para qualquer formação, até mesmo em alguns de nível médio.

**Quantidade de concursos** – 7/10 (pela quantidade de concursos para Professor, com algumas vagas mais raras fora da área da licenciatura)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (os salários do serviço público são na média dos pagos pelas instituições privadas de ensino e os de Professor Universitário são melhores – em outras vagas de pesquisa e perícia os salários também são bons)

## 8.23 – Fisioterapia

Como ocorre com as áreas da saúde em geral, o curso de Fisioterapia traz muitas oportunidades em concursos públicos. A maior parte dos concursos é de Prefeituras, com quase todos os municípios tendo vagas. Além das Prefeituras, há vagas estaduais, em hospitais e Secretarias estaduais, e federais, como os concursos militares no geral, Ministérios, Agências reguladoras da área da saúde (ANS, Anvisa), Crefitos, EBSERH, grandes Tribunais e até mesmo no Poder Legislativo ocasionalmente.

**Quantidade de concursos** – 8/10 (muitas oportunidades, mas com relativamente poucas vagas)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (os salários do serviço público são na média dos pagos pelas instituições privadas, com oportunidades com melhores benefícios nos cargos federais e algumas Prefeituras e Estados)

## 8.24 – Fonoaudiologia

Outra área da saúde, com oportunidades nas redes públicas municipais e estaduais de saúde, além de vagas ocasionais em órgãos federais e empresas estatais, como Crefonos, Universidades e EBSERH. Também há vagas de Analistas Técnicos em Ministérios Públicos e Analistas Judiciários Especializados de Tribunais. No Poder Legislativo podem abrir ocasionalmente algumas vagas. No geral, a quantidade de vagas é menor do que os cargos de Enfermagem e até mesmo de Fisioterapia, mas ainda é uma boa área para concursos.

**Quantidade de concursos** – 7/10

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (depende muito do ente, com algumas Prefeituras e órgãos estaduais e federais geralmente com salários maiores que a iniciativa privada)

## 8.25 – Geografia

Assim como já falado para outras áreas de licenciatura, há muitas oportunidades para lecionar nos diversos graus – fundamental, médio e universitário. Fora isso apenas algumas raras oportunidades em órgãos como Funai, Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais. Os conhecimentos do curso podem ser úteis em provas de concursos para qualquer formação, sendo às vezes cobrados como a disciplina de Atualidades.

**Quantidade de concursos** – 6/10 (pela quantidade de concursos para Professor, com algumas vagas mais raras fora da área da licenciatura)

**Benefícios dos cargos** – 6/10 (os salários do serviço público são na média dos pagos pelas instituições privadas de ensino e os de Professor Universitário são melhores)

## 8.26 – História

Mais uma área com muitas oportunidades na área do ensino, nos diversos níveis (fundamental, médio e universitário). Há outras oportunidades em órgãos ligados a museus, culturas e patrimônio histórico (Iphan, institutos e fundações culturais, secretarias estaduais e municipais). Assim como em Geografia, os conhecimentos são úteis para concursos para qualquer formação, sendo cobrados como Atualidades ou na parte de Conhecimentos Gerais.

**Quantidade de concursos** – 7/10 (pela quantidade de concursos para Professor, com algumas vagas fora da área da licenciatura, como explicado)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (os salários do serviço público são na média dos pagos pelas instituições privadas de ensino e os de Professor Universitário são melhores, o mesmo ocorrendo em geral com aqueles ligados aos demais órgãos fora da área de ensino)

## 8.27 – Informática e cursos relacionados

As áreas de tecnologia são muito procuradas no serviço público, com tendência de crescimento. Além disso, os conhecimentos de informática são exigidos em concursos para qualquer área de graduação, o que confere uma vantagem em concursos no geral. Deve-se destacar que é comum a concorrência entre os diversos cursos de graduação da área de informática (Sistema de Informação, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia de Software, Inteligência Artificial, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e outros), sem especificação. Contudo essa não chega a ser uma grande desvantagem, pois aumenta a quantidade de oportunidades, dispersando os candidatos, que já são muito procurados na iniciativa privada também. Portanto, o graduado tem oportunidades das mais diversas. Pode haver divisão em áreas como Análise de Sistemas, Suporte, Segurança da Informação, Redes e outras,

aumentando a quantidade de cargos. O **profissional de Ciência da Computação,** especificamente costuma ter vantagens nos concursos, por ser um curso mais aceito em concursos, por sua extensão e quantidade de disciplinas, o que também ajuda nas provas. No **Legislativo** as oportunidades estão nas diversas casas legislativas (Senado, Câmara, Assembleias Legislativas, Câmara de Vereadores). No **Judiciário** há cargos de analistas próprios para a área de informática nos diversos concursos de Tribunais, havendo também oportunidades em outros órgãos jurídicos de outros Poderes, como nos Ministérios Públicos, Defensorias e órgãos superiores (CNJ, CNMP etc). No **Executivo**, por fim, há cargos nas mais diversas instituições, havendo geralmente contratação de pessoal (exceto quando a área é terceirizada, o que não é adequada para muitos órgãos, por conta dos riscos de vazamentos de dados sem funcionários próprios, bem como pela dependência gerada).

**Quantidade de concursos** – 10/10 (há oportunidades em quase todos os órgãos, com número médio de vagas)

**Benefícios dos cargos** – 6/10 (os salários são na média da iniciativa privada)

## 8.28 – Letras

Como as áreas de licenciatura no geral, há relativo campo de trabalho no ensino fundamental e médio. Claro que algumas especializações do curso (Português e Inglês especialmente) são mais procuradas do que outras (Japonês, Russo etc.), pois a rede pública de ensino se limita a algumas línguas. De qualquer maneira, a graduação em Letras traz uma grade curricular própria para ensino no geral, o que permite o ingresso com a graduação e posterior especialização na área própria do concurso. É possível também o ingresso como Professor Universitário, área de destaque nos concursos para os formados. Fora da área da docência, há outras oportunidades em concursos voltados para intérprete e tradutor, como, por exemplo, Analista Judiciário nos diversos Tribunais, Analista nos órgãos legislativos (federais, assembleias legislativas e algumas prefeituras) e outros cargos em órgãos dos mais variados no Executivo. Além dessas oportunidades há o concurso para tradutor juramentado, realizado nacionalmente pelo DREI, que não é propriamente um concurso, mas sim uma habilitação para matrícula e atuação na tradução nas juntas comerciais. Além das vagas existentes, deve-se apontar que o conhecimento na Língua Portuguesa é exigido em quase todos os concursos públicos, com cobrança ocasional também de inglês e outras línguas em algumas provas – logo existe essa vantagem para os graduados na área.

**Quantidade de concursos** – 8/10 (há muitas oportunidades para docência, com número bem menor de vagas para tradução e intérprete)

**Benefícios dos cargos** – 8/10 (há muita variação nos valores para professor, a depender do ente estatal, mas os salários são na média ou melhores do que os na iniciativa privada, no geral)

## 8.29 – Matemática

No geral é uma boa área para concursos – há possibilidade de atuação na docência no ensino fundamental, médio e universitário e os conhecimentos próprios do curso são úteis em provas de concursos diversos (conhecimentos básicos, estatística, matemática financeira etc.). Fora da área do ensino não existem muitas vagas próprias apenas para os formados na área, mas existem alguns concursos em que há especificação de algumas graduações possíveis, ficando Matemática entre elas. Já houve entendimento judicial no sentido de que o graduado poderia fazer concursos para Analista de Sistemas, embora a previsão de graduações possíveis incluísse apenas cursos da área de informática. Por questão de afinidade do conteúdo, algumas áreas de concursos gerais são especialmente interessantes, como os bancários e financeiros.

**Quantidade de concursos** – 6/10 (há muitas oportunidades para ensino, mas poucas fora da área de docência)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (os salários de professor são na média da iniciativa privada e há um piso salarial)

## 8.30 – Medicina

Depois de Direito talvez a melhor graduação para concursos públicos. Embora as vagas sejam concentradas nos órgãos da saúde, com exceção de alguns poucos concursos em setores diferentes, como os de Perito, os salários pagos costumam estar entre os mais altos das Prefeituras e Estados. Além disso, existe a possibilidade de acumular cargos públicos e também atuar ao mesmo tempo na iniciativa privada, inclusive em clínica particular. Soma-se a isso o fato de haver grande procura na iniciativa privada, o que diminui a concorrência para os concursos públicos. Há muitas boas oportunidades, principalmente para aqueles com disposição de se mudar para fora dos grandes centros (o que não é muito comum para os formados na área). Os salários previstos nos editais não costumam ser altos, mas na prática há adicionais e outros benefícios, que aumentam a remuneração, o mesmo ocorrendo com as horas extras. Além disso, os salários previstos são para carga horária de 20 horas muitas vezes, o que precisa ser considerado. Há eventuais concursos para o Legislativo e Judiciário, para atuação como Analista ou Consultor ou simplesmente para apoio administrativo ao pessoal do órgão.

**Quantidade de concursos** – 10/10 (há muitas vagas)

**Benefícios dos cargos** – 6/10 (a depender da experiência e renome os salários públicos são baixos frente ao que se pode conseguir na iniciativa privada, mas para o começo de carreira os valores são razoáveis, podendo ficar mais interessantes com acúmulo de cargos)

## 8.31 – Medicina Veterinária

Considerando que os atendimentos aos animais de estimação não são legalmente obrigatórios e que as redes públicas são limitadas, não é uma área com tanto potencial para concursos públicos. Os principais concursos com vagas são os do MAPA, órgãos de Perícias (inclusive nas Polícias Cívis e Federal), Exército, órgãos ambientais (Ibama, ICMBio e órgãos estaduais e municipais), autarquias e estatais da área agropecuária, órgãos de extensão rural, além dos cargos em Secretarias municipais e estaduais – e nos hospitais e clínicas veterinárias públicos, que existem nos grandes centros, claro. Como há culturalmente uma importância crescente aos animais de estimação, inclusive com reconhecimento em algumas ações judiciais, é possível que haja aumento de vagas no futuro, a médio e longo prazo.

**Quantidade de concursos** – 6/10 (não há tantas vagas como na área da saúde humana e os concursos com vagas próprias não são tão frequentes fora da área clínica)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (os salários são na média da iniciativa privada, ficando abaixo do nível de remuneração que pode ser obtido pelos melhores profissionais com clínicas particulares)

## 8.32 – Nutrição

Como as demais áreas ligadas à saúde, há bom campo de trabalho no serviço público. Além das óbvias vagas em unidades de saúde (hospitais, UBS, UPA, EBSERH), nas redes municipais e estaduais, temos concursos para áreas em que há fornecimento de alimentação, como nas Forças Armadas, rede pública de Ensino (nutricionista escolar) e departamentos penitenciários. Há também oportunidades ocasionais em órgãos de fiscalização sanitária, além dos Conselhos Regionais e Federal da área e algumas estatais. Fora do Executivo, há vagas ocasionais também no **Legislativo** (como Senado, Câmara, Assembleias e Câmaras Municipais – essas últimas apenas em maiores municípios geralmente) e **Judiciário** (nos grandes Tribunais), sendo usualmente os maiores salários para a área.

**Quantidade de concursos** – 7/10 (há oportunidades em muitos órgãos, mas geralmente não são tantas vagas)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (os salários são na média da iniciativa privada, dependendo muito do órgão que contrata)

## 8.33 – Odontologia

Como as outras áreas da saúde, é uma boa área para concursos. Há muitas vagas nas redes estaduais e municipais de atendimento. A quantidade de vagas é menor do que para

médicos, assim como os salários. Fora da área padrão de contratação, há vagas nas Forças Armadas, como Perito (inclusive da área Criminal), na EBSERH e ocasionalmente em agências reguladoras (Anvisa, ANS), nos Ministérios e Secretarias Estaduais relacionados com a saúde. Há contratação ocasional também pelo Legislativo e Judiciário, para atuação na área de apoio à saúde dos servidores. É possível acumular cargos públicos e iniciativa privada, como ocorre nas demais áreas da saúde, o que é mais um benefício para a carreira.

**Quantidade de concursos** – 8/10 (há muitas oportunidades na área de saúde e algumas ocasionais em outros órgãos)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (depende muito da Prefeitura ou Estado os vencimentos, podendo ou não ser mais atrativo do que na iniciativa privada)

## 8.34 – Pedagogia

Curso principal quando se trata do ensino, é claro que há muitas vagas nas redes municipais e estaduais de ensino, com foco na educação infantil e nos primeiros anos escolares, além de nas funções administrativas da escola, inclusive na direção. Esse é o principal campo de atuação da carreira, havendo vagas, contudo, em outros órgãos. Há vagas nas Secretarias municipais e estaduais de ensino, além do nos Ministérios (Educação, Gestão e Inovação e outros) e em outros órgãos federais (como Funai, por exemplo), em que a atuação é voltada para planejamento e acompanhamento das ações educacionais. Também há oportunidades para ensino na área da saúde, por exemplo, na chamada pedagogia hospitalar, devido à internação de pacientes em idade escolar, o que abre mais vagas, muitas das quais por contratação pela EBSERH. Trata-se, portanto, de uma área com muitas vagas e oportunidades, embora com não tanta variedade.

**Quantidade de concursos** – 10/10 (há muitas oportunidades na área da educação, com número menor de vagas em outros órgãos)

**Benefícios dos cargos** – 8/10 (os salários públicos variam a depender do ente contratante, mas são, em geral, iguais ou melhores que na iniciativa privada)

## 8.35 – Psicologia

Há muitas vagas para a área no serviço público. No **Executivo** há vagas nas mais diversas prefeituras, tanto para atendimento clínico nas unidades de saúde quanto em atendimentos sociais para as famílias. Além disso, há vagas em diversos órgãos, municipais, estaduais e federais, em funções de atendimento aos servidores, perícias, psicologia educacional, hospitalar e outras. Assim, muitos ministérios e secretarias abrem vagas para psicólogos, havendo oportunidades em órgãos dos mais diversos (Polícias, Ministério Público, Defensorias e muitos outros). No Concurso Nacional Unificado já foram oferecidas vagas para AGU, Funai e nos

Ministérios. No **Judiciário** há vagas nos vários Tribunais, em especial para atuação em que há necessidade de enfoque multidisciplinar, como Infância e Juventude e Violência Doméstica. No **Legislativo** também há vagas, principalmente para atendimento dos servidores e acompanhamento dos processos de seleção de pessoal. Aliás, em muitos órgãos há avaliação psicológica para ingresso nos quadros, o que geralmente é feito por banca ou profissionais contratados, mas que muitas vezes é acompanhado por profissionais do quadro de servidores.

**Quantidade de concursos** – 8/10 (há oportunidades em muitos órgãos, embora não com muitas vagas)

**Benefícios dos cargos** – 8/10 (os salários são na média ou acima da iniciativa privada)

## 8.36 – Química

É uma boa área em concursos, especialmente para quem tem licenciatura e bacharelado. Muitas vagas estão em estatais, como a Petrobras e Embrapa, e órgãos da área de saneamento e meio ambiente. Há também vagas para Perito Criminal, geralmente em bom número, diante da necessidade de perícias de entorpecentes e outros produtos químicos. Na área da licenciatura há vagas para ensinar no ensino médio, nas Secretarias Estaduais de Ensino, além de Professor Universitário. Também há vagas nas agências reguladoras, como ANP, ANM, Anvisa e outras, além de em órgãos de pesquisa e certificação, como Inmetro e laboratórios públicos. O profissional de nível superior também pode fazer os concursos para técnico em Química, o que abre ainda mais o rol de oportunidades. Fora do Executivo praticamente não há vagas, pois não é uma área com muita afinidade com questões burocráticas e jurídicas.

**Quantidade de concursos** – 8/10 (há várias oportunidades, inclusive no ensino)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (os salários são na média da iniciativa privada, comparando-se licenciatura e bacharelado com as áreas equivalentes)

## 8.37 – Secretariado Executivo

Não é uma das melhores áreas para concurso, especialmente por muitos concursos que tem atuação própria da graduação permitirem ingresso de qualquer curso superior ou de outras graduação, o que diminui um pouco o campo de contratação específico. Também atrapalha a área a destinação de trabalhos próprios para comissionados e funções de confiança. Assim são poucas vagas apenas para os graduados, com a maior parte das oportunidades sendo dividida com outros cursos. Há oportunidades apenas para a graduação, entretanto, em órgãos como Defensorias Públicas, Conselhos Regionais e Federais de profissões e Prefeituras.

**Quantidade de concursos** – 2/10 (as oportunidades apenas para o curso são limitadas, como descrito)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (os salários são na média da iniciativa privada)

## 8.38 – Serviço Social

Considerando a vocação própria da graduação para o serviço público, não é surpresa que muitas das oportunidades venham por concursos. As vagas para os Assistentes Sociais são distribuídas em todos os entes e Poderes. No **Executivo** há oportunidades em todas as Prefeituras, Estados e no Governo Federal. Principais campos de atuação são os Caps (Centro de Atenção Psicossocial), Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e Creadh (Centro de Reabilitação e Apoio ao Desenvolvimento Humano). Além desses, há muitas oportunidades em centros de saúde, creches escolas e universidades, presídios e centros de execução de medidas socioeducativas para menores e Conselhos de políticas públicas, como os Conselhos Tutelares. No campo federal, além dos Ministérios, algumas autarquias com ação social, como o INSS, e mesmo empresas, como os Correios, oferecem vagas. No **Judiciário**, por outro lado, todos os Tribunais possuem vagas, pois os profissionais compõem a equipe multidisciplinar, com o importante papel de produzir estudos sociais e laudos periciais, essenciais em processos de família, violência doméstica, infância e juventude e outras. De forma semelhante, nas Defensorias e Ministérios Públicos são vários os cargos. No **Legislativo** as vagas são oferecidas em Câmaras Municipais, Assembleias e nas casas do Congresso, com foco no assessoramento para o trabalho legislativo, tanto na criação das leis quanto na destinação dos recursos.

**Quantidade de concursos** – 9/10 (há oportunidades em todos os entes e Poderes, com número médio de vagas)

**Benefícios dos cargos** – 9/10 (os salários são em regra superiores aos da iniciativa privada)

## 8.39 – Teologia

Levando em conta o caráter laico do Estado, pode-se esperar que não são muitas as oportunidades de concursos. As vagas são praticamente restritas às Forças Armadas e Polícias Militares, para atuação como capelão, além dos concursos para professor universitário. Também há vagas para docência no ensino religioso, embora seja necessária complementação dos estudos com alguma área de licenciatura, não sendo suficiente o bacharelado.

**Quantidade de concursos** – 3/10 (há poucas vagas e em poucos órgãos)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (difícil a comparação com a "iniciativa privada", podendo ou não haver mais benefícios do que no sacerdócio ou em outras atividades, depende muito da denominação)

## 8.40 – Turismo

As vagas são bastante restritas. Há oportunidades basicamente na própria área, nas Secretarias de Turismo municipais e estaduais, em empresas estatais voltadas ao Turismo, como a Embratur (no Ministério do Turismo não é comum abrir vagas próprias para a área, por surpreendente que seja). A maior parte das vagas é em Prefeituras, o que pode levar a salários um pouco menores que para as formações com cargos federais.

**Quantidade de concursos** – 3/10 (as oportunidades existem, mas são na maior parte no Executivo municipal)

**Benefícios dos cargos** – 5/10 (os salários de Prefeitura são na média ou abaixo da iniciativa privada)

## 8.41 – Zootecnia

É uma graduação com vagas praticamente limitadas ao Executivo, na área de fomento e extensão rural (Ematers), produção (Embrapa e outras poucas estatais), pesquisa (universidades, institutos federais e outras agências de pesquisa) e secretarias estaduais e municipais. No plano federal há vagas ocasionais no MAPA. Como é uma área muito voltada para o mercado, não é tão boa para concursos, portanto. Em alguns casos há oportunidades divididas com outras formações, como Médicos Veterinários e Agrônomos.

**Quantidade de concursos** – 3/10 (as oportunidades são restritas a alguns órgãos e com número de vagas pequeno a médio)

**Benefícios dos cargos** – 7/10 (os salários são na média da iniciativa privada ou acima)

**Direto ao ponto:**

Resumindo em um ranking, os melhores cursos de graduação para concursos, temos:

**10/10** - Contabilidade, Direito, Enfermagem, Informática e cursos relacionados, Medicina, Pedagogia, Engenharia Civil

**9/10** - Serviço Social, Engenharia Ambiental

**8/10** - Biologia, Economia, Farmácia, Fisioterapia, Letras, Odontologia, Psicologia, Química, Engenharia de Computação

**7/10** - Administração, Arquitetura, Biomedicina, Comunicação Social, Estatística, Física, Fonoaudiologia, História, Nutrição, Engenharia de Segurança, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica

**6/10** - Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Educação Física, Filosofia, Geografia,

Matemática, Medicina Veterinária, Engenharia Química

**5/10** – Engenharia Eletrônica, Engenharia Florestal, Engenharia Nuclear

**4/10** – Arqueologia, Engenharia de Materiais, Engenharia Mecatrônica, Engenharia de Minas, Engenharia de Pesca, Engenharia de Telecomunicações

**3/10** - Antropologia, Teologia, Turismo, Zootecnia, Engenharia Agrícola/Agronômica, Engenharia Cartográfica, Engenharia de Produção

**2/10** - Desenho Industrial, Secretariado Executivo, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Industrial, Engenharia Metalúrgica, Engenharia Naval

**1/10** - Artes e correlatas, Engenharia Aeronáutica/Aeroespacial

Já em termos de comparação dos salários da iniciativa privada com os da carreira pública (dentro da área, sem comparação entre as áreas) temos:

**10/10 –** Direito

**9/10** – Arquivologia, Biblioteconomia, Contabilidade, Enfermagem, Serviço Social

**8/10** – Antropologia, Arqueologia, Ciências Sociais, Comunicação Social, Letras, Pedagogia, Psicologia, Artes e correlatas (Dança, Fotografia, Teatro…)

**7/10 –** Desenho Industrial, Economia, Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia, História, Matemática, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Química, Secretariado Executivo, Teologia, Zootecnia, Engenharias

**6/10** – Administração, Arquitetura, Biologia, Biomedicina, Farmácia, Filosofia, Geografia, Informática e cursos relacionados, Medicina

**5/10** – Educação Física, Estatística, Turismo

Montando uma classificação multiplicando a nota da quantidade de concursos pela nota de benefícios, podemos montar um ranking das melhores carreiras para concursos (claro que é uma aproximação, ainda mais sabendo que a multiplicação faz ficar ainda mais aproximado o ranking, considerando que as notas já são uma estimativa):

100 – Direito

90 – Contabilidade, Enfermagem

81 – Serviço Social

80 – Pedagogia

70 – Engenharia Civil

64 – Letras, Psicologia

63 – Engenharia Ambiental

60 – Informática e cursos relacionados, Medicina

56 – Economia, Engenharia de Computação, Fisioterapia, Odontologia, Química

54 – Arquivologia, Biblioteconomia

49 – Engenharia de Segurança, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Física, Fonoaudiologia, História, Nutrição

48 – Biologia, Ciências Sociais, Farmácia

42 – Administração, Arquitetura, Biomedicina, Engenharia Química, Matemática, Medicina Veterinária

36 – Filosofia, Geografia

35 – Engenharia Eletrônica, Engenharia Florestal, Engenharia Nuclear, Estatística

32 – Arqueologia

28 – Engenharia de Materiais, Engenharia de Minas, Engenharia de Pesca, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Mecatrônica

24 – Antropologia

21 – Engenharia Agrícola/Agronômica, Engenharia Cartográfica, Engenharia de Produção, Teologia, Zootecnia

15 – Turismo

14 – Desenho Industrial, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Industrial, Engenharia Metalúrgica, Engenharia Naval, Secretariado Executivo

8 – Artes e correlatas (Dança, Fotografia, Teatro…)

7 – Engenharia Aeronáutica/Aeroespacial

# 9 – Dicas específicas para vestibular

Os capítulos anteriores foram dedicados principalmente aos concursos, mas já trouxeram diversas dicas relacionadas à escolha da graduação e sua influência na quantidade e vantagens dos concursos. Aprofundando o tema, o presente capítulo trará dicas próprias para vestibular.

## 9.1 – Como escolher graduação e carreira

Muitas das dicas oferecidas para a escolha da carreira, também servem aqui, não havendo necessidade de repetição. Aptidões pessoais e considerações sobre a atividade da carreira, qualidade de vida e facilidade de aprovação, com as devidas adaptações do que foi falado, também são questões essenciais para a escolha do curso de nível superior. Destaco que não faz sentido escolher uma graduação sem pensar na carreira que se quer ocupar, pois uma escolha deve ser direcionada à outra. Assim, muito do que será dito envolve as duas questões, graduação e carreira.

Link

Além do falado sobre concursos, acrescento considerações específicas abaixo sobre vestibular:

- **Escolha individual**: quando se é jovem há muitas tentativas de influência de decisões, principalmente dos pais e dos amigos. Ouvir conselhos não é ruim, mas quem irá fazer o curso e depois obter dinheiro (ou não) com ele é você. Logo, não siga apenas opiniões alheias. Decida por si, buscando a melhor decisão – aquela com as melhores informações e mais adequada para você.
- **Variáveis envolvidas**: são muitas questões a serem consideradas. Do ponto de vista **individual**, é preciso considerar, por exemplo: 1 – aptidão para a carreira (teste vocacionais e considerações de seu perfil, histórico e desejos ajudam nesse ponto) e para o curso (o que envolve a facilidade de aprendizado do tipo de matéria envolvida e adequação ao tipo de graduação – alguns cursos possuem regimes diferenciados, como ocorre em cursos militares, por exemplo – permitindo a conclusão, para prosseguir na carreira), 2 – capacidade financeira (que influencia entre escolher uma faculdade pública ou particular), 3 – disponibilidade para mudança ou não (permitindo maiores opções de escolha, inclusive fora do país, para alguns), 4 – necessidade de trabalhar ou não durante a graduação (o que impacta na escolha do turno do curso – diurno, integral ou noturno – além da própria escolha dele), 5 – objetivos de médio e longo prazo (já comentamos, por exemplo, que um curso de menor duração pode ser uma boa opção para quem pretende prestar alguns concursos, por exemplo) e 6 – pressa ou não para iniciar o curso (conselho: não perca muito tempo depois do ensino médio, exceto se for para ingressar em um curso difícil e que seja seu objetivo final, como medicina). Por outro lado, quanto ao **curso**, também há questões diversas a se considerar, como: 1 – opções de carreira que abre (já comentamos em relação a isso quanto ao setor público, mas é preciso fazer essa mesma análise quanto ao setor privado, de preferência

considerando o local que pretende residir), 2 – status do curso e importância disso para o futuro (embora seja tentador querer o status de ter cursado a faculdade mais conceituada, a depender do que for fazer isso é desnecessário e pode até atrasar sua carreira, pois cursos mais fáceis podem permitir conseguir o diploma mais rápido e há carreiras em que basta ser formado, não importando tanto onde), 3 – facilidade de aprovação (em cursos mais concorridos podem ser necessários vários anos até a aprovação, o que precisa ser considerado), 4 – facilidade de conclusão (alguns cursos podem ser até fáceis de ingressar, mas ter cobranças altas de notas, gerando atraso para o término), 5 – custo-benefício (mesmo fazendo faculdades públicas, há gastos envolvidos, principalmente quando demandam mudanças de residência), 6 – mudanças esperadas nas carreiras do curso no futuro (questão essencial, com questões como impacto da IA e outras tecnologias, que podem até tornar o curso obsoleto no futuro), 7 – impacto do curso na carreira que se pretende (para algumas carreiras, como na área de docência e pesquisa universitária/de ponta, por exemplo, a escolha da graduação é essencial), 8 - flexibilidade curricular e oportunidades de personalização (muitos cursos oferecem trilhas optativas, dupla diplomação, possibilidade de intercâmbio e até a combinação com ensino a distância, o que pode ser um diferencial importante), 9 - infraestrutura e recursos disponíveis (existência de laboratórios, bibliotecas atualizadas, hospitais-escola, clínicas, núcleos de prática jurídica, startups incubadas e outros – impactam diretamente a formação prática e até a empregabilidade), 10 - networking e capital social do curso (a rede de contatos formada na graduação pode ser tão importante quanto o aprendizado, a depender das escolhas profissionais – cursos em determinadas instituições podem gerar conexões políticas, acadêmicas e profissionais), 11 - disponibilidade de bolsas, auxílios e programas de apoio (além da capacidade financeira pessoal, considere que existem cursos e instituições com bolsas de mérito, bolsas sociais, estágios remunerados internos e programas de apoio estudantil, o que pode viabilizar escolhas), 12 – compatibilidade com carreiras emergentes (ao contrário do risco de extinção, há cursos que facilitam a entrada em profissões que nem existem ainda, mas estão surgindo, como análise de dados, bioinformática, direito digital e outros), 13 – reconhecimento internacional, nacional e local (a depender de seus planos para a carreira e sendo possível, um curso internacional pode ser o diferencial necessário, enquanto para algumas carreiras a conclusão de cursos com reconhecimento local pode ser o suficiente) e 14 – necessidade de pós-graduação e impacto na escolha (alguns cursos, como Medicina, demandam especialização após a graduação para avanço na carreira, o que precisa ser considerado).

- **Autoconhecimento**: a questão "o que vai ser quando crescer" segue a todos desde a infância, mas é na adolescência que essa pergunta precisa começar a ser respondida seriamente. A demora na escolha de uma profissão é compreensível, pois não há maturidade suficiente. Porém, quanto mais se demora, mais tempo se perde. A depender da carreira, o ideal é começar um planejamento já no Ensino Médio, pois os vestibulares são difíceis e concorridos. Além disso, há formas de ingresso que consideram a vida escolar. Dessa maneira, é importante o autoconhecimento para a tomada da decisão, nos termos explicados acima. Com reflexão sobre seus interesses, desejos, vontades, habilidades, aptidões e inclinações, bem como sobre sua história, é possível uma decisão mais adequada. Procure ajuda de especialistas (testes vocacionais – também encontrados na internet, mas não com a mesma precisão), ouça terceiros para confronto de sua autoanálise e seja realista na avaliação de seus planos.
- **Informações**: além das variáveis pessoais, há variáveis próprias da graduação, que de-

mandam várias informações, como apontamos. Pesquise bastante sobre o curso, sua forma de ingresso, suas disciplinas e a taxa de sucesso dos formados no mercado de trabalho que pretende ocupar. Também pesquise a própria carreira. As dicas já fornecidas para pesquisa sobre concursos também se aplicam aqui, com as devidas adaptações: pesquisa em fontes oficiais, em redes sociais, junto a conhecidos que ocupam a carreira etc. Quanto mais informações, melhor a decisão.

- **O risco das idealizações**: ter sonhos é importante e faz parte da motivação. Mas é preciso evitar idealizações. Todas carreiras possuem dificuldades e tarefas não tão agradáveis. Dinheiro é importante, mas é preciso pelo menos tolerar o cotidiano de trabalho (logo, não adianta escolher uma carreira apenas pela remuneração). Status social é apenas parte da realização pessoal (assim, não escolha uma carreira apenas pensando nisso). O que é excelente para outros pode não ser para você (não adianta copiar exemplos). Evite o peso das comparações (o que traz sucesso ou brilho social para um grupo pode não trazer satisfação pessoal – e ninguém costuma ir em rede social mostrar o lado ruim, de forma que o "efeito Instagram" precisa ser desconsiderado). Evite escolhas por pressões externas. Evite a expectativa de retorno rápido (a maioria das carreiras exige anos de experiência e resiliência até que os frutos apareçam). Não desconsidere opções por serem comuns ou tradicionais (seguir no ramo de trabalho da família, por exemplo), pois essas opções podem ser mais fáceis e recompensadoras no longo prazo.

**Direto ao ponto**:

- A escolha da graduação deve estar alinhada à carreira desejada, considerando aptidões, qualidade de vida e facilidade de aprovação.
- Variáveis pessoais e do curso incluem finanças, disponibilidade para mudança, concorrência, infraestrutura, mercado futuro e necessidade de pós-graduação.
- O autoconhecimento é essencial para identificar interesses, habilidades e limites, apoiado por testes, reflexões e opiniões externas.
- A decisão deve ser embasada em informações sólidas sobre cursos, formas de ingresso, disciplinas e empregabilidade.
- É preciso evitar idealizações, pressões externas e escolhas baseadas apenas em dinheiro, status ou comparações sociais.

## 9.2 – Formas de ingresso nas graduações

Escolhida a graduação, o passo seguinte é nela ingressar. E, para isso, é preciso conhecer as formas de ingresso. Existem diversas e detalharemos cada uma a seguir:

- **Vestibular próprio**: a forma mais tradicional e ainda utilizada por algumas instituições, como USP, Unicamp e cursos militares (como ITA). A nota do ENEM é usada apenas como parte da pontuação, não sendo decisiva. Foi minha forma de ingresso nas duas graduações (Unicamp e Unifap). Tem como vantagem o fato de diminuir a concorrência com candidatos de outras regiões (que precisam se deslocar até a cidade das

provas, o que implica gastos e dificuldades logísticas). Por outro lado, a prova costuma seguir padrão próprio, muitas vezes mais difícil do que o ENEM. Assim, é preciso preparação específica para ter condições de competição nos cursos mais concorridos. O ideal é procurar informações sobre o formato da prova e estudar direcionado a ela com antecedência. Não apenas grandes instituições usam esse formato – por isso, havendo disponibilidade de mudança pode ser interessante procurar instituições públicas que possuem vestibular próprio, o que permite o ingresso em cursos públicos de graduações usualmente concorridas. Faculdades particulares também possuem processos seletivos próprios, mas geralmente a dificuldade é baixa, com exceção de instituições mais renomadas e nos cursos mais procurados. Há inclusive faculdades particulares que permitem a realização do vestibular em data agendada com o candidato e de forma individual.

- **ENEM**: desnecessárias grandes explicações, pois é do conhecimento de todos que frequentam o Ensino Médio (ou frequentaram nas últimas décadas). A prova é realizada uma vez ao ano e a nota obtida pode ser usada no ano da realização e no ano seguinte, para se inscrever no SISU, que é o processo de ingresso da maior parte das instituições públicas. No SISU, realizado duas vezes ao ano, com a nota do ENEM é possível se inscrever em qualquer das instituições e cursos, sendo que existem várias modalidades de cotas (racial, de renda, para alunos de escolas públicas etc.). A escolha do curso envolve estratégia, sendo necessário acompanhar as inscrições e a nota de corte durante os dias do processo, para saber se há chances de aprovação ou não (também ajuda ter noção da nota de corte dos anos anteriores, informação que pode ser obtida nas páginas dos processos anteriores). Há várias vantagens no ENEM, sendo as principais sua constância de formato, que permite um estudo direcionado desde os primeiros anos do Ensino Médio, e a possibilidade de concorrer para qualquer lugar do Brasil, sem necessidade de gastos e deslocamentos. A única desvantagem é sua não utilização em todas as instituições, como já falado no item anterior.
- **Processo seletivo próprio com a nota do ENEM**: uma forma não tão usual e, por isso, não conhecida de todos. Há instituições que abrem processo seletivo fora do SISU, mas apenas com a nota do ENEM como parâmetro. Essa modalidade é realizada às vezes para permitir que candidatos residentes no local tenham mais chances de ingresso, pois o SISU acaba os excluindo pela concorrência nacional. Para quem tem informação sobre essa modalidade é uma das melhores opções, pois usa a nota do ENEM e permite ingresso com menor concorrência. Pesquise mais a respeito e terá essa vantagem.
- **Programa de avaliação seriada ou continuada**: modalidade também não tão comum, mas adotada por algumas instituições públicas. Nesta modalidade de seleção, o candidato é avaliado em diferentes momentos da sua formação no Ensino Médio, uma prova a cada ano. O curso superior a ser seguido é escolhido antes da última prova. É feita uma média das três notas e as vagas são distribuídas de acordo com a classificação dos candidatos. É o caso, por exemplo, de instituições como a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e da Universidade de Pernambuco (UPE). As próprias universidades estaduais de São Paulo (USP, Unicamp, Unesp, Fatesp e Univesp) adotam essa modalidade, no chamado Provão Paulista. Há regras para participação, que precisam ser analisadas, com uma delas geralmente sendo a possibilidade apenas para alunos de escolas públicas (os candidatos de escolas públicas de outras regiões precisam se inscrever e realizar as provas em locais específicos). Em termos de estudo, a vantagem é que cada prova foca no conteúdo do ano, diminuin-

do a quantidade de matérias e a pressão. A desvantagem é que demanda preparação contínua durante os estudos, o que muitos ainda não realizam (preferindo deixar para estudar depois que terminar o ensino médio – eu não critico, pois fiz isso quando era jovem). Provavelmente a melhor opção de ingresso para quem estuda em escolas públicas, sendo uma forma natural de estudar, evitando concorrência de alunos de escolas particulares e daqueles que realizam cursinhos preparatórios depois de formados.

- **Prouni**: modalidade de ingresso por bolsas em instituições privadas, usando a nota do ENEM. Quanto maior a nota, mais chances de ingresso. Trata-se de uma opção relevante para quem não tem recursos para realização dos cursos mais caros e concorridos.
- **Outras formas de ingresso**: além dessas, existem faculdades que realizam processos seletivos específicos, como análise de currículo e notas e entrevistas. No Brasil é raro, limitado a algumas instituições privadas. É a forma usual de ingresso de brasileiros em universidades estrangeiras, que permitem o ingresso de pessoas de outros países por meio de processo de seleção que considera diversos fatores. Há muitos países e instituições, de maneira que foge ao objetivo do livro tratar do tema em detalhes, mas sugiro a quem tem interesse começar essa pesquisa cedo quando do ingresso no Ensino Médio, pois geralmente há necessidade de diversos cuidados durante essa etapa para obter sucesso na aprovação futura. Para fins de exemplo, muitos dos processos seletivos dessas universidades consideram as notas do ensino médio, bem como atividades extracurriculares envolvidas, além de testes de proficiência em línguas estrangeiras (como inglês e francês) e até mesmo cartas de recomendação em alguns casos. Logo, é um processo que deve ser iniciado desde o começo do Ensino Médio, para ter boas chances de aprovação. Cada país e instituição possuem regras próprias e em muitas universidades há mensalidades, o que precisa ser objeto de análise para quem tem esse interesse (e possibilidade).

**Direto ao ponto**:

- **Vestibular próprio** – Provas específicas de cada instituição, com menor concorrência regional, mas maior dificuldade em cursos disputados.
- **ENEM e SISU** – Principal forma de ingresso em universidades públicas, com abrangência nacional e várias modalidades de cotas.
- **ENEM como seletivo próprio** – Algumas instituições usam a nota do ENEM fora do SISU, oferecendo menor concorrência local.
- **Avaliação seriada** – Provas anuais no Ensino Médio, comuns em instituições como UnB e USP, reduzindo pressão em uma única prova.
- **Prouni e outros** – Bolsas em instituições privadas via ENEM e processos seletivos alternativos, inclusive internacionais.

## 9.3 – Dicas para ganhar tempo na aprovação no vestibular

Por fim, fechando o presente capítulo e em semelhança ao que foi realizado para concursos, seguem algumas dicas para aprovação mais rápida no vestibular: Link

- **Planejamento**: a mais óbvia dicas é ter o devido planejamento. Isso inclui não apenas

planejamento de estudo, mas também de provas, etapas e escolhas, para não perder tempo. Quanto mais cedo se inicia o planejamento, mais oportunidades estão presentes (como o ingresso por avaliação seriada, que só está disponível durante o Ensino Médio). Quanto mais cedo se planeja, menor o estresse na reta final, diminuindo ansiedade e permitindo mais tranquilidade no dia das provas. Quando se é jovem não se percebe isso e é comum "aproveitar" o Ensino Médio, não levando tão a sério os estudos. Nada a se incriminar, mas o preço são alguns anos perdidos, que no futuro podem fazer diferença. Cito meu próprio exemplo: sequer fiz vestibular no terceiro ano do Ensino Médio. Depois perdi dois concursos excelentes (Petrobras e Agência Nacional do Petróleo) em que fui convocado no último ano da graduação em Engenharia, sem ter ainda diploma. Também poderia, com o devido planejamento e orientação, ter feito Direito como primeira graduação, ganhando anos e anos até a aprovação no cargo que ocupo. Não me culpo pelas escolhas que fiz, mas tenho ciência de que teria sido diferente caso tivesse me preocupado na época correta. O segundo volume desse livro trata do estudo e planejamento de estudo, enquanto nesse primeiro volume há dicas para planejar as provas e escolhas.

- **Opções**: evite descartar opções relevantes por foco excessivo em uma escolha. Ou seja, não descarte cursos e faculdades por obsessão com uma ideia apenas. Não é errado ter sonhos e focar neles, mas tenha a mente mais aberta a opções. Ou pelo menos fixe um prazo máximo para tentar apenas o objetivo principal. É comum, por exemplo, candidatos que somente aceitam aprovação em Medicina em faculdades públicas. Por conta da dificuldade de aprovação, ocorre de perderem anos, antes de desistir e fazer outra graduação. Algumas pessoas até fazem Medicina no futuro, como segunda graduação, mas muitos percebem que sequer era o que queriam fazer. Há opções para quem pretende apenas fazer Medicina: cursar faculdades particulares (caro e fora do orçamento da maioria, mas mais factível com programas como Prouni), fazer graduação no exterior e pedir validação do diploma no Brasil após o término (em outros países é mais barato o curso, mesmo contando os gastos com estadia) e pesquisar faculdades públicas fora dos grandes centros (inclusive os processos seletivos próprios). Já fui aprovado em Medicina, por exemplo, na Unifap, pelo processo seletivo próprio da universidade, e tive nota no Sisu para ingresso em algumas universidades nesse curso, quando fiz o ENEM de 2014. Minha nota do Enem era alta (766,8 na média das provas objetivas e 900 na redação), mas insuficiente para ingresso nas universidades mais concorridas nesse curso. Assim, caso fosse meu objetivo a graduação em Medicina, perderia oportunidades se não procurasse outras faculdades. Após não realizar o vestibular no terceiro ano do Ensino Médio, resolvi que queria fazer Engenharia Química na Unicamp e fiz apenas esse vestibular, não ficando classificado na segunda fase (fiquei cerca de setenta colocações do último convocado). Esse foi um erro estratégico – fazer apenas uma prova. Somente na segunda tentativa fui aprovado, mas podia ter prestado outras provas e entrado mais cedo na graduação. Em resumo, considere outras oportunidades.
- **Foco**: se é importante ter opções, evite, contudo, dispersão. Não adianta querer fazer tudo, pois há risco de não conseguir nada. Evite, por exemplo, estudar para vestibular e concursos ao mesmo tempo. O foco é diferente, assim como as disciplinas. Até é possível fazer concursos enquanto se estuda para vestibular, mas sempre há o risco de perder o foco, principalmente quando existem várias etapas no concurso. Foi o que fiz, por exemplo, no primeiro ano que tentei o vestibular, em que também passei na prova da PRF e perdi muito tempo com as etapas do concurso (sendo reprovado no exame médico no final). Atribuo a primeira reprovação, que cite acima, ao período que fiquei

focado no concurso, sem estudar para o vestibular (e considerando que trabalhava e somente tinha à noite e finais de semana livres, qualquer tempo fazia falta). De forma semelhante, pode ser prejudicial estudar para o vestibular, estudar inglês para o teste de proficiência e realizar várias atividades extracurriculares para tentar admissão em faculdades estrangeiras. Caso resolva atuar em vários projetos ao mesmo tempo, tenha adequado planejamento e o cumpra, para que um plano não atrapalhe o outro. Outro ponto a se considerar é a questão de trabalhar ou não – se você tem condições de se manter (ou ser mantido), geralmente é mais eficiente estudar apenas ao invés de trabalhar e estudar. O dinheiro perdido é recuperado com melhores oportunidades geradas pelo ingresso e término da graduação.

- **Esforço e motivação**: quanto a esse ponto, indicamos a leitura do terceiro volume, que tratará da questão da motivação e sua relação com os estudos. Por ora, apenas destaco que é mais eficiente realizar um esforço concentrado para aprovação mais rápida, do que ficar anos tentando. Mesmo que se pareça estar perdendo oportunidades (em relacionamentos amorosos e amizades que não agregam, por exemplo), no final é um tempo que valerá no futuro. Só se é jovem uma vez, mas o menino é o pai do homem – boas memórias da juventude talvez não valham tanto quanto décadas de uma vida melhor depois de adulto. Um ano "desperdiçado" com estudos vai ser recuperado com muitos juros após os resultados. Claro que é preciso equilíbrio e autoconhecimento de seus limites – não é recomendável tratar a aprovação como vida ou morte, pois excesso de ansiedade prejudica os estudos. Como falaremos no terceiro volume, tenha metas pessoais e saiba se premiar pelo progresso, inclusive com descanso e lazer. O esforço deve ser o máximo possível, mas nunca a ponto de prejudicar sua saúde.
- **Não é tarde**: por fim, para quem já "perdeu o tempo", gostaria de lembrar que existem segundas chances. Errar faz parte da vida e é mais adequado usar os erros como exemplos do que como frustração. Há diversas pessoas que fazem duas (ou até mais) graduações até encontrar sua vocação. Eu próprio sou exemplo disso. E as experiências anteriores facilitam, em alguns pontos, a busca de novas opções. Minha segunda aprovação no vestibular, por exemplo, foi obtida praticamente sem estudo próprio para a prova (o mesmo com a nota do ENEM de 2014, que me permitiu aprovação em Medicina – e em Direito na UFRJ e UnB pelo SISU). Mas tinha o conhecimento adquirido da primeira graduação em Engenharia (tive nota 905/1000 em Matemática e suas linguagens, entre as 0,5% melhores daquela edição) e o conhecimento de provas, dos diversos concursos. As experiências de vida ajudam, assim como a maturidade. De forma semelhante, já tive colegas de graduação acima da casa dos trinta e até cinquenta anos, que comprovam que ainda dá tempo.

**Direto ao ponto:**

- **Planejamento** – Organize estudo e escolhas desde cedo, evitando perda de tempo e ansiedade.
- **Opções** – Considere alternativas de cursos e faculdades, sem foco único.
- **Foco** – Evite dispersão entre vestibulares, concursos e múltiplas atividades.
- **Esforço e motivação** – Dedique-se intensamente, mas com equilíbrio e saúde.
- **Não é tarde** – Há sempre novas chances; experiências e maturidade podem favorecer aprovações futuras.

# 10 – Da importância da leitura e estudo dos editais

Pode parecer desnecessário esse capítulo, bastando uma dica nesse sentido em outro capítulo. Entretanto, isso seria subestimar a importância do conhecimento e estudo dos editais dos concursos. O tempo que se ganha e a vantagem que se tem quando se estuda bem o edital são tão importantes que entendo necessário um capítulo somente a esse respeito.

Pela relevância do tema e por ser uma ponte para a parte do livro, esse tema será o fechamento do primeiro volume.

## 10.1 – Editais anteriores como guia de estudos

A primeira razão da importância dos editais é que eles funcionam como um guia de preparação para concursos futuros. É sempre uma grande vantagem se começar a estudar com antecedência – e para poder render mais esse estudo prévio é necessário que ele seja direcionado. Para melhor aproveitamento do edital no planejamento é importante se observar os fatores a seguir:

- **Compare as provas com as previsões dos seus editais**: a principal informação obtida da leitura dos editais é como poderá ser a futura prova, para melhor planejamento. Para tanto, deve-se analisar como os assuntos previstos no edital foram abordados, como foi a distribuição das questões dentro dos assuntos, qual o nível de aprofundamento nas matérias e outras informações que permitem um melhor enfoque para os estudos. Gerar gráficos e tabelas com essas informações pode facilitar a visualização, como fiz, por exemplo, para a prova de Perito da Polícia Federal quando comecei meus estudos:

| Total | Média Total | Apenas 2004 |
|---|---|---|
| **1 - Direito** | **14,6%** | **19,9%** |
| **1.1 - Direito Administrativo** | **5,3%** | **7,5%** |
| 1.1.1 - Estado, governo e administração pública - conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios | 0,0% | 0,0% |
| 1.1.2 - Organização administrativa da União - administração direta e indireta | 1,4% | 2,0% |
| 1.1.3 - Agentes públicos - espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único - provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa | 1,1% | 1,5% |
| 1.1.4 - Poderes administrativos - poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder | 1,4% | 2,0% |
| 1.1.5 - Serviços públicos - conceito, classificação, regulamentação e controle; forma,meios e requisitos; delegação - concessão, permissão, autorização | 0,0% | 0,0% |
| 1.1.6 - Controle e responsabilização da administração - controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. | 1,4% | 2,0% |

Essa mesma análise é feita por sites de questões, como o Qconcursos. Abaixo a separação das questões da prova da PRF 2021 na área de Direito Constitucional, por exemplo. Nem sempre a separação das questões nos assuntos é perfeita, devendo haver uma checagem.

| | |
|---|---|
| **15. Direito Constitucional** | 9 questões |
| 15.1 Direitos Individuais - Remédios Constitucionais e Garantias Processuais | 6 questões |
| 15.2 Mandado de Segurança | 2 questões |
| 15.3 Administração Pública – Disposições Gerais e Servidores Públicos | 1 questão |
| 15.4 Remédios e Garantias Constitucionais | 1 questão |
| 15.5 Teoria dos Direitos Fundamentais | 1 questão |
| 15.6 Habeas Data | 1 questão |
| 15.7 Direitos Constitucionais-Penais e Garantias Constitucionais do Processo | 1 questão |
| 15.8 Direitos Individuais | 2 questões |
| 15.9 Direito à Liberdade | 1 questão |

- **Procure saber qual será a banca futura**: bancas diferentes têm abordagens diferentes, o que pode tornar a análise sugerida no item anterior prejudicada. Por conta disso, vale a pena procurar ficar informado quanto a possíveis mudanças da banca contratada. Há formas de se fazer isso:
    - 1 – acompanhar notícias em sites de concursos (como Qconcursos, Folha Dirigida, PCI e outros), que divulgam notícias como "O Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Barueri, estado de São Paulo, **contratou o Instituto Nosso Rumo como banca organizadora** do seu mais novo concurso. De acordo com o termo de referência, o certame ofertará vagas em CR para o cargo de Procurador Previdenciário" (site Estratégia Concursos).
    - 2 – observar concursos recentes do órgão, para cargos diferentes. Eles indicam tendências, como a dispensa de licitação ou a tendência de contratação da mesma banca. O TJAP, por exemplo, contratou a FGV para o concurso de magistratura – e pouco depois também para o concurso de servidores. Antes havia contratado a FCC para os dois casos.
    - 3 – observar como a banca têm conseguido concursos ultimamente. A FGV, por exemplo, vem em uma crescente nos concursos mais importantes, enquanto o Cebraspe vive uma fase ruim.
- **Prepare-se para mudanças com trocas de banca**: quando se sabe que a banca será trocada, a análise deve focar também em outros concursos. Não adianta muito se preparar apenas pela prova anterior que foi feita por banca diferente. O ideal nesse caso é procurar provas também da outra banca, para cargos semelhantes (estudar as provas do TJPR para se preparar para as provas do TJSC, por exemplo, caso se saiba que a banca será a mesma).
- **Prepare-se para mudança de enfoque das bancas**: Não apenas se deve prever mudanças de banca, contudo – quando faz tempo que houve um concurso que se procura, é preciso começar a estudar também como a banca tem mudado seu enfoque. A FCC, por exemplo, era muito mais focada em questões literais do texto da lei no passado, mas tem mudado um pouco esse enfoque – o que precisa ser considerado. Não apenas a forma das questões, contudo – o estudo dos editais permite prever mudanças nos con-

teúdos. Concurseiros mais espertos começaram a ver quando as disciplinas de Formação Humanística começaram a ser introduzidas nos concursos jurídicos e começaram a se preparar com antecedência, ganhando pontos importantes.

- **Fique esperto com bancas próprias**: outro ponto a ser observado é quando o próprio órgão faz as provas, deixando apenas a parte logística para uma banca maior. Isso é bastante comum em concursos jurídicos, principalmente nas fases posteriores à objetiva. Nesse caso, após a aprovação nas fases realizadas pela banca contratada, é hora de procurar informações sobre os membros da banca nomeados. Especialmente na prova oral, essa análise faz bastante diferença.

## 10.2 – Publicação do edital como etapa essencial da preparação

Ainda mais importante do que analisar os editais anteriores, é o estudo do edital do concurso, quando publicado. Trata-se de etapa essencial da preparação, não sendo tempo perdido gastar até um dia de estudo apenas com a leitura atenta das regras do certame. São muitas as razões para isso:

- **Saber se poderá fazer o concurso**: pode parecer óbvio, mas muitas pessoas se inscrevem em concursos que não podem fazer. Isso pode ocorrer por várias razões – não se atentar às datas das provas, que se chocam com outro concurso ou com alguma programação inadiável e importante, não perceber que não se tem a qualificação necessária para o cargo (algumas vezes há mudanças de exigência, passando de nível médio para superior ou exigindo alguma graduação específica), não se atentar para exigências com tempo de experiência, atividade jurídica, ser brasileiro nato e outros.
- **Escolher a vaga**: em concursos maiores, com provas para vários cargos no mesmo dia, especialmente naqueles regionalizados, escolher a vaga pode ser metade do caminho para aprovação, como já comentamos anteriormente. Não há tempo desperdiçado quando se trata de planejar a escolha de vaga – em alguns casos pode ocorrer de um candidato com nota muito maior não ser convocado e outro ser, por conta de ter escolhido a vaga certa. Procure informações com conhecidos, se possível. Não sendo, procure informações na internet sobre como foram as convocações no concurso anterior.
- **Fazer o planejamento final de estudos para o concurso**: com o edital, é possível começar a preparação final para o concurso, sabendo os dias até a prova, quantas disciplinas e quantas questões por disciplina, a distribuição das matérias e tudo o mais necessário. De preferência, já se terá um bom estudo prévio e um planejamento antes do edital, fazendo-se apenas as modificações no estudo com o que não era esperado. De qualquer maneira, a forma adequada de preparação e estudo não é o foco no momento. O que destaco é que a publicação do edital marca o início da fase final de estudos, que faz grandes diferenças no desempenho.
- **Fazer o planejamento logístico para o concurso**: exceto se o concurso for em sua cidade ou próximo dela, haverá necessidade de reservar passagens e hotéis. A depender do local das provas é importante reservar logo, principalmente a estadia. Em grandes concursos é comum até mesmo esgotar os locais para hospedagem (já ocorreu isso em Goiânia, por exemplo, no concurso de magistratura do TJGO) ou haver um aumento abusivo dos preços quando começam a surgir muitas reservas. O mesmo ocorre com

Link

passagens aéreas quando há muita procura por alguns trechos. Portanto, não perca tempo para providenciar o necessário para poder estar no local da prova, descansado e com a mente 100% para a prova.

## 10.3 – Possibilidade de impugnação do edital

Outra questão muitas vezes esquecida, principalmente por que, não é graduado em Direito, é a possibilidade de questionamento das cláusulas do edital. Nem sempre as bancas seguem as normas e a jurisprudência quando da publicação do edital. Isso pode ocorrer em diversos pontos, como:

- **Previsão das formações necessárias para ingresso**: exemplos de previsões incorretas: 1 – prever que apenas técnicos podem fazer a prova, negando a possibilidade a graduados da mesma área, 2 – não incluir um curso de graduação na lista dos cursos possíveis, mesmo havendo habilitação para o exercício das atribuições, 3 – fazer requisitos além dos exigidos pela lei da carreira (pedir nível superior ou especialização, mesmo não sendo requisito para o cargo).
- **Não previsão de isenção de pagamento**: há leis, inclusive estaduais e municipais, que preveem isenção para o pagamento da inscrição, para diversas razões, como doadores de sangue, pessoas de baixa renda e outros. Se essas leis não forem obedecidas e não houver previsão de isenção, trata-se de razão para questionamento.
- **Previsão de requisitos ilegais ou desproporcionais:** algumas questões comuns são, sem embasamento legal, exigência de altura mínima, fixação de idade mínima ou máxima, previsão de nacionalidade brasileira (nata, por exemplo, fora dos casos constitucionais), cobrança da apresentação do diploma em etapa anterior à posse, fixação de cotas para mulheres ou homens (ou proibição de participação de algum gênero, sem fundamento legal), exigência de tempo de serviço público ou experiência.
- **Erro na previsão das cotas:** há legislação que prevê cotas raciais, para pessoas com necessidades especiais e outras. É possível que o edital ignore essas cotas, faça previsão em porcentagem menor ou mesmo maior do que o exigido em lei. Também é possível que a forma de preenchimento das vagas esteja incorreta – não prever que o candidato classificado nas vagas de ampla concorrência não irá usar a vaga das cotas, não colocar a classificação correta para convocação das cotas, confundir a ordem de cada cota etc. É possível até mesmo a previsão de cotas ilegais, como regionais, para servidores do órgão ou por critérios de renda ou escola pública (nunca duvide da criatividade da Administração...). Todos esses casos são motivos de questionamento.
- **Erros nas previsões de etapas do concurso**: alguns motivos comuns de questionamento, dentre outros, são: 1 – não previsão de recursos administrativos para as provas, 2 – não previsão de possibilidade de fazer o teste de aptidão física em outra data para mulheres grávidas, 3 – avaliação psicológica para cargos para os quais não há previsão legal, 4 – previsão de testes físicos desproporcionais (como exigência de barra fixa dinâmica para mulheres), 5 – previsões inaceitáveis de eliminação na investigação social (como não poder ter dívidas ou inscrição em cadastro negativo de crédito), 6 – fixação de critérios de desempate ilegais (como pontuação maior para servidores públicos ou pessoas que residem em determinado estado da federação), 7 – não fixação de crité-

rios para correção de etapas discursivas e orais e 8 – previsão de etapas com excesso de subjetividade (como avaliação psicológica sem critérios objetivos). Essas previsões têm o potencial de prejudicar o candidato em etapas avançadas e esse prejuízo pode ser evitado com questionamento do edital.

- **Previsões com erros materiais ou dúbias:** o edital do concurso é essencial para a regularidade do certame, de maneira que deve estar correto. Quando há partes com erros materiais (número de questões que não bate com o total de pontos, previsão incorreta da forma de correção das questões etc.) ou previsões que podem dar margem a mais de uma interpretação, a impugnação do edital pode evitar que esses erros gerem problemas, como atraso futuro ou mesmo mudanças na classificação. Em um caso conhecido, por exemplo, o Cespe/Cebraspe deixou de prever alteração dos gabaritos, prevendo apenas anulação – contudo alterou gabaritos depois da prova objetiva e chegou a divulgar uma lista de aprovados, que teve que ser alterada posteriormente, quando as questões foram anuladas apenas (gerando muita frustração nas pessoas que estavam na primeira lista e não na segunda).

Sabendo de todos esses pontos, devemos apontar que a impugnação do edital traz vantagens: 1 – derruba uma das principais teses defensivas estatais, de que o candidato somente depois de prejudicado questionou a regra do edital ("a lei do concurso"...), caso seja necessária futura ação judicial, 2 – pode ser feita sem advogado, com recurso administrativo, poupando dinheiro, 3 – ganha-se tempo com a correção do problema, evitando-se brigas judiciais longas e cansativas depois e 4 – esclarece para todos os candidatos as questões, trazendo transparência ao certame. Como desvantagem podemos apontar apenas que em alguns concursos menores podem trazer pessoalidade ao questionamento, o que pode, em tese, prejudicar o candidato quando das etapas – não é algo que ocorra frequentemente, e nem deveria ocorrer, mas não é impossível.

A impugnação ao edital pode ser feita de diversas maneiras:

- **Administrativamente conforme o edital**: a forma mais fácil e comum é quando o próprio edital prevê prazo para impugnação de suas cláusulas, indicando a forma de o fazer. Por exemplo, vejamos a previsão do edital do CNU: "1.7 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital, devendo encaminhar e-mail para CPNU@cesgranrio.org.br, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação do Edital no Diário Oficial da União. Após essa data, o prazo estará encerrado." Nesse caso, basta seguir as regras acima, escrevendo um texto em formato apropriado, com endereçamento ("Senhor Presidente da Banca do Concurso XXX/2025"), identificação do requerente (Fulano de Tal, brasileiro, CPF, RG, endereço), e o texto, com indicação da cláusula do edital que pretende modificar e a fundamentação para tanto (por exemplo: a cláusula 1.1 prevê a realização de avaliação psicológica como etapa do concurso – contudo não há previsão legal dessa etapa na lei da carreira e nem em outra norma, o que contraria a Resolução XXX e a Lei YYYY) e o pedido e assinatura ao final (diante disso, requer-se, respeitosamente, a exclusão da avaliação psicológica como etapa do concurso, com a retificação do edital na cláusula apontada. Termos em que pede deferimento).
- **Administrativamente quando não há previsão no edital**: mesmo sem a previsão de impugnação no edital, ainda assim é possível impugnar o edital, com base no direito

constitucional de petição (CF, art. 5º, XXXIV, a) e conforme a Lei 9784/1999, art. 2º e 5º a 8º. A única diferença em relação ao caso em que há previsão no edital é que nesse caso há a dificuldade adicional de conhecer a forma de contato com a banca. Mas isso não é tão difícil, pois geralmente está em outro lugar do edital o dado de contato. E quando não presente, basta procurar no site da banca (se banca profissional) ou do órgão público. É importante também nesses casos não demorar demais para apresentar a petição, devendo o fazer em até cinco dias da impugnação, de maneira a aumentar as chances de sucesso. Caso não haja resposta rápida, vale a pena o contato para confirmar o recebimento, por telefone, por exemplo.

- **Em recurso administrativo**: mesmo que a banca responda negativamente ao requerimento, ainda é possível se recorrer, com base no direito de recurso das decisões administrativas (Lei 9784/1999, art. 56). É possível, a depender do caso, recorrer à instância superior do órgão público, que poderá alterar a decisão pelo indeferimento do pedido.
- **Judicialmente**: se mesmo com o recurso administrativo não for aceito o argumento pela impugnação, nesse caso é necessário buscar judicialmente a alteração. O ajuizamento de ação somente vale a pena se a mudança no edital for substancial para o interessado – como os casos em que ele não poderá ser participar do concurso ou ser nomeado caso aprovado por conta da regra em questão. Judicialmente há vários caminhos possíveis, que devem ser consultados com o advogado (de preferência um que entenda do assunto): mandado de segurança, ação comum pelo procedimento ordinário e outros tipos de ações, a depender do caso. É possível se reunir vários candidatos interessados, de maneira a dividir os gastos e mesmo apresentar mais informações para a ação.
- **Por meio do Ministério Público**: caso haja interesse público geral na questão, pode-se também apresentar representação ao Ministério Público (estadual ou federal, a depender do ente que está fazendo o concurso), que poderá então questionar administrativamente ou judicialmente o edital. Nesse caso a vantagem é que não ficam com o candidato os custos da ação e que há, em tese, maiores chances de a banca aceitar as alterações, pela representatividade e importância de quem faz o questionamento.

## 10.4 – Dicas para a leitura e esquematização do edital

Com um pouco de experiência em concursos, a leitura do edital fica bem mais tranquila, pois já se sabe qual a ordem comum das informações e em que lugar focar mais. Para os que ainda não tem essa experiência, vão algumas dicas. Usarei o edital do bloco 1 do Concurso Nacional Unificado de 2024 como exemplo geral para as explicações.

- **Comece observando os cargos oferecidos e se tem habilitação necessária**: ou essa informação vem logo de cara ou em algum anexo do edital. No edital do CNU estava no anexo II, com previsão para os diversos cargos, como a abaixo. Geralmente nessa parte estão informações também relevantes, como o valor dos vencimentos e gratificações, o local de trabalho e a jornada de trabalho. Além da habilitação, também é preciso ver os demais requisitos de investidura (embora eles geralmente sejam iguais para todos os concursos).

**(B1-01) ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - AGU**

**(B1-01-A) Cargo:** Arquiteto
**Descrição do Cargo:** exercício de atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais a cargo da AGU.
**Especialidade:** Arquitetura
**Formação exigida:** Certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado em arquitetura com registro em seu conselho de classe
**Atividades previstas para a especialidade:** Desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo.
**Remuneração inicial na data do Edital:** R$ 7.736,77 (sete mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e sete centavos), composta de R$ 3.281,35 (três mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos) de vencimento básico + R$ 932,22 (novecentos e trinta e dois reais e vinte e dois centavos) da Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União (GEATA) + R$ 3.523,20 (três mil, quinhentos e vinte e três reais e vinte centavos) de Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE) de 80 pontos. Ao ingressar, o novo servidor receberá 80 pontos de gratificação até sua primeira avaliação, quando poderá chegar aos 100 pontos e a remuneração atingir o valor de R$ 8.617,57 (oito mil e seiscentos e dezessete reais e cinquenta e sete centavos).
**Legislação:** Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006; Lei nº 10.480, de 2002 e suas alterações, e Lei nº 12.277/2010.
**Jornada de Trabalho:** 40 horas semanais.
**Local de exercício:** Nacional

**4.1** - Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de direitos e obrigações civis e de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, art. 12, da Constituição Federal e do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, promulgado no Brasil por meio do Decreto nº 3.927/2001.
**4.2** - Estar em dia com as obrigações eleitorais.
**4.3** - Estar em dia com as obrigações militares, em caso de candidato brasileiro do sexo masculino.
**4.4** - Ter, na data de admissão, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos.
**4.5** - Só poderá ser empossado em cargo público aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. O exame médico admissional avaliará a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades do cargo público que irá ocupar.
**4.5.1** - A convocação para o exame médico admissional é de responsabilidade dos órgãos aderentes ao Concurso Público Nacional Unificado para a investidura nos seus respectivos cargos.
**4.6** - Ser aprovado no Concurso Público Nacional Unificado e preencher os requisitos previstos no **Anexo II** deste Edital.
**4.7** - Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo publico federal, nos termos dispostos no art. 137 da Lei Federal nº 8.112/1990, e suas alterações.
**4.8** - Cumprir as determinações deste Edital.

- **Veja as datas das provas**: após ver as vagas e escolher uma das opções após ter certeza de que pode fazer o concurso, a próxima etapa é ver as datas do concurso, tanto para planejamento quanto para evitar inscrição em concursos com provas na mesma data (às vezes há mudança de data das provas, contudo, o que pode acabar levando a provas no mesmo dia – ou fazendo com que não haja mais coincidência de datas). Essas informações das datas vêm previstas na descrição de cada fase – e na maior parte das vezes em um cronograma do concurso, quando a banca é mais organizada.

**ANEXO VII - CRONOGRAMA**

| EVENTOS BÁSICOS - CPNU 2023 | DATAS |
|---|---|
| Publicação do Edital. | 10/01/2024 |
| Inscrições. | 19/01 a 09/02/2024 |
| Solicitação de inscrição com isenção do valor da mesma. | 19 a 26/01/2024 |
| Resultado preliminar dos pedidos de isenção do valor de inscrição. | 29/01/2024 |
| Prazo para recurso dos candidatos que tiveram a solicitação de isenção do valor de inscrição indeferida. | 29 e 30/01/2024 |
| Consulta a situação final dos candidatos que tiveram a solicitação de isenção do valor de inscrição deferida, após contestação | 06/02/2024 |
| Consulta à situação provisória da solicitação de adaptações razoáveis, divulgação provisória dos candidatos com a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência e nome social. | 21/02/2024 |
| Prazo para contestação dos candidatos não considerados inscritos como pessoas com deficiência e contra o indeferimento da solicitação de adaptações razoáveis e nome social. | 21 e 22/02/2024 |
| Consulta à situação final da solicitação de adaptações razoáveis e divulgação final dos candidatos com inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência e nome social. | 28/02/2024 |
| Obtenção impressa do Cartão de Confirmação de Inscrição no endereço eletrônico do Concurso Público Nacional Unificado (https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/) | 25/04/2024 |
| Atendimento aos candidatos com dúvidas sobre os locais de provas, vagas reservadas ou tratamento diferenciado para realização das provas. | 25/04 a 04/05/2024 |
| Aplicação das provas objetivas e discursiva | 05/05/2024 |
| Divulgação preliminar dos gabaritos das provas objetivas. | 07/05/2024 |
| Prazo para interposição de eventuais recursos quanto às questões formuladas e/ou aos gabaritos divulgados. | 07 e 08/05/2024 |
| Disponibilização da imagem do Cartão-Resposta. | 03/06/2024 |

- **Veja as informações necessárias e faça a inscrição**: sabendo qual vaga escolher e se poderá participar do concurso, é o momento da inscrição. Essa etapa é importante, pois é o momento em que se farão **diversas escolhas** – a da vaga que irá concorrer, a do local das provas, se irá concorrer como alguma cota e se pedirá isenção da inscrição ou não. A depender da cota, é preciso ficar atento a etapas adicionais durante o certame (perícia médica, avaliação por banca de heteroidentificação, apresentação de documentação de doação de sangue ou cadastro em programa de assistência social e outras), o que é muito importante se considerar e planejar. Nessa etapa é muito importante **não perder o prazo para inscrição e nem para pagamento da inscrição** – parece uma observação trivial, mas a quantidade de pessoas que perdem concursos por conta desses erros é muito alta (conheço vários casos). Se possível, pague logo a inscrição no mesmo dia. Caso ainda não tenha o dinheiro para pagar, lembre-se de anotar em algum lugar para não se esquecer.
- **Faça as preparações logísticas para a prova**: se necessário deslocamento para outra cidade para as provas, procure reservar passagens e hospedagem. Em caso de concursos grandes, o quanto antes fazer isso, melhor. A depender do caso pode inclusive ficar muito complicado fazer a prova objetiva caso demore a resolver isso. Busque passagens e diárias com direito a reembolso preferencialmente, pois não é incomum haver alteração de datas em concursos (algumas companhias aéreas concedem o direito à remarcação mesmo sem a opção, caso se comprove a mudança da data da prova, mas é melhor não contar com isso).
- **Leia o edital e veja se não há nada a ser impugnado**: leia o edital e veja o que prevê em relação a todas as etapas. Mesmo que ainda não tenha mais do que esperança de participar das etapas posteriores, é importante ver se está tudo devidamente previsto, para evitar futuros prejuízos, como discutimos na seção anterior.
- **Procure as informações mais relevantes para o planejamento do estudo**: com a vaga escolhida e tudo certo para a realização da prova, começa a etapa mais importante, que é o estudo de reta final. Antes de começar a estudar propriamente, não deixe de ler o edital todo e ver as questões mais relevantes para a preparação – tipo de questões que

serão aplicadas (múltipla escolha, certo ou errado etc.), quantidade de questões de cada disciplina, se haverá ou não redação no mesmo dia da prova objetiva, qual o conteúdo programático de cada matéria, se há ou não uma bibliografia sugerida e outras questões. Leia com atenção o edital e vá marcando o que é mais relevante – principalmente quando se é iniciante, é importante ter esse cuidado.

- **Faça o planejamento de estudo propriamente**: em seguida, é hora de passar para o estudo. E nesse momento deve-se planejar como investir o tempo de estudo até a prova. Não irei me alongar em demasia sobre como fazer esse planejamento, pois não é o objetivo dessa parte do livro (voltaremos ao tema no segundo volume), mas aqui gostaria de destacar novamente a importância de um bom planejamento para o sucesso na preparação para a prova.

# 11 – Conclusão do primeiro volume

Este primeiro volume cumpriu a função de ser a porta de entrada no universo dos concursos públicos e vestibulares. Ao longo dos capítulos, foram oferecidos fundamentos para que o leitor refletisse, desde o início, sobre a real conveniência de seguir essa trajetória. A questão "vale a pena prestar concursos?" foi enfrentada de forma crítica, expondo vantagens, desvantagens, expectativas realistas e as demandas pessoais e externas que devem ser consideradas antes da decisão.

Na sequência, o livro trouxe orientações sobre as escolhas prévias aos estudos, como a definição entre cargo final ou intermediário, critérios de seleção das carreiras e autoconhecimento vocacional. A importância do planejamento, da disciplina e da clareza de metas foi destacada como ponto central para encurtar o caminho até a aprovação.

Outro aspecto essencial foi a desmistificação de crenças limitantes: ideias equivocadas sobre concursos e candidatos foram enfrentadas, oferecendo um "antídoto psicológico" para libertar o estudante de barreiras mentais que frequentemente sabotam a preparação.

Também foram apresentadas estratégias práticas para ganhar tempo, com ênfase no aproveitamento de oportunidades acadêmicas, no direcionamento das escolhas profissionais e na flexibilidade de rotas até o cargo desejado.

O volume ainda dedicou espaço a um panorama abrangente das áreas temáticas de concursos, contemplando desde carreiras jurídicas e fiscais até áreas técnicas, militares e voltadas a graduações específicas. Esse mapeamento serve como guia para alinhar interesses, vocação e viabilidade.

Por fim, destacou-se a centralidade dos editais: compreender seu papel como roteiro de estudo, utilizar editais anteriores como base de preparação e aprender a extrair deles diretrizes práticas de planejamento.

Em síntese, este primeiro volume forneceu ao leitor uma visão ampla e fundamentada sobre a decisão de estudar para concursos e vestibulares, as escolhas iniciais mais relevantes, os mitos a serem superados, os caminhos possíveis e as ferramentas indispensáveis de organização. Trata-se de um alicerce sólido, que prepara o terreno para os próximos volumes: o segundo, voltado à teoria geral do estudo e às técnicas de aprendizagem, e o terceiro, dedicado à motivação e à análise de trajetórias de aprovados.

Assim, encerra-se este volume com a convicção de que o leitor está mais preparado para iniciar sua jornada de estudos de forma consciente, planejada e realista, com uma base segura para os passos seguintes rumo à aprovação.

# Manual dos Concursos e Vestibulares

## Robson Timoteo Damasceno

## Volume 1 - Dicas gerais
## Escolhas, estratégias e decisões para a aprovação

O primeiro volume do Manual dos Concursos e Vestibulares é o ponto de partida para entender, com clareza e realismo, o universo dos concursos públicos e vestibulares. Mais do que um guia, o livro funciona como um mapa estratégico — abordando as decisões iniciais que definem o sucesso, desde a escolha da carreira e do cargo até o planejamento dos recursos e do tempo de estudo.

Com base em duas décadas de experiência direta em concursos (e ampla experiência em vestibulares e processos seletivos de universidades), o autor analisa mitos, crenças e erros comuns que atrasam a aprovação, além de apresentar uma visão ampla das áreas e carreiras públicas disponíveis para cada formação. É uma leitura essencial tanto para quem está começando quanto para quem busca reorientar sua trajetória.

Autor do Manual do Psicotécnico, Manual do Exame Médio e outros materiais de apoio aos concurseiros, Robson Timoteo Damasceno trasmite o mesmo padrão de informações, trazendo sua experiência acumulada, desde o primeiro concurso até a aprovação como Juiz de Direito. Além disso, traz integração entre ciência e prática, sempre voltada para o objetivo da aprovação do leitor.

**Diferenciais deste volume**:

Explicações objetivas sobre o funcionamento do sistema de concursos e vestibulares.

Análise de mitos e equívocos que prejudicam o desempenho.

Orientações práticas sobre investimento em cursinhos, livros e outras ferramentas.

Mapas de carreiras e áreas de atuação para todas as formações.

Dicas para encurtar o caminho até a aprovação.

Capítulo específico sobre dicas para vestibular.

**Continue a leitura da série adquirindo os demais volumes:**

**Volume 2 - Teoria e técnicas de estudo: Ciência do aprendizado aplicada para o estudo competitivo**
https://play.google.com/store/books/details?id=Ha2PEQAAQBAJ

**Volume 3 - Motivação e dicas para fases: Teoria e prática da motivação, depoimentos de aprovados e dicas específicas para as diversas etapas dos concursos/vestibulares**
https://play.google.com/store/books/details?id=O62PEQAAQBAJ

# Volume 2

1 - Apresentação 1

2 – Organização do Manual 4

3 – Do átomo ao aprendizado – explicação geral do funcionamento do processo de aprendizagem 7

3.1 – Da matéria à vida 7

3.2 – Da vida ao cérebro 17

3.3 – Do cérebro à ideia 27

3.4 – Da ideia ao aprendizado 30

4 – Teoria da aprendizagem e aplicações práticas 43

4.1 – Abandono de técnicas "milagrosas" 43

4.2 – Valorização da individualidade 44

4.3 – Busca do autoconhecimento 45

4.4 – Determinação do sentido e formato mais adequado de aquisição e consolidação de conhecimentos 46

4.5 – Autodidatismo e estudo tradicional 49

4.5.1 – Vantagens e desvantagens do estudo tradicional 50

4.5.2 – Vantagens e desvantagens do estudo autodidata 53

4.5.3 – Encontrando seu ponto ideal entre os dois métodos 55

4.6 – Modelo geral do aprendizado, suas variáveis e como maximizar os estudos 59

4.6.1 – Interesse pelo assunto 59

4.6.2 – Facilidade de compreensão 61

4.6.3 - Autodisciplina 64

4.6.4 – Relação entre os fatores 65

4.6.5 – Estratégias para aumentar o interesse 67

4.6.6 – Estratégias para facilitar a facilidade de compreensão 68

4.6.7 – Estratégias para manter a autodisciplina 68

4.6.8 – Estratégias para o ciclo virtuoso da aprendizagem 69

4.6.9 – Outras variáveis a serem consideradas 69

4.7 – Fatores fisiológicos que influenciam no aprendizado 71

4.7.1 - Sono 72

4.7.2 – Alimentação 72

4.7.3 – Hidratação 73

4.7.4 – Exercício físico 73

4.7.5 – Gerenciamento do Estresse 73

4.7.6 – Saúde mental 74

4.7.7 – Luz e Exposição ao Sol 74
4.7.8 – Respiração 74
4.7.9 – Suplementação 75
4.7.10 - Ergonomia 75
4.8 – Condições clínicas que podem prejudicar o aprendizado 76
4.8.1 – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) 76
4.8.2 - Dislexia 78
4.8.3 – Discalculia 81
4.8.4 - Superdotação 83
4.8.5 – Deficiência intelectual 85
4.8.6 – Transtornos de Aprendizagem Não Verbal (TANV) 87
4.8.7 – Transtorno de Processamento Sensorial (TPS) 89
4.8.8 – Transtorno do Espectro Autista 90
4.8.9 - Disgrafia 93
4.8.10 – Afasias 95
4.8.11 – Distúrbios do sono 97
4.8.12 – Condições emocionais 99
4.9 – Novas tecnologias e seus impactos no aprendizado 103
4.9.1 – Impactos negativos da tecnologia no aprendizado 103
4.9.2 – Impactos positivos da tecnologia no aprendizado 105
4.9.3 – Otimizando o uso da tecnologia no aprendizado 107
4.10 – Memória, memorização e provas 111
4.10.1 - Prática de recuperação (retrieval practice) 112
4.10.2 - Repetição espaçada (spaced repetition) 112
4.10.3 – Intercalação (interleaving) 113
4.10.4 – Elaboração (elaborative interrogation e self-explanation) 113
4.10.5 – Dupla codificação (dual coding) 113
4.10.6 – Prática variada (variability of practice) 113
4.10.7 – Mnemônicos e associações arbitrárias 113
4.11 - Conclusão 115
5 – Técnicas de estudo 116
6 – Técnicas de leitura e escrita 117
6.1 – Leitura 117
6.1.1 – Escolha do nível de profundidade do material de estudo 117
6.1.2 – Escolha do material de estudo para a leitura 127

6.1.3 – Dicas para melhor qualidade da leitura 130
6.1.4 – Escolhendo entre leitura em tela ou no papel 133
6.1.5 – Bibliografia que utilizei durante meus estudos 135
6.1.6 - Conclusão 137
6.2 – Resumos 137
6.2.1 – Razões para a utilização dos resumos (e quanto não utilizar) 138
6.2.2 – Características desejadas em um bom resumo 139
6.2.3 – Dicas para fazer um bom resumo 140
6.3 – Despejo cerebral / Esvaziamento do cérebro (Brain dump) 146
6.3.1 – Principais vantagens e desvantagens do método 146
6.3.2 – Dicas para aplicação do brain dump 147
6.3.3 – Exemplos de uso do brain dump 148
6.4 – Outros métodos de leitura ou escrita 151

7 – Técnicas visuais 154
7.1 – Mapas mentais 154
7.1.1 – O que são mapas mentais 154
7.1.2 – Vantagens e desvantagens e quando usar mapas mentais 155
7.1.3 – Dicas para fazer mapas mentais 156
7.2 – Marcação de texto 160
7.2.1 – Vantagens e desvantagens e indicação do uso da técnica 160
7.2.2 – Dicas para melhor marcação de texto 161
7.3 – Flashcards ou cartões de estudo 162
7.3.1 – Vantagens/desvantagens e indicações da técnica 163
7.3.2 – Dicas para utilização 164
7.4 – Palácio da memória ou método dos loci 166
7.4.1 – Como funciona a técnica 166
7.4.2 – Vantagens e desvantagens da técnica 170
7.5 – Outras técnicas com imagens 171
7.5.1 – Diagramas de Venn 171
7.5.2 - Fluxogramas 173
7.5.3 – Linha do tempo 175
7.5.4 - Gráficos 177
7.5.5 – Outros desenhos 179

8 – Técnicas auditivas 182

8.1 – Aulas 182
8.1.1 – Vantagens e desvantagens 182
8.1.2 – Dicas para melhor aproveitamento das aulas 184
8.1.3 – Anotações das aulas 185
8.1.4 – Dicas adicionais para aproveitamento das aulas 189
8.2 – Aulas online 191
8.2.1 – Comparação entre aulas presenciais e não presenciais 191
8.2.2 – Dicas específicas para aulas online 192
8.3 – Videoaulas 194
8.3.1 – Comparação com as aulas síncronas 194
8.3.2 – Dicas específicas para videoaulas 195
8.4 – Podcasts, audiobooks, aulas e outros materiais em áudio apenas 196
8.4.1 – Vantagens e desvantagens 197
8.4.2 – Dicas para melhor aproveitamento dos áudios 198
8.5 – Explicação do assunto em voz alta / Treino oral 199
8.5.1 – Vantagens e desvantagens 199
8.5.2 – Dicas para uso da técnica 200
8.5.3 – Formas de realização do treino 200
8.6 – Estudo por músicas 202
8.7 – Uso de música de fundo 203

9 – Técnicas práticas/cinestésicas 207
9.1 – Resoluções de questões objetivas 207
9.1.1 – Vantagens e desvantagens da técnica 207
9.1.2 – Dicas para resolução de questões objetivas 209
9.1.3 – Dicas para evolução dos estudos com resolução de questões 219
9.2 – Redação 228
9.2.1 – Vantagens e desvantagens do método 228
9.2.2 – Dicas para treinar a redação 230
9.2.3 – Usar ou não modelos “coringa” para a redação 231
9.2.4 – Exemplo de modelo “coringa” para redação 233
9.2.5 – Dicas extras para aprimorar sua redação 236
9.2.6 – A questão da caligrafia e organização na redação 237
9.2.7 – Exemplos pessoais de redações 238
9.3 – Simulados 253
9.3.1 – Vantagens e desvantagens 253

9.3.2 – Dicas para criação de simulados 254
9.3.3 – Ideias para montar simulados 257
9.3.4 – Dicas para simulados em grupo de estudo 262
9.4 – Atividades práticas e aplicadas 264
9.4.1 – Exemplos de técnicas práticas de estudo 264
9.4.2 – Vantagens e desvantagens 266
9.5 – Caminhada reflexiva 267

10 – Aplicação da tecnologia nos estudos 272
10.1 – Inteligência artificial 272
10.1.1 – Vantagens e desvantagens do uso da IA nos estudos 275
10.1.2 – Aplicações da IA nos estudos 276
10.1.2.1 – Apoio à leitura 276
10.1.2.2 – Apoio na seleção de material de estudo 283
10.1.2.3 – Apoio na realização de resumos 288
10.1.2.4 – Apoio na realização de mapas mentais 290
10.1.2.5 – Apoio para responder questões em treinos 293
10.1.2.6 – Apoio para simulados 297
10.1.2.7 – Apoio para redação e questões discursivas 301
10.1.2.8 – Outras possibilidades 305
10.2 – Conteúdos virtuais de estudo 306
10.2.1 – You Tube 306
10.2.2 – Instagram e outras redes sociais 307
10.2.3 – Sites educativos 307
10.2.4 – Aplicativos educacionais 308
10.3 – Ferramentas de estudo compartilhado 310
10.3.1 – Grupos de estudo em redes sociais e mensageiros 310
10.3.2 – Grupos de estudo em redes sociais e mensageiros 310
10.3.3 – Plataformas de estudo colaborativo online 311
10.4 – Conclusão 311

11 – Uso integrado de técnicas de estudo e gestão de tempo 314
11.1 – Controle e flexibilidade – o difícil ajuste do ponto adequado 314

11.2 – Experimentação, resultados e mudanças 315
11.3 – Sinergia entre métodos de estudo e a quantidade ideal 316
11.4 – Cronogramas e outras formas de controles de estudo 318
11.4.1 - Cronogramas 318
11.4.1.1 – Formas de realização de cronogramas 320
11.4.1.2 – Dicas práticas para criação de cronogramas 323
11.4.2 – Lista de tarefas 327
11.4.3 – Registro de atividades 329
11.5 – Uso de ferramentas eletrônicas para controle de estudo 335
11.5.1 – Aplicativos de organização e produtividade 335
11.5.2 – Inteligências artificiais 342
11.6 – Inclusão da revisão no cronograma 345
11.7 – Planejamento conjunto para diversas metas 347
11.8 – Planejamento na reta final das provas 348
12 – Conclusão do Segundo Volume 353

## Coleção de livros Manual dos concursos e vestibulares, do Juiz de Direito Robson Damasceno (Concurseiro Robson)
https://play.google.com/store/books/series?id=DI6PHAAAABCCkM

## Volume 1 - Dicas para escolhas e preparação
https://play.google.com/store/books/details?id=9KyPEQAAQBAJ

## Volume 2 - Teoria e técnicas de estudos
https://play.google.com/store/books/details?id=Ha2PEQAAQBAJ

## Volume 3 - Motivação, depoimentos de aprovados e dicas para fases
https://play.google.com/store/books/details?id=O62PEQAAQBAJ

**TAGs**: concursos públicos, estudar para concursos, como passar em concurso, técnicas de estudo, técnicas de memorização, provas objetivas, provas discursivas, cronograma de estudos, mapa mental, revisões para concursos, planejamento de estudos, rotina de estudo, estudo eficiente, estudo para vestibular, ENEM, preparação para ENEM, motivação nos estudos, disciplina nos estudos, métodos de estudo, produtividade nos estudos, organização para estudar, como estudar sozinho, foco e concentração para estudar, aprender mais rápido, manual do concurseiro, manual de estudos, guia de estudos, dicas para concursos, dicas de aprovados, estratégias de estudo, ciência do aprendizado, neuroaprendizagem, desempenho cognitivo, inteligência e aprendizado, concursos policiais, carreira policial, concurso PRF, concurso PF, concursos tribunais, TJ, TRF, TRT, TRE (tag separado por tribunal), concursos fiscais, auditor fiscal, área administrativa, concursos nível médio, como começar a estudar, melhor técnica de estudo, como manter motivação, quanto estudar por dia, como revisar corretamente, como ler com eficiência, estudantes de concurso, concurseiros iniciantes, concurseiros avançados, vestibulandos, alunos de cursinho, quem trabalha e estuda, questões comentadas, técnicas de resolução de questões, simulado concurso, método 80/20 nos estudos, curva do esquecimento, mapa de revisão, Manual do Robson, Robson Concurseiro, Robson Damasceno, Manual do Psicotécnico, concursos públicos, estudar para concursos, técnicas de estudo, técnicas de memorização, como passar em concurso, planejamento de estudos, revisões de estudo, cronograma de estudos, produtividade nos estudos, provas objetivas e discursivas, como começar a estudar, como manter motivação, como estudar sozinho, melhor técnica de estudo, como aprender mais rápido, concursos policiais, concursos tribunais, concurso fiscal, PRF, PF, TJ, TRF, TRT, Manual dos Concursos e Vestibulares, Manual do Robson, Robson Concurseiro, Robson Damasceno, Manual do Psicotécnico